



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Márcia Spadetti Tuão da Costa

**Patronato São Bento:
assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias
(1950-1969)**

Duque de Caxias

2017

Márcia Spadetti Tuão da Costa

**Patronato São Bento:
assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias
(1950-1969)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Amália Dias

Duque de Caxias

2017

Márcia Spadetti Tuão da Costa

**Patronato São Bento:
assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias
(1950-1969)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Educação.

Aprovado em: 21 de março de 2017

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Amália Dias (Orientadora)

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof^ª. Dra. Alzira Batalha Alcântara

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof^ª. Dra. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Cláudio Souza Alves

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2017

DEDICATÓRIA

À toda minha família, por todo o apoio sensível e a presença acalentadora, em especial,
Pedro Antônio. E aos amigos, por toda a compreensão e envolvimento.

AGRADECIMENTOS

A missanga, todos a vêem.
Ninguém nota o fio que,
em colar vistoso, vai compondo as missangas.
Também assim é a voz do poeta:
um fio de silêncio costurando o tempo.
Mia Couto, O fio das missangas

Foram muitas costuras que ajudaram a compor esse colar com diferentes missangas encontradas pelo caminho, e outras que vieram ao nosso encontro. Por isso, rompemos esse silêncio do tempo e agradecemos. Uso o verbo flexionado na primeira pessoa do plural, porque essa pesquisa não é minha apenas, mas de um coletivo no qual estou inserida.

Agradecemos à orientadora Amália, por sua dedicação, pelas sugestões precisas, pela compreensão diante das dificuldades, por todo incentivo e por acreditar no projeto, assim como o Grupo de Estudos de História da Educação Local (Ehelo) da FEBF; à Angélica Bauer e à Andresa Guedes, pela parceria no trabalho de fotografia dos jornais no Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto; à Ana Paula, Kássia, Vivian, Vinícius, Eliana, Isabela, Marcos Lord, Carlinda, entre outros, pelo estudo e companheirismo.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação da UERJ/FEBF que, apesar dos embates enfrentados por seus profissionais, em virtude da ausência de pagamento salarial e da falta de repasse de verbas, proporcionou, pelo comprometimento profissional, o aprofundamento teórico para realizarmos a pesquisa; à professora Gilcilene Barão (UERJ/FEBF), que na disciplina que lecionou, conseguiu aglutinar os demais colegas que foram selecionados no mesmo concurso e nos permitiu o entendimento de que formávamos um grupo; às amigas que fizemos na turma de 2015, através da construção do seminário.

Agradecemos às companheiras da Escola Municipal Bom Retiro, Heloísa, Rosa, Ana Cristina, Elisangela, Maria do Socorro, Cláudia e Cintya, por perseverarem, apesar das adversidades, e por me reconhecerem como parte desse grupo.

Agradecemos a todo o coletivo do SEPE-Caxias, pois a licença para estudo foi uma conquista dessa categoria, permitindo o estudo com a luta por “nenhum direito a menos”. Foram seis meses na tentativa desse direito, já conquistado anteriormente.

Agradecemos ao Grupo de Estudos Gramsci na Baixada, composto de pesquisadores envolvidos e comprometidos com a educação pública, e pela ajuda preciosa da professora Nívea Vieira (UERJ/FEBF) e do professor Rodrigo Lamosa (UFRRJ).

Agradecemos a ajuda de Fernando e Angélica Borges com textos preliminares quando ainda não tinha o projeto, a presença pontual de Cláudia Silva, a indicação da Nádia Aquino, a sabedoria da Idiléa Thomás, a ajuda da Thays, a compreensão da Rose, a contribuição fenomenal da Marlúcia Souza, a escuta amiga de Kátia Veillard, a ajuda da Tânia Amaro com os jornais e a biografia de algumas personalidades locais.

Agradecemos a toda a equipe do CEPEMHed, pela compreensão, pela escuta, pela ajuda nos momento mais difíceis e por dividirem comigo essa resistência, nesse momento tão delicado de severos ataques à educação pública, em especial, as orações e as buscas da Cristiane.

Agradecemos à Edna Bernardo, responsável pelo primeiro contato com o acervo, a primeira a perceber que necessitava ser preservado e nos confiou esta tarefa, além da presença atenta em toda a pesquisa.

Agradecemos à Fátima David, que desde o começo, identificou naqueles papéis sujos e envelhecidos, a possibilidade do objeto, tornando-se grande incentivadora de toda a pesquisa, oferecendo uma ajuda essencial com palavras de alento nos momentos mais difíceis, apesar de todas as adversidades da vida. O entusiasmo com cada descoberta nos ajudou a não desanimar, além da aposta de que seria possível a condução da pesquisa.

Agradecemos aos meus familiares, à minha mãe Ana, por sua atuação tranquilizadora na vida do meu filho, ao meu pai Pedro, por ajudar nos percursos, ao meu marido Frederico, pela compreensão, ao meu filho Pedro Antônio, pela energia contangiante, assim como a tranquilidade com que enfrentou o processo que contribuiu para amenizar a culpa; ao meu cunhado Fábio, pelos debates, e minha irmã Renata, pelos conselhos, pela ajuda tecnológica, pelas leituras solidárias, pelos ajustes e por toda a contribuição. Aos demais membros do núcleo familiar, pela compreensão nas ausências ou presenças acompanhadas do trabalho no computador; à Tia Zete, na força-tarefa para entendermos o acervo, e ao Diego, pela ajuda com o livro de contabilidade da ABM.

Agradecemos a Deus, por cada uma dessas pessoas que cruzaram meu caminho e pela consolidação de novas amizades. Isso é o que há de divino nesse processo, além da possibilidade de concluir essa etapa. Cada uma dessas pessoas compuseram essas missangas que constituem esse grande colar, que é a vida. Sou muito grata por cada contribuição, afago,

incentivo, silêncio, solidariedade, compreensão, ação. Enfim, cada um fez parte da construção desse colar de valor inestimável.

A infância não é um tempo,

Não é uma idade,

Uma coleção de memórias.

A infância é quando ainda não é demasiado tarde.

É quando estamos disponíveis

Para nos surpreendermos,

Para nos deixarmos encantar.

[...] Não são os grandes traumas que fabricam as maldades.

São, sim as miúdas arrelias do quotidiano,

esse silencioso pilão que vai esmoendo a esperança,

grão a grão.

Mia Couto

RESUMO

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. *Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)*. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

A pesquisa, inserida no campo da história local da educação, se propõe a investigar uma instituição denominada Patronato São Bento, localizada no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A investigação sobre a história dessa instituição deseja contribuir para ampliação do debate sobre os projetos para uma determinada infância em situação de pobreza nesse território, marcados pelo controle social, o disciplinamento através do trabalho e a intervenção de um determinado grupo da Igreja Católica Apostólica Romana. A compreensão do projeto do Patronato permitiu identificar os agentes da sociedade civil e política que participaram da construção do projeto, assim como recuperar os debates sobre os “menores” que ocuparam a sociedade caxiense, fomentando a busca de soluções jurídicas, filantrópicas e educativas para a questão dos “menores”, como a criação do Patronato. O acervo da instituição foi salvaguardado pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed) para que não fosse descartado. Para que fosse realizada a investigação, esse acervo, ainda, foi catalogado concomitantemente à pesquisa, para que pudéssemos compreender a configuração da instituição na cidade no período de 1955 a 1969. O recorte temporal diz respeito a atuação do padre Dom Odilão Moura OSB (Ordem de São Bento) com diferentes funções nesse período e envolvido em diferentes atividades assistenciais entre elas, sua atuação como diretor do espaço de internamento dos meninos. A partir da análise documental entrecruzada com a bibliografia, os documentos oficiais e a pesquisa na imprensa jornalística, objetivamos fazer o mapeamento de instituições, sujeitos e projetos político-educacionais em disputa no processo de escolarização dos menores e os seus comprometimentos com o projeto ruralista e urbano-social, além da problematização do papel desempenhado pelas instituições educativas no território e suas especificidades relacionadas com o âmbito nacional e regional. O trabalho empírico foi cotejado com as discussões sobre Estado Ampliado, educação e hegemonia a partir das contribuições de Antonio Gramsci, de modo a analisar a relação entre a função social do Patronato e as questões do uso do território do município de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Menor. Patronato. Duque de Caxias. Igreja Católica. Assistencialismo.

ABSTRACT

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. *Patronato São Bento: assistance, schooling and working for minors in Duque de Caxias (1950-1969)*. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

The research, inserted in the field of local history of education, proposes to investigate an institution called Patronato São Bento, located in the municipality of Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense. The research on the history of this institution wishes to contribute to the expansion of the debate on the projects for a certain childhood in poverty situation in that territory, marked by social control, the disciplining through work and the intervention of a certain group of the Roman Catholic Church. The understanding of the project of the Patronage allowed to identify the agents of the civil and political societies that participated in the construction of the project, as well as to recover the debates about the "minors" that occupied the Caxian society, fomenting the search of legal, philanthropic and educative solutions for the The institution's collection was safeguarded by the Center of Research, Memory and History of Education of the City of Duque de Caxias and Baixada Fluminense (CEPEMHed), so that it was not discarded. For that it was carried out the research, this collection was still cataloged concurrently with the In order to understand the configuration of the institution in the city from 1955 to 1969. The temporal cut refers to the performance of Father Odiloo Moura OSB (Order of St. Benedict), with different functions in this period and involved in different Assistance activities, among them, his role as director of the children's hospitalization space. From the documentary analysis intertwined with the bibliography, official documents and research in the press, we aimed to map the institutions, subjects and political-educational projects in dispute in the schooling process of minors and their commitments to the ruralist project and Urban-social, besides the problematization of the role played by the educational institutions in the territory and its specificities related to the national and regional scopes. The empirical work was compared with the discussions on the Expanded State, education and hegemony from the contributions of Antonio Gramsci, in order to analyze the relation between the social function of the Patronage and the questions of the use of the territory of the municipality of Duque de Caxias.

Keywords: Minor. Patronage. Duque de Caxias. Catholic Church. Welfarism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Baixada Fluminense.....	47
Figura 2 - A comissão na "Cidade dos Meninos".....	115
Figura 3 - Imagem de 3 "menores" na rua em Duque de Caxias.....	117
Figura 4 - Imagem de um "menor abandonado".....	118
Figura 5 - A comissão na "Cidade dos Meninos" diante da exposição do Delegado Dr. Amil Nei Reichard.....	154
Figura 6 - "Menores" internos do Patronato São Bento.....	177
Figura 7 - Inauguração da Escola Odilon Braga.....	209
Figura 8 - Professoras que atuaram na Escola Municipal Patronato São Bento na década de 1960.....	214
Figura 9 - Armazém do Núcleo São Bento.....	281
Figura 10 - Carnaval de rua no Parque Fluminense na década de 1950.....	281
Figura 11 - Casa do Colono da Estação Fitossanitária.....	282
Figura 12 - Curral do Núcleo.....	282
Figura 13 - Praça da Gleba sede.....	283
Figura 14 - I Cooperativa Entrada Parque Comercial.....	283
Figura 15 - Casa de Colono.....	284
Figura 16 - Correio e telégrafo do Núcleo Colonial São Bento.....	284
Figura 17 - Ocupação do Novo São Bento em 2000.....	285
Figura 18 - Área e Edificações em comodato pelo INCA à Mitra Diocesana de Petrópolis no Núcleo Colonial São Bento.....	286
Figura 19 - A. B. M. - Trabalho de rua.....	287
Figura 20 - "Indicados os elementos para Diretoria, Conselho Administrativo e Conselho Social.....	289
Figura 21 - "Trabalhando pelo Brasil".....	290
Figura 22 - "Trabalhando pelo Brasil".....	291
Figura 23 - Alguns dos meninos internos no Patronato São Bento.....	292
Figura 24 - "Menores" internos no Patronato São Bento uniformizados e na igreja.....	292
Figura 25 - "Menores" internos no Patronato São Bento no pátio externo.....	293
Figura 26 - "Menores" internos no Patronato São Bento na lateral da igreja.....	293
Figura 27 - Casarão (dormitório) do Patronato São Bento.....	294

Figura 28 - "Menores" internos do Patronato São Bento no pátio em formato de U composto pela Igreja e o casarão da antiga Fazenda São Bento	294
Figura 29 - Sala alugada pela ABM denominada Casa São José	295
Figura 30 - "Menores" internos uniformizados no Patronato São Bento com o Padre Dom Odilão no centro	295
Figura 31 - Brincadeira dos "menores" internos no Patronato São Bento.....	296
Figura 32 - Brincadeira dos "menores" internos no Patronato São Bento.....	296
Figura 33 - Inauguração do espaço do Patronato	297
Figura 34 - Solenidade de Inauguração do espaço do Patronato.....	297
Figura 35 - Oficina de cesto de vime do Patronato São Bento.....	298
Figura 36 - Oficina do Patronato São Bento.....	298
Figura 37 - Oficina do Patronato São Bento.....	299
Figura 38 - "Menores" internos vestidos para a Missa no Patronato São Bento	300
Figura 39 - Um dos "menores" internos vestindo para a Missa no Patronato São Bento.....	300
Figura 40 - Dom Odilão e dois dos "menores" internos no Patronato São Bento	301

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Associação Beneficente de Menores/Administração ABM e Patronato de 1955 a 1969	144
Quadro 2 - Associação Beneficente de Menores/Origem dos "menores" atendidos pela ABM nos dois primeiros anos de atuação	189
Quadro 3 - Associação Beneficente de Menores/Idade dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957	192
Quadro 4 - Quantidade dos "menores" atendidos pela ABM nos dois primeiros anos de atuação	193
Quadro 5 - Associação Beneficente de Menores/Cor dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1957	193
Quadro 6 - Associação Beneficente de Menores/Família dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957	194
Quadro 7 - Associação Beneficente de Menores/Alunos oriundos de outras escolas em 1959	200
Quadro 8 - Associação Beneficente de Menores/Quantidade dos "menores" internos mensalmente nos anos de 1960 e 1961	201
Quadro 9 - Associação Beneficente de Menores/Instrução e contato escolar dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957	207
Quadro 10 - Associação Beneficente de Menores/Trabalho de rua desenvolvido pelos meninos atendidos na instituição em 1956 e 1957	220
Quadro 11 - Associação Beneficente de Menores/Profissão que os meninos almejavam em 1956 e 1957	220
Quadro 12 - Associação Beneficente de Menores/Resumo dos trabalhos da ABM em 1957	221
Quadro 13 - Associação Beneficente de Menores/Religião dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1957	232
Quadro 14 - Associação Beneficente de Menores/Relação dos "menores" internados na "Fazenda São Bento" no ano de 1961	288
Quadro 15 - Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Presidentes: procedência e trajetória	302
Quadro 16 - Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Vice-presidentes: procedência e trajetória	303

Quadro 17 - Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória.....	304
Quadro 18 - Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros: procedência e trajetória.....	305
Quadro 19 - Associação Beneficente de Menores/Demais membros do Conselho Administrativo	305
Quadro 20 - Associação Beneficente de Menores/ Conselho Social: procedência e trajetória.....	306
Quadro 21 - Associação Beneficente de Menores/Diretor do Patronato São Bento: procedência e trajetória.....	307
Quadro 22 - Associação Beneficente de Menores/Quantidade dos "menores" internados por ano e instituição mantenedora	307
Quadro 23 - Associação Beneficente de Menores/Relação dos "menores" internados na "Fazenda São Bento" no ano de 1961.....	308

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAs	Aprendizados Agrícolas.
ABM	Associação Beneficente de Menores.
ACIDC	Associação do Comércio e da Indústria de Duque de Caxias.
CA	Conselho Administrativo.
CAVEC	Comissão de Amparo às Vítimas da Enchente em Duque de Caxias.
CEPEMHED	Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social.
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CRPH	Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.
D.	Dom.
Dr.	Doutor.
DMI	Departamento da Maternidade e da Infância.
DNCr	Departamento Nacional da Criança.
FACR	Fundação Abrigo Cristo Redentor.
FLUBEM	Fundação Fluminense de Bem-estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.
FNBEM	Fundação Nacional de Bem-Estar.
FNM	Fábrica Nacional de Motores.
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.
GAM	Grupo de Amigos do Município.
IPSB	Instituto Profissional São Bento.
INAM	Instituto Nacional de Assistência a Menores.

INIC	Instituto Nacional de Imigração e de Colonização.
JUC	Juventude Universitária Católica.
LAF	Liga de Assistência Familiar.
LBA	Legião Brasileira de Assistência.
MAIC	Ministério a Agricultura, Indústria e Comércio.
OSB	Ordem do São Bento.
PAs	Patronatos Agrícolas.
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor.
PR	Partido Rural.
Prof.	Professor.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PTN	Partido Trabalhista Nacional.
RMAIC	Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
SAM	Serviço de Assistência ao Menor.
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação.
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura.
SPHAN	Serviço de Patrimônio Nacional.
SPA	Sociedade Paulista de Agricultura.
UDN	União Democrática Nacional.
UPC	União Popular Caxiense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA EM DUQUE DE CAXIAS....	31
1.1 A historiografia da educação fluminense	32
1.2 Dos usos do território à emancipação de Duque de Caxias	35
1.3 O Núcleo Colonial São Bento e os projetos ruralistas locais e nacionais.....	52
1.4 Da Cidade das Meninas à Cidade dos Meninos	63
1.5 O Projeto de Assistência aos Menores	75
2 A IMPRENSA E “A GRANDE CAMPANHA EM FAVOR DOS ESQUECIDOS PELA SORTE E PELO GOVÉRNO”	82
2.1 “Olhe as crianças meritíssimo Juiz”	83
2.1.1 <u>A justiça contra o vício e o crime</u>	94
2.2 A “vitória da sociedade caxiense”: a campanha jornalística e a criação do Patronato.....	110
3 A OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFÂNCIA DESVALIDA	127
3.1 Entre agências e agentes: a institucionalização da Associação Beneficente de Menores	127
3.1.1 <u>“A soma ingente de trabalhos e de sacrifícios que a Obra tem custado!”</u>	142
3.2 “Cada menor abandonado terá o seu próprio lar”. A busca pela sede do Patronato.....	152
3.3 O Financiamento da Obra Assistencial	163
4 ENTRE “TRABALHOS INCESSANTES” E O ALCANCE DA “FINALIDADE PRECÍPUA”	184
4.1 “O pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade”	185
4.2 O espaço de internamento na Fazenda São Bento	195
4.3 Saberes Ensinados e Ofícios Praticados	202
4.4 As práticas educativas e os modos de escolarização.....	206
4.4.1 <u>Educação no trabalho, para o trabalho, pelo trabalho</u>	217

4.5	“A Igreja faz tudo na ABM”	227
4.5.1	“ <u>Mais doces, mais limpos e mais alegres</u> ”	238
	CONCLUSÃO	251
	ACERVO	261
	REFERÊNCIAS:	262
	ANEXO A: Núcleo Colonial São Bento	280
	ANEXO B: Acervo do Patronato São Bento.....	286
	ANEXO C: Fotos de Jornal.....	290
	ANEXO D: Fotos de Dom Odilão Moura	292
	APÊNDICE: Quadros sobre a Associação Beneficente de Menores.....	302

INTRODUÇÃO

A vontade de pesquisar sobre o tema está intimamente ligada a minha atuação como Diretora Executiva no Centro de Pesquisa e Memória da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED),¹ desde 2010 até o presente momento. Nesse tempo, tenho me debruçado, junto com esse coletivo, sobre a história dos processos de escolarização no município de Duque de Caxias.² Antes de ingressar na diretoria do CEPEMHED, atuei no Ensino Fundamental como professora regente e atualmente, como professora de Sala de Leitura no município de Duque de Caxias. Particpei e ainda participo das lutas políticas sindicais, como professora militante do Núcleo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE em Duque de Caxias/RJ), além da participação nas comunidades católicas comprometidas com a Teologia da Libertação, no período em que Dom Mauro Morelli era o bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Essa trajetória política e profissional despertou o interesse pela história do acesso à educação na cidade de Duque de Caxias.

Foi a partir das atividades desenvolvidas pelo CEPEMHED, que descobrimos a grande quantidade de ofícios, certidões de nascimento, entre outros documentos com risco de serem descartados, o que não aconteceu pela iniciativa de Edna Bernardo, que nesse período, começava sua atuação no setor de Arquivo e Patrimônio da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Esses documentos foram apresentados como pertencentes ao Patronato São Bento. Desde esse momento, fiquei responsável pelos primeiros cuidados com esse material. Aos poucos, fomos descobrindo o grande tesouro que poderia ter simplesmente ido

¹ O projeto de criação do CEPEMHED, Decreto nº 4805, de 2005, consolida uma das conquistas dos educadores da rede pública deste município, constituindo-se como direito à memória e à história da educação. A instituição surge da reivindicação dos profissionais da educação da rede municipal de Duque de Caxias e se propõe a oportunizar um espaço de fomento à produção e divulgação de pesquisas; de formação docente; de arquivamento e tratamento de dados coletados sobre a história e as memórias da educação do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e, igualmente, de Educação Patrimonial. O prédio da sede do CEPEMHED, situado na rua Benjamin da Rocha Júnior, s/nº, faz parte do conjunto de edificações do Museu Vivo do São Bento, primeiro ecomuseu da Baixada Fluminense, localizado no bairro São Bento, 2º distrito, de Duque de Caxias.

² A cidade de Duque de Caxias foi emancipada de Nova Iguaçu pelo decreto nº 1055 de 31 de dezembro de 1943 e passou a ser município (SOUTO, 2014, p. 25). Duque de Caxias compõe a região da Baixada Fluminense que corresponde a um conjunto de municípios formado atualmente por Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri, Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica, Mangaratiba e Itaguaí. Essa concepção de Baixada Fluminense corresponde a esses municípios e a que utilizamos aqui (BRAZ & ALMEIDA, 2010). Cabe esclarecer que há diferentes delimitações e conceitos para definir a Baixada Fluminense (DIAS, 2014). Mas, é necessário compreendermos que no início do século XIX, essa era uma região rural do estado do Rio de Janeiro e que foi alvo de políticas públicas para atender aos interesses de reforma urbana do Distrito Federal nesse mesmo período.

para o lixo e, paralelamente, percebemos que era uma pesquisa que necessitava ser feita e uma vertente sobre a qual não tínhamos refletido ainda. Enfim, aos poucos, com os incentivos da professora Fátima David, coordenadora do CEPEMHed, elaboramos alguns levantamentos e escrevemos alguns artigos. Isso resultou numa aproximação maior com o objeto e fez com que despertasse o meu interesse em descobrir mais sobre o Patronato São Bento no nosso território.

Nessa caminhada, entre os arquivos escolares da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) e alguns arquivos históricos,³ foram encontrados como desafio mais de mil páginas de registros sobre o processo de escolarização, de proteção e de assistência aos menores⁴ no município de Duque de Caxias, pertencentes ao arquivo do extinto Patronato São Bento, hoje Casa de Retiro São Francisco, localizado no 2º distrito da cidade. Segundo Edson Passetti (2004), o termo “menor”, utilizado no período de 1950 a 1980, referia-se às crianças e aos jovens das periferias das cidades, filhos de famílias consideradas desestruturadas.

Essa instituição, conhecida como Patronato São Bento, foi criada em 1959 e passou por diferentes nomenclaturas ao longo de sua existência, foi administrada por uma associação conhecida como ABM (Associação Beneficente de Menores), criada em 1955. A ABM era composta por sujeitos das sociedades política e civil da cidade, que desempenhavam papéis de destaque social, como: juiz de direito e de menores, delegado, prefeito, rotarianos, membros da associação comercial, assim como a própria igreja. A Igreja Católica Apostólica Romana exercia uma ação fundamental, pelo fato do bispo indicar o diretor do Patronato, inclusive outros cargos na própria ABM. Então, a ABM era uma instituição particular, ligada à igreja Católica Apostólica Romana.

A instituição do Patronato recebeu ao longo de sua atuação verbas de diferentes setores de cunho federal, estadual e municipal e foi intitulada filantrópica. Assim, também, foi uma das principais tarefas da ABM, a organização e a manutenção da mesma. Ela ainda recebeu meninos e, no seu início, meninas em situação de pobreza, que eram recolhidos e recolhidas das ruas, embora nesse começo, na década de 1950, não existisse ainda, o sistema de internato. Quando conseguiram um espaço, estabeleceram sistemas de internato, semi-internato e externato, trabalho com centenas de meninos, dos quais comprovava-se a situação de pobreza ou algumas vezes, recolhia-se por infração à lei.

³ Como o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, criado e situado na Câmara Municipal de Duque de Caxias, local onde pesquisamos os jornais locais: Tópico, Grupo, Folha de Caxias, Folha da Cidade.

⁴ Esse termo é um recorrente na fonte pesquisada. Por esse motivo, em alguns momentos será utilizado na escrita do texto.

O Patronato foi instituído num espaço onde funcionou uma fazenda, posteriormente um Núcleo Colonial. Portanto, tinha como marca, o trabalho agrícola relacionado ao projeto do Distrito Federal para a cidade de Duque de Caxias. Uma vez que o Núcleo Colonial foi instituído no período de Getúlio Vargas, investigamos as marcas dessa política nacional de valorização do ruralismo para fixação do trabalhador rural, conseqüentemente na Baixada Fluminense, no caso do Rio de Janeiro, assim como a compreensão acerca das ações educativas, destinadas aos meninos em situação de pobreza, particularmente o projeto assistencial e “regenerador” da infância e da juventude, estabelecido nessa instituição, na cidade de Duque de Caxias, como objetivo dessa pesquisa. Isso demandou uma investigação mais cuidadosa da atuação da Igreja Católica, do poder público municipal e das políticas públicas educacionais, implementadas pelo Estado brasileiro sobre os meninos. Em função das questões de pesquisa e das condições do acervo, a delimitação temporal correspondeu ao período inicial de institucionalização do Patronato de 1955 até 1969. A instituição funcionou até a década de 1980, esse marco temporal correspondeu ao período em que Dom Odilão Moura atuou como diretor do Patronato ou como secretário. É uma pesquisa que está inserida, portanto, no campo da história da educação e da história local da Baixada Fluminense.

Foram objetivos dessa pesquisa, a compreensão do processo de construção do projeto assistencialista e educativo do Patronato São Bento, para uma determinada infância da cidade de Duque de Caxias (1950 a 1969), assim como a investigação das políticas públicas educacionais, de proteção e assistência aos menores no município de Duque de Caxias (1950 a 1969), o mapeamento das instituições, sujeitos e projetos político-educacionais que constituíram o projeto do Patronato, a relação da história do Patronato com a história do território, as disputas no processo de escolarização dos menores e os seus comprometimentos com os projetos ruralista e urbano-social, a problematização do papel desempenhado pelas instituições educativas no território, as especificidades das relações estabelecidas entre as políticas de cunho nacional e regional com os interesses locais, com ênfase nos setores religiosos.

A pesquisa também se alinhou às discussões do campo da história da infância. Podemos perceber isso, ao analisarmos as produções sobre o tema, no decorrer do tempo. Como afirmaram Rocha e Gouvêa (2010), ao fazerem uma análise sobre a produção científica da temática da história da infância, situaram o debate no início do século XX, enquanto outros autores pesquisaram a infância com abordagens diferentes. No Brasil, as autoras lembraram que em 1921, Gilberto Freyre, através da memória, apresentou a experiência da infância de

brasileiros adultos, do início do século XX. Em 1961, na França, Phillipe Ayrès, com a obra *História Social da Infância e da Família*, não teve a recepção esperada no meio acadêmico, diferente do que aconteceu na década de 1970, pois através do campo da psicologia, o autor teve maior visibilidade e inaugurou o campo da historiografia da infância, além de ampliar a apreensão sobre a mesma a partir de sua singularidade. Essa ampliação foi no sentido “transdisciplinar” sobre a temática para além de “uma perspectiva biologizante e assistencialista”. Isso fez com que sua obra se tornasse referência nos estudos sobre a infância, como afirmaram Rocha e Gouvêa (2010, p. 188).

Rocha e Gouvêa (2010, p. 189) sinalizaram ainda que, a partir desse referencial, as pesquisas que sucederam foram desenhando uma pluralidade sobre a história da infância baseada em períodos e contextos diversos. Assim, tivemos Jacques Gélis, que fez uma reinterpretação dos dados históricos apresentados por Ariès, como também fez uma crítica sobre a fragilidade do modelo evolutivo apresentado pelo autor.

[...] cabe observar que o acúmulo das pesquisas desenvolvidas no campo da história da infância tem possibilitado flagrar uma diversidade de processos históricos, evidenciando que a experiência da infância diferencia-se de acordo com categorias sociais definidoras da identidade infantil; categorias essas que vêm sendo contempladas, em seu entrelaçamento, nas investigações mais recentes. Assim, já não é possível falar da infância no singular, mas das múltiplas vivências dos indivíduos de pouca idade, definidas por seu pertencimento social, étnico-racial, religioso, de gênero, etc. (ROCHA; GOUVÊA, 2010, p. 189).

Isso permitiu que a condição social da infância passasse a ser considerada, assim como estudos sobre as práticas do cuidado, proteção e também do imaginário da infância, que resultou num “refinamento terminológico” no campo, além de termos como infância e criança terem sido “problematizados e interrogados” diferentemente, ao associar a infância “à condição social das crianças”. As autoras afirmavam ainda (Rocha; Gouvêa, 2010) que a produção científica sobre a infância teve considerável amplitude a partir da década de 1990, através de um levantamento realizado por Rizzini (2001), com a configuração de novos campos temáticos, como sociologia da infância, antropologia da infância e filosofia da infância. Essa ampliação contribuiu para “uma mudança epistemológica” e inseriu a infância como categoria social que significou a passagem para “uma categoria que permite interrogar sobre a inserção de crianças na vida social, em diferentes tempos históricos e espaços sociais”. Consequentemente, “esses estudos vêm produzindo novos aportes teóricos e estratégias investigativas” (ROCHA; GOUVÊA, 2010, p. 190).

Como produto do esforço dos profissionais e pesquisadores em história da educação e em educação infantil, para o entendimento dos processos históricos dos saberes, surgiu o

interesse sobre “a especificidade da infância como tempo geracional; a definição da escola como espaço de formação da criança, no papel do aluno; a conformação de práticas sociais de intervenção sobre a criança, contemplando grupos sociais distintos” (ROCHA; GOUVÊA, 2010, p. 191), além da preocupação com os contextos regionais e nacionais, que permitiram outros pesquisadores analisarem esses aspectos no percurso do tempo. As autoras (ROCHA; GOUVÊA, 2010) apresentaram os pesquisadores que fizeram essa reflexão historiográfica no campo, a partir dessa problematização com a periodização e as fontes.

Portanto, o avanço do campo da historiografia sobre a infância está, atualmente, enriquecido com estudos sobre diferentes experiências de “Infância”. O entendimento de infância a cada período histórico influenciou os projetos destinados aos menores, pelas políticas públicas e filantrópicas, principalmente no que se referiu à criminalização da infância pobre e abandonada, identificada nos anos de 1920 como desvalida. Para isto, foi necessário estabelecer um diálogo com a Professora Sônia Câmara (2010) e com Fernando Torres Londoño (1998). Também foi necessário dialogarmos com Saviani (2007) no que diz respeito às instituições escolares, para percebermos as continuidades e as rupturas na instituição, que é objeto dessa pesquisa. Isso aconteceu quando refletimos sobre a materialidade escolar ao longo do tempo, no campo da história da educação, e levantamos os aspectos relevantes para compor a noção de infância num determinado período.

Sabemos que cada instituição representou e representa uma unidade de ação, mas como afirma Saviani (2007, p. IX), foi necessário “admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, como necessitamos conhecer”. Saviani (2007), a partir da conceituação de instituição escolar, apresentou os aspectos constitutivos da mesma para possibilitar uma reconstrução histórica. Portanto, notamos a importância em entendermos a configuração dessas instituições ao longo do tempo, para que pudéssemos compreender como as mesmas se constituíram para atender ao apelo do modelo capitalista, pois “o processo de institucionalização da educação é correlato do processo de surgimento da sociedade de classes [...] tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão de trabalho” como afirma Saviani (2007, p. 9).

Notamos, portanto, na compreensão da configuração atual do campo da historiografia da educação, que os estudos sobre a infância e as instituições educativas descortinaram pluralidades de experiências pedagógicas, de projetos e práticas de escolarização, destinadas a diferentes públicos, às distâncias entre o prescrito e o realizado que, por vezes, ficavam pouco conhecidas em outros enquadramentos historiográficos. Essa investigação propõe trabalhar com as tensões, os conflitos, as segregações, as políticas públicas e as filantrópicas para os

menores no município de Duque de Caxias; entretanto, desejou também desvelar a riqueza histórica da cidade.

O esforço dessa pesquisa se materializou no sentido de contribuir com as fontes garimpadas, a sistematização e a análise da história da cidade, tendo em vista que as pesquisas relacionadas ao campo da história da Educação, na cidade de Duque de Caxias, são ainda recentes. É sabido que no campo dos estudos sobre história da educação no Estado do Rio de Janeiro, foram mais frequentes os estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, sendo mais raros os estudos sobre a política estadual fluminense ou sobre a história dos demais municípios. Para o campo da história da educação na Baixada Fluminense, os primeiros estudos remeteram à experiência da Escola Regional de Meriti, criada no atual território de Duque de Caxias, tendo sido iniciada por Armanda Álvaro Alberto, intelectual escolanovista. Esse foi um dos primeiros temas abordados, por ser uma temática importante da historiografia da educação brasileira. Na última década, apareceram estudos acadêmicos sobre Iguazu, com Jordânia Rocha de Queiroz Guedes (2009; 2012) e Amália Dias (2012), sobre Belford Roxo, com Kátia Maria Soares (2016).

Nos recentes encontros de história da educação do Estado do Rio de Janeiro, a temática do estudo da história local fluminense vem sendo valorizada. Faria Filho (2009) tratou da importância dos estudos sobre história local e da educação. Por esse motivo, emergiu a necessidade de estudos locais em história da educação e historiografia da educação fluminense para além da capital, pois como afirma Saviani (2013a, p. 31), as investigações locais foram necessárias para conhecermos as manifestações particulares, porque “são uma exigência também para o conhecimento efetivo, isto é, para a compreensão concreta da educação em âmbito nacional”. Entendemos assim, como o rural, o urbano de Duque de Caxias e o entendimento do uso de seu território contribuíram para a investigação sobre as funções sociais da escola, principalmente como mecanismo do projeto ruralista, além da inclusão da investigação sobre os projetos ruralistas para educação, que permearam a prática educativa ao longo do tempo e foram pouco explorados no campo.

Nesse sentido, entendemos que o estudo do Patronato agregou novos conhecimentos sobre a história da cidade de Duque de Caxias e da educação fluminense. Sob o viés do estudo da institucionalização do Patronato São Bento e de seu projeto para uma determinada infância, pretendemos dar a ver o quanto as funções sociais do território incidiram sobre os projetos de escolarização. Alinhamo-nos assim, ao estudo anterior sobre as relações entre as políticas ruralistas e os projetos de escolarização na Baixada Fluminense, defendidos por Amália Dias (2014). Essa nova configuração do campo permitiu que a presente pesquisa

trouxesse à tona, as experiências de institucionalização dos princípios, dos critérios de acolhimento aos meninos, do processo de aprendizagem, da formação profissional e das normas de conduta, e as de correção exigidas aos meninos no Patronato. Nesse sentido, possibilitaram a compreensão das tensões e conflitos, constituídos no interior da instituição.

O Patronato São Bento, desde o seu nascimento, estabeleceu uma relação estreita com as esferas públicas de âmbitos municipal, estadual e federal, dada a sua própria natureza, ou seja, instituição privada de caráter filantrópico, com financiamento público, da mesma forma que se constituiu lugar de abrigo para meninos pobres ou de comportamento considerado desviante, e uma relação direta com o judiciário. Nos momentos de fuga ou de delito maior, a polícia também poderia ser acionada. O caráter filantrópico e caridoso atraiu o investimento de comerciantes e de personalidades importantes da cidade. Evidentemente que por se caracterizar como instituição regida pela Igreja Católica, favoreceu a presença frequente da imprensa local e de políticos fluminenses interessados na promoção pessoal.

Portanto, essa investigação possibilitou o desvelamento do poder político local, da política clerical e dos sujeitos envolvidos no território da periferia da cidade. Para situar o presente estudo de uma instituição destinada à assistência e à “proteção” dos meninos em situação de pobreza, foi necessário o entendimento da lógica de civilidade nos anos de 1930, e de modernidade nos anos de 1950, adotadas pelas forças políticas locais. O processo de pensar a cidade e a política educacional, relacionada a de assistência e de proteção daqueles que estavam em situação de pobreza, permitiu interrogar acerca das relações mantidas entre o Patronato São Bento e o projeto da Cidade dos Meninos, assim como o da política nacional para os Patronatos e de sua inserção no processo de urbanização da cidade de Duque de Caxias.

O recorte de tempo proposto se justificou pelo fato de compreender a década de 1950 como o período da fundação da instituição Patronato São Bento, mantida pela ABM. A possibilidade de entrecruzar os dados e os princípios dos projetos do Patronato São Bento com o da Cidade dos Meninos, instituição de internato para acolhimento de crianças em situação de abandono ou pobreza em terras do Núcleo Colonial, indicou algumas peculiaridades acerca do projeto ruralista nesses períodos históricos. A delimitação final de 1969 foi demarcada pela atuação de Dom Odilão Moura OSB⁵ nos projetos assistencialistas do período, e sua passagem pela administração do Patronato por longos anos como diretor e, nos últimos anos, como secretário.

⁵ Em todos os documentos assinados por D Odilão, consta a assinatura dele acompanhada da sigla OSB. A partir desse parágrafo, omitirei a sigla OSB, uma vez que foi explicada o seu uso.

O Patronato São Bento situava-se numa área onde a população residente, nos anos de 1930, era composta, em sua maioria, de negros e nordestinos que conviviam em situação de extrema pobreza e com altos índices de analfabetismo (SOUZA, 2014). A emancipação do município, em 1943, também não alterou o palco de violência, de desemprego e da falta de escolas públicas. Logo, a realidade do bairro São Bento não se diferenciava da realidade da cidade como um todo. Quando o Patronato São Bento foi instituído, tornou-se promessa de acesso à escolarização para os que viviam no entorno da localidade. Assim, trazer para o debate o Patronato São Bento e o seu projeto político de correção cívica, moral e educacional dos meninos, significou estabelecer um esforço para compreender como setores dirigentes da cidade de Duque de Caxias pensavam e se ocupavam da infância em situação de pobreza. A investigação apontou uma reflexão acerca das políticas públicas do processo de escolarização, destinado aos meninos na cidade de Duque de Caxias, assim como a ausência dessas, nos anos de 1950 a 1980, permitindo que o direito à educação fosse tratado no viés da filantropia e da caridade.

Outra questão apresentada nessa pesquisa foi o caminho escolhido pelas diferentes agências, para incorporar os meninos em situação de abandono e os encaminhados pelos próprios familiares para viverem nas instituições/abrigos, assim como pensar o tipo de educação que seria oferecido nas décadas 1950-1960. Os regulamentos e o estatuto dos Patronatos deixaram claro quanto à importância do trabalho como estratégia pedagógica, formação do trabalhador nacional rural e de regeneração dos pobres desvalidos. Concomitantemente, pretendia-se também assegurar um tipo de educação que garantisse a formação de um trabalhador ordeiro, disciplinado e enquadrado à sociedade capitalista. A educação em espaços públicos e privados, como também o atendimento de infratores em internatos, foi formalizada desde o Código de Menores de 1927, no artigo 71, abrindo espaço para que o atendimento social fosse entendido como serviço penitenciário. Os decretos-lei nº 2.848, de 1940, e o de nº 6026, de 1943, regulamentaram a internação dos infratores e afirmaram a função desses, frente à manutenção da ordem e do controle social. (PASSETTI, 2004)

Nesse sentido, Sônia Regina de Mendonça (2010) orientou que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao criar os Patronatos Agrícolas, objetivava a formação educacional primária e o aprendizado referente à terra e a criação de animais. Cabe ainda esclarecer que a criação desses Patronatos teve como meta central, em alguns momentos, a canalização desses menores presos ou encontrados na rua, executando trabalhos informais com vista à “regeneração” desses indivíduos, objetivando um controle social e agrícola, o que

ia ao encontro dos interesses do Estado. As políticas públicas definidas para os meninos e as meninas, em situação de pobreza, puderam ser mais compreendidas quando identificamos o fazer da Associação Beneficente de Menores, na condução do Patronato. De um lado, compreender como essas políticas maiores interferiram diretamente na vida dessa infância e no cotidiano da cidade; de outro, o acervo documental do arquivo do Patronato São Bento, em particular os ofícios, possibilitaram pensar as trajetórias administrativa, financeira e pedagógica da instituição.

Nesse caminho, estabelecemos um diálogo com autores como Antonio Gramsci (1981; 2002; 2007), para trabalhar com o conceito de *Estado ampliado* no sentido de mapear as instituições e agremiações que constituíram o processo histórico da infância em situação de pobreza no município, compreendendo-o como um lugar de tensão e de conflitos, identificando assim, nas práticas educacionais e nos projetos defendidos pelos diferentes agentes e agências, o que querem, quem são e onde estão. Sob essa perspectiva, entendemos que “a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia” (BUTTIGIEG, 2003, p. 47). Isso porque, como afirma Buttigieg (2003), a educação para Gramsci “significa mais do que instrução escolar”. Sabemos que numa relação pedagógica, todos aprendem e ensinam, é recíproco. Isso também aconteceu e acontece noutros ambientes na sociedade que não são os escolares, como o autor afirmava “entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército”. Consequentemente, “as relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia”, que implicaram na investigação das atividades e das instituições educacionais para obtermos uma análise hegemônica. Assim, nem a hegemonia, nem a educação puderam ser pensadas apenas como relação escolar (BUTTIGIEG, 2003). Nesse aspecto, inseriu-se o nosso objeto, para entendermos suas atividades como instituição educacional de uma dada hegemonia.

Cabe ainda salientarmos que “uma das questões mais fundamentais e amplas” que sempre incomodaram Gramsci foi a discrepância entre a educação recebida pela classe mais abastada e as classes mais desfavorecidas da população, como também o precipício que separava os intelectuais do povo e a “ciência da vida”. Todos esses aspectos foram operações de hegemonia (BUTTIGIEG, 2003). Mais uma vez, nosso tema se inseriu nessa inquietação de Gramsci apresentada pelo autor, já que o Patronato se revelou como uma ação destinada a uma determinada infância. Retomamos, então, a teoria do *Estado ampliado* através da medida em que a classe dominante obteve/obtem e manteve/mantém seu poder na sociedade, pela habilidade na produção e organização do consenso, além da condução econômica, política,

intelectual e moral da mesma, e não somente pela imposição (ACANDA 2006). Nesse caso, identificamos esse processo nas relações estabelecidas no núcleo, através do projeto ruralista e sua inserção no campo educacional, que imprimiu um controle sobre as orientações ideológicas e culturais locais.

A partir das políticas nacionais de educação e de assistência, utilizamos o conceito de *totalidade* em Marx, para pensar o objeto a partir da relação com o todo, ou seja, com a economia, a cultura, o tempo, a conjuntura, as outras agremiações, o poder político local que foi permeado pelo clerical. A pesquisa documental revelou diferentes denominações e configurações da instituição do Patronato ao longo do tempo, assim como suas finalidades, agências e agentes responsáveis. Percebemos que, mais do que investigar a história da instituição, seus projetos e práticas, tratou-se mesmo de buscar inventariar seu processo de institucionalização e os diferentes aspectos que foram caracterizando essa experiência. Desse modo, foi possível perceber que, sob a aparente permanência da instituição, na longa duração (1950-1980), diversos projetos e modos de funcionamento dessa instituição foram destinados à infância “desvalida”, foram desenhados entre as décadas de 1950 e 1980. Assim, priorizamos nesta pesquisa, o período de criação, institucionalização e o período inicial de funcionamento do Patronato.

Foi indispensável para a pesquisa, entender como o Patronato se instituiu e que relações estabeleceu com as políticas local e nacional, atrelada à ação clerical, como também identificar as relações estabelecidas com a Cidade dos Meninos e seus silêncios na constituição do Patronato. Outra questão relevante foi o fato de um espaço de internato abrigar escolas para os internos e a população do entorno. O entendimento desse processo de escolarização foi importante para a compreensão da constituição das escolas na região. Sem pretender responder a todas as questões, a pesquisa da história dessas instituições e as memórias guardadas nas documentações favoreceram um maior entendimento da história da educação na cidade de Duque de Caxias. Investigamos o processo de institucionalização do Patronato São Bento enquanto política de escolarização e de assistência ao “menor” na cidade de Duque de Caxias, tendo em perspectiva, os projetos de grupos locais da cidade e suas relações com os projetos ruralistas e de urbanização fluminense do período, associada à “pedagogia cristã” defendida pelo grupo católico que assumiu a institucionalização e direção do Patronato.

Examinamos como os projetos ruralistas e de urbanização incidiram no projeto do Patronato, tendo em perspectiva os projetos locais, a história do município – Quais imbricações entre público e privado na história da instituição? Como os projetos de

escolarização, de internamento, de trabalho para “menores” constituíram a história da instituição? De que maneira os vértices e representações da infância, educação, trabalho e assistencialismo foram articulados na construção dessa instituição? Essas, entre outras questões, surgiram no trabalho com as fontes. Nas fontes documentais encontradas no Arquivo do Patronato São Bento, entre os anos de 1955 a 1969, pertencentes à Diocese de Petrópolis,⁶ sob a guarda provisória do CEPEMHED, há diferentes documentos, tais como: atas, atestado, ofícios institucionais com prestação de contas, estatuto da Associação Beneficente de Menores (ABM) e do Patronato São Bento. Porém, essa documentação não foi previamente inventariada ou catalogada. Assim, a metodologia da pesquisa documental adotada, implicou organizar e transformar o “arquivo”. Uma coleção de documentos dispersos e fragmentados, transformados em “fontes”, isto é, num corpus documental que permitiu à pesquisadora, desenvolver os objetivos da pesquisa, examinar e responder a problemática de pesquisa, assim como apresentar outras questões. No arquivo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, sediado na Câmara Municipal de Duque de Caxias, foram fotografados alguns dos periódicos locais com informações sobre a cidade e o Patronato São Bento. A análise da documentação contribuiu para a compreensão do projeto pedagógico, as relações do Patronato com as políticas públicas de educação e de assistência social dos anos de 1950 a 1980, campo ainda não desbravado pela historiografia da educação em Duque de Caxias.

No Arquivo do Mosteiro do São Bento, no Rio de Janeiro, encontramos os registros fotográficos do acervo pessoal de Dom Odilão, o primeiro diretor do Patronato, além do currículo com a trajetória do monge. Diante disso, o presente trabalho de pesquisa está organizado da seguinte forma: utilizamos o sistema autor data, no corpo do texto, para as referências bibliográficas, e deixamos as notas de rodapé para referenciar as fontes de acervo. Também utilizamos, em alguns títulos e subtítulos, expressões das fontes, indicadas entre aspas. Também escolhemos não utilizar o sistema idem, ibidem, porque achamos que a repetição das referências, para uma primeira versão da dissertação, era um recurso mais seguro para o manejo das fontes e referências.

No capítulo 1, elencamos os avanços dos trabalhos sobre a historiografia educacional fluminense, o núcleo colonial, seu imbricamento com o projeto ruralista e a inserção do projeto da Cidade dos Meninos, nesse espaço, além de voltarmos nossos olhares para as marcas desse território até sua emancipação, associado ao projeto assistencialista para os

⁶ A diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti foi criada em 11 de outubro de 1980, a partir da junção de desmembramentos das Dioceses de Nova Iguaçu e Petrópolis, e foi fundada em 12 de julho de 1981.

“menores”, pensado em nível nacional. Buscamos assim, compor nesse capítulo, os núcleos de estudos que compõem o objeto, ou seja, o imbricamento da historiografia da educação e da Baixada Fluminense, os estudos sobre os usos do território das regiões, que hoje compõem o município, e uma especificidade histórica, que foi observada da destinação de projetos de assistência, a uma determinada infância no território da cidade.

No capítulo 2, apresentamos algumas questões do município através do olhar da imprensa local. Para isso, recorremos ao Jornal *Folha da Cidade*, com matérias que tratavam de assuntos relacionados à questão do “menor”. Assim, apontamos a intervenção judiciária, o crime do lenocínio na cidade e a campanha estabelecida pelo jornal, na tentativa de construção de um local de internamento, que resultou no Patronato São Bento. Portanto, demonstramos as relações existentes entre o debate local sobre os menores que, na perspectiva da campanha promovida pelo jornal, causavam problemas ao vagar “abandonados” pelas ruas da cidade, contribuindo para uma visão negativa da cidade de Duque de Caxias como local do vício, do crime, do lenocínio. Assim, também pelo jornal, identificamos que a “solução” encontrada seria a criação de uma instituição de acolhimento dessa infância. A partir da imprensa, foi possível identificar as diferentes agências das sociedades política e civil que atuaram na campanha, a mobilização de discursos jurídicos, médicos, filantrópicos e assistencialistas, assim como as resistências encontradas. A ABM foi criada para encaminhar a criação do espaço de internamento e também para regularizar, em parceria com o poder judiciário local, o trabalho dos menores na rua. Interessante notar que o espaço de internamento seria criado em outro distrito, em área rural, distante das ruas principais do distrito-sede, “urbanizado”, do município.

No capítulo 3, destacamos os agentes e as agências envolvidas nesse projeto do Patronato São Bento, a elaboração do seu primeiro Estatuto e de sua reformulação, o processo de busca pelo espaço de internamento, a construção de sua nomenclatura e o imbricamento entre o público e o privado na busca pelo financiamento. A partir da perspectiva teórica adotada sobre a história das instituições (Saviani, 2007; 2013a; 2015), buscamos demonstrar as estratégias, os impasses e os interesses que mobilizam a criação da ABM e do Patronato. Interessa-nos apresentar o movimento de institucionalização, a emergência, o processo, os modos pelos quais a experiência dos sujeitos vai compondo a história da instituição (THOMPSON, 2001).

No capítulo 4, identificamos a continuidade e a ruptura entre o trabalho inicial desempenhado na rua, assim como o desenvolvido no espaço de internamento. Através das fontes que demonstram a ótica dos dirigentes da instituição, é possível recuperar como essa

infância, em situação de pobreza, era classificada, julgada. É possível conhecer o perfil do público atendido. Dirigido por D. Odilão, o Patronato foi também a experiência de institucionalização de uma “pedagogia cristã”, que buscava doutrinar rotinas, comportamentos, sentimentos dos menores e de suas famílias.

A escolarização dos internos também foi alvo de investigação, posto que ocorria em parceria do Patronato com escolas públicas. Detectamos algumas características das instituições escolares, imersas no território do Núcleo Colonial onde também se localizava o Patronato, assim como as peculiaridades dessa instituição assistencial e educativa do Patronato São Bento, associada ao trabalho para esse “menor”. A atuação do Patronato corria também em regime de colaboração com agências nacionais, sendo que também ocorriam problemas entre essas agências e o Patronato. Dialeticamente, as fontes também deixam pistas sobre as resistências de parte dos menores ao internamento, as dificuldades vividas de saúde, de aprendizagem e mesmo sob a ótica da Igreja, de adequação às expectativas e normas impostas.

1 EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA EM DUQUE DE CAXIAS

Pelas estatísticas que nos foram apresentadas o problema é gravíssimo. Trata-se de centenas e centenas de menores, de ambos os sexos, que desamparados, sem nenhum esteio de família bem constituída, andam ao léu, presa fatal das mais vís paixões. Aliás quem poderia falar com eloquência sobre a gravidade do problema, melhor do que nós, seria a Delegacia de Polícia de Caxias que registra em seu arquivo doloríssimos episódios de delinquência infantil nesta cidade.⁷

Duque de Caxias é um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense e, na década de 1950, era limítrofe da então capital federal: a cidade do Rio de Janeiro. Esses aspectos já demarcam determinadas disputas; uma delas, em relação às funções desempenhadas pelo território, como a condição de lugar de abastecimento da capital federal imposta à região, ao longo do tempo. Diante do que foi apontado e do levantamento de outras disputas, desenvolvemos o primeiro capítulo, através de uma pesquisa bibliográfica e de fontes documentais, com a vontade de compreender as relações existentes entre a história do Patronato e a história do território. Assim, como também, refletir sobre as funções das diferentes instituições educativas no mesmo território, com suas especificidades e seus vínculos com as políticas de cunhos nacional, estadual e municipal.

Assim, fazemos uma breve apresentação da Cidade dos Meninos que emerge como o Patronato das ações assistencialistas, direcionadas para uma determinada infância com as questões relacionadas à tutela desses “menores” de Duque de Caxias e seus arredores. O estabelecimento desses espaços de internamento, a Cidade dos Meninos e o Patronato São Bento, no Núcleo Colonial São Bento, permitiu-nos uma análise sobre suas implicações com o projeto ruralista e urbano-social, instaurado no país por essas instituições educativas que transpassaram décadas diferentes.

⁷ HOJE, INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias*, 29 e 30 abr. 1956.

1.1 A historiografia da educação fluminense

O estudo sobre os anos iniciais de fundação e de funcionamento do Patronato São Bento,⁸ descortinou pluralidades sobre suas experiências educativas atreladas aos projetos e às práticas de escolarização, destinadas a diferentes públicos, além de apresentar em determinados momentos, a distância entre o prescrito e o realizado. Localizamos assim, o objeto em questão no seu território com suas peculiaridades e, paralelamente, relacionamos brevemente os estudos locais em história da educação.

O Patronato São Bento como a Baixada Fluminense⁹ foram temáticas pouco trabalhadas ao longo do tempo. Quando observamos o campo da História da Educação, percebemos que existem algumas permanências da valorização de alguns territórios em detrimento de outros, como notamos a partir da afirmação feita por Saviani:

[...] o nacional será reduzido a mera abstração ou será tomado como nacional a manifestação local ou regional mais influente, como ocorreu com o município neutro e a província do Rio de Janeiro no Império, o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Minas na Primeira República, e Rio de Janeiro e São Paulo após a Revolução de 1930 (SAVIANI, 2013a, p. 31).

Ratificamos essa característica ao observarmos a quantidade de trabalhos acadêmicos na linha da história da educação sobre o município do Rio de Janeiro, se comparados com a produção sobre a da educação estadual fluminense:

É preciso investimento coletivo dos historiadores da educação fluminense para que se abra espaço ao enfrentamento de questões relativas às histórias locais e regionais, à ação dos municípios, às iniciativas comunitárias, às práticas educativas informais, não-escolarizadas e difusas de educação, entre muitas outras temáticas, ainda inexploradas e silenciadas na História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SCHUELER, 2010, pág. 548).

Notamos assim, que a história da educação tem apresentado, ao longo do tempo, poucos estudos sobre a ação dos governos estaduais e municipais. Mas, ao observarmos a historiografia sobre a Baixada Fluminense, notamos, a partir do final do século XX e início do século XXI, uma maior incidência de trabalhos acadêmicos sobre história da educação. Anteriormente, tínhamos trabalhos como o de Lustosa (1958) que se caracterizava por uma história dos grandes feitos numa preocupação com a questão cronológica, onde os dados sobre

⁸ Patronato São Bento é uma das denominações que a instituição recebeu ao longo do tempo. É a mesma instituição identificada como Instituto Profissional São Bento, como veremos no decorrer do texto.

⁹ De acordo com a classificação da FUDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a Baixada Fluminense corresponde a um conjunto de municípios formado atualmente por Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri, constituiu-se como um conglomerado urbano a partir da década de 1930 (BRAZ & ALMEIDA, 2010).

a educação escolar em Duque de Caxias eram mencionados como modos de convencer sobre o “progresso” do município. Apesar dessa característica, ressaltamos a importância desses registros para os pesquisadores contemporâneos.

Ao analisarmos as pesquisas acadêmicas no campo da historiografia da educação da Baixada Fluminense, elencamos: Ana Chrystina Venancio Mignot (1997), com a tese intitulada “Baú de memórias, Bastidores de histórias – o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto”; Júlio César Paixão Santos (2008), com a dissertação “Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional (1921-1932)”; Vilma Corrêa Amâncio da Silva (2008), com a dissertação intitulada “O projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)”; Jordânia Rocha de Queiroz Guedes (2009;2012) com a dissertação intitulada “Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassu (1833-1858)”, em que trata da disseminação de escolas públicas no atual município de Nova Iguaçu no século XIX; Antoniette Camargo de Oliveira (2012) com a tese “Missão Educacional Alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas de Dillingen para a Baixada Fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti RJ (1937-1956)”; Amália Dias (2012) com a tese “Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu” (1916-1950) e, mais recentemente, Kátia Maria Soares (2016), com a tese “Pelos narradores da solidão: marcas do integralismo na memórias sobre a educadora Aurélia de Souza Braga” (Belford Roxo, 1930-1945).

Entre as dissertações e teses relacionadas, temos uma quantidade total de sete trabalhos, três deles tratam da temática do escolanovismo como reflexo do que aconteceu no campo da historiografia da educação em nível nacional, pois essa temática foi e é recorrente nas pesquisas do campo da história da educação.

Ainda sobre a tese que trata do processo de escolarização do distrito-sede de Nova Iguaçu, Dias (2012), lança luz sobre a inserção do projeto ruralista para educação na Baixada Fluminense. Como o nosso objeto de estudo tem um recorte temporal próximo na pesquisa sobre o Patronato, identificamos que o tema do ruralismo é uma chave de compreensão para as disputas sobre os projetos de escolarização na Baixada, desde a Primeira República até a década de 1950 (DIAS, 2014), como do uso do seu território. Assim, também os significados atribuídos ao território, às paisagens rurais e urbanas, influenciam e repercutem projetos de sociedade e de nação. Diante disso, constatamos que os documentos do Patronato São Bento, o qual parte do acervo encontra-se sob a guarda do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), dialoga com a historiografia sobre a educação na Baixada Fluminense e com a historiografia sobre a história

da educação no Estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, investigamos no Patronato, os modos de educar uma infância marcada pela pobreza, e como a assistência e o trabalho foram recursos utilizados para o controle social desse público.

Além disso, o objeto se insere também na temática da educação rural. Por isso, trazemos contribuições importantes sobre esse tópico a partir de Mendonça (2010), que chama atenção para alguns cuidados que devemos ter ao estudar tal questão. Primeiramente, são mais escassos os estudos sobre a temática. Sonia Regina de Mendonça alertou que costuma haver na historiografia, uma vinculação mecânica da educação rural com a educação popular, além de não inseri-la numa discussão política conflitante. A pesquisadora questionou o fato de que os estudos sobre educação rural eram e são sempre associados ao Ministério da Educação e Saúde, no pós 1930. Esse aspecto silenciou a atuação do Ministério da Agricultura e sua intervenção nesse setor, desde a Primeira República. Além de todos esses elementos, tensionou o fato de 1930 ter sido estipulado como o marco para a Pedagogia Ruralista. Mendonça (2010), defendeu, na verdade, um período anterior de discussões sobre a educação rural com o surgimento do Ministério da Agricultura, em 1910, como também a permanência de tal projeto para além da Era Vargas. Alegou ainda que o debate sobre a educação rural deve ser examinado à luz de projetos de disseminação de códigos de comportamento e de disciplinamento da força de trabalho. Afirmou também que devemos ficar atentos para uma educação rural que sofreu diferentes redefinições ao longo do tempo.

Mendonça (2010), lembrou também que, a trajetória rural no Brasil esteve marcada por relações tensas e concorrenciais, pelo próprio fato do ensino técnico agrícola ter sido desvinculado da pasta do Ministério da Agricultura apenas em 1961, ano de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isso caracterizou a longa disputa empreitada ao longo do tempo pelo Ministério da Agricultura com o Ministério da Educação e Saúde. Assim, como as primeiras ações do Ministério da Agricultura referentes à modalidade de ensino rural que não foram mencionadas, consideraram a atuação do Ministério da Agricultura nesse setor não significou negar a atuação do Ministério da Educação e Saúde, mas sim, ampliar a possibilidade de análise.

Apesar do Patronato ter surgido na década de 1950 e ter uma aproximação maior do Ministério da Justiça, o fato de ter sido estabelecido no território do Núcleo Colonial São Bento, que foi instituído na Era Vargas (1932), inseriu-o na discussão do ruralismo fluminense, até porque as escolas oferecidas, tanto para os internos quanto para os filhos dos colonos eram vinculadas ao núcleo no início do Patronato. Nessa perspectiva, a questão “rural” ou da “educação rural” não se referiu apenas ao tipo de conteúdo ou de escola, mas, também

se referiu às relações da escola com as funções sociais do território onde estava inserida (DIAS, 2014).

O projeto, posto em prática no período, correspondia ainda, à fixação do homem na sua região através da identificação com o espaço rural fluminense, aliada à ideia de progresso, com a implementação de escolas por meio de convênios com as municipalidades (FERNANDES, 2009), ou seja, um projeto ruralista vinculado à educação. Por isso, defendemos que o tema do ruralismo precisa ser melhor explorado pela historiografia da educação fluminense, a fim de lançar novas possibilidades de compreensão dos projetos e políticas educacionais. Parece ser esse o caso do Núcleo Colonial São Bento e das experiências escolares que ali foram produzidas.

1.2 Dos usos do território à emancipação de Duque de Caxias

A partir dessa necessidade, levantamos alguns aspectos do território que se referem à ocupação do mesmo em diferentes períodos, com o objetivo de não separar a história local da história da educação, buscando, assim, não tratar o território apenas como um cenário onde investigamos aspectos da história da educação, mas pensar de que modo a história local incidiu sobre os processos de escolarização da região. Para atingirmos tal objetivo, iniciamos com o estabelecimento dos índios Jacutingas,¹⁰ que viveram às margens dos rios Iguazu e Meriti e que chamavam essa região de Trairaponga. Com a instalação dos franceses no Rio de Janeiro, foi implementado um trabalho missionário, organizado o escambo com os Jacutingas e, nas trocas de madeiras e alimentos, os mesmos recebiam dos franceses, produtos manufaturados (SOUZA, 2014).

Em 1564, a atuação francesa foi combatida e parte dos indígenas migraram para o interior do nosso território,¹¹ como consequência da guerra contra os portugueses. Em 1565, Cristóvão Monteiro, Ouvidor-mor, recebeu a doação de terras na Sesmaria de Iguazu por sua atuação contra os franceses, construindo o primeiro engenho açucareiro da região em sua Fazenda de Aguassu ou Iguassu. Cristóvão Barros recebeu sesmarias na região que compreendeu o município de Magé e, três anos após Martim Afonso, doou terras à Brás Cubas, que nunca as ocupou. As terras que margeavam os rios de Inhomirim, Imbariê e

¹⁰ Os Tupinambás eram chamados de Jacutingas por se enfeitarem com penas de jacutinga (SOUZA, 2014).

¹¹ Serra dos Órgãos, Serra do Tinguá e Serra da Taquara (SOUZA, 2014).

Estrela foram doadas¹² no final do século XVI, e passaram a ser conhecidas como Piedade do Inhomirim, posteriormente Estrela. Nos séculos XVI e XVII, novos colonos ampliaram a invasão portuguesa nas cercanias da Guanabara, com produção agrícola para exportação e o comércio internacional. Era necessário assegurar o domínio luso nas margens da Baía de Guanabara (SOUZA, 2014).

No lugar das aldeias indígenas, foram sendo instalados engenhos, capelas, mosteiros, tabernas, portos e estradas. A topografia da região era propícia ao plantio da cana, e os rios facilitavam o escoamento da produção e a comunicação com a cidade portuária do Rio de Janeiro. Além disso, a existência de uma reserva de madeira considerável viabilizou sua extração e comercialização, permitiu a construção dos engenhos e das embarcações e estimulou a produção de carvão. A extração de madeira manteve-se como atividade comercial vantajosa na região pelo menos até meados do século XX.(SOUZA, 2014, p. 39)

Pelo fato da produção agrícola caracterizar o uso do território, era também necessária a aquisição de mão de obra, o que acarretou na presença africana gradativa, por meio do sistema escravagista, o que não significou o desaparecimento da população indígena, ainda no século XVIII (SOUZA, 2014). No século XVIII, foi descoberto ouro no planalto mineiro, o que transformou a região portuária do Rio de Janeiro no principal centro econômico e político da colônia, e que refletiu também em Iguazu, com novas concessões de terras em benefício de um pequeno grupo de proprietários (SOUZA, 2014).

A implantação de aparato administrativo e controle religioso às margens dos principais rios da região com portos e capelas, assim como a sustentação escravista, contribuíram para a formação de núcleos articulados:

A matriz paroquial estabelecia uma sede religiosa territorial, na qual seus fregueses se relacionavam por meio de quermesses e cultos. A partir do século XVII, a organização paroquial estabeleceu as bases para a estrutura administrativa e a criação das freguesias. Durante os séculos XVII e XVIII, seis freguesias foram organizadas na região de Iguazu e Estrela: N. Senhora do Pilar do Aguassu (1612), N. S. Piedade de Aguassu (1719), São João Batista do Trairaponga (1647) - que depois passou a ser São João Batista de Meriti - , N. S. da Piedade de Anhum-mirim (1759), Santo Antônio de Jacutinga (1755) e N. Sennhora da Conceição de Marapicu (1759). Elas funcionavam como normatizadoras da ordem portuguesa e articulavam os interesses daqueles que controlavam os meios de produção da região. (SOUZA, 2014, p. 43)

As Freguesias¹³ do Pilar, Meriti, Anhum-mirim e Jacutinga tiveram suas fronteiras marcadas pelos rios que cortavam a região. “As condições ambientais e o modelo implantado exigiam uso de mão-de-obra de escravo africano” (SOUZA, 2014, p. 44). Eram utilizadas

¹² As terras foram doadas à Antônio Fonseca, Domingues Fernandes, Simão Botelho, etc... (SOUZA, 2014).

¹³ Correspondiam ao território de Duque de Caxias. No século XVIII, as Freguesias de Pilar e Meriti pertenciam ao Distrito de Irajá enquanto que Piedade, Jacutinga e Marapicu ao distrito de Guaratiba (SOUZA, 2014).

pequenas embarcações para escoar a produção¹⁴ nos portos próximos aos engenhos, que ao chegarem no porto principal da Freguesia,¹⁵ transferiam a mesma para uma embarcação maior para que chegasse ao porto do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que com a morte de Cristóvão Monteiro, em 1591, a herdeira da fazenda, Marqueza Ferreira, doou parte das terras à Ordem de São Bento. Posteriormente, em 1645, foi construída a capela de Nossa Senhora das Candeias, que no século seguinte, foi denominada Nossa Senhora do Rosário de Iguaçu. No local que corresponde atualmente ao bairro de São Bento, foi instalada a primeira e a mais importante fazenda no período: a de Iguaçu, que pertencia aos beneditinos (SOUZA, 2014). A partir do século XVII, os beneditinos aumentaram a sua produção açucareira, os seus limites de terra, a criação de gado e de aves. Eles, ainda construíram um sobrado, uma olaria e um engenho de farinha. Dessa forma, os alimentos encaminhados da região para o mercado do Rio de Janeiro e da Europa, eram o açúcar, produzido pela Freguesia de Jacutinga,¹⁶ a farinha, da Freguesia do Pilar e o arroz, da Piedade de Iguaçu. Tanto a Freguesia do Pilar quanto Piedade de Iguaçu eram as mais populosas, mas a do Pilar era a mais próxima da Baía e local da passagem do ouro mineiro (SOUZA, 2014).

Durante todo esse período, o cenário fluminense foi movimentado a partir dos interesses econômicos locais e metropolitanos. De um lado, a região se integrou à lógica externa determinada pela metrópole portuguesa, produzindo a principal mercadoria de exportação e servindo de ligação com o novo centro da economia colonial: o planalto mineiro. De outro, os proprietários de terras e de escravos procuraram desenvolver uma produção agrária articulada com as demandas internas, tornando-a uma região produtora para o consumo regional, fornecendo alimentos, madeira, tijolos e carvão. Dessa forma, era possível estabelecer uma pequena margem de autonomia econômica para suportar as flutuações do mercado externo e assegurar uma acumulação mesmo que pequena. (SOUZA, 2014, p. 49-50)

A função da Igreja Católica foi significativa “na estruturação e no controle da ordem colonial estabelecida”, além de legitimar o poder local dos proprietários de terra e da própria igreja, embora essa atuação da igreja estivesse marcada pela tensão entre os interesses da metrópole portuguesa e dos locais (SOUZA, 2014, p. 50). As irmandades religiosas¹⁷

¹⁴ Os escravos eram responsáveis por desobstruir os rios, abrir estradas, fabricar tijolos, produzir aguardentes, lidar com a manufatura do açúcar, criar gado, construir os canais, os diques e as pontes, cultivar alimentos para a subsistência da fazenda e para a comercialização com o porto carioca, levantar os prédios da casa grande, das capelas e das olarias, ; transportar as mercadorias e conduzir as embarcações (SOUZA, 2014).

¹⁵ Os principais portos da Freguesia eram Iguaçu, Pilar, Meriti, Estrela e Sarapuú. Iguaçu foi o principal porto escoadouro colonial da Baixada Fluminense no século XVI (SOUZA, 2014).

¹⁶ Essa produção era localizada entre os rios de Iguaçu e Sarapuú em direção à Maxambomba. (SOUZA, 2014).

¹⁷ No altar-mor ficavam as irmandades dos padroeiros e do Santíssimo representadas pelos brancos proprietários e os mais ricos. Os pardos e mestiços pertenciam à irmandade Nossa Senhora da Conceição. Os artesãos e taberneiros eram componentes da de São Miguel e das Almas. Os homens de cor se vinculavam à do Rosário e à Confraria de São Benedito (SOUZA, 2014, p. 50-51).

atuavam nas igrejas, “espaços de sociabilidade dos leigos e de demarcação das diferenças étnicas e econômicas” (SOUZA, 2014, p. 54). A posição que os altares de cada irmandade ocupava dentro da igreja obedecia uma hierarquia entre as irmandades.¹⁸ Assim, a igreja exercia a atribuição de fiscalizadora e controladora da ordem portuguesa, com visitas pastorais dos representantes do alto clero.¹⁹ Isso favorecia a existência de tensão entre os colonos e a igreja, no que diz respeito à sonegação de informações por parte dos colonos, para minimizar os recursos pagos à Coroa e à Igreja, conforme afirma a autora (2014).

Todo esse jogo político demonstra a face do poder construída na colônia. A Coroa portuguesa legitimava e utilizava-se dos recursos tributados pela igreja e da lógica religiosa enquanto instrumento de controle interno. Em troca, investia recursos da Fazenda Real na construção de templos, ostentando o poder da Coroa. Por sua vez, a estrutura política instalada pela metrópole e exercida pela igreja servia aos interesses daqueles que controlavam o poder econômico local. (SOUZA, 2014, p. 56)

Durante o século XVIII, o escoamento do ouro mineiro favoreceu a abertura de estradas para integração do planalto ao porto “para circular a produção mineradora e os produtos importados da Europa, principalmente as manufaturas e os escravos” (SOUZA, 2014, p. 56). Em 1699,²⁰ o único caminho era o de Guaianazes e Goitacazes, que levava três meses para ser percorrido, favorecendo a existência de piratas, e a demora, que onerava o transporte, além de exigir uma grande quantidade de mão de obra.²¹ Em contrapartida, a Coroa pagou para que Garcia Rodrigues Paes, bandeirante paulista, construísse um novo caminho que levaria quinze dias, apesar de não ter se disponibilizado o investimento para a conclusão do projeto, o próprio Paes utilizou de recursos próprios²² para terminar tal intento (SOUZA, 2014).

Com a inauguração desse “caminho novo por Garcia Paes”, e por cruzarem Pilar e Jacutinga, essas Freguesias se transformaram em entrepostos de uma das principais rotas da colônia. Tal ação estimulou a abertura de outros caminhos, como: o Caminho do Proença que cruzava Estrela em direção à Petrópolis, Três Rios, Rio Paraíba e Minas Gerais em sete

¹⁸ Na matriz do Pilar estavam localizadas quatro irmandades: a do Santíssimo (1745), a de Nossa Senhora do Pilar (1735), Nossa Senhora do Rosário (1728) e São Miguel e das Almas (1730). A irmandade mais importante da Freguesia era a do Pilar, ela possuía três livros de registro. Um para registro da entrada, saída dos irmãos, esmolas, deveres e fazeres anuais. Outro para registro das despesas, dívidas e quitações. E o último para registro de alegações da fábrica e termos (SOUZA, 2014).

¹⁹ Essas visitas tinham o objetivo de registrar a situação da paróquia com o registro da produção, do número de habitantes da Freguesia, do histórico da matriz, filiais e párocos, de fiscalizar os livros Tomos e as finanças das fábricas, além de emitir um relatório sobre a atuação do pároco (SOUZA, 2014).

²⁰ O ano de 1699 marcou o início da construção do caminho projetado por Garcia Rodrigues Paes, mas o mesmo foi inaugurado em 1704 e atravessava Jacutinga e Pilar (SOUZA, 2014).

²¹ Essa mão de obra correspondia aos escravos alugados sobreviventes que ofertavam pouso, alugavam burros e parte de seus escravos para garantir o trânsito de mercadorias e pessoas (SOUZA, 2014).

²² A utilização dos próprios recursos de Paes permitiu que fizesse uso exclusivo do caminho por dois anos, fosse doadas sesmarias e controlasse a passagem dos rios Paraíba do Sul e Paraíba (SOUZA, 2014).

dias (1722), e o caminho de Estevão Brito de Andrade ou Caminho do Tinguá, que era uma variante do caminho do Couto (1728), de acordo com Souza (2014). Em 1760, a escassez do ouro mineiro culminou na decadência do Sudeste e o café se espalhou pelo planalto fluminense e mineiro. Em 1811, foi organizada a Junta Real do Comércio que pavimentou o antigo caminho do Tinguá, que beneficiou a Freguesia de Piedade de Iguazu com os portos de Iguazu e Cava. Nesse mesmo período, foi aberta a Estrada da Polícia, que ligou Cava a Vassouras. Assim, “Estrela, Pilar²³ e Cava permaneceram como entrepostos comerciais e locais de passagem de um grande contingente de escravos africanos que seguiam em direção ao Vale do Paraíba” (SOUZA, 2014, p. 60).

Magepe²⁴ e Iguazu²⁵ se tornaram vilas. Posteriormente, a Vila de Iguazu foi extinta²⁶ em 1835, enquanto as regiões de Anhum-mirim e Estrela tiveram uma ampliação com a chegada da família real, em 1808, que estabeleceu o fim do monopólio comercial, a abertura dos portos, as possibilidades de investimentos privados na produção e nos serviços, foram efetivados. Em 1826, a fábrica de pólvora, situada na Lagoa Rodrigues de Freitas, foi transferida para Raiz da Serra de Estrela, que abrigou muitos escravos e militares responsáveis pela sua fiscalização e pela sua defesa (SOUZA, 2014). Anos mais tarde, as embarcações ficaram maiores, mais seguras e mais velozes com um acesso melhor ao porto, esse período ficou conhecido como a “era do vapor” (1840). Alguns anos após, duas companhias de navegação se fundiram e criaram a companhia a Vapor (1855), planejaram uma nova estrada, em substituição à do Proença (1855), e a estrada de Estrela estava aberta em toda sua extensão (1844), conforme afirmou Souza (2014).

Diante desses investimentos, Estrela se tornou Vila em 1847, com as Freguesias de Inhomirim, Pilar, Guia de Pacobaíba, Suruí e Petrópolis e foi uma das mais importantes vilas. Em 1856, mais melhoramentos para a estrada que ligava a Paraibuna: recebeu investimentos da Empresa Estrada União, que favoreceu Estrela e seu porto de acordo com Souza (2014).

²³ O Pilar não se tornou uma vila, mas foi descrito por alguns viajantes em 1818, como uma região linda com três mil habitantes que cultivavam cana, arroz, milho, feijão e café que eram escoados para o Rio de Janeiro com facilidade. Todos os ribeirões e rios vizinhos eram navegáveis. A expansão do café na direção de Vassouras e Três Rios favoreceu o aumento de circulação no Porto do Pilar (SOUZA, 2014).

²⁴ As Freguesias de Piedade e Magepe era formada pela Vila de Magepe (1789), por Nossa Senhora da Ajuda de Aguapemirim, por São Nicolau do Suruí, por Nossa Senhora Guia de Pacobaíba e pelo arquipélago de Paquetá (SOUZA, 2014).

²⁵ Iguazu se tornou vila em 1833 e compôs a Freguesia de Piedade de Iguazu, assim como Pilar, Meriti, Marapicu e Santo Antônio de Jacutinga. A sede era em Vila de Cava (SOUZA, 2014).

²⁶ A extinção da Vila de Iguazu ocorreu pelos conflitos provocados pela intervenção da Câmara sobre o porto de um proprietário por ter alojado a comissão sanitária sem a devida autorização do dono, por divergências entre o Juiz de Paz/Câmara e pelas tensões entre os proprietários de terra de Inhomirim e Iguazu (SOUZA, 2014).

A existência de três vilas redefiniu a estrutura administrativa na Baixada. As antigas Freguesias foram partilhadas entre as vilas constituídas. Jacutinga, Piedade, Marapicu e Meriti passaram a fazer parte da Vila de Iguazu, enquanto Pilar, Xerém, Inhomirim, Guia de Pacobaíba, Suruí e Petrópolis compunham a Vila de Estrela. Já Magé englobava as Freguesias de Piedade de Magepe, N. Senhora da Ajuda de Aguapimirim, N. S. Aparecida e Paquequer (atual Teresópolis). (SOUZA, 2014, p. 65)

Podemos perceber que após a emancipação colonial (1822), com a fundação do Império, “a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a sede do poder central e, a região fluminense, o centro econômico do país.” Apesar de haver uma valorização de propriedades urbanas do Rio de Janeiro e uma desvalorização das áreas periféricas que não eram produtoras de café, houve uma ampliação do latifúndio²⁷ no nosso território, pois Souza (2014, p. 67) apresentou que “93 indivíduos ou familiares mantinham o controle de terra, enquanto a população livre chegava a 5.881 habitantes.” Desse modo, o Recôncavo Guanabarrino esteve subordinado “aos interesses do poder central comercial” como um “território de ligação de porto com o planalto e de entreposto comercial.” Assim, Iguazu e Estrela tiveram suas funções redefinidas diante da economia nacional e da importância da cidade do Rio de Janeiro (SOUZA, 2014, p. 67).

Todo esse movimento produziu reordenamentos, desvalorizando determinadas áreas de Iguazu e Estrela, e, em contrapartida, valorizando outras. Privilegiou a circulação em detrimento da produção agrícola e favoreceu as condições para o surgimento de um tipo de trabalho escravo, também baseado no trânsito. Ao mesmo tempo, mantiveram-nas como região fornecedora de alimentos para a cidade carioca, promovendo o latifúndio e beneficiando os grandes proprietários locais. Por outro lado, as famílias que mantinham o latifúndio controlavam o poder político local e asseguravam as condições de sobrevivência de uma estrutura agrária em crise. Algumas famílias, principalmente as residentes nas áreas de pouso, circulação e trocas, também se envolveram nas atividades comerciais, que serviam de mecanismo de complementação e acumulação de renda (SOUZA, 2014, p. 67).

Conseqüentemente, a produção cafeeira na região contribuiu para que, na medida em que os proprietários se dirigissem para suas casas na corte, reduzissem o uso da terra para produção e passassem a investir em intermediação, de acordo com Souza (2014).

Além do crescimento populacional da cidade do Rio e de seus arredores, o século XIX ficou marcado pela formação do Estado Nacional e pela consolidação da unidade territorial. As disputas pelo domínio da sociedade política entre liberais e conservadores expressavam-se nas revoltas regionalizadas. Apesar do conflito entre duas possibilidades, o da centralização e o da descentralização, o projeto vitorioso baseou-se no voto censitário, na manutenção da estrutura fundiária anterior, no modelo escravocrata e agroexportador (SOUZA, 2014, p. 68).

²⁷ Esses latifúndios eram mantidos pelos escravos, assalariados e arrendatários que ampliavam as fronteiras agrícolas, produziam alimentos para abastecer a cidade carioca e manter o lucro dos proprietários (SOUZA, 2014).

Dessa maneira, a dificuldade de manutenção da ordem se baseava pelas disputas entre os proprietários de terras pelo poder local, assim como pelos cargos de vereadores, a cessão de títulos nobiliárquicos e de privilégios. Os grupos políticos que atuavam na Câmara, tanto no executivo quanto no administrativo, legislavam em causa própria. Havia fraude nas eleições, até os mortos votavam e os que pretendiam ser eleitos, deveriam fazer combinados, pertencer a algum grupo de amigos bem relacionados ou ser oriundo de família importante (SOUZA, 2014).

Em 1887, foi feita uma reforma no Código de Postura da Vila de Iguazu, pelos conflitos constantes entre conservadores/liberais e a rebeldia negra. A resistência dos quilombos iguaçuanos era denominada pelo Ministro da Justiça Gama Cerqueira como “Hidra Iguaçua”.²⁸ “A rede de solidariedade e de proteção²⁹ aos quilombos foi duramente combatida pelas autoridades locais e provinciais”,³⁰ assim como “a geografia, a circulação escrava e a proximidade com a corte constituíram-se ingredientes fundamentais para a organização e a sobrevivência quilombola na região” (SOUZA, 2014, p. 73 e 76).

A região era composta pelos mais importantes quilombos: o de Iguazu e o do Pilar. Não foram poucas as iniciativas para inibir a resistência quilombola; uma delas foi a criação do código criminal para dificultar os contatos e a aglutinação dos negros³¹ (SOUZA, 2014).

Em 1870, os beneditinos aboliram a escravidão na fazenda de São Bento por diversos aspectos, como: as campanhas abolicionistas da época, o fim do tráfico externo, as fugas e especialmente, a obrigatoriedade do envio de escravos para a Guerra do Paraguai, que dificultou a manutenção da produção da fazenda (SOUZA, 2014).

As condições ambientais oriundas do abandono e do assoreamento dos rios pelos diferentes aterros, e os desmatamentos, modificaram as regiões portuárias do nosso território. Logo, as condições ambientais, de trabalho e de maus-tratos fizeram dos escravos, as

²⁸ A “hidra Iguaçua” era uma alusão a Hidra da mitologia grega que era parecido com um dragão com várias cabeças e difícil de ser derrotado. A correspondência com os quilombos iguaçuanos era o fato de serem muitos com até cem pessoas, de resistirem aos inúmeros ataques e sua localização nas margens dos rios: Iguazu, Estrela, Pilar, Sarapuí, Suruí e nas áreas de manguezais (SOUZA, 2014).

²⁹ Essa rede de proteção era estabelecida entre os quilombolas, taberneiros, escravos de São Bento, comerciantes e negros de ganho da cidade carioca que possuíam terras em Iguazu (SOUZA, 2014).

³⁰ Esse combate consistiu nas “provisões” oferecidas pelos proprietário de terras e pela Câmara de Iguazu. Como também, a ordem de destruição do quilombo por parte de diferentes autoridades: o Imperador, o Ministro de Estado, o Intendente-Geral da Polícia, o General Governador das Armas da Corte e Província (SOUZA, 2014).

³¹ Nesse código havia restrições quanto aos horários em que as tabernas funcionavam e aos ajuntamentos de escravos com possibilidade de multa ou de cadeia para o taberneiro, castigo para o escravo, além da interdição de negociação com escravos e de perseguição aos que vendiam armas aos rebeldes (SOUZA, 2014).

primeiras vítimas de cólera e de malária.³² Apesar disso, os quilombos iguaçuanos foram vitoriosos por permitirem a vida fora do cativeiro e por sua permanência na região, conforme afirma Souza (2014).

A manutenção da estrutura escravocrata e da propriedade da terra só foi assegurada mediante uma constante intervenção do poder central. Logo, podemos considerar que as frações da classe dominante que atuavam no local possuíam uma relação de reciprocidade e de dependência da mediação ou da intervenção da sociedade política presente no Estado imperial. Essa dependência afirmava ainda mais a subordinação local aos interesses do centro (SOUZA, 2014, p. 80).

Em 1854, foi inaugurado pelo Barão de Mauá, em Guia de Pacobaíba, a Estrada de Ferro Barão de Mauá,³³ que diminuiu o tempo gasto de viagem, o quantitativo de mão de obra escrava para o transporte do café e as ameaças de roubo com a circulação de mercadorias pelas estradas. Seis anos após, Mauá se uniu a Companhia União Indústria, completou o percurso até Minas e o Porto Estrela deixou de ser entreposto principal. Assim, a circulação econômica ficou centralizada no Porto de Guia de Pacobaíba (SOUZA, 2014). Na década de 1860, uma nova ferrovia cortou a Baixada Fluminense — a Estrada de Ferro Pedro II — e saía do Rio de Janeiro para chegar a Três Rios. Isso resultou num quadro de crise para o Porto Estrela e Cava, a sede de Vila Iguaçu, além de decadência para a ferrovia de Barão de Mauá. Assim, “os eixos de ocupação privilegiados deixam de ser as margens dos rios e passam a ser as proximidades das estações ferroviárias e das rodovias” (SOUZA, 2014, p. 82).

Dessa maneira, iniciou-se um discurso de crise e busca de um passado brilhante por parte dos barões, no final do século XIX e início do século XX; para justificar investimentos públicos na agricultura fluminense e no saneamento básico para “combater o impaludismo e revalorizar a propriedade rural” (SOUZA, 2014, p. 82).

A partir de 1883, os proprietários do Oeste de Vila Iguaçu investiram na fruticultura e as laranjas iguaçuanas passaram ser vendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em seguida, Nilo Peçanha beneficiou a laranja fluminense (1910), e fez com que houvesse uma ampliação de sua comercialização e de sua exportação (SOUZA, 2014). Em 1886, houve a instalação da Estrada de Ferro Leopoldina, que cruzou Duque de Caxias, mas não evitou que as terras ficassem desabitadas. Em 1891, Estrela perdeu a condição de vila e seu território foi dividido entre Magé e Iguaçu. Parte de Anhum-mirim, Guia de Pacobaíba e Pilar foi destinada à Iguaçu. A partir disso, as vilas foram denominadas municípios, enquanto que as freguesias se

³² Por consequência disso, a população escrava da década de 1870 teve uma diminuição de quase metade, pois em 1849 equivalia a 62 % enquanto que em 1872 representava apenas 32,5 %. Apesar dessa redução, a presença escrava na região fluminense era significativa ainda e os quilombos continuavam sua resistência nesse período de 1870 (SOUZA, 2014).

³³ “...na estação do Barão de Mauá, com um aumento de 19.175 passageiros, em 1854, para 42.901, em 1869” (SOUZA, 2014, p.80-81).

transformaram em distritos. Dessa forma, o então, município de Iguaçu passou a ser “composto pelos Distritos de Santo Antônio de Jacutinga, Marapicu (Queimados), Piedade de Iguaçu, Meriti (atual estação de Duque de Caxias), Sant’Ana de Palmeiras (Tinguá) e Pilar. Xerém e a parte de Estrela que coube a Iguaçu, passaram a fazer parte do Distrito de Pilar” (SOUZA, 2014, p. 83).

Concomitantemente, no final do século XIX e início do século XX, algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro, começaram a ser valorizadas para o comércio e o fato de serem ocupadas por trabalhadores pobres, negros e mestiços, sofreram um processo de gentrificação. Conseqüentemente, as comissões de higiene, da saúde pública, da polícia, dos especuladores e do governo municipal baniram as moradias coletivas e populares, do centro para a metrópole carioca, e os morros com a proposta “civilizadora” de Pereira Passos. Tal projeto (1904) foi apresentado como inquestionável e inevitável, além de não propor uma possibilidade de reurbanização. Dessa maneira, com a especulação imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, a periferia foi a alternativa possível para os trabalhadores que chegavam diariamente à capital da República e a partir da segunda década do século XX, Caxias sofreu um processo de urbanização (SOUZA, 2014).

Na década de 1930, Duque de Caxias integrava a Vila Merity, que fazia parte da economia fluminense. Tinha como base da mesma, a agro-exportação da laranja, do sal e da farinha de mandioca (SOUTO, 2014). A referida Vila tinha uma estação ferroviária, denominada Merity, que no início do século XX, era comandada por uma elite rural decadente. “Nesse período, os barões do século XIX já haviam sido definitivamente afastados da cena política com o advento da República, dando lugar aos coronéis e comendadores ainda intimamente ligados ao poder rural” (SIMÕES, 2006, p. 142) .

Simões (2006) afirmava ainda, que é nesse âmbito que apareceu um conflito entre os setores mais conservadores do Conselheiro Paulino e o grupo de Alberto Torres e Nilo Peçanha, ambos do Rio de Janeiro.

A trajetória de Nilo Peçanha de presidente do Estado do Rio a presidente da República baseou-se no apoio das elites rurais fluminenses menos retrógradas, que se beneficiaram de projetos de saneamento e apoio a diversificação agrícola, em especial na Baixada Fluminense, mais especificamente Nova Iguaçu, onde se estabeleceu uma forte citricultura no período que vai de 1900 a 1904 (SIMÕES, 2006, 143).

Enquanto que Merity e outras localidades da Baixada eram “povoações fronteiriças ao Distrito Federal”, as obras de saneamento foram apropriadas para o loteamento popular. Assim, a elite formada nesse território teve uma composição diferente da sede do município

de Nova Iguaçu, com uma acumulação de ordem urbana, além da vinda de migrantes trabalhadores com custo mais barato para as tarefas urbanas locais e que projetaram líderes como Tenório Cavalcanti³⁴ (SIMÕES, 2006). Como declarou Simões (2006), o ano de 1930, com a instalação do Estado Novo, a centralização do poder nas mãos do Governo Federal e dos interventores indicados por Vargas, foi responsável por reprimir movimentos populares. No Rio de Janeiro, Amaral Peixoto³⁵, junto aos interventores indicados, repreenderam “os movimentos emancipatórios” (SIMÕES, 20016, p. 142). Mas, segundo o mesmo autor (2006), surgiu nesse período:

...um conjunto de medidas como os decreto leis nº 311/1938, 1202/1938 e 3559/1941 que transferem para o governo federal a responsabilidade de redefinir a divisão do território em unidades municipais e distintas ou subordinam as medidas estaduais a aprovação do governo central (SIMÕES, 2006, p. 142)

É nessa correlação de forças que Merity conseguiu sua emancipação de Nova Iguaçu. Diferentes situações aconteceram, contribuindo para tal fato. Primeiramente, num “movimento de afirmação de força local” (SIMÕES, 2006, p. 143), Waldair José da Costa

³⁴ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Bonifácio, no município de Palmeira dos Índios (AL), no dia 27 de setembro de 1906. Estudou até os 12 anos quando ficou órfão e foi obrigado a trabalhar para sustentar a família. Em 1926, mudou-se para o Rio de Janeiro com uma carta de recomendação do seu padrinho e trabalhou como lavador de garrafas da cervejaria Brahma, copeiro e ajudante de enfermeiro no Hospital dos Marítimos, garçom de pensão, entre outros. Em 1927, foi convidado para administrar uma fazenda em Duque de Caxias que na época pertencia à Nova Iguaçu (RJ). O proprietário era Edgar Pinho (cunhado de Otávio Mangabeira que era Ministro das Relações Exteriores) que necessitava substituir o antigo administrador que havia sido assassinado no conflito pela posse e demarcação de glebas. Consta que Tenório contribuiu com a construção da Estrada Rio-Petrópolis. Como administrador da fazenda, esteve em constantes confrontos armados que contribuiu para sua fama de pistoleiro bom de pontaria, foi preso em Petrópolis (RJ), mas foi solto. Em 1932, forneceu uma tropa de mulas para rebeldes constitucionistas de São Paulo. Quando Edgar Pinho arrendou terras para uma empresa alemã, trabalhava na repressão de greve de trabalhadores que se transformou em rebelião e paralelamente, foi adquirindo terras alagadas que foram valorizadas após o saneamento da Baixada Fluminense. Mais tarde, filiou-se à União Progressista Fluminense e em 1936 se elegeu como vereador da Câmara de Nova Iguaçu como representante do distrito de Duque de Caxias. Foi aprovado em concurso e nomeado como agente fiscal do então, distrito, Duque de Caxias. Envolveu-se em diferentes tiroteios e foi acusado da morte do delegado Façanha que o fez fugir para Alagoas. Filiou-se a UDN (1945) foi eleito pela assembleia constituinte em deputado federal (1947) e em 1950 foi o quarto mais votado. Foi acusado da morte de outro delegado caxiense e foi defendido pela UDN. Tenório estudou Direito e advogou em diversos crimes. O jornal A Luta Democrática foi fundado por ele e com um forte apelo sensacionalista. Vestia-se com uma capa preta que escondia sua metralhadora, denominada Lurdinha. A partir de 1964 não se candidatou mais, embora tenha estado próxima a política. Faleceu em 1987. De acordo com o site: [HTTP://WWW.FGV.BR/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/CAVALCANTI-TENORIO](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio). Acesso em: 24 jan. 2017.

³⁵ Ernani Amaral Peixoto, nascido em 1905 no Rio de Janeiro. Na ditadura do Estado Novo, foi nomeado interventor do estado do Rio de Janeiro por Getúlio Vargas. Casou-se com Alzira Vargas. Dirigiu o serviço de abastecimento da Coordenação de Mobilização Econômica (1943-1944). Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). Em 1945, foi eleito deputado federal. Além disso, atuou como governador eleito do estado do Rio de Janeiro (1950), embaixador nos Estados Unidos (1956-1959), ministro da Viação e Obras Públicas (1956-1959), ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa (1963), senador (1970), na liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), senador novamente (1978), no Partido Democrático Social (PDS) alinhado ao governo militar. Morreu em 1989. De acordo com o site: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ernani_amaral_peixoto. Acesso em: 08 maio 2017.

relata no jornal “O Tópico”, que Machadinho³⁶ foi o responsável pela mudança da denominação da cidade com a troca da placa da Estação de “Meriti” para “Caxias”. Nesse episódio, Machadinho estava acompanhado de quatro homens armados e o autor do relato considerou que esse feito foi “um divisor em nossa história”. Ao descrever a figura de Machadinho, o autor da notícia afirmava quem era essa personalidade no território:

Outros fatos merecem destaque, Machado era o orador oficial de tôdas as solenidades particulares e públicas. Saudou em nome da população a Washington Luís na inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina e entregou-lhe uma “corbelle”. Participou de quase todos os grandes momentos da vila: inauguração da Bica D’água por Nilo Peçanha; da iluminação pública na escola de Dona Cordélia, etc.. Fundador de associações como o Centro Pró-Melhoramentos de Meriti, do qual foi secretário e Néri Santa Rita presidente; da Irmandade de N. S. de Belém, onde funcionava também como leiloeiro substituto.

Fora isto pode-se dizer que Machado foi o nosso primeiro pintor de letras, o primeiro corretor de imóveis, o primeiro publicista, o primeiro animador de programas de altofalantes, o primeiro cenografista e também, certamente, o primeiro “public-relations”.³⁷

Identificamos, assim, a inserção e a atuação de Machadinho no território. Simões (2006), destacou que esse acontecimento demonstrava uma vontade de anular o passado negativo e compensar com uma possibilidade de um futuro diferente, talvez, inspirado no fervor revolucionário incitado pela recente “Revolução Liberal” apontada por Lacerda (2003).

O efeito prático deste ato foi o reconhecimento oficial da Companhia Leopoldina Railway, ao aceitar a mudança do nome, de que o núcleo urbano em torno da estação ferroviária não tinha mais nada com o antigo Porto de Merity, sendo portanto um novo lugar. O interessante é que esse novo nome traz consigo um passado ainda mais remoto, ao trazer a tona o nome de Caxias, herói do Império, nascido em terras distantes da estação e que segundo Afrânio Peixoto (1960) nem faziam parte do atual município quando do seu nascimento. O certo é que a Fazenda da Taquara onde o Duque de Caxias nasceu foi subordinada a este núcleo num tempo em que Merity comandava uma vasta região e para esse grupo, isto era mais do que suficiente para criar uma nova identidade territorial que remetesse a uma positividade (SIMÕES, 2006, p. 143-144).

Diante disso, outro aspecto que contribuiu para a emancipação diz respeito ao fato de que Manoel Reis e outras lideranças políticas de Nova Iguaçu, solicitaram ao interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Plínio Casado, o desmembramento de Merity do 8º distrito de Nova Iguaçu e a alteração do nome para Caxias (LACERDA, 2003; SOUTO, 2014). Dessa forma, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, a

³⁶ José Luís Machado – o “Machadinho” que veio há cinquenta anos de Bonsucesso (DF), atraído por familiares seus aqui possuidores de fazendas desde 1891 – seus parentes Aniceto Machado. Em 1900 viria, também, seu pai, o comendador Bento Antônio Machado, bastante conhecido em toda a zona da Leopoldina. NASCE UMA CIDADE: MEMÓRIAS DO HOMEM QUE LHE MUDOU A DENOMINAÇÃO. Jornal *Tópico*, 25 ago. 1958.

³⁷ NASCE UMA CIDADE: MEMÓRIAS DO HOMEM QUE LHE MUDOU A DENOMINAÇÃO. Jornal *Tópico*, 25 ago. 1958.

alteração de nome foi concedida e o distrito de Nova Iguaçu, que era dividido em sete distritos, passou a ser dividido em oito. Simões (2006), destacou que a criação do novo distrito de Iguaçu, podia ser entendido “como o reconhecimento da emergência de um novo foco de poder político no município”, “uma recomposição da base territorial do poder municipal” e “uma estratégia para arrefecer os ânimos de uma nascente insatisfação de parte da elite local.” Como afirmou SOUZA (2003), nos anos 1930, a cidade tornou-se espaço de transbordo populacional da cidade carioca e de presença de investimentos públicos do centro, remodelando o desenho da localidade. Ela ainda apresentou que

O projeto de colonização implantado pelo governo Vargas durante o Estado novo recuperou áreas encharcadas e desvalorizadas, beneficiando-as e favorecendo o retalhamento e a especulação de áreas próximas. Nele, a região foi apontada como área de abastecimento de produção agrícola para a capital, como tradicionalmente era nos séculos anteriores, lugar de abrigo para menores que também seriam integrados à produção agrícola. [...] cidade ordenada, disciplinada, hierarquizada e nacionalista. Sua arquitetura era composta pela fábrica, pelos hotéis dos engenheiros, [...] pela Estrada de Ferro Rio d’Ouro, que facilitava o acesso ao maquinário da fábrica, às vilas operárias, a uma área rural que garantisse o abastecimento agrícola da fábrica através do arrendamento das terras públicas a pequenos lavradores (SOUZA, 2003, p. 50).

Tudo isso favorecia o crescimento populacional da cidade que foi intensificado com a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém, no início dos anos 1940, ao mesmo tempo em que representou um contraste com a ausência do poder público, através da oferta de serviços essenciais na cidade (LACERDA, 2003). Esses aspectos contribuíram para que ganhasse força o movimento de emancipação do distrito. Entre esses serviços, como afirmam Braz; Almeida (2010), nos anos 1940, a municipalidade contava com pouquíssimas escolas, forçando a população à prática de uma educação primária familiar, ou aos que tivessem condições, o envio de seus filhos para estudarem nos bairros mais próximos do Rio de Janeiro, como Penha, Olaria e Bonsucesso. Esse aspecto era um dos anseios que foi acrescido às reivindicações daqueles que almejavam a emancipação da cidade, como uma possibilidade de superação da dificuldade estabelecida quanto a distribuição de verbas para um município tão grande como Iguaçu. Em 1933, doze moradores de famílias abastadas (ligadas ao comércio, mercado imobiliário, profissionais liberais...), fundaram a União Popular Caxiense (UPC), além de um jornal “Voz do Povo de Caxias”, no ano de 1934. Em 1937, fundaram a Associação Comercial de Caxias que um ano após, na solenidade de inauguração de sua sede provisória, contou com um representante do interventor Amaral Peixoto (LACERDA, 2003).

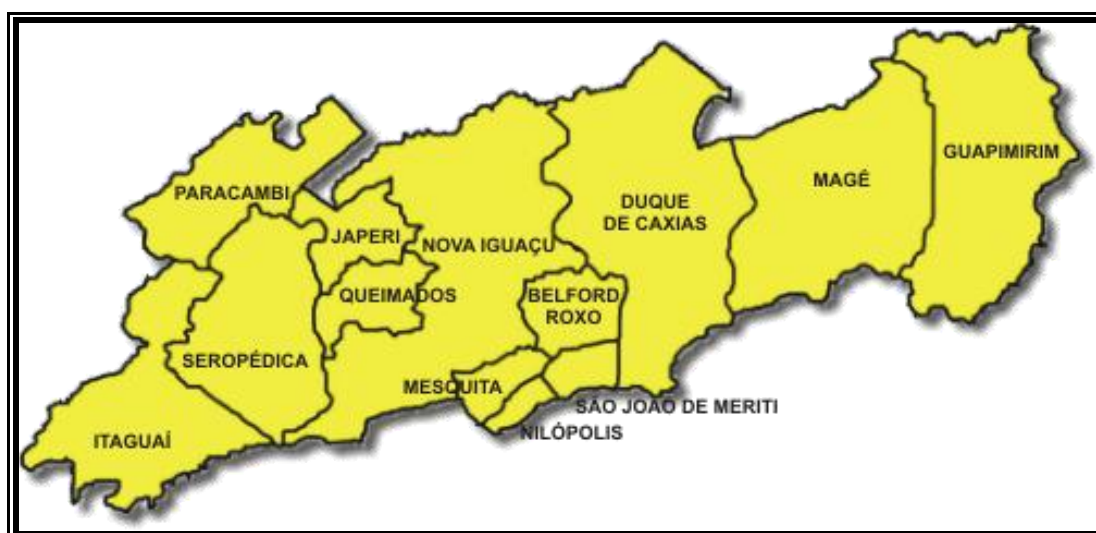
Com o grupo de intelectuais das duas associações citadas anteriormente, foi elaborado um documento solicitando a emancipação do 8º distrito de Iguaçu. Mas, o interventor federal,

Amaral Peixoto, abriu processo no Tribunal de Segurança Nacional e prendeu alguns membros da UPC, assim como foi decretado o fechamento do Jornal “A Voz do Povo de Caxias” (SOUTO, 2014). Para esse grupo, os problemas locais encontrariam as soluções necessárias com o rompimento do domínio do poder de Nova Iguaçu, criando um novo município (SOUZA, 2003). Souza (2003), chama atenção ainda sobre o ocorrido para o fato de que embora Tenório Cavalcanti pertencesse à UPC e fosse favorável a emancipação, não assinou o documento. Mas, o mesmo atuou na intervenção para que fossem soltos aqueles que haviam sido presos. Silva (2003) salientou que apesar da prisão, aqueles que estiveram envolvidos, ganharam respeito e consideração, além dos mesmos continuarem na luta pela emancipação de Merity e pela nomeação de um prefeito que fosse nascido em Duque de Caxias.

Cabe a ressalva que o campo de atuação da UPC se caracterizou no assistencialismo próximo aos mais pobres, estratégia comum à Tenório que quando trabalhou como fiscal da prefeitura, concedia favores fiscais, teve uma loja de material de construção que fornecia alguns produtos para os mais pobres, andava com seu grupo armado que oferecia “proteção”, ao mesmo tempo em que intimidava aqueles que o questionassem enquanto autoridade. Tornou-se advogado para defender os mais pobres (SOUZA, 2014).

Dessa maneira se consolida o clientelismo como forma de ganhar representatividade política na Baixada Fluminense. Na ausência do estado, políticos locais oferecem pequenos favores em troca de votos e fidelidade, conferindo a estes uma certa legitimidade e o acesso ao poder político. Para Tenório, esse modelo significou vitória em quase todas as eleições que disputou para cargos no legislativo, seja em Nova Iguaçu, Caxias ou no plano estadual ou federal (SIMÕES, 2006, p. 146).

Figura 1 Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Ao analisarmos as ações de Tenório, devemos esclarecer que havia um fator contraditório na sua intervenção política, pelo fato de que Getúlio Moura, líder em Nova Iguaçu, ser aliado político de Tenório Cavalcanti. Ambos foram “aliados dos iguaçuanos no plano municipal, oposição moderada a Vargas no plano nacional e inimigos de Amaral Peixoto no plano estadual, que por sua vez, indicou o prefeito municipal, aliado dos dois” (SIMÕES, 2006, p.145-146). Souto (2014), alegou ainda que a Segunda Guerra Mundial contribuiu para que houvesse um rompimento da hegemonia política do distrito sede de Nova Iguaçu, em relação a exportação da laranja no mercado internacional. Esse foi mais um aspecto que contribuiu para a emancipação da cidade. Simões (2006), afirmou que além da guerra, o acelerado crescimento demográfico e econômico dos distritos urbanos, a instalação da FNM e a preservação da autoridade de Amaral Peixoto como uma decisão que partia dele próprio, foram fatores que favoreceram a emancipação também.

Finalmente, “a emancipação veio de cima para baixo” (SIMÕES, 2006, p. 148). Em 31 de dezembro de 1943, o comandante Amaral Peixoto, assinou o decreto-lei nº 1.055, que criou o município de Duque de Caxias com três distritos: Duque de Caxias (ex-Caxias), Meriti e Imbariê (ex-Estrela). Na verdade, a emancipação do município se deu numa tentativa política de organizar o quadro territorial do país (SILVA, 2003), assim como Souza (2003), afirmou que o processo de emancipação da cidade corroborava com o projeto de reforma administrativa com base no Estado Novo, que consistia na consolidação nacional. Ambas as autoras confirmam que a emancipação fazia parte do projeto de poder político e Simões (2006), consolidou ao dizer que era um projeto de Amaral Peixoto que foi reforçado com as indicações de prefeitos-interventores, que consistiam em delegados e juízes sem nenhuma ligação com Caxias e Nova Iguaçu, além do destaque oportuno de que Xerém, local em que foi instalada a FNM, passaria a ser controlada por Caxias. “Desse modo, Caxias foi escolhida para controlar esta área estratégica” (SIMÕES, 2006, p. 148). A partir dessa reflexão, suscitamos a lógica de que o município passava a ser visto como célula fundada no nacional, a serviço do populismo e com pouquíssimas possibilidades de autonomia. Assim sendo, a fundação do município esteve imbricada a um projeto de identidade nacional, com bases no discurso de integração de Duque de Caxias ao mundo do trabalho (SOUZA, 2003).

Souza (2003) evidenciou ainda que diferentes projetos políticos estiveram voltados para a Baixada Fluminense, principalmente para Duque de Caxias, pela proximidade do Distrito Federal. Esses projetos tiveram como objetivo, a “modernização”. Projetos como: o Núcleo Colonial Agrícola, o Patronato São Bento, a Cidade dos Meninos e a Fábrica Nacional

de Motores, que demarcaram a cidade como espaço do abrigo e da formação do trabalhador nacional. Esses projetos tinham como objetivo também a “modernização” aliada ao controle, além do projeto de colonização consistir:

no domínio das condições naturais encontradas, na ocupação das terras públicas através de políticas que favorecessem o acesso do Jeca Tatu à terra e às técnicas agrícolas, no avanço no desenvolvimento com bases na indústria nacional e na exaltação do nacionalismo e da grande liderança nacional: Vargas (SOUZA, 2003, p. 40).

Essa liderança se concretizou na realidade, principalmente quando observamos a expressiva quantidade de votos que Vargas recebeu do trabalhador caxiense, assim como a imagem de modernizador e de “pai dos pobres” a ele associado. Cabe ainda ressaltar que tenoristas e amaralistas/getulistas enfrentaram disputas violentas pelo domínio do poder local. “[...] O uso da violência, das práticas políticas assistencialistas, a linguagem populista e o fortalecimento de figuras carismáticas” foram marcas que permaneceram ao longo tempo na cidade (SOUZA, 2003), assim como as características dessa estrutura capitalista que

...lucrava com a exploração da miséria dos trabalhadores fluminenses. Um capitalismo que contava, na sua estratégia de implantação, com a corrupção do aparato policial e legal, com o apoio do Estado que distribuía serviços, espaços, negócios e mão-de-obra e com os esquemas de acumulação ilegais como a jogatina, a prostituição e a rede de hotéis a ela associada e ao jogo do bicho (SOUZA, 2003, p. 49).

Essas práticas foram potencializadas com o crescimento populacional, progressivo desenvolvimento econômico e, com a emancipação alcançada em 1943, o antigo vilarejo transformou-se em uma cidade com crescimento desordenado (ALMEIDA, 2014). Apesar da educação ter sido estabelecida como uma moeda de troca nesse período tanto para conformar como para fortalecer, a prática clientelista da época não foi suficiente para que houvesse um avanço significativo em relação à construção de escolas e do sistema educativo. Podemos perceber que mesmo, com a emancipação o quadro em relação à educação não mudou muito. Braz e Almeida (2010) afirmaram que nos anos 1950, o município passou a contar com um número maior de unidades escolares. Em 1958, detinha um total de 135 escolas divididas entre municipais, estaduais e particulares. Dessas três esferas, as escolas particulares tinham um número maior que equivalia a 101. A rede escolar atingia 27.659 matrículas, enquanto que a demanda populacional era de 200 mil habitantes.

Notamos que havia um distanciamento entre o atendimento escolar e o quantitativo real que necessitava de atendimento, continuava uma ausência no setor educacional, além de apresentar uma oferta muito maior de escolas privadas. Ao analisarmos os dados oferecidos por Lustosa (1958, p. 127-129), as escolas consideradas municipais representavam 29

unidades. Das consideradas estaduais, 5 escolas, enquanto as escolas particulares eram no total de 101. Essa análise foi feita a partir dos totais fornecidos por Lustosa, mas cabe um estudo mais profundo, pois algumas escolas particulares funcionavam com subvenções, com alguns professores pagos pelo município ou pelo Estado. Percebemos ainda que, Lustosa (1958), enumerou as escolas subsidiadas por cada setor e que as escolas estaduais eram as que representavam uma quantidade menor no município. Sabemos ainda, que nesse período, a configuração das redes estaduais e municipais não era estruturada como nos dias atuais. Da década de 1940 em diante, o sistema de escolarização era centralizado na esfera federal e estadual, alegando-se a escassez de recursos dos municípios para efetivá-los (RIZZINI; BARROS, 2013). Os jornais locais denunciavam a falta de escolas, as professoras que não tinham formação, entre outras questões.

Nos jornais locais, há uma incidência de notícias relacionadas ao Colégio Santo Antônio, inclusive o fato de que a primeira turma de formação de professores foi diplomada em 1956. Sabemos que a escola era privada e que as aulas na cidade eram ministradas, na sua maioria, por professoras leigas. A denúncia, que aparecia inúmeras vezes, era sobre o fato de que muitas das professoras que se formavam na cidade, iam trabalhar no Rio de Janeiro por serem mais bem remuneradas, além do fato da municipalidade não exigir professoras formadas e do relato de atraso no pagamento das mesmas. Nos jornais, eram inúmeras as reportagens que denunciavam o fechamento das escolas ou daquelas que corriam o risco de serem fechadas, além de apresentarem, segundo dados da Agência de Estatística do Município no ano de 1957, dez mil crianças em idade escolar e fora da mesma.³⁸ Entre os sujeitos coletivamente organizados, que buscavam intervir nos moldes dos processos de escolarização do município, o projeto ruralista fluminense incorporou vozes ressonantes no município e nas relações desses com o governo estadual e com a União (DIAS, 2014). Dessa forma, destacamos algumas dessas escolas, que foram criadas a partir dessa relação do governo estadual com a União e a municipalidade de Duque de Caxias.

Segundo Lustosa (1958), a Escola Federal Odilon Braga foi fundada em 3 de março de 1946, pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), numa área arborizada, em terras pertencentes aos Beneditinos, anteriormente e posteriormente, à Mitra Diocesana de Petrópolis. Possuía 318 (trezentos e dezoito) alunos atendidos por 10 (dez) professoras. Oferecia o atendimento médico, odontológico e uma biblioteca. O transporte das crianças era

³⁸ NÃO TÊM ESCOLAS AS CRIANÇAS DE CAXIAS: A GRAVIDADE DE UM PROBLEMA SEM SOLUÇÃO. *Jornal Grupo.*, jun. 1957.

feito por caminhão e havia ainda uma Cooperativa Escolar.³⁹ Segundo o acervo da Secretaria Municipal de Educação,⁴⁰ a instituição — citada anteriormente — funcionou até 1960, transformando-se, em 1967, na Escola Municipal Patronato São Bento. Há referência ainda de que a Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes recebeu em 1983, cerca de 150 alunos da Escola Municipal Patronato São Bento.⁴¹ A Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes foi fundada em 1965, no espaço da Sociedade Cooperativa Mista do Núcleo Colonial São Bento,⁴² com muita precariedade, pois o prédio comportava apenas uma sala de aula. No breve histórico da instituição,⁴³ percebe-se a luta pela reforma e a ampliação da unidade escolar.

Os hiatos na continuidade dos projetos para a educação e a luta pela ampliação do direito à escola foram desafios enfrentados pelas classes populares e, ainda são no tempo presente. A educação-cidadania⁴⁴ foi incorporada pelos setores progressistas dos anos de 1950 e 1960, como lógica na luta dos setores populares. Várias instituições nasceram no sentido de fortalecer as reformas de base e a emancipação dos trabalhadores. Entretanto, percebe-se que eles são quebrados na condução da política educacional e na participação da classe trabalhadora. Duque de Caxias apresentou, nos bastidores da história, experiências instituintes de luta através dos movimentos sociais e populares. Assim sendo, elegemos a abordagem histórica como fundamento para a interpretação da realidade, que é o seu objeto, apreendendo na lógica do passado, uma intervenção adequada no presente, projetando as lutas no futuro. Diante desse quadro, ainda temos poucas pesquisas sobre a História da Educação local; necessitamos problematizar as fontes, não só para entendermos os silêncios e as ausências desses objetos, mas como o Patronato São Bento foi construído para atender demandas desse território.

³⁹ Este espaço transforma-se a partir de 2004 na sede do CEPEMHed, do Centro de Referência Patrimonial e Histórico e do Museu Vivo do São Bento.

⁴⁰ CEPEMHed, Acervo Secretaria Municipal de Educação (SME) - E. M. Nísia Vilela Fernandes, de Informações sobre as Unidades Escolares da Escola Municipal Patronato São Bento, sem assinatura, NV 001.2a, caixa 001, s/d.

⁴¹ CEPEMHed, Acervo SME - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Relatório de 1982, assinado por Maria de Araújo Maziero (diretora), NV 014.2, caixa 001, 1982.

⁴² No Diário Oficial da União de 26 de abril de 1967, página 36 seção 1, o cancelamento da autorização para operar em crédito da Cooperativa União de Crédito popular/São Paulo (www.jusbrasil.com.br/diarios/2811223/credito). Segundo Henrique Dias Sobral Silva, 2002 a constituição das cooperativas traz frequentemente um grande debate entre os geógrafos. A mesma tinha como incumbência: “a organização e integração do colono no ambiente econômico, devendo ser organizada pela própria Divisão de Terras e Colonização” (p.5).

⁴³ CEPEMHed, Acervo SME - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Histórico da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, assinado por Valdetete Alves Teixeira, NV 010.2, caixa 001, 1978.

⁴⁴ O binômio educação-cidadania passa a ser incorporado por setores progressistas da sociedade civil, especialmente nas décadas de 50 e 60 do século XX como veio condutor da prática e exercício da cidadania das classes trabalhadoras. (ALVARENGA, 2011, p. 118).

1.3 O Núcleo Colonial São Bento e os projetos ruralistas locais e nacionais

Como foi abordado anteriormente, a historiografia sobre a Baixada Fluminense nem sempre se debruçou sobre a intervenção do projeto ruralista nas políticas educacionais da região, o que também é verificado na historiografia fluminense. É justamente nesse aspecto que o estudo do Patronato São Bento se insere: primeiramente, por estar localizado dentro de um núcleo colonial e numa fazenda, onde a educação agrícola é aplicada aos meninos internos. Em seguida, por ser criado para responder à demanda urbano-social como uma maneira de minimizar os conflitos entre o rural e o urbano de um município. Isso, porque Duque de Caxias atendia às necessidades do setor industrial, resultando num “crescimento” desordenado, mas também apresentava usos rurais do território. Nota-se também a preocupação com o ordenamento social através do controle, do disciplinamento, da existência de escolas subvencionadas que atendiam aos internos e às crianças moradoras do Núcleo Colonial São Bento, uma vez que o próprio administrador do núcleo assinava os certificados de conclusão das crianças que estudavam na escola, que era oferecida no referido espaço.

Cabe ressaltar que a função do administrador do núcleo representava a voz e a vontade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) que o autorizava, inclusive, estabelecer penalidades juntamente com a Divisão de Terras e Colonização⁴⁵ sobre os colonos quando julgasse necessário (GONZAGA; SOUZA, 2011).

A preocupação com o controle social nas áreas rurais, principalmente nos territórios próximos a capital federal e a partir da instauração do Estado Novo era respondido com a proliferação de espaços de sociabilidades vigiados, regulados e norteados pela valorização do trabalho, dos princípios nacionalistas e de afirmação da liderança pessoal do Presidente da República. Por outro lado, afirmava-se também a presença do Estado assegurando o mínimo de condições para a manutenção da política instituída e a busca do consentimento (GONZAGA; SOUZA, 2011, p. 67).

Além do administrador, “o núcleo contava com 503 funcionários para atender as sete glebas”.

Esses funcionários eram distribuídos nas seguintes funções:

Entre eles havia 2 tratoristas, sendo um trator de esteira e um trator de arado; 3 agrônomos; 5 médicos; 1 farmacêutico; 2 jardineiros; 5 professoras; 2 dentistas; tinham também carpinteiros, pedreiros, mecânicos, vários fiscais de lote, trabalhadores burocráticos, muitos motoristas e um administrador. Merece ainda destaque a figura dos fiscais de lotes que vigiavam constantemente o colono no sentido de assegurar a produtividade desejada pelo Ministério, de garantir a permanência no núcleo e, não obstante, manter a ordem estabelecida. Qualquer

⁴⁵ A Divisão de Terras e Colonização era responsável pelos Núcleos Coloniais, por sua institucionalização, pelo registro cartográfico, pela fiscalização, pelo registro imobiliário, pela construção dos prédios e oficinas, pelo fornecimento de sementes e ferramentas. Assim como a indicação e o acompanhamento do administrador do núcleo (GONZAGA; SOUZA, 2011).

alteração da rotina deveria ser comunicada imediatamente ao Ministério através do telégrafo (GONZAGA; SOUZA, 2011, p. 65).

Foi nesse contexto que o Patronato São Bento foi fundado em 1959, localizado na antiga Fazenda São Bento, comprada pelos Beneditinos em 1591, tendo sido um importante núcleo da colonização da região. Para o período em tela, em 1921, o terreno foi desapropriado para sediar a colônia agrícola. Em 1922, a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense desapropriou a Fazenda São Bento do Iguaçú, saneando-a e fazendo benfeitorias. Em 1931, o contrato da empresa foi rescindido e seus bens (entre eles, a Fazenda de São Bento), foram repassados para o Governo Federal. Em 1932, através do Decreto nº 22.226, o governo criou o Núcleo Colonial São Bento,⁴⁶ encarregado por lotear a Fazenda, colonizar, desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar (SOUZA, 2014, p. 116): “Cria-se o Núcleo Colonial ‘São Bento’, em terras da Fazenda Nacional do mesmo nome, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro”.⁴⁷

O núcleo colonial São Bento⁴⁸ era composto por sete glebas,⁴⁹ uma sede, as casas de colono, um telégrafo, uma estação fitossanitária e duas cooperativas. As cooperativas que funcionaram no núcleo foram a Cooperativa Mista de São Bento, instalada na Fábrica de Farinha, e a Cooperativa Agropecuária de São Bento Ltda, localizada no Mosteiro São Bento (SOUZA, 2014). A Cooperativa Mista de S. Bento funcionava na 1ª gleba e, por se endividar com o Banco do Brasil para melhorar as condições da Fábrica de Farinha de Mandioca, teve suas máquinas leiloadas e não conseguiu se estabelecer, enquanto a outra cooperativa funcionou provendo o “desenvolvimento do núcleo”, até o início dos anos 1960 (GONZAGA; SOUZA, 2011).

Quanto à organização dos prédios no Núcleo Colonial São Bento, foram utilizadas as antigas construções da Fazenda São Bento, como as tulhas.⁵⁰ Na antiga tulha de carvão, funcionou o Posto de Serviço Nacional de Endemias Rurais para o tratamento da malária. A

⁴⁶ Neste período, a cidade de Duque de Caxias ainda era um distrito de Iguaçú, sendo emancipada em 31 de dezembro de 1943.

⁴⁷ As informações sobre esse decreto foram consultadas no site:

<http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:decreto:1932-12-14;22226>. Acesso em: maio 2016.

⁴⁸ A área compreendia o atual bairro de São Bento, Cidade dos Meninos, até o fundo da Baía, onde funcionou o Aterro Metropolitano do Gramacho (SOUZA, 2014)

⁴⁹ As glebas do Núcleo Colonial São Bento, suas produções e territórios atuais correspondentes: 1ª gleba – Parque Fluminense onde se plantava laranja, 2ª gleba - no atual bairro Wona onde se plantava o aipim, a banana e se criava aves, 3ª gleba – Cidade dos Meninos que se plantava a cana-de-açúcar e a banana, 4ª gleba – Lote XV em que se plantava a cana-de-açúcar e a banana, 5ª gleba – Baby (pertence a Belfordo Roxo atualmente) onde se plantava hortaliça, tomate, quiabo, etc., 6ª gleba – Amapá onde se criava gado, os porcos, as galinhas e as abelhas e 7ª gleba – Fábrica de Pólvora no Vale do Ipê (SOUZA, 2014).

⁵⁰ Essas tulhas abrigavam o armazenamento do carvão, da produção agrícola, da fábrica nacional de pólvora e do beneficiamento do leite (GONZAGA; SOUZA, 2011).

tulha de farinha foi adaptada para recepção dos colonos solteiros e, posteriormente, foi transformada em clube social e esportivo do colono. Dois galpões continuaram com a função de armazenamento da produção agrícola; outro foi transformado em Posto Médico e Farmácia. A atual sede do CRPH,⁵¹ do CEPEMHed e do Museu Vivo, serviu de armazém. Os prédios já mencionados foram destinados às cooperativas e outro, para a Empresa de Correios e Telégrafos. As casas para os setenta colonos, mediam 39 m² e possuíam dois quartos, uma sala, um banheiro, uma cozinha e uma varanda, revestida com taco e forro de madeira (GONZAGA; SOUZA, 2011).

O Núcleo onde foi posteriormente fundado o Patronato tinha um administrador e uma guarita na entrada, como um condomínio fechado. Para um visitante entrar naquele espaço, sua presença era anunciada e apenas era permitida, caso algum morador do local o estivesse aguardando (SOUZA, 2014). Nesse período, não havia ônibus que circulasse por dentro do Núcleo; existia apenas um caminhão, que fazia o transporte para os locais previamente estabelecidos pelo administrador. Além disso, o colono recebia lotes rurais, com garantia de que o escoamento da produção teria destino certo. Para conseguir um lote, havia a necessidade de uma inscrição no Ministério da Agricultura. No início, o colono não pagava pelo lote, além de ter custeado as ferramentas para o plantio, as mudas e os serviços médicos. Após três anos, começava-se contar dez anos para quitar a dívida referente ao terreno (SOUZA, 2014).

Notamos nesse espaço, as marcas do projeto ruralista fluminense quanto a fixação do trabalhador nacional para reduzir o quantitativo da massa desempregada da cidade, e a transferir para o interior ou periferia, assim como a conformação de controle desse espaço que compõe a Baixada Fluminense, ao mesmo tempo em que se apresenta como fornecedor de alimentos para a subsistência do centro urbano do Distrito Federal. Dessa maneira, identificamos um novo moderador das relações sociais em consonância com o que acontecia em nível nacional, de acordo com as pesquisas realizadas por Mendonça (1997). Percebemos, assim, que a Baixada Fluminense, em especial o município de Duque de Caxias, apresentou-se com um local de implementação das políticas públicas do MAIC, pois tínhamos no nosso território, “a proximidade com o Distrito Federal e de outro, a existência de terras devolutas e a facilidade em desapropriar terras desvalorizadas pelos impactos do impaludismo e da crise agrária” (GONZAGA; SOUZA, 2011, p. 62).

Os núcleos coloniais da Baixada Fluminense constituem-se como políticas públicas incorporando de um lado as demandas ruralistas, afirmando-se a vocação agrícola e

⁵¹ Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

de outro, atende a emergência em assegurar o abastecimento urbano da capital federal, reduzindo as importações e retirada de recursos fluminenses para outros territórios fronteiriços (GONZAGA; SOUZA, 2011, p. 64).

Embora apresentada através da legislação, uma preocupação com a preservação dos mananciais de água e as áreas entre a serra e o mar, o projeto de colonização comportava a ocupação de terras e o desenvolvimento de atividades agrícolas. Um projeto inviabilizaria o outro, mas apesar disso, o Estado designou fiscais responsáveis pela preservação desses espaços e paralelamente, liberou a presença de carvoarias e do policultivo, que contribuíram para o desmatamento acelerado da região (GONZAGA; SOUZA, 2011). Enfim, no período da existência do núcleo, compreendendo a década de 1930 à de 1960, os núcleos coloniais assentaram colonos nos espaços ordenados e disciplinados, afirmaram a vocação agrícola do território fluminense, mantiveram as áreas agrícolas para assegurar o abastecimento da capital federal e retardaram o processo de ocupação urbana desenfreada dos arredores da metrópole carioca (GONZAGA; SOUZA, 2011).

Segundo as autoras (2011), as desapropriações de terras estabelecidas pelo Estado Imperial aos territórios e as intervenções realizadas pela Empresa Melhoramentos da Baixada Fluminense, permitiram a existência de terras públicas na periferia da capital federal. Tal ação favoreceu um conjunto de investimentos ruralistas, como as instalações de unidades agrícolas coloniais, de lugares de pesquisa em Parada Angélica e de experimentação de produção vegetal como o Campo de Multiplicação de Sementes e a Estação Fitossanitária do São Bento. Assim como as escolas agrícolas,⁵² as de formação e de controle do “trabalhador nacional”: o Patronato São Bento e a Cidade dos Meninos (GONZAGA; SOUZA, 2011).

O Patronato São Bento foi uma instituição criada pela Associação Beneficente de Menores (ABM), em Duque de Caxias. A ABM foi fundada pela Mitra Diocesana de Petrópolis, em 25 de novembro de 1955,⁵³ e era composta pela sociedade civil, com cunho filantrópico e vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana. Para que sua finalidade fosse alcançada, a ABM criou um patronato que ao longo dos anos, foi modificando a sua forma de atuação e intervenção, com alterações no projeto institucional em todas as áreas, devido à alteração da atuação da Igreja Católica Apostólica Romana, das políticas públicas e do poder local da região, assim como dos debates nacionais sobre a infância e a juventude

⁵² A Escola Típica Rural Carlos Souza Duarte (Núcleo do Tinguá) e a Escola Agrícola de Parada Angélica (GONZAGA; SOUZA, 2011, 63/64).

⁵³ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.9, caixa 003, 1956. O arquivo do Patronato São Bento está salvaguardado provisoriamente no CEPEMHed. A partir desse ponto, as fontes utilizadas desse acervo não terão a indicação do CEPEMHed, assim como o nome do acervo.

empobrecida. Embora a instituição do patronato tenha sido extinta na década de 1980, ainda funciona, atualmente no mesmo espaço, o Instituto São Francisco.

É interessante observar, como demonstraremos aqui, que a ABM implantou seu projeto assistencial de instalar uma escola profissional dentro do Núcleo São Bento, ícone de um projeto ruralista, mas em função de uma demanda “urbana”, seria o problema dos menores abandonados do município. Cabe, ainda, compreendermos a criação de algumas instituições no período anterior a criação do Patronato e do Núcleo Colonial São Bento, para que possamos identificar a configuração da referida instituição nesse espaço. Dessa forma, salientamos que em 1888, os Patronatos Agrícolas surgiram a partir da Abolição da Escravatura para atenderem, inicialmente, a procura por mão de obra no setor agrícola e de uma certa maneira, a propalada “crise” instalada nesse período.

Na reorganização das classes produtoras nesse momento, destacaram-se duas entidades, uma formada no eixo São Paulo – SPA (Sociedade Paulista de Agricultura); outra, no eixo Nordeste, Sudeste e Sul – SNA (Sociedade Nacional de Agricultura). Ambas foram criadas no final do século XIX e enfrentavam dificuldades concretas no mercado internacional, além de apresentarem posicionamentos diferenciados para sua superação. A SPA apostava no trabalho agrícola com os imigrantes, enquanto a SNA, no “trabalhador nacional”⁵⁴ com formação educacional, além de uma atuação do Estado. A primeira representava o poder hegemônico do Estado enquanto a segunda, “um eixo alternativo de poder na Primeira República” (MENDONÇA, 2010).

A necessidade de utilizar o “trabalhador nacional” pelos ruralistas fluminenses, devido a falta de recursos para importação de imigrantes, implicou a construção de um discurso da necessidade de “educar esse trabalhador” para superação da crise agrícola, capacitando-o em novos métodos de trabalho com uma mentalidade de valorização do trabalho agrícola e de fixação no campo. Através da educação e da viabilização do escoamento da produção agrícola para o então, Distrito Federal (consumo interno e exportação), foi sendo delineado o fazer educacional pelo viés ruralista. Houve a disseminação da ideia de que a superação da “crise” seria possível pela “modernização” do país agrário, principalmente na região fluminense. Mas, não uma “modernização” que se opusesse ao agrário e sim, uma “modernização” que estaria vinculada à inclusão de técnicas e de equipamentos no trato da

⁵⁴ Sua principal característica seria a reatualização de formas de trabalho compulsório no imediato pós abolição, assegurada por uma indissolúvel, ainda que contraditória, aliança entre proprietários agrários e Estado (MENDONÇA, 2010, p 26).

terra e dos animais, logo, a apreensão desse saber estaria associado à educação e ao combate do analfabetismo (MENDONÇA, 2010).

A estratégia oficial utilizada para fixar esse “trabalhador nacional” foi através do MAIC, com a criação de Aprendizados Agrícolas (AAs) e posteriormente, Patronatos Agrícolas (PAs). Nas fazendas, eram estabelecidos os AAs, onde a formação educacional tinha uma duração de dois anos, o público-alvo era o filho do pequeno agricultor, num sistema de internato (MENDONÇA, 2007). Esses AAs forneciam todo ambiente necessário para o aprendizado referente ao trato da terra e demais habilidades, no que dizia respeito à criação de animais. Cada interno tinha uma diária atribuída a ele, que conforme tivesse retorno econômico do que seria produzido pelo educando, o administrador do mesmo direcionava a renda obtida para o pagamento dessa diária, que a princípio seria subsidiada pelo MAIC. Isso quer dizer que essa instituição teria que subsistir financeiramente com o que produzisse. Eram verdadeiros “viveiros de mão-de-obra”, onde os fazendeiros da vizinhança recrutavam, sistemática e gratuitamente, contingentes para o trabalho sazonal em suas terras (MENDONÇA, 2007).

Em 1918, com o crescimento populacional das cidades, o MAIC criou os PAs com uma atuação paliativa para a questão social urbana. Sônia Regina de Mendonça (2007, p. 26) apresentou essa questão quando falou sobre os grupos assistidos, que eram “recrutados pelos Chefes de Polícia e Juízes da cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal – auto-proclamados como ‘guardiões’ da ordem social. Estabelecia-se assim, uma triangulação entre o Ministério da Agricultura, o Poder Judiciário e a Polícia do Distrito Federal” (MENDONÇA, 2007, p. 26). A autora ainda explicou o que seriam os “guardiões” da ordem social:

A presença da Polícia do Rio de Janeiro junto aos Patronatos não se limitava, apenas à arregimentação dos menores, inserindo-se junto à produção de um perfil disciplinar e de certa identidade institucional, já que boa parte da clientela provinha, antes de seu encaminhamento aos PAs, de duas instituições: ora o Depósito de Presos, ora a Colônia Correccional, ambas na Capital Federal e subordinadas ao Chefe de Polícia (MENDONÇA, 2010, p 26).

Com esse novo perfil e diante da realidade de urbanização, baseada nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RMAIC), Mendonça afirmava que entre 1918 e 1930, o total dos PAs saltou de 05 para 98. Isso porque essas instituições passaram a representar uma mediação “entre ‘mundo rural’ e ‘mundo urbano’, avalizando a ‘paz social’ entre eles. Contribuindo para a construção de um paradigma de urbanização ‘moderna’ e ‘profilática’, o Ministério acabava por respaldá-lo [...]” (MENDONÇA, 2007, p. 29). Assim, ao acompanharmos a análise de Mendonça (2010) quanto a atuação do MAIC, que em sua

própria constituição se caracterizou com uma ação contra-hegemônica da classe dominante, e ao mesmo tempo, foi mediador de conflitos em relação a criação dos PAs. Podemos perceber isso em dois momentos: primeiro, no conflito intraestatal na classe dominante agrária, no fornecimento de mão de obra através da profissionalização agrícola oferecida nos PAs e segundo, o mesmo ainda atendia às necessidades do crescimento urbano, quando recebia como público-alvo, meninos oriundos da classe proletária em atendimento às ideias “profiláticas” e “modernistas”, contribuindo para a “paz social” na cidade. Ao assumir esse papel de “limpeza” das cidades, os PAs passaram para a jurisdição do Ministério da Justiça no início do século XX.

Esse processo de judicialização da infância pobre, associada à criminalidade, já se apresentava desde meados do século XIX. Mas, o século considerado da criança foi o XX,⁵⁵ onde esse foi o lema de um congresso nacional que contribuiu para que essa determinada infância ganhasse “propostas direcionadas a categorizá-la, definindo seus contornos, regulamentando seus fazeres e fiscalizando suas formas de vida cotidiana, vistas como ‘desfreada’ e ‘condenável’.” Merece destaque a década de 1920, período em “que se intensificaram e se consolidaram os esforços direcionados em contituí-la em objeto legal do Direito” (CÂMARA, 2010, p. 190). A autora assinalou ainda que:

Os anos 1920 foram profícuos na constituição e efervescência de vigorosas polêmicas que envolveram a redefinição dos lugares a serem ocupados pelos sujeitos sociais, bem como na premência em se definir e regular as intâncias de atuação dos campos educativo, jurídico e médico. Como expressão dos “interesses de todos”, códigos e leis materializaram-se assumindo caráter de obrigatoriedade consentida e legitimada pela sociedade com relação às crianças identificadas como “pupilos do Estado”.(CÂMARA, 2010, p. 248)

Nesse campo jurídico, ainda é importante ressaltar que “a criação do primeiro Juízo de Menores do país ocorreu no Rio de Janeiro, em 1923, inaugurando uma nova era na assistência oficial” (RIZZINI, 1995, p. 258). O “Juízo de Menores do Distrito Federal” seria ao longo do tempo no país, “um órgão centralizador do atendimento oficial do menor, fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família” (RIZZINI, 1995, p. 258). Consequentemente, tais ações estavam vinculadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A Lei orçamentária federal nº 4242, de 05/01/1921, foi a primeira medida de organização da assistência à infância e que criou o “Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delincente” (RIZZINI, 1995, p. 259). A partir dessa lei foram

⁵⁵ O século XX dava os seus primeiros sinais quando Lopes Trovão, em 1902; João Chaves, em 1912; Alcindo Guanabara, em 1906 e 1917, plasmaram esforços na composição de um ordenamento jurídico com relação ao Direito da Criança (CÂMARA, 2010, p. 251).

criados dois abrigos para o recolhimento de “menores” de ambos os sexos, para uma “completa educação profissional”. Ainda, no mesmo ano, em 20 de dezembro, foi regulamentada a lei pelo decreto nº 16.272, para que houvesse uma atuação desde a apreensão dos “menores” nas ruas, como a fiscalização dos estabelecimentos e das visitas às famílias (RIZZINI, 1995). Consequentemente, essa Lei Orçamentária Federal contribuiu para que fossem implementadas medidas legais que favoreceram a promulgação do Código de Menores de 1927. De acordo com Câmara (2010, p. 316-317):

Desse modo, sob a guarda, tutela e vigilância da República, justificaram-se por parte do Estado intervencionista com relação à infância pobre, abandonada e delincente, circunscrevendo também a família como objeto de observação e regulação jurídica. O Código de Menores constituiu-se como documento síntese de um movimento que se firmou como parte de uma engenharia política que veio se desenhando de forma mais ordenada a partir da primeira década do século XX. Por meio de dispositivos propostos tendeu a criar preceitos higiênicos, educativos e de moral, voltados a estabelecer os critérios a partir dos quais acionaram formas de incriminar, classificar, reprimir e educar os sujeitos que viviam de forma desviante dos valores burgueses intituídos).

Para que houvesse operacionalização da lei, o Juiz cuidava da internação dos “menores” em instituições oficiais e contratadas: “Os convênios eram feitos com o Ministério da Justiça, através de subvenções, ou diretamente com o Juízo, mediante pagamento de uma quota mensal por interno” (RIZZINI, 1995, p. 260). Há uma permanência, pois essa característica permeia boa parte das subvenções recebidas pelo Patronato São Bento (1959), através de diferentes documentos que conformam essa prática ao longo da existência do Patronato, desde a instrução sobre os documentos necessários para receber a verba, em 1957,⁵⁶ até o seu recebimento ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, com documentos como telegramas,⁵⁷ inúmeros ofícios⁵⁸ e atestados.⁵⁹ Esses comprovavam a existência da instituição e deviam ser assinados pelo Juiz.

Com o passar do tempo, a requisição do asilamento desses menores, recolhidos das ruas, aumentou consideravelmente. A partir de 1930, várias instituições recebiam menores encaminhados pelo Estado do Rio de Janeiro, inclusive noutros estados e entre eles, os Patronatos Agrícolas (RIZZINI, 1995). Cabe esclarecer que os PAs foram criados sob a égide do Departamento Nacional do Povoamento até 1930, período em que passaram para a

⁵⁶ Instrução, sem assinatura, PSB 004, caixa 002, 1957.

⁵⁷ Telegrama enviado por Jacyra Rebelo Figueiredo, chefe da seção de controle orçamentário do Ministério da Justiça PSB 007, caixa 002, 1957.

⁵⁸ Ofício Expedido, assinado por Francisco Correa, PSB 014, caixa 002, 1957; Demonstrativo Financeiro do Exercício de 1963, assinado por Dr. Jorge Armênio (presidente), Dr. Hélio d’Almeida Cypriano (tesoureiro) e D. Odilão Moura (secretário), PSB 122, caixa 003, 1963.

⁵⁹ Atestado, sem assinatura, PSB 001, caixa 002, 1955.

jurisdição do Ministério da Agricultura (RIZZINI, 1995). Os patronatos eram regidos pelo Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919 em que constava:

Art. 1º: Os patronatos agrícolas instituídos por decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁶⁰.

Além de tudo o que já foi dito sobre as atribuições do patronato, essa instituição ainda agregava as “vantagens apregoadas na época como ideais para formação e regeneração de crianças”, além da “superioridade da vida do campo sobre a cidade” (RIZZINI, 1995, p. 272). Apesar disso, em 1933, os PAs foram fechados pelo Ministro da Agricultura Juarez Tavora, sob a alegação de que eles representavam “meros asilos” (RIZZINI, 1995). Rizzini (1995, p. 273) ainda apresenta os comentários tecidos por personagens conhecidos como o juiz Sabóia Lima, que registrou, anos mais tarde, que os PAs eram lugar de “castigo para a infância abandonada e delinquente, e que a polícia usava esses espaços como depósitos de ‘pivettes’.” Embora fossem considerados “centros indesejáveis”, cinco patronatos foram restabelecidos pelo Decreto nº 24.706 de julho de 1934”, por decisão do Ministro da Justiça Antunes Maciel.

Em 1940, o juiz de menores do Rio de Janeiro, Saul de Gusmão, iniciou um recenseamento e fiscalização dos espaços destinados à proteção dessa infância. Desse levantamento, apontou que das 54 instituições, 33 eram registradas no Juízo de Menores e das registradas, 27 eram católicas e 6 espíritas (RIZZINI, 1995). Dessa forma, percebemos que o atendimento a essa determinada infância foi sendo modificada ao longo do tempo e em 1941, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), durante o Estado Novo (1937-1945), teremos uma nova reconfiguração dessa assistência, aspecto que aprofundaremos mais a frente.

Assim, afirmamos que há um projeto de sociedade e usos do território concomitante ao projeto de nação que inclui a cidade de Duque de Caxias. Por isso, é num contexto muito semelhante ao citado anteriormente, que aparece o Patronato São Bento, dentro de um Núcleo Colonial, como apontado anteriormente, instituído na Era Vargas (1932). Entendemos que, mesmo que a instituição tenha sido fundada na década de 1950, o momento de importantes transformações pelo qual a cidade passava, e que o país estava também em outro contexto, ainda assim, é necessário compreender a trajetória dessas políticas de assistência, das agências

⁶⁰As informações sobre esse decreto foram consultadas no site:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html>. Acesso em: maio 2016.

envolvidas, dos objetivos, a fim de investigarmos o que houve de específico, de permanência ou de ruptura na experiência do Patronato São Bento.

Cabe, então, evidenciar que o Núcleo Colonial foi uma marca do projeto ruralista estabelecido na cidade de Duque de Caxias, para atender a uma política de Estado na década de 1930. Para isso, é significativa a compreensão do fato de que o Estado Novo consolidou um novo estilo de participação política e de relações entre as agências do Estado e da sociedade civil (MENDONÇA, 1986). Assim, Mendonça (1986, p. 22) afirmava que coube ao Estado “a tarefa de executar a modernização da economia” a partir de uma “intervenção econômica que assegurasse a produção nacional e o bem-estar da Nação”. Conseqüentemente,

[...] a centralização da vida política e econômica do país nas mãos de um Estado intervencionista e a disciplina a que foram submetidos os fatores produtivos – em particular a força de trabalho industrial – revelam a natureza modernizante do novo Estado, assim como o seu papel na edificação dos suportes necessários à industrialização. O reverso da medalha da modernização seria a preservação do caráter conservador do sistema político, apesar dos rearranjos nos papéis ocupados por seus vários autores. Daí a importância da ideologia de Estado produzida nessa fase como o verdadeiro arcabouço para a legitimação do ‘projeto de nação’ que se construía para neutralizar as tensões latentes (MENDONÇA, 1986, p. 37-38).

Desse modo, o projeto econômico do pós-1930 necessitava das divisas geradas pelo setor agrário exportador, para investir na industrialização. Cabe então observar a importância que foi mantida, no Estado do Rio de Janeiro, para esse setor. Rui Aniceto Fernandes (2009), ao ressaltar a permanência da “vocaçãõ agrícola” em sucessivos governos fluminenses entre as décadas de 1930 e 1950, também investigou os investimentos que esses grupos políticos fizeram na escrita da história local fluminense:

As diretrizes desse grupo, firmadas nas décadas de 1930 e 1940, tiveram continuidade nos anos cinquenta. O amaralismo fixava seu projeto político e econômico tendo como alicerces as práticas tradicionais do estado: as políticas clientelistas e as atividades agropecuárias.[...] Suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento nos setores agrícolas (FERNANDES, 2009, p.129).

Diante disso, Souza (2014) reitera que diferentes foram os projetos considerados “modernizantes” na era Vargas, implementados na região. Embora a cidade de Duque de Caxias tivesse um perfil agrário em boa parte de seu território, somente a partir dos saneamentos nas três primeiras décadas do século XX é que houve na região, uma fragmentação de seu território agrário e ocorreu maior ligação com o urbano da cidade carioca. O saneamento, a construção da estrada Rio-Petrópolis, a implementação do Núcleo Colonial São Bento, a instalação da Cidade dos Meninos, o estabelecimento da Estrada de

Ferro, entre outros investimentos, aceleraram o processo de ocupação urbana na cidade nos anos seguintes ao pós-1930 (SOUZA, 2014). Esse crescimento populacional, atrelado ao projeto de nação para uma determinada infância, permitiu surgirem na cidade instituições como o Patronato São Bento.

O projeto, posto em prática no período, correspondia à fixação do homem na sua região através da identificação com o espaço rural fluminense, aliado a ideia de progresso com a implementação de escolas por meio de convênios com as municipalidades, ou seja, um projeto ruralista vinculado à educação, que também era oferecida aos meninos internos do patronato, assim como aos moradores do Núcleo Colonial através da escola sediada no Patronato. Ainda cabe a menção da atuação de Amaral Peixoto, no período de 1939 a 1945, momento em que foi interventor do Estado do Rio de Janeiro e nomeou como interventor da cidade de Duque de Caxias, seu primo, Heitor Luiz do Amaral Gurgel (SOUZA, 2003), que ocupou a função de 11 de setembro de 1944 a 1º de agosto de 1945. Percebemos o que nos afirmaram Rizzini e Barros (2013) sobre as negociações e as alianças do dirigente com os grupos locais, que o auxiliaram na execução das reformas educacionais e na consolidação do seu projeto político. Associado a isso, Amaral Peixoto visitou inúmeras cidades do interior fluminense com relações clientelistas através da distribuição de cargos, isenção de impostos e instalação de fábricas. Eram pedidos feitos por pessoas importantes do interior fluminense (RIZZINI; BARROS, 2013). Essas visitas eram chamadas de missões culturais fluminenses, com caravanas que percorriam o Estado do Rio de Janeiro, com funcionários públicos de vários setores por meio de parceria entre várias secretarias e instituições de assistência social. Eram ações que valorizavam o campo, criando escolas rurais, assistência agrícola, abrindo estradas, entre outros (QUARESMA, 2012). Essas ações possibilitaram a hegemonia desses que ocupavam o poder.

A partir da perspectiva do estudo da história local da Baixada Fluminense e da historiografia educacional fluminense, refletimos sobre as relações entre o território e os projetos de nação, da sociedade e do Estado. A experiência do Patronato São Bento permitiu perceber como as noções sobre o rural e o urbano incidiam acerca das funções sociais da escolarização e os destinos almejados para os menores. Criado em território confinado a uma política ruralista, nos anos 1930, a instituição que emerge nos anos 1950 é perpassada e significada, também pelas transformações urbanas e fundiárias em curso na cidade de Duque de Caxias, assim como pela relação dessa região periférica com a capital federal e com a peculiaridade de ser destinada ao recolhimento de “menores”.

Como abordado anteriormente, Amaral Peixoto foi o agente que tentou amenizar essa situação de conflito com uma prática clientelista de troca de favores através de visitas, principalmente, pelo interior fluminense com as chamadas Missões Culturais Fluminenses. Outras ações seriam potencializadas, até porque já existiam, como o recém-criado Departamento das Municipalidades, com indicação para as prefeituras de grandes proprietários, lideranças locais, além de reproduzir uma organização e uma regulamentação que imprimiam forte controle sobre a atuação dos prefeitos (SOUTO, 2014). Ainda cabe a reflexão sobre o fato de que:

[...] nenhum regime político, ditatorial ou não, se mantém utilizando-se apenas de mecanismos de repressão (ou mesmo abdicando dele). Ele necessitará criar mecanismos de cooptação, de aceitação por parte da grande massa da população. Isso explica a necessidade de criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que, entre outras funções, incluía a de inculcar na população brasileira o quanto eram nobres as práticas governamentais (SILVA, 2003, p. 34-35).

Essa observação corrobora para entendermos a ação desse governo que resultou do golpe de 1937, mas que não era hegemônico. A ação de Amaral Peixoto no território foi fundamental para que Getúlio Vargas se mantivesse no poder, para que retornasse, assim como a manutenção do próprio Amaral Peixoto até a década de 1970.

Diante dessas considerações, apresentamos a seguir uma breve apresentação de um desses equipamentos que se estabeleceram no território do Núcleo Colonial São Bento, a Cidade dos Meninos, que trouxe no seu bojo essa função de formação e de controle do “trabalhador nacional” que nesse caso, correspondeu a uma determinada infância considerada “moralmente abandonada”.

1.4 Da Cidade das Meninas à Cidade dos Meninos

A Cidade dos Meninos, instalada na década de 1940 na 3ª gleba do núcleo colonial, foi uma instituição que contribuiu no projeto de uso e de controle do território próximo à capital federal. Tal organização foi responsável pela constituição de um “trabalhador nacional” através da formação do trabalho agrícola, principalmente. Além do projeto do Patronato São Bento apresentar semelhanças com o que foi oferecido na Cidade dos Meninos, ambas as propostas foram estabelecidas no mesmo território, o do Núcleo Colonial São Bento, apenas em glebas diferentes. Essa proximidade tanto territorial quanto em relação aos projetos,

instiga-nos e por esses motivos, fazemos um estudo inicial sobre a Cidade do Meninos que, por sua vez, foi um desdobramento do projeto da Cidade das Meninas. Ambos os projetos estavam relacionados com o assistencial instituído no país. Para entendermos melhor, foi necessário recorrermos à atuação de Darcy Vargas, esposa do presidente e ditador Getúlio Vargas.

De acordo com SIMILI (2008), foi a partir de Darcy Vargas que as primeiras-damas passaram a atuar junto aos órgãos assistenciais vinculados à estrutura do Estado. Mas, na década de 1930, sua trajetória consistiu numa ação feminina caracterizada pela luta política do marido. Por sua vez, Darcy Vargas, então primeira-dama, idealizou junto a Rubens Porto, o projeto da Cidade das Meninas que, posteriormente, transformou-se em Cidade dos Meninos. Essa atuação da primeira-dama conformava uma participação político-filantrópico-assistencial, associada à Fundação Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (1934), instituição que foi responsável pela continuidade da Cidade dos Meninos no nosso território. Assim, a criação da Fundação Darcy Vargas (1938) objetivava atender menores e coordenar escolas para as crianças e os idosos. Darcy ainda inaugurou a Casa do Pequeno Jornaleiro (1940), para “proteger” à infância; expandiu a Casa do Pequeno Lavrador, a Colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da Casa do pequeno Trabalhador (1940); foi presidente da Legião Brasileira de Assistência – LBA (1942), principal instituição de assistência social do governo brasileiro por diversas décadas (SIMILI, 2008).

A LBA foi criada para “amparar soldados e seus familiares” (SIMILI, 2008, p. 68) na Segunda Guerra Mundial. Como percebemos, gradativamente o Estado assumiu uma função de controle através do assistencialismo. Esses projetos eram elaborados pelas elites políticas, intelectuais e econômicas, como médicos, juristas, educadores e empresários que se preocupavam com o aumento da criminalidade e da improdutividade por parte dos pobres, sem nenhuma representação do grupo assistido. Tal observação nos permitiu perceber a conformação do controle dessa infância pobre, ao mesmo tempo em que atendia às demandas capitalistas do período. Embora a LBA tenha sido criada no âmbito nacional, cabe ressaltar a intervenção de setores privados na sua condução por ser uma iniciativa da primeira-dama, coadunada com a Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria. O artigo, segundo do estatuto da LBA, corroborou com tal perspectiva ao afirmar que um dos objetivos da instituição para com o Brasil era de “executar seu programa pela fórmula do trabalho, em colaboração com o Poder público e a iniciativa privada” (SIMILI, 2008, p. 137).

A LBA e seu comprometimento com o privado, delineou a ampliação do serviço e da assistência social, dirigido pela primeira-dama. Logo, em 1931, através do Decreto-Lei nº 20.351, Vargas criaria a Caixa de Subvenções com o ministro e os funcionários do Ministério da Justiça, responsáveis pela seleção e fiscalização dos processos. Segundo a autora, esses aspectos estavam relacionados com:

A utopia filantrópica que almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz. Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação. Inculcar sentimentos de ordem, de respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho estava no ideário do projeto filantrópico burguês. Tudo fundado na melhor ciência e no culto do progresso ininterrupto (SIMILI, 2008, p. 106).

Atrelada a esses aspectos, as festas e as promoções beneficentes ganharam força. Um exemplo disso foi a exibição em um dos cinemas do Rio, do desenho animado *Dumbo*, da Walt Disney (SIMILI, 2008), para a Cidade das Meninas,⁶¹ assim como o espetáculo “Joojoux e Balangandans”, com influências do americanismo no estilo “hollywoodiano” para as obras assistenciais, com a presença da “elite” em 1939. O mesmo fez tanto sucesso que Darcy providenciou uma sessão popular no Teatro João Caetano e três récitas (CALLADO, 2011). Eram festas de ricos para ricos em benefício dos pobres que se assemelhavam ao que os Estados Unidos faziam. Na década de 1940, era consolidado o órgão dirigido por Nelson Rockefeller, *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) que deveria convencer os brasileiros sobre a amizade que unia os dois países, assim como uma apresentação de uma imagem positiva dos países latino-americanos. Para atingir tal objetivo, os meios de comunicação tiveram uma importância sem igual na divulgação cultural dos dois países. Como afirmou Simili (2008, p. 125), “o rádio e o cinema foram poderosos instrumentos na cativação das mentes, das almas e dos comportamentos dos brasileiros”.

Entre as festas beneficentes organizadas para conseguir fundos para a construção da Cidade das Meninas, citamos: “Uma noite de Debret” que foi a primeira grande festa realizada na Quinta da Boa Vista e com agradecimentos à colaboração da imprensa na divulgação de tal atividade, em 1938 (CALLADO, 2011). Outra atividade com grande repercussão foi a estreia do filme “E o vento levou...”. O lançamento de gala no cinema Metro teve o embaixador norte-americano Jefferson Caffery e, no intervalo, livros de Margareth Mitchell que deram origem ao filme, foram leiloados com os autógrafos dos protagonistas do filme em 1940. A volta ao Brasil da atriz e cantora Carmen Miranda aconteceu no Cassino da Urca, em 1940, e foi outra atividade beneficente. “Uma noite de

⁶¹ A Cidade dos Meninas foi o projeto inicial escrito por Rubens Porto a pedido de Darcy Vargas que se transformou em Cidade dos Meninos.

Natal” foi um baile no restaurante da Prefeitura, na Urca, com ingressos vendidos no Cassino da Urca. Já em 1941, ofereceu um café-dançante em Nova York, com o convite feito por Cândido Portinari (CALLADO, 2011).

Havia um projeto em associar às mulheres como “mães da nação”, para que cuidassem da população. Essas mulheres seriam abnegadas e solidárias, dispostas a trabalhar pelas causas sociais através do cuidado dos soldados, de suas famílias e do amparo da população no geral (SIMILI, 2008). Em contrapartida, cabe a observação de que a maioria dos voluntários que foi para o *front* da Segunda Guerra Mundial era composta de analfabetos, desempregados ou dos que trabalhavam no campo. Aquela ideia de que a mulher era frágil e necessitava de proteção masculina foi “criada e recriada” pela LBA, para as mulheres desamparadas pela guerra. Isso marcava “a submissão e o controle do Estado sobre elas. “[...] Essa relação personalizada entre as mulheres estabeleceu-se entre Darcy Vargas, as visitadoras sociais e as mulheres dos soldados”. Consequentemente, as mulheres dos soldados que buscavam assistência oferecida pela instituição se tornavam “dependentes e cúmplices” da mesma (SIMILI, 2008, p. 186). Assim, através de Darcy Vargas, percebemos o projeto assistencial criado pelo Estado e pelo empresariado, na criação de mecanismos para a atuação feminina na referida guerra. Como afirmou Simili (2008), a função social da mulher foi revestido e ampliado.

Outra ação empreendida por Darcy Vargas diz respeito ao projeto da Cidade das Meninas, como afirmou a autora:

Dos projetos desenvolvidos pela entidade no período de 1938 a 1945, o único que deixou registro sobre outras ações perpetradas pela entidade e por sua presidente foi a proposta de construção de uma Cidade das Meninas, para ‘educar e preparar as meninas, mediante ensino técnico profissional segundo as práticas da pedagogia moderna em grupos-lares e escolas especializadas’ (SIMILI, 2008, p. 113).

A autora afirmava ainda que a Cidade das Meninas foi arquitetada em parceria com o projeto de construção da Casa do Pequeno Jornaleiro (1939). A obra da Cidade das Meninas foi intensa, de novembro de 1941 a junho de 1943. No ano de 1943, Darcy Vargas teve sua vida marcada pela morte do filho mais novo, Getulinho (CALLADO, 2011). Por esse motivo, a obra recebeu a visita do presidente Getúlio Vargas em abril de 1943. Essa atitude do presidente não era comum após Darcy Vargas ter assumido a assistência social no país. Segundo Simili (2008), essa ação de Getúlio demonstrou a dificuldade vivida pela família e o afastamento de Darcy Vargas da presidência da LBA que foi de fevereiro a outubro de 1943.

Diante desses aspectos, outra publicação importante foi a de Rubens Porto.⁶² Nesse livro, o autor apresentou o programa idealizado para as meninas: a Cidade das Meninas. Sobre esse projeto, publicado em 1942, logo na capa, além do título “Cidade das Meninas”, estava inscrita a observação “empreendimento sob o alto patrocínio da Exma. Sra. Darcy Vargas” (PORTO, 1942, capa). O livro explicava detalhadamente o projeto com o plano geral de educação, as razões constitucionais, o Abrigo Cristo Redentor, as recomendações americanas, a administração, a súmula do projeto, uma estimativa do orçamento, o anteprojeto das edificações, os estudos sobre a habitação e o conjunto. Além disso, na página dez, encontramos a imagem de Jesus Cristo crucificado, com os nomes dos amigos para os quais o autor oferecia a obra, entre eles, Levi Miranda. Tudo isso demonstrava o entrelaçamento com o projeto da Igreja Católica Apostólica Romana, uma vez que Rubens Porto foi um participante ativo da Ação Católica, assim como Levi Miranda, outro católico, considerado “apóstolo da assistência” e administrador de outros projetos assistencialistas do governo Vargas.

Ainda na justificativa apresentada no livro, reconhecemos a imagem atrelada à figura feminina. “Com efeito, as moças de hoje, filhas, irmãs ou noivas, serão as mães de amanhã” (PORTO, 1942, p. 20). A supremacia “da arte misteriosa e sutil desta incansável legisladora, desta estadista toda poderosa, desta mestra oniciente [sic.] que é a MÃE.” Com um destaque peculiar para a preocupação com a preservação da moral, da preparação intelectual e física dessa juventude feminina, esse seria um dos objetivos da construção do espaço. Ao mesmo tempo, o autor apontava que as jovens meninas que seriam atendidas pela instituição, compreendiam “as moças das classes menos protegidas da fortuna” e que estavam “mais à mercê de todos os perigos e abismos que o mundo escancara sob seus pés vacilantes” (PORTO, 1942, p. 21). Porto (1942, p. 21), defendia que era “indispensável proteger e amparar a brancura luminosa das almas femininas.” Não bastava atrelar a imagem feminina à mãe estadista que deveria ser, conseqüentemente, a moral pela qual deveriam ser protegidas as meninas pobres. Havia a necessidade, ainda, de associar à imagem de Darcy Vargas à semelhança com Maria, a mãe de Jesus:

⁶² Dr. Rubens Porto, nascido em 1910 (BOTAS, 2011). Foi presidente do Secretariado Econômico-social da Ação Católica, Presidente de Honra da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul e Conselheiro Técnico da Comissão Nacional de Objectores de Consciências – Portugal, diretor da Imprensa Nacional (1940) (LIMA, 2015). Foi engenheiro-arquiteto, no tocante às reformas dos regulamentos das Carteiras Prediais dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, ao longo da década de 1930, e às premissas para a construção habitacional desses órgãos. Por quase toda a década de 1930, Rubens Porto foi chefe da Secretaria de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). In: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art03_risco8.pdf. Consultado em 11 de outubro de 2016.

A “Cidade das Meninas”, que o coração generoso do povo carioca vai construir no maravilhoso cenário de sua incomparável cidade, há-de ser, sob as bênçãos maternas da “Bendita entre as Mulheres” e a ação benfazeja da Exma. Senhora D. Darcy Vargas, o porto tranquilo em que, livres das tempestades do mundo, as moças pobres do Rio de Janeiro hão-de se preparar, alma e corpo, para a tarefa formidável que a vida lhes reserva. (PORTO, 1942, p. 21)

Esse “cenário incomparável”, onde seria construído o projeto, era uma das glebas do Núcleo Colonial desde o seu início. O autor afirmava ainda que a Cidade das Meninas seria uma cidade-jardim. Em cada grupo pequeno de meninas, uma delas seria responsável pelo grupo. Assim, seria ministrado o ensino familiar com os serviços domésticos, a puericultura prática e a “pequena cultura”: uma internação próxima do que se vivenciaria nas famílias. Ele apresentava, ainda, como objetivo do projeto que as próprias meninas amparadas, tornar-se-iam auxiliares dessas responsáveis pelos “lares”. Consequentemente, as meninas mais velhas seriam “recrutadas” com formação e educação para assumirem essa função (PORTO, 1942). Vislumbrava que, as meninas de pouca idade, “recrutadas” na época, permitiriam a organização desses “encantadores” lares e para sua “boa eficiência” por três gerações: crianças – moças – responsáveis adultas.

Nos objetivos, estava claro que a instituição ocuparia na vida da menina, o lugar da família e por ocupar essa função, deveria entrever um futuro e a preparar para a vida. E a menina, por sua vez, deveria desempenhar o papel que lhe caberia porque beneficiaria a sua família e o seu país (PORTO, 1942, p. 27). Porém, o registro que finalizava esse item afirmava que “A primeira e a principal função social da mulher reside no lar, assegurando a existência e a educação dos filhos – a felicidade dos seus” (PORTO, 1942, p. 28).

Sobre a formação, Rubens Porto afirmava que separar o intelectual da educação manual resultaria num grande dano. Adiante, alegava que

Os conhecimentos necessários à mulher do meio popular lhe devem ser apresentados no decurso de sua formação, progressivamente, à medida em que se lhe desenvolve a receptividade. Podemos agrupá-las sob três grandes títulos: -os estudos primários,-a formação profissional,-a formação familiar (PORTO, 1942, p. 32).

As profissões manuais femininas seriam as agrícolas: leiteira, jardinagem, floricultura, criação de aves, criação de coelhos..., as domésticas: cozinheira (trivial, forno e fogão), copeira, lavadeira, arrumadeira, ama seca, passadeira (engomadeira) e as diversas: costureira (corte, remendo), moda, bordado, renda, crochê artístico, cabelereira, brochura, cartonagem, encadernação, fabrico de cestas, flores, vendedora, tecelagem, tapetes, etc. Caracterizava o ensino teórico de tais atividades como o prático vinculado ao treinamento para rapidez e perfeição (PORTO, 1942, p. 36-37). A formação familiar consistiria nas ações

“femininas” relacionadas à vida familiar, deveria ser feita com grupos pequenos e essa formação necessitaria vir antes da profissional, pois assim, careceria ser um princípio na prática. Afirmava que as bases e os programas dos três planos de ensino seriam definidos de acordo com as leis do ensino e as mais recentes técnicas pedagógicas (PORTO, 1942).

Seriam recrutadas as meninas completamente abandonadas, as moralmente abandonadas, as órfãs de mãe e as órfãs de pai ou com pai ausente. Os ensinamentos seriam úteis para a “orientação da própria vida”, a profissão e a vocação. Ao sair da Cidade das Meninas, cada jovem precisaria ter o próprio enxoval organizado, pequenos recursos do trabalho durante a aprendizagem. Identificamos o encerramento de um ciclo dentro do projeto, assim como algumas características peculiares e comuns a esses espaços que internavam uma determinada infância (PORTO, 1942). As razões elencadas pelo autor (PORTO, 1942) para dar conta da constituição da instituição, transcorreu pela função do Estado em velar pela sociedade que preside e o “Bem Comum” que se coadunava com o problema que a Cidade das Meninas resolveria.

Porto (1942) fez algumas aproximações da Cidade das Meninas com a Fundação Abrigo Cristo Redentor. Primeiramente, evidenciou a grande obra dirigida por Levi Miranda e que era direcionada aos mendigos e indicou que buscou colaborar com o problema dos “menores abandonados”, do sexo masculino. Ao citar o Abrigo Cristo Redentor, o Instituto Profissional Getúlio Vargas, a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Escola de Pesca em Marambaia e a Agrícola de Pati de Alferes, dizia que não resolvia o problema das “menores desprovidas de amparo”. O autor se dizia membro do Conselho Profissional da Fundação Abrigo Cristo Redentor, que já havia destacado que esse era o público-alvo do qual a mesma fundação deveria se dedicar também: as meninas pobres. O Conselho entendia que necessitava atuar junto às meninas para que conseguissem tirá-las da prostituição e as prepararem para serem “esposas, mães, operárias de serviços domésticos ou trabalhos manuais e de costura, dando-lhes um ambiente modesto e compatível com a sua condição, a capacidade moral e a educação profissional indispensáveis...” (PORTO, 1942, p. 58).

O outro item em destaque tratava do plano educacional adotado, que seria o determinado pelo Governo, mas alegava que os programas de ensino precisariam ser livres de tal intervenção pois a assistência seria feita “por meio da cooperação dos ricos e não apenas com os recursos do Governo” (PORTO, 1942, p. 58). Em 1945, a direção da instituição da Cidade dos Meninos foi oferecida ao médico João Kelly da Cunha, médico da Companhia Carris de Força e Luz do Rio de Janeiro, que elencou inúmeras dificuldades para o funcionamento da obra e não aceitou (SIMILI, 2008). Até que em 1947, Darcy Vargas

devolveu o terreno cedido pelo Estado para o então presidente, Eurico Gaspar Dutra. Nesse período, ela não ocupava o cargo de primeira-dama, mas solicitou ao presidente que não alterasse a finalidade da obra, uma vez que foram considerados os mais “modernos” ditames do serviço social para a construção da mesma. Ainda em 1947, o projeto foi incorporado à Fundação Abrigo Cristo Redentor, de Levi Miranda, que foi um colaborador da primeira-dama na Fundação Darcy Vargas, e passou a ser denominada de Cidade dos Meninos.

Para entendermos a atuação de Levi Miranda, cabe uma pequena explicação sobre quem foi esse agente no assistencialismo nacional. Baiano que morava numa cidade do interior chamada Amargosa e filho de pais evangélicos; após seu nascimento, o pai vendeu a fazenda de café e distribuiu aos pobres. Estudou em escola pública e trabalhou como censor do Colégio Ipiranga, inicialmente (PONDÉ, 1977). O autor Jayme Pondé (1977), que atuou junto a Levi, narrou toda sua trajetória desde sua infância, até sua presença nas diferentes obras em que atuou. Segundo o autor, a figura de Levi Miranda era envolta em misticismo e generosidade. Um exemplo disso é que ao se referir à presença dele na instituição da Ilha de Marambaia, local em que havia um trabalho pesqueiro, os pescadores locais acreditavam que a sua presença trazia sorte e os balaios ficavam repletos de peixes, entre outros. Mas, podemos perceber outras características apesar dessa narração fantástica que diz respeito à construção de uma imagem caritativa e muito próxima das ações associadas a Jesus Cristo.

Posteriormente, Levi casou-se com Maria Angelina de Souza Miranda. Ela pertencia a uma família tradicional baiana, que se opôs ao casamento devido a “procedência humilde” do noivo. Uma exigência da esposa foi que ele se convertesse à Igreja Católica e ao ser batizado, ela acrescentou ao seu nome, Raphael. No ano do matrimônio (1920), Levi foi trabalhar no Banco Nacional Ultramarino e em 1922, foi admitido no Banco do Brasil. Em 1923, pediu demissão e foi explorar comercialmente um estábulo, não obteve êxito. Então, em 1928, foi readmitido pelo Banco do Brasil (PONDÉ, 1977). Nesse mesmo ano (1928), foi enviado para São Félix, na Bahia, para trabalhar como Caixa do Banco do Brasil. A partir da Conferência dos Vicentinos, Levi reuniu os seus colegas do banco, o comércio e as famílias locais, conseguiu arrecadar donativos diversos diante de diferentes campanhas e inaugurou um albergue para abrigar os pedintes daquele lugar. Após quatro anos nessa cidade, Levi conseguiu que fosse designado para uma agência em Barra Mansa no Rio de Janeiro. Lá, junto aos demais agentes já citados, Levi fundou a Associação Comercial, Industrial e Pastoril, que possibilitou a construção de um local para funcionamento de um asilo de idosos e do Orfanato Nossa Senhora do Amparo. O interventor da Bahia comentou sobre a atuação

de Levi ao Presidente Getúlio Vargas, que solicitou sua transferência para o Rio de Janeiro em 1935 (PONDÉ, 1977).

Primeiramente, Levi Miranda conseguiu, através do General Pantaleão Pessoa, Chefe da Casa Militar na época, um encontro com o presidente Getúlio Vargas. Nesse encontro em 1935, Levi solicitou a doação de um terreno do Patrimônio Público para “agasalhar os pobres”. Para isso, foi encaminhado ao Diretor de um dos Departamentos do Ministério da Viação, Dr. Hildebrando Góes, que “recomendou a escolha de um terreno do Ministério da Agricultura, próximo à Fazenda São Bento, à margem da antiga Estrada Rio-Petrópolis” (PONDÉ, 1977, p. 77). Esse território correspondeu ao que foi ocupado pela Cidade dos Meninos, anos mais tarde. No dia seguinte, Levi foi acompanhado num carro particular, verificou o terreno e não gostou por ser distante do Centro do Rio de Janeiro (PONDÉ, 1977). Na volta, passaram pelo Morro do Frota que também pertencia ao Ministério da Agricultura e que ficava localizado na Avenida dos Democráticos, em Bonsucesso. Logo, voltou ao presidente para pedir o referido terreno, o mesmo concordou e pediu que regulamentasse por escrito a concessão (PONDÉ, 1977). A partir desse encontro com o Presidente Getúlio Vargas, Pondé enumerou as ações que o mesmo empreendeu. Ele

Doou terrenos, concedeu auxílios para construção, facilitou empréstimos, autorizou subvenções. Com o crescimento da obra, muitas vezes as subvenções tornavam-se insuficientes. O Presidente recomendava ao Banco do Brasil tratamento especial para o Abrigo, facilitando adiantamentos, depois ressarcidos com concessão de créditos especiais. Manifestando seu carinho pela instituição, fez várias visitas ao Abrigo e aos outros estabelecimentos (PONDÉ, 1977, p. 27).

Como já percebemos, a religiosidade católica estava presente em todo o fazer das instituições. Assim, a primeira ação de Levi no terreno doado foi erguer o Cruzeiro no espaço do Abrigo; compareceram trezentas pessoas e, paralelamente, foram realizados casamentos religiosos de vinte e quatro operários. “Os nubentes tiveram como padrinhos, as personalidades citadas acima e outras ali presentes, porque desejava Levi Miranda, em piedoso gesto, fazer a aproximação de classes, dando essa alegria aos pobres” (PONDÉ, 1977, p. 87).

As obras que foram criadas por Levi Miranda são relacionadas a seguir, por ordem cronológica:

1-Abrigo do Salvador; 2-Abrigo Cristo Redentor, na Cidade do Rio de Janeiro; 3-Instituto Profissional Getúlio Vargas, na Cidade do Rio de Janeiro; 4-Escola Técnica Darcy Vargas, na Ilha de Marambaia; 5-Patronato Agrícola de Sacra-Família, no Estado do Rio de Janeiro, atualmente Escola Agrícola Rodolfo Fuchs; 6-Abrigo do Cristo Redentor de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; 7- Instituto Natalina Janot, na Cidade do Rio de Janeiro; 8- Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, em Santa Cruz, na Cidade do Rio de Janeiro, atualmente Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda; 9- Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias,

Estado do Rio de Janeiro, agora Cidade dos Meninos Darcy Vargas (PONDÉ, 1997, p. 40).

Pondé (1977) destacava que nem todas essas obras permaneceram sob a administração de Levi Miranda. Algumas foram desligadas e outras ficaram autônomas. Ele afirmou ainda que

Todos os asilos construídos por Levy Miranda têm planta idêntica, apresentam certa semelhança, conservam as mesmas características, naturalmente com algumas diferenciações, consoante a topografia ou as necessidades específicas de cada um. Todos eles se compõem de diversos pavilhões, um dos quais destinado à Administração, sendo os outros assim discriminados: capela, residência das Religiosas, dormitórios, refeitórios, cozinha, lavanderia e oficina (PONDÉ, 1977, p. 91).

Em todos os estabelecimentos fundados por ele, tinham a cruz de Cristo e constava sempre a inscrição: “1-Amarás a teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. 2-Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (PONDÉ, 1977, p. 40).

Em 1938, Levi Miranda foi indicado pelo presidente para ocupar a função de membro do Conselho Nacional do Serviço Social. Em 1940, foram criadas as caixas de esmola por iniciativa de Arlindo Janot. Essas caixas foram espalhadas pela cidade, no Banco do Brasil, nas estações ferroviárias, nas empresas jornalísticas, nas drogarias, entre outros. Desde 1944, Levi Miranda recebeu a função de provedor perpétuo até 1970, momento em que Margarida Oliveira de Araújo assumiu a função de provedora até 1979. Sua respeitabilidade não foi abalada apesar da mudança de governos. Embora, o autor (PONDÉ, 1977) tenha feito algumas críticas a atuação de alguns, o mesmo conseguiu dar continuidade à obra ao longo do tempo e enquanto viveu. Foi condecorado pelo Presidente Dutra em 1949, exerceu funções no governo do Presidente Café Filho, em 1955, recebeu título pela Câmara dos Vereadores em 1958 e recebeu diploma do Papa Pio XII em 1959.

Diante do exposto, entendemos o motivo pelo qual a Fundação assumiu o projeto da Cidade das Meninas, que passou a ser Cidade dos Meninos. A partir de 1947, de todos os pavilhões planejados, apenas cinco foram construídos e passaram a funcionar. Quatro desses abrigaram meninos e foram os institutos: Dom Bosco, Domingo Sávio, Nossa Senhora da Paz e o Profissional Getúlio Vargas. O Instituto Margarida Araújo abrigou meninas. Além dos institutos de internamento, também abrigou duas instituições escolares, o Grupo Escolar Darcy Vargas e o Grupo Escolar Cidade dos Meninos. Doze anos mais tarde, no ano de 1959 surgiu no mesmo município o Patronato São Bento, que foi instituído no mesmo Núcleo Colonial São Bento, numa gleba vizinha à da Cidade dos Meninos. Compreendemos que o Patronato teve seu projeto elaborado de acordo com as demais instituições, que foram criadas no período para atender a essa determinada infância.

Constatamos que, inicialmente, o Patronato São Bento teve uma aproximação da Cidade dos Meninos e até a tentativa de ocupação de um dos pavilhões como a construção no próprio terreno. Essa proximidade inicial foi concebida a partir do momento em que o delegado, o juiz de direito e o prefeito levantaram a possibilidade de estabelecimento do espaço de internamento na Fazenda São Bento e se encontraram com o padre Dom Odilão Moura,⁶³ que era capelão da Cidade dos Meninos. Nesse momento, iniciou-se uma relação com a instituição e a própria Igreja Católica Apostólica Romana local. Pela sua atuação, Dom Odilão foi o responsável pela escrita do estatuto da ABM e foram feitas consultas ao Levi Miranda quanto à cessão do pavilhão e de parte do terreno. Ambos os pedidos foram negados, mas a ABM solicitou ao governador e a Amaral Peixoto que intermediassem tal pedido. Assim, conseguiram a liberação do terreno para a construção.

Quanto à origem dos meninos e das meninas internadas na Instituição, não tivemos contato com essa relação nominal, entretanto, identificamos uma queixa do Juiz de Direito do município, em 1953, Navega Cretton, em relação ao envio dos “menores” para internação e da dificuldade em conseguir esse local. O Juiz Navega Cretton⁶⁴ abordou, no relatório anual à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, “a infância abandonada” no município. No documento, apresentava as solicitações para que “salvaguardasse” os “menores que perambulam pelas ruas, sem pão, sem lar e sem educação”.⁶⁵ Relatava que contava com a ajuda de particulares para conseguir a proteção para os mesmos porque, “Durante os longos anos em que tenho exercido a árdua função de magistrado, jamais consegui a internação de um só menor em estabelecimentos oficiais”.⁶⁶ Isso nos chama atenção, uma vez em que a Cidade dos Meninos já funcionava no território, desde 1947, como seria possível o não envio desses “menores” para esse espaço? Não temos informações sobre qual seria o fator dificultador do processo, mas cabe esse registro. Anos mais tarde (1956), foi relatada pela ABM, a internação de alguns meninos na Cidade dos Meninos, no Relatório de Atividades da ABM, assim como foram doados 300 uniformes pela diretora do Instituto Dom Bosco, para o trabalho dos “menores” nas ruas, em 1956, que estavam no depósito de acordo com o Histórico da ABM⁶⁷ do mesmo ano.

⁶³ Há mais informações sobre a origem e formação de D. Odilão Moura no Apêndice, quadro 15: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória e quadro 18: Associação Beneficente de Menores/ Diretor do Patronato: procedência e trajetória.

⁶⁴ COMO FALOU O JUIZ - A INFÂNCIA ABANDONADA. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 abr. 1954.

⁶⁵ COMO FALOU O JUIZ - A INFÂNCIA ABANDONADA. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 abr. 1954.

⁶⁶ COMO FALOU O JUIZ - A INFÂNCIA ABANDONADA. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 abr. 1954.

⁶⁷ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por D. Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

Outra ação que aconteceu apenas no início do internamento dizia respeito a alguns serviços prestados pela Fundação Abrigo Cristo Redentor, com pagamento por parte do Patronato de acordo com o livro-caixa, como: por impressão,⁶⁸ por 1500 fichas,⁶⁹ por 100 uniformes de mescla,⁷⁰ por impressos feitos pelo Instituto Getúlio Vargas⁷¹ e por 16 sacos de cimento à Fundação Abrigo Cristo Redentor.⁷² Outra interseção das instituições foi referente ao envio de alguns meninos para internamento na Cidade dos Meninos e o Patronato pagava a passagem dos mesmos; por isso eram mencionadas no livro-caixa⁷³ da instituição, em 1959, embora num desses casos, tenha ocorrido a devolução de um dos meninos por parte da FACR, para o Patronato, por ter uma doença congênita,⁷⁴ em 1962.

Houve ainda, em 1959, a instalação de um Parque de Diversões com sete instrumentos trazidos da Capelania da Cidade dos Meninos.⁷⁵ Após esses indicativos, não houve mais registros nos documentos sobre alguma relação entre as duas instituições. Embora não houvesse esse registro, a Cidade dos Meninos continuava internando “menores”, como percebemos no relato de Pondé (1977), ao se reportar ao término das atividades do Instituto Profissional Getúlio Vargas. O referido instituto teve seu terreno cortado pela Avenida Brasil e isso acarretou inúmeras dificuldades. Por esse motivo, após vinte e cinco anos de existência, o estabelecimento foi extinto e, os meninos atendidos nesse espaço, foram encaminhados para a Cidade dos Meninos, em 1964. Esse ano correspondeu ao falecimento de Levi Miranda também (PONDÉ, 1977).

É importante salientar que a relação entre as instituições vão além dos papéis, pois ao analisarmos, mesmo que brevemente a Cidade dos Meninos, percebemos como os dois projetos têm em comum as políticas implementadas em nível nacional para essa determinada infância. Percebemos que ao assumir o projeto idealizado por Rubens Porto e Darcy Vargas, Levi Miranda modificou o projeto inicial, pois atendia meninos. Embora esses meninos ocupassem a maioria dos pavilhões, cabe destacar que um desses pavilhões foi destinado para o atendimento das meninas, mas não identificamos nos documentos, o registro do motivo pelo

⁶⁸ Relatório das atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por D. Odilão Moura (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

⁶⁹ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.35, caixa 001, 1956.

⁷⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.61, caixa 001, 1957.

⁷¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.104, caixa 001, 1957.

⁷² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.36, caixa 001, 1956.

⁷³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.71/86, caixa 001, 1957.

⁷⁴ Ofício Recebido da Fundação Abrigo Cristo Redentor, assinado por Dr. Roberto Martins Alcantara, PSB 264, caixa 004, 1962; Ofício Recebido da Fundação Abrigo Cristo Redentor, assinado por Otacílio (Superintendente de E. Profissional), PSB 265, caixa 004, 1962 Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 269, caixa 004, 1962.

⁷⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.104, caixa 001, 1957.

qual foi feita essa opção. Cabe ainda esclarecer que a Fundação Abrigo Cristo Redentor era uma rede de instituições que abrigava diferentes grupos, assim como os “mendigos” também, embora o grupo mais assistido pela instituição fosse o de “menores desvalidos”. Outra função que a Fundação assumiu foi administrar os espaços assistencialistas, que eram dirigidos por Darcy Vargas. Por esse motivo, o Abrigo Cristo Redentor foi a instituição que aceitou a administração da Cidade dos Meninos.

Diante das questões apontadas, identificamos a importância desse projeto da Cidade dos Meninos ter sido instalado numa das glebas do Núcleo Colonial, projeto este, atrelado ao projeto ruralista, associado à demanda urbano-social na perspectiva de que a “regeneração” desse “menor” assistido seria pela égide do trabalho agrícola, entre outros, embora, o trabalho agrícola fosse o marco da instituição que a associava às características do projeto ruralista. Mais uma vez, a função atribuída a esse território, próximo à capital federal, de subalternidade e até em relação ao primeiro distrito do próprio município, na tentativa de imprimir uma ideia de “modernidade” e “civildade ao atender a demanda de “limpeza” desses espaços, com a retirada desses “indesejáveis” através de um viés filantrópico e assistencialista. Tudo isso associado a ideia de criminalização dessa infância pobre e classificada como abandonada para que, através do trabalho, pudesse se tornar útil para a sociedade. Todos esses aspectos coadunaram com as características do nosso objeto, o Patronato São Bento e assim, foi imprescindível um breve relato sobre esse equipamento que demonstrou algumas características comuns das ações assistencialistas empreendidas naquele período, no território marcado pelo projeto ruralista (Núcleo Colonial), no financiamento da instituição e por agentes que transitaram nos dois equipamentos, tanto o Patronato São Bento, quanto a Cidade dos Meninos.

1.5 O Projeto de Assistência aos Menores

Entendemos que no Patronato, o internamento foi a solução encontrada por um determinado grupo e destinado a uma determinada infância, categorizada como “menor”. Sabemos que judicialmente, menor é aquele que não responde totalmente por seus atos e necessita de um tutor ou responsável. Demograficamente, refere-se a uma faixa etária da população. Ambos qualificam o indivíduo como cidadão e parte da população (ARANTES,

1995). Já Londoño (1991) nos esclarece que até o século XIX, a palavra menor foi usada como criança, adolescente e jovem para marcar as responsabilidades civis ou canônicas. Em meados do mesmo século, a separação que havia era o “filho de família” e o “órfão”, enquanto os abandonados ficavam sob a tutela do Juiz de Órfãos, entregues aos cuidados de instituições caritativas ou regime de “soldada”.⁷⁶

Já no final do século XIX e início do século XX, nota-se que os juristas passaram a usar o termo menor, para se referirem às crianças e aos adolescentes pobres da cidade, os que não tinham pais vivos ou tutores e eram considerados abandonados, tanto materialmente como “moralmente” (LUDOÑO, 2004). Percebemos que a palavra menor assumiu diferentes conotações no decorrer do tempo, instituindo uma compreensão histórica e cultural em torno da conceituação das palavras “criança” e “menor”, com uma estratégia de criminalização jurídica sobre aqueles que perambulavam pelas ruas, além de considerar desestruturadas as famílias pobres. Assim, comprovamos que não houve uma cientificidade, mas sim, “uma dupla menoridade – criança e menor - que legaliza relação de exploração e violência existentes na sociedade”. (ARANTES, 1995, p 210/211).

Sabemos que o interesse pelo tema da infância por parte dos médicos, surgiu em meados do século XIX (CÂMARA, 2010; RIZZINI, 1995). O mesmo se intensificou e se solidificou a partir da abolição da escravatura, do crescimento populacional e dos debates ocasionados pela ocupação das cidades. Dessa forma, a medicina social, através da higienização pública, foi implementada como uma tentativa de organização, de controle e de regularização da vida social. Vemos que

O “projeto” de intervenção sobre as desordens reinantes nas cidades, como a vadiagem, a vagabundagem, a mendicância, implicou na criação de instituições de recolhimento dos indesejados, como os loucos, os mendigos, os criminosos e os “menores viciosos”. Especificamente com relação à infância pobre, os médicos higienistas vão ter uma participação importante na construção e implantação de um projeto assistencial dirigido a esta categoria, utilizando teorias, conceitos e termos técnicos para dar conta do problema, muitos deles empregados até a atualidade, tais como, prevenção, tratamento, cura terapêutica, etc. (RIZZINI, 1995, p. 245).

Tudo isso como resultado de uma conjuntura respaldada numa visão positivista e numa teoria do evolucionismo, simultaneamente numa tentativa de acompanhar cidades europeias, tidas como exemplos de evolução que deveriam ser seguidas (RIZZINI, 1995). Desse modo, os intelectuais brasileiros, médicos, juristas, advogados, contaminados por esses ideais contribuíram para as diferentes ações implementadas sobre essa determinada infância. Sendo assim, a preocupação com o controle social de caráter moralizante foi sendo constituído com

⁷⁶ O contrato da Soldada referente ao século XIX era estabelecido com instituições que abrigavam crianças em situação de pobreza para que desempenhassem trabalhos para particulares.

uma aproximação do setor jurídico, através da intervenção de juristas e advogados nesse processo de “limpeza” das cidades, com enfoque no ordenamento social com características peculiares, como o caráter caritativo e o olhar voltado para a criança pobre — para tornar essa criança “útil” para a sociedade, e um olhar de futuro da nação, mas um futuro que corroborasse para o ordenamento social através do adestramento e da implementação de comportamentos considerados pertinentes para tal (RIZZINI, 1995).

Essa visão influenciou profundamente a constituição da assistência no país. A partir desse olhar caritativo, foi possível à Igreja Católica encontrar um espaço profícuo e de permanência no tratamento dessa infância, bem como essa aproximação dos juristas permitiu um olhar de criminalização da infância em situação de pobreza que resultou, em 1927, no primeiro código de menores (RIZZINI, 1995). Inúmeros congressos internacionais foram sendo realizados, tendo em vista a infância abandonada moralmente e materialmente, paralelamente infratora. A última característica foi se construindo no passar do tempo como uma possibilidade potencial para essa determinada infância: a criminalidade (RIZZINI, 1995). Embora a filantropia, no decorrer do tempo, tenha se colocado como uma evolução científica do processo caritativo desempenhado fortemente por agentes ligados à igreja, a mesma não se desvinculou totalmente desses agentes (RIZZINI, 1995), como podemos perceber com o Patronato São Bento, onde temos uma atuação da igreja nesse trabalho, desenvolvido com essa infância.

Como afirmou Faleiros (1995, p.67-68), “a articulação entre o privado e o estatal se faz não só nas comissões mistas [...] mas está inscrita na própria Constituição de 1937”. Essa articulação foi feita em alguns momentos de forma oficiosa, com distribuição de verbas para legitimar a troca de favores com um certo descaso com determinadas instituições públicas. Sistemáticamente, foram implantados o *per capita* para entidades particulares; assim, a igreja se reorganizou para intervir na questão social com centros de estudos e ação em obras sociais, com escolas de Serviço Social. Paralelamente, paróquias e associações ampliaram sua ação no campo assistencial.

Outra característica que permaneceu foi a articulação entre o estatal e o privado, onde a instituição recebia subvenções públicas, embora estivesse articulada no âmbito da sociedade civil, como podemos perceber na ABM onde no próprio estatuto de 1956,⁷⁷ registrou-se no artigo 65º, “a ABM recorrerá ao Legislativo Municipal para que se elabore uma quantia fixa e

⁷⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.9, caixa 003, 1956.

permanente de auxílio do Município”. No estatuto reformulado de 1961,⁷⁸ no item 6º, do artigo 3º, “convênios com instituições que queiram internar os menores pagando o “per capita” mensal, obedecidas as exigências destes Estatutos”. O entrelaçamento com o poder judiciário através do Juiz de Menores, foi outra característica da instituição na relação com o Ministério da Justiça conforme o ofício de 1957,⁷⁹ no artigo 11º, em que dizia que o “juiz de direito dessa comarca” era integrante do Conselho Administrativo da ABM.

Segundo Rizzini (1995), foi no governo federal de Getúlio Vargas, em 1940, em pleno Estado Novo, que tivemos a separação mais clara em relação aos termos “criança” e “menor”, assim como tivemos a política mais nítida de proteção à infância e ao menor. Em 1941, foi criado um órgão para centralizar a assistência ao menor no Distrito Federal, que posteriormente seria ampliado para todo o território nacional: o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Lembramos que essa centralização era defendida há alguns anos por aqueles que se intitulavam como “apóstolos” da assistência. Em decorrência dessa centralização, houve um maior controle das ações dirigidas a essa categoria tanto no setor público, quanto no privado.

De acordo com Rizzini, “o SAM foi criado a partir das ideias mais modernas da época: voltado para a educação, formação profissional, estudo e classificação do menor, com método de trabalho delineado, a chamada assistência científica” (1995, p. 297). Embora a criação do órgão atendesse as essas questões, o SAM era vinculado ao Ministério de Justiça e os juizados de menores, para orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos diferentes estabelecimentos numa espécie de triagem, incentivar a iniciativa privada de assistência a menores e estudar as causas de abandono. Para que a subvenção fosse concedida, era necessário uma audiência com o órgão. Percebemos que o comprometimento do SAM era mais para com o ordenamento social do que com a própria assistência social em si, assim como havia uma redução do campo de atuação do Juizado de Menores que tinha a tarefa de fiscalizar os internatos, o que caracterizou um aumento de poder do SAM (FALEIROS, 1995).

O SAM funcionou até 1961, após inúmeras denúncias de corrupção por parte de seus funcionários como punições e castigos dos empregados aos menores, atuação de gangues no seu interior, além de inúmeras fugas e rebeliões. “No imaginário popular alcançou uma fama

⁷⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda S. Bento Duque de Caxias E. R. J., assinada por D Odilão, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

⁷⁹ Ofício Expedido, assinado por Francisco Corrêa, PSB 014, caixa 002, 1957.

tão negativa que sua atuação representava mais uma ameaça à criança pobre do que propriamente uma proteção para com a mesma” (RIZZINI, 1995, p. 278). O fato de estar vinculado ao Ministério da Justiça e ter as questões financeiras subordinadas a esse ministério, fez com que muitos diretores atribuíssem a esse fato, a justificativa para esses escândalos. Então, em 1955, houve a apresentação do anteprojeto de criação do Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM), na tentativa de oferecer essa independência financeira. Mas, após a CPI para apurar as irregularidades ocorridas no SAM, abertura de nova sindicância e mais seis anos, o serviço foi extinto.

Ainda na década de 1940, foi criada uma política de proteção materno-infantil para preparação de um futuro cidadão que, na concepção de cidadania da época, passava pela formação do “capital humano” através do preparo profissional e o respeito à hierarquia pela educação da criança. Essas ações eram dirigidas à família e à criança pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) (RIZZINI, 1995). Ao DNCr competia estudar e divulgar o “problema social” da família, da infância e da adolescência, concessão de auxílios federais, distribuição de subvenções às instituições privadas direcionadas a esse público, além da fiscalização dessas mesmas instituições. Inicialmente, submetido ao Ministério da Educação e Saúde, mas, pela ausência de subsídios financeiros, foi associada à Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942), do Serviço Social do Comércio (1946), do Serviço Social da indústria (1946) e da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, na década de 1950. A criação dessas instituições marcou a ampliação do trabalho assistencial (RIZZINI, 1995).

A LBA foi criada pelo governo federal com receita própria, oriunda de contribuições compulsórias dos trabalhadores sindicalizados e vinculada à “autoridade moral” da primeira dama (RIZZINI, 1995). O ministro da Educação, Gustavo Capanema, tentou conseguir o controle da assistência pública dirigida ao menor, alegando que não havia capacitação daqueles que administravam a questão, mas não teve sucesso e o menor permaneceu controlado pelo aparelho policial-judiciário, vinculado ao Ministério da Justiça. Embora o DNCr recebesse os menores que eram encaminhados pelo judiciário, havia uma apropriação dos discursos dos juristas por parte dos médicos que faziam parte do DNCr, pois concordavam que os menores encaminhados eram resultado do esfacelamento da família, e a solução estaria no reforço das leis e do internamento (RIZZINI, 1995).

O objetivo da LBA era assistir às famílias daqueles que haviam sido convocados para a II Guerra Mundial e a partir de 1945, começou a assistir à maternidade e à infância necessitada. No decorrer do tempo, a instituição passou por diversas transformações internas.

Em 1960, teve uma perspectiva “desenvolvimentista” expresso pela primeira dama, Yolanda da Costa e Silva. Em 1970 e principalmente em 1980, a mesma LBA teve uma expansão e atingiu mais da metade dos municípios do país, na década seguinte, atingiu quase a totalidade com 90%. Em 1980, a referida instituição apresentou um discurso não paternalista, além de falar em “autoparticipação” defendida por Léa Leal, ambos os conceitos estranhos a sua prática. A inserção dos agentes da LBA na assistência foi marcada pelo clientelismo e atingiu seu ápice na década de 1990, momento em que houve uma divulgação exaustiva pela mídia de corrupção na sua gestão (RIZZINI, 1995). E em 1995, foi extinta no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com a consolidação das leis do trabalho de 1943, foi regulamentada a proibição do trabalho até os 14 anos, com exceção das instituições beneficentes ou de ensino, entre 14 e 18 anos, além do decreto-lei nº 6026, onde o Juiz de Menores poderia autorizar o menor trabalhar durante um ano sem carteira de trabalho (FALEIROS, 1995). O próprio Getúlio Vargas fez “um apelo aos governadores de que a proteção à infância” deveria constituir uma preocupação verdadeiramente nacional, porque a estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país (FALEIROS, 1995).

Em 1964, o anteprojeto de criação da FNBEM – Fundação Nacional de Bem-Estar, foi aprovado e transformado na lei nº 4.513, em substituição ao SAM e, na década de 1970, a sigla passou a ser FUNABEM. Eis que o órgão surgiu para se opor ao que até então havia se estabelecido. Para isso, “a FNBEM seria uma ‘entidade autônoma’”, além de “formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor’ (PNBEM), através do estudo do problema, planejamento de soluções, da orientação, da coordenação e fiscalização das instituições envolvidas com essa política” (VOGEL, 1995). A mesma era diretamente subordinada ao Presidente da República e tinha um Conselho Nacional como órgão mais importante de toda a sua estrutura.

A questão do internamento era uma ação vista com inúmeros aspectos negativos porque debilitava a família, onerava o país e era um processo inadequado para uma internação maciça e indiscriminada. Para que pudesse cumprir com as tarefas desencadeadas de tais reflexões, houve uma sensibilização aos governos estaduais, que ocasionou na criação de Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Para que houvesse uma divulgação do ideário da FUNABEM, um instrumento utilizado foi a revista Brasil Jovem que, além de apontar a política norteadora do PNBEM, apresentava dados estatísticos, assuntos correlatos e informativo sobre a atuação das FEBEMs e da própria FUNABEM (VOGEL, 1995). Tudo

isso sob o lema Brasil Jovem: A base do futuro sem fronteiras através de uma elite pedagógica e com um discurso salvacionista. Assim, a FUNABEM apresentava suas bases científicas para sustentarem conceitualmente e politicamente sua estratégia de controle social e continuava voltada para internação.

Cabe esclarecer que segundo Vogel (1995), a internação era vista com bons olhos para enquadramento de seus filhos e isso contribuiu para o retorno em muitos votos. Isso porque para a elite, o internamento ainda era considerado um ambiente seguro até meados dos anos 1960, pensamento não diferente da classe popular, afinal, era um local de segurança e com comida. Isso foi o que imperou na primeira década de atuação da instituição do Patronato São Bento, o que não permaneceu até sua total extinção, no final da década de 1980. A inserção do Patronato São Bento dentro de um núcleo colonial, somado à compreensão das políticas públicas de “proteção” e de assistência aos “menores” em nível nacional e regional, permitiram um entendimento sobre a função desse equipamento, nesse território. Dessa perspectiva, é importante saber que o Patronato foi criado em função de uma intensa campanha, promovida por setores da sociedade caxiense, e viabiliza, por meio da imprensa local, para o enfrentamento da questão das crianças, classificadas como “menores”, que vagavam pelas ruas do distrito-sede de Duque de Caxias.

2 A IMPRENSA E “A GRANDE CAMPANHA EM FAVOR DOS ESQUECIDOS PELA SORTE E PELO GOVÉRNO”

A grande campanha em favor da infância desvalida, iniciada por FOLHA DE CAXIAS, em colaboração com a Sé Episcopal de Petrópolis e com as autoridades municipais, será aberta solenemente, hoje, às 19 horas, no salão nobre da Associação Comercial de Duque de Caxias, com um grande festival artístico.

A iniciativa dêste jornal está, pois, coroada de pleno êxito. Uma grande campanha financeira será empreendida para a construção do Patronato que abrigará o incontável número de caxienses de amanhã que vagam por nossas ruas sem qualquer amparo material ou moral. Ser-lhes-á dada tôda assistência material ou espiritual de que carecem e uma formação que lhes garantirá o futuro e dará ao nosso município homens trabalhadores e capazes.⁸⁰

Cabe lembrar que no momento inicial da pesquisa, encontramos dificuldades em entender as distintas nomenclaturas associadas ao Patronato, de acordo com o Acervo da instituição. Essa dificuldade demandou o cruzamento com outras fontes que, no caso em tela, correspondeu a imprensa local. Dessa forma, foram as páginas do Jornal *A Folha de Caxias*⁸¹ que proporcionaram a localização da campanha empreendida em relação ao “menor”, no município que resultou na criação do Patronato. Nessa perspectiva, foi fundamental a percepção de que não podemos deter o estudo de uma instituição apenas ao seu acervo, assim como foi importante entender a instituição estudada de acordo com os debates locais. A pesquisa na imprensa revelou que era uma preocupação crescente de setores da sociedade local, o crescimento da mendicância e da atuação dos menores infratores no município, principalmente no distrito-sede. Podemos perceber isso nas inúmeras manchetes de jornais do período, assim como a cobrança da atuação das autoridades quanto a esse aspecto. Notamos a presença dessa temática nos jornais locais como o *Grupo* e o *Tópico*,⁸² assim como na *Folha da Cidade*, entre outros.

Diante desse quadro em tela, recorreremos aos documentos que compõem o acervo do Patronato São Bento, que foram entrecruzados com a imprensa localizada no Instituto Vereador Thomé Siqueira Barreto, alguns jornais sob a guarda da Biblioteca Nacional e os documentos da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, do mesmo modo que identificamos as políticas públicas implementadas a partir de projetos específicos para essa infância. Dessa forma, a identificação das diferentes reportagens sobre o “menor”, a atuação

⁸⁰ HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal *Folha de Caxias*, 30 abr. 1956.

⁸¹ Outras denominações desse jornal: *Folha de Caxias* e *Folha da Cidade*.

⁸² O jornal tinha uma tiragem quinzenal, sua direção era composta por Albino Vaz Teixeira (administração), Plínio Armando Baptista (redação) e Barbosa Leite (supervisão).

dos diferentes juizes, a convocação da sociedade e do poder público para uma ação contudente em relação ao “problema da infância abandonada”, os destaques dados sobre o crescimento populacional da cidade, as críticas às reportagens da capital federal em relação à construção da imagem violenta de Duque de Caxias, a necessidade de impressão de uma imagem mais moderna de Caxias, as inúmeras matérias sobre a “criminalização dos menores”, as péssimas condições de trabalho dos policiais, a campanha do lenocínio e o envolvimento de políticos nesse tipo de crime, apontaram para o estabelecimento de um espaço de internamento, o Patronato como solução de acordo com o jornal. Tudo isso permitiu a identificação das ações de controle e de ordenamento impostas, associadas à judicialização do tratamento dessa infância através da internação endereçada ao segundo distrito. Dessarte, esses serão os aspectos evidenciados pelo jornal que apresentaremos a seguir. Essas matérias permitiram constatar a relação da história do Patronato com a história do território, as políticas públicas de proteção e assistência implementadas no município, no processo de constituição do Patronato, e os projetos políticos idealizados para o mesmo, da mesma maneira que detectamos o comprometimento com o projeto urbano-social e as especificidades da relação das políticas de cunho nacional e regional, adequados aos interesses locais.

2.1 “Olhe as crianças meritíssimo Juiz”

O jornal *Folha de Caxias*⁸³ teve uma atuação importante na institucionalização do Patronato e nos anos iniciais de seu funcionamento. Entrecruzamos o acervo do Patronato

⁸³ Cabe esclarecermos que esse jornal local teve seu primeiro número publicado em 22 de agosto de 1953. Nesse momento inicial, o mesmo tinha o nome de *A Folha de Caxias*. Segundo o acervo que consta no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, a partir da edição de 1º de maio de 1955, o jornal passou a ser conhecido como *Folha de Caxias*. De 1º e 2 de julho de 1956 em diante, o jornal passou a ser denominado *Folha da Cidade*. O jornal foi um órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias até 31 de janeiro de 1954. A partir de 7 de fevereiro de 1954, passou a constar abaixo do seu nome, a seguinte informação: “Órgão livre e independente” e de 14 de março de 1954 em diante, a informação foi substituída por “Independência na conduta e Fidelidade nas informações” até 9 e 10 de dezembro de 1956, na edição seguinte não constava mais. O jornal tinha como diretores, Zoelzer Poubel Vidaurre, Ruyter Cleves Poubel Vidaurre e Mariano Sendra dos Santos,⁸³ sendo que o último diretor atuou apenas até a edição de 13 de dezembro de 1953. A partir de 27 de dezembro do mesmo ano, respondia pela direção os irmãos Zoelzer e Ruyter C Poubel. Tanto Ruyter Poubel quanto Mariano Sendra foram agentes que atuaram na ABM, além do último ter sido o 1º secretário da Associação Comercial de Duque de Caxias no ano de 1953 também (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1956). Na seção “Memória Viva” da *Revista Pilares da História*, foi publicado um depoimento de Ruyter Poubel em que ele informou a função de diretor que desempenhou no referido jornal por trinta e oito anos (POUBEL, 2002). Nesse depoimento à revista, afirmou que, inicialmente o jornal era produzido em Niterói por não ter oficina própria. Depois, começou a ser produzido no Centro do Rio de Janeiro, no *Diário Carioca* e, posteriormente,

São Bento com essa fonte da imprensa local para elucidar possíveis lacunas. Assim, essa análise foi centralizada nos artigos publicados nesse jornal, sobre as notícias relacionadas a algumas imagens associadas ao crescimento populacional do município, à cidade, às condições físicas da Delegacia de Polícia, aos “menores”, à internação do “menor” apresentada como solução e à necessidade de um juiz de menores. Iniciamos a referida análise sobre as edições de 1953 — ano em que o mesmo iniciou suas publicações — e encerramos em 1956. Esse recorte temporal se justificou pelo fato de 1955 e 1956 terem sido os anos de instituição da ABM, período de maior intensificação de notícias relacionadas à mesma. Mas, ao utilizarmos tal documento como fonte, salientamos algumas peculiaridades com as quais devemos nos preocupar nessa análise, tais como:

Decorrente do binômio “imprensa e sociedade” pode-se argumentar, sem exagero economicista, que a história da imprensa no âmbito da cultura ocidental espelha a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. As informações passaram a ser vistas sob o cunho comercial e, nesta perspectiva, tal comercialização passou a ter um valor de mercado, e sua exploração passou a significar a possibilidade de afirmação do poder econômico e político (ARAÚJO, 2002, p. 95-96).

Ao buscarmos compreender as forças que compunham o jornal e quais interesses o mesmo defendia, cabe notar que o jornal se intitulava, na sua primeira página, como um órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias, além de ter como integrante da direção Mariano Sendra, que ocupou a função de dirigente da Associação na década de 1950. Na relação com os políticos locais, evidenciamos em algumas das reportagens, a solicitação da presença do representante do jornal⁸⁴ na Câmara Municipal, para que prestasse esclarecimentos sobre alguns artigos que tinham sido divulgados no mesmo. A matéria relatava que o representante do jornal havia estado numa sessão da Câmara Municipal, para

no jornal *O Popular*. No ano de 1956, por iniciativa do irmão, foi possível organizar uma oficina própria e o jornal ficou autossustentável por ter o custo reduzido. Com essa iniciativa, os irmãos Zoelzer e Ruyter Poubel passaram a fazer jornais para “fora”, como *O Municipal*, o de Magé, entre outros (BRAZ; SILVA, 2003). Registramos o esforço de digitalização dos Jornais do Município de Duque de Caxias que estão sob a guarda do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto que foi realizado por Andresa da Silva Guedes, Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues e Márcia Spadetti Tuão da Costa. Esse trabalho está vinculado ao projeto “História e Educação na Baixada Fluminense que pertence ao Grupo de Estudos da História da Educação Local da FEBF/UERJ (2015-2016). Agradecemos à Angélica e Andresa pelo o envolvimento e a colaboração nesse trabalho. Há mais informações sobre a origem e formação de Ruyter Poubel no Apêndice, quadro 15: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória. Há mais informações sobre a origem e formação de Mariano Sendra no Apêndice, quadro 15: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória e quadro 16: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros: procedência e trajetória. Há mais informações sobre a origem e formação de Dr. Jorge Armênio no Apêndice, quadro 15: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória.

⁸⁴ CÂMARA MUNICIPAL PRONUNCIA-SE A RESPEITO DA IMPRENSA CAXIENSE. *Jornal A Folha de Caxias*, 5 set 1953.

que os vereadores se pronunciassem sobre a mesma. Trazia a informação de que alguns vereadores elogiaram, enquanto outros depreciaram tal órgão.

Em 1953, o vereador Wilson Bastos Ruy afirmava ainda que o jornal deveria harmonizar os poderes de “maneira sadia e imparcial” e por fim, disse que “a imprensa abusa da sua liberdade e das suas prerrogativas e, com isso, muitas vezes ficam sacrificados os interesses coletivos. [...] deixou transparecer a emoção de que estava possuído pelas injúrias que se tenta lançar contra ele e vários de seus pares”,⁸⁵ enquanto em 1955, diferentemente, a *Folha de Caxias* foi homenageada na Câmara Municipal.⁸⁶ Diante de um município como Duque de Caxias, que tinha uma característica rural marcante, mas com empreendimentos que estavam sendo estabelecidos na cidade, urbanizava-se e crescia populacionalmente rápido, principalmente no primeiro distrito. Como afirmava no próprio jornal, “Duque de Caxias tem dado motivo à mais justa admiração pelo seu crescimento rápido e constante”.⁸⁷

Esse crescimento populacional, indicado em 1953, suscitou um interesse eleitoral no decorrer dos anos e, em 1955, ressaltamos a presença do candidato “Plínio Salgado”⁸⁸ em Caxias”,⁸⁹ ratificando a importância que o município estava conseguindo pelo aumento populacional quanto à eleição de diferentes políticos. Atrelado a esse crescimento desordenado, havia também a preocupação com a ordem, ao mesmo tempo em que a cidade tinha que demonstrar “progresso” semelhante ao do então, Distrito Federal, Rio de Janeiro. Já que o jornal trazia em seu bojo tal imbricamento, cabe destacar que as informações e os pontos de vista dos quais o leitor tem acesso, através de uma compreensão de que o mesmo tem direito “à informação e à discussão pública de concepções e ideias”, não isenta o referido veículo de comunicação da “ideologização política e econômica, mesmo que a atividade jornalística seja pública. Certamente, sendo pública, está afeita a dividendos políticos; em sendo particular, estará necessariamente afeita a dividendos econômicos, mas também políticos” (ARAÚJO, 2002, p. 96). E isso percebemos no tal aparelho, ao pensarmos a questão do “menor abandonado e infrator” na cidade. Alguns aspectos demandavam

⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL PRONUNCIA-SE A RESPEITO DA IMPRENSA CAXIENSE. *Jornal A Folha de Caxias*, 5 set 1953.

⁸⁶ EXALTADA A “FOLHA DE CAXIAS” NA CÂMARA MUNICIPAL. *Jornal Folha de Caxias*, 22 mai 1955.

⁸⁷ DESPREZANDO DIFICULDADES E DESLISES: POLÍTICOS, DUQUE DE CAXIAS MARCHA VERTIGINOSAMENTE PARA A SUA SUPREMACIA NA TERRA FLUMINENSE. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 set. 1953.

⁸⁸ Plínio Salgado nasceu em São Paulo em 1895. Atuou como jornalista (1916), na fundação do Partido Municipalista (1918), em atividades literárias até 1920, escritor de romances (1926), deputado estadual eleito de São Paulo (1928), candidato a presidência (1945), deputado federal pelo Paraná (1958, 1962, 1966 e 1970). Morreu em 1975. De acordo com o site:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio_salgado. Acesso em: 08 maio 2017.

⁸⁹ PLÍNIO SALGADO EM CAXIAS. *Jornal Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

diferentes ações naquele momento, com intervenção direta de seus agentes e de suas agências. O próprio jornal local foi uma dessas agências e interveio como um interessante mecanismo na institucionalização das diferentes ações junto aos meninos até a concretização do espaço de internamento. Faria Filho (2002), noutro contexto e noutro local, demonstrou semelhanças ao registrar que na sua pesquisa:

(...) o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa. (FARIA FILHO, 2002, p. 134)

Detectamos essas “novas sensibilidades, maneiras e costumes”, principalmente, ao analisarmos a ideia que estavam tentando imprimir à cidade, principalmente nesse caso, ao primeiro distrito, mais urbanizado. Havia uma tentativa de desassociar a conotação violenta a qual era atribuída à mesma, ao longo dos anos. Essa característica era salientada como construção da imprensa carioca, tanto que o jornal publicava que a definição do município nos diferentes jornais do Distrito Federal era um “...aposto incorreto e inoportuno que uma cidade laboriosa e proba recebe, o de ‘terra sem lei’.”⁹⁰ Apresentava tal título como injusto com a cidade, pelo fato da mesma ser “limítrofe da capital federal” e acrescentava outros motivos, tais como:

[...]

Por estarmos abraçados à Capital da República num efusivo amplexo que marca o nosso intercâmbio cotidiano, julgam todos que Caxias integral é um abrigo corrompido de delinquentes e desajustados de lá provenientes.

[...]

Mas, quem será o responsável por isso, quem deverá ser maculada e desmoralizada por este cancro social aqui existente? Será a população trabalhadora e pacata, serão milhares de senhoras e senhoritas, de velhos e crianças de professores e quase uma dezena de milhares de pequenos escolares, todos vivendo na pacividade [sic] do lar e na forja do trabalho construtivo?

[...]

Há dias a imprensa carioca, que por quase unanimidade é inimiga do povo caxiense, martirizadora que é das sagradas tradições, deu publicação ao duelo travado entre a polícia carioca e os bandidos de “Mauro Guerra”, isso em pleno Distrito Federal. A menor alusão foi feita à população carioca...⁹¹

Ao ser exposto pelo jornal o “consentimento” de determinados crimes pelo poder público, em 1954, indicou também que, a imagem do município era manchada e na matéria intitulada “Carnaval em Caxias”,⁹² havia um apelo: “Precisamos fazer parar a torrente de infâmias e de injustiças que se faz a tôda hora à custa da nossa Cidade”.⁹³ Assim,

⁹⁰ CAXIAS, ESSA INCOMPREENDIDA. Jornal *A Folha de Caxias*, 2-3 out. 1953.

⁹¹ CAXIAS, ESSA INCOMPREENDIDA. Jornal *A Folha de Caxias*, 2-3 out. 1953.

⁹² “CARNAVAL EM CAXIAS”. Jornal *A Folha de Caxias*, 21 fev 1954.

⁹³ “CARNAVAL EM CAXIAS”. Jornal *A Folha de Caxias*, 21 fev 1954.

paralelamente, havia a tentativa da construção de uma nova imagem, como podemos perceber em algumas matérias em 1954 com os seguintes títulos: “Recrudescer imundície no centro da cidade”⁹⁴ e “Caxias, cidade de futuro”.⁹⁵ Na primeira reportagem, afirmavam “Quando tudo se faz para erguer Caxias ao nível das cidades civilizadas, eis que aparecem dessas coisas para recalca-la à vala comum. Não é possível”.⁹⁶ “Dessas coisas” era uma referência a venda de peixes na cidade e o estado em que a mesma ficava, havia uma atribuição à falta de higiene. Apesar do esforço do veículo em melhorar a imagem da cidade, cobrava uma contrapartida daqueles que nela habitavam, ao mesmo tempo em que indicava a Fábrica Nacional de Motores (FNM) como sinal de futuro na matéria intitulada “Caxias, Cidade de Futuro”.⁹⁷

Essa “cidade civilizada” necessitava de ordem e para isso, a atuação da Polícia e as suas condições de trabalho ocuparam diversas páginas do jornal, em 1954, e ressaltamos as seguintes: “Polícia Preventiva”,⁹⁸ “Delegacia para Caxias”,⁹⁹ “Em Ruínas a Delegacia de Polícia”,¹⁰⁰ “Presos que passam fome”¹⁰¹ e “Cada vez pior a Delegacia de Polícia”.¹⁰² Na matéria conseguinte, era apontada a situação em que se encontrava a Delegacia: “... falta ambiente, falta meios, falta papel, falta tinta, falta mesas, falta tudo enfim, para que os serviços atinjam a sua plenitude satisfatória”,¹⁰³ embora houvesse “disposição de trabalho em todos os policiais” e “uma harmoniosa compreensão entre eles”.¹⁰⁴

Outro aspecto levantado era a fome que os presos estavam passando ao serem encarcerados¹⁰⁵ enquanto que outra reportagem denunciava o desvio de verbas por parte da Delegacia e afirmava: “é um absurdo, é um crime que se consuma contra o criminoso”.¹⁰⁶ Além dos temas abordados sobre a Delegacia de Polícia, no final do ano, foi retratado que a quantidade de cadeias não era suficiente:

(...) Na Delegacia não há ambiente para o desenvolvimento de um trabalho que satisfaça aos altos reclamos da sociedade.

Não irão acreditar os leitores por certo, se dissermos que duas cadeias somente existem numa delegacia que atende a uma população de 150.000 habitantes: que duas ou três mesas são utilizadas, algumas com gavetas, sem papel, sem tinta, sem nada... E a pobre palhoça continua de pé, atentando contra a dignidade dos presos, dos funcionários e dos visitantes, desafiando o progresso que domina o mundo.

⁹⁴ RECRUDESCER A IMUNDÍCIE NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev 1954.

⁹⁵ CAXIAS, CIDADE DE FUTURO. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar 1954.

⁹⁶ RECRUDESCER A IMUNDÍCIE NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev 1954.

⁹⁷ CAXIAS, CIDADE DE FUTURO. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar 1954.

⁹⁸ POLÍCIA PREVENTIVA. *Jornal A Folha de Caxias*, 10 jan 1954.

⁹⁹ DELEGACIA PARA CAXIAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar. 1954.

¹⁰⁰ EM RUÍNAS A DELEGACIA DE POLÍCIA. *Jornal A Folha de Caxias*, 13 jun. 1954.

¹⁰¹ PRESOS QUE PASSAM FOME. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 jul. 1954.

¹⁰² CADA VEZ PIOR A DELEGACIA DE POLÍCIA. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 dez. 1954.

¹⁰³ DELEGACIA PARA CAXIAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar. 1954.

¹⁰⁴ DELEGACIA PARA CAXIAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar. 1954.

¹⁰⁵ EM RUÍNAS A DELEGACIA DE POLÍCIA. *Jornal A Folha de Caxias*, 13 jun. 1954.

¹⁰⁶ PRESOS QUE PASSAM FOME. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 jul. 1954.

Será difícil não haverá prestígio do dr. [sic.] Olegário Pacheco, na Secretaria de Segurança ou será menosprêzo pela sorte do povo, essa eternização criminosa do estado cada vez pior da nossa Delegacia.¹⁰⁷

O jornal publicou, ainda, uma matéria intitulada, “Delegado reage”,¹⁰⁸ em que abordava a falta de lugar no presídio, o envio de prostitutas presas para Imbariê ou FNM, a acusação contra o vereador Waldyr Medeiros e seus companheiros de contravenção. Essas eram as acusações feitas pelo delegado Dr. Wilson Frederici e constavam em duas páginas do jornal. Uma delas era a primeira página. Percebemos assim, a função crucial desempenhada pela imprensa local, no intuito de se firmar como espaço educativo e formador de opinião pública do território, como podemos perceber através da seguinte observação:

Além dessa reconhecida capacidade de formar a cultura, padronizar o povo, a própria imprensa é indicada também como veículo educativo. A responsabilidade do jornalismo na formação da opinião pública, na divulgação da informação que permite a crítica e a participação política e, ainda, o acesso à diversidade de opiniões são colocados como elementos impulsionadores da civilidade, conseqüentemente do progresso do país, e da formação da nação. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 205-206)

Ratificamos que a imprensa é um “veículo educativo” e constatamos tal afirmação por parte de diferentes autores, além de estar associada à ideia de “progresso”. Tal “progresso” significava, na realidade, “a manutenção da exclusão social ao arripio da nova ordem jurídica que reconhecia a igualdade dos indivíduos, transformando-os em cidadãos”, como afirmou Gonçalves Neto (2002, p. 200). Antes de apresentarmos alguns aspectos desse jornal, que vêm ao encontro do que já foi apontado, Gonçalves Neto abordou que:

Antes de mais nada, é preciso que reconheçamos que o conjunto de ideias endossado pelos jornais e que chega até o público não é necessariamente o que mais se aproxima da realidade social, mas o que se torna hegemônico entre a elite dominante. E, mesmo no interior desta, devemos nos lembrar que ocorrem embates de concepções, não havendo homogeneidade de opinião sobre os principais temas que atraem a atenção da nação num determinado momento. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 223)

Mas, concomitantemente a isso, tal afirmação não inviabilizou ou minimizou o uso de tal documento, pelo contrário: potencializou. O referido autor confirmou que o jornal tornou-se “um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 206). Da mesma maneira que a organização da Polícia era necessária para que a representação de uma cidade “moderna” e “desenvolvida” se efetivasse, havia a necessidade de que fosse apresentada uma solução para

¹⁰⁷ CADA VEZ PIOR A DELEGACIA DE POLÍCIA. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 dez. 1954.

¹⁰⁸ DELEGADO REAGE. *Jornal A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

os “menores” que perambulavam pelas ruas. Para entendermos esse apelo do jornal, foi preciso voltarmos a questão que emergia paralela ao tema da polícia, em 1953: o “problema do menor”. Assim, nesse ano de 1953, identificamos inúmeras reportagens relacionadas à atuação dos “menores infratores” que praticavam diferentes roubos, e sempre era evidenciada a idade dos mesmos. Lembramos que não havia ainda a ABM, nem o Patronato nesse período.

Desde as primeiras edições do jornal em 1953 já era evidenciado o problema da atuação do “menor”, que atrapalhava a imagem de progresso, que se tentava imprimir na cidade, como podemos perceber nas manchetes que seguem: “Engraxates barulhentos”,¹⁰⁹ “A chuva e o engraxate”,¹¹⁰ “Menores abandonados roubam casas em Caxias: meios de evitar a perdição”,¹¹¹ “Atropelado o menor”,¹¹² “Com 17 anos já está na senda do crime: em outro local da presente edição uma notícia sobre vários assaltos praticados por menores em nossas casas comerciais”¹¹³ e “Posto em liberdade o assaltante: terá servido mais esta lição?”¹¹⁴ Outras reportagens tratavam do assalto ao comércio e do quanto isso era prejudicial ao mesmo. Percebemos uma incidência de reportagens que tratavam desse aspecto e a isso atrelamos a questão econômica, a defesa do setor de comerciantes assumida pelo Jornal. Nos primeiros anos de atuação, como sinalizado anteriormente, abaixo ao nome do jornal, identificava-se que era “órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias”.

Percebemos também, uma cobrança por parte da Associação Comercial de Duque de Caxias¹¹⁵ com um discurso moralizante por parte desses agentes. Diante de inúmeras matérias contra o trabalho dos ambulantes da cidade, havia uma preocupação com as vendas do comércio e do controle social.¹¹⁶ Cabe salientar ainda que representantes da Associação Comercial faziam parte do Conselho Administrativo da ABM, assim como representantes da imprensa local. A maioria das reportagens tratava de questões referentes ao comércio e a

¹⁰⁹ ENGRAXATES BARULHENTOS. *Jornal A Folha de Caxias*, 5 set. 1953.

¹¹⁰ A CHUVA E O ENGRAXATE. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 set. 1953.

¹¹¹ MENORES ABANDONADOS ROUBAM CASAS COMERCIAIS EM CAXIAS: MEIOS DE EVITAR A PERDIÇÃO-SOLTOS DEPOIS DE PRESOS. *Jornal A Folha de Caxias*, 10 out. 1953.

¹¹² ATROPELADO O MENOR. *Jornal A Folha de Caxias*, 15 nov. 1953.

¹¹³ COM 17 ANOS JÁ ESTÁ NA SENDA DO CRIME: EM OUTRO LOCAL DO PRESENTE EDIÇÃO UMA NOTÍCIA SOBRE VÁRIOS ASSALTOS PRATICADOS POR MENORES EM NOSSAS CASAS COMERCIAIS. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 out. 1953.

¹¹⁴ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953.

¹¹⁵ Foi uma importante entidade associativa de Duque de Caxias criada em 23 de setembro de 1937. Entre os seus fundadores, havia integrantes da União Popular Caxiense onde predominava homens de propriedades e negócios. No início dos anos 1940 era um grupo de empreendedores que prosperaram com o desenvolvimento do distrito (LACERDA, 2003, p.17).

¹¹⁶ EM SOBRESSALTO OS VENDEDORES AMBULANTES. 15 nov. 1953; ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE DUQUE DE CAXIAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 22 ago. 1953; REGULARIZANDO O COMÉRCIO AMBULANTE. *Jornal Folha de Caxias* 22 jan. 1956.

maioria das ações criminosas dos “menores” eram as que se vinculavam diretamente às casas comerciais, como a intitulada “Mais uma casa roubada em pleno centro da cidade”,¹¹⁷ que se referia a uma relojoaria. Ainda em 1953, notamos a indicação da necessidade de uma instituição que abrigasse o “menor” em conflito com a lei. Uma vez que o próprio jornal apontava que o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), instituição já existente para tal função, não cumpria a tarefa desejada de “regeneração” dessa determinada infância. Como podemos perceber no relato do jornal, o “menor” de 17 anos que havia sido preso inúmeras vezes, continuava incorrer no mesmo crime e havia a pergunta: “Que fazer?”¹¹⁸ A resposta consistia em:

Essa é uma pergunta difícil de ser respondida. Preso, possivelmente não possa permanecer devido a condição de menor. Perguntamos ao comissário se era impossível enviá-lo ao S. A. M. (Serviço de Assistência ao Menor) e êle nos delarou: “Seria acabar de estragá-lo naquêle ambiente de depravação”.¹¹⁹

Na reportagem¹²⁰ publicada algumas semanas depois, era evidenciado que o “assaltante” (referindo-se ao “menor”) havia sido posto em liberdade. E foram feitas algumas perguntas, uma delas foi: “Por que não foi enviado para uma casa especializada, onde recebendo trabalho e tratamento psicológico, pudesse regenerar-se e ser mesmo útil à coletividade?”¹²¹ Outra pergunta foi “Como se pode conceber que um jovem, em pleno verdor da idade, sendo um personagem perturbador da paz social, seja assim colocado novamente no caminho da degradação?”¹²² E a última cobrava uma atuação do Estado: “Será que o Estado do Rio, com tantas terras a perder por essas baixadas, não possuía um pequeno núcleo agrícola para os desajustados e delinquentes?”¹²³ e, ao mesmo tempo, apontava uma possível solução, com trabalho no núcleo agrícola.

Outro relato que foi feito pelo jornal, em 1953, tratava de um Patronato de Menores que faria, no dia 1º de dezembro de 1932, vinte e um anos de existência. Era dirigido pelo Sr.

¹¹⁷ MAIS UMA CASA ROUBADA EM PLENO CENTRO DA CIDADE. *Jornal A Folha de Caxias*, 1 nov. 1953.

¹¹⁸ COM 17 ANOS JÁ ESTÁ NA SENDA DO CRIME: EM OUTRO LOCAL DO PRESENTE EDIÇÃO UMA NOTÍCIA SOBRE VÁRIOS ASSALTOS PRATICADOS POR MENORES EM NOSSAS CASAS COMERCIAIS. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 out. 1953.

¹¹⁹ COM 17 ANOS JÁ ESTÁ NA SENDA DO CRIME: EM OUTRO LOCAL DO PRESENTE EDIÇÃO UMA NOTÍCIA SOBRE VÁRIOS ASSALTOS PRATICADOS POR MENORES EM NOSSAS CASAS COMERCIAIS. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 out. 1953.

¹²⁰ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953.

¹²¹ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953.

¹²² POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953.

¹²³ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953.

Mário Veríssimo, “preto, patriota e modesto, do quilate de Patrocínio, que tudo deu pelo Brasil”. Era solicitada uma subvenção anual ou mensal à Prefeitura e, caso isso não acontecesse, a mesma seria fechada por não resistir às despesas. Abrigava “menores abandonados” e afirmava que havia uma “urgente necessidade de uma casa desse gênero em Caxias”.¹²⁴ No ano de 1954, continuava a abordagem sobre a questão da violência. Entre elas, destacamos: “Perigo, salve-se quem puder”,¹²⁵ “Um apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública”,¹²⁶ “Na Avenida Duque de Caxias Escuridão e perigo”,¹²⁷ “Onda de assaltantes”,¹²⁸ “Salve-se quem puder”¹²⁹ e “O vício assalta as ruas”.¹³⁰ O jornal apresentava uma coluna com os assuntos policiais na última página, mas as matérias elencadas anteriormente tinham mais destaque e ocupavam, por vezes, a primeira página..

De todas as matérias em destaque anteriormente, a que obteve maior ênfase no jornal foi a que ocupou três páginas, inclusive a primeira página, que se referia à “onda de assaltantes”.¹³¹ Era complementada com informações como “quatro bandos de facínoras armados até os dentes, semeiam a morte e o terror”, “estabelecimentos assaltados em pleno dia no centro da cidade”, “rapazes de 18 anos entre os bandidos”, entre outros. Apesar do destaque da matéria sobre a atuação dos criminosos que estavam atacando o “povo”, percebemos que foram discriminadas na reportagem, apenas as casas comerciais, além da culpabilização do governo e da cobrança em relação à guarda municipal, que era paga pelo povo; conseqüentemente, convocava uma ação do prefeito e da polícia. Nessa matéria ainda, a polícia deu algumas palavras sobre essa “onda” de assaltos com “arrombadores profissionais” para o jornal.

Quanto à demanda do “menor”, localizamos manchetes como “Em Caxias: Crianças na senda do crime”,¹³² “Como falou o Juiz – A infância abandonada”,¹³³ “Persiste a jogatina de menores nos parques de diversões”,¹³⁴ “Olhe as crianças meritíssimo Juiz”¹³⁵ e “Infância

¹²⁴ PATRIOTISMO E ABNEGAÇÃO: O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS E PROJETO DOS ESTATUTOS DO PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS. *Jornal A Folha de Caxias* 29 nov. 1953.

¹²⁵ PERIGO – SALVE-SE QUEM PUDER. *Jornal A Folha de Caxias*, 17 jan. 1954.

¹²⁶ UM APELO AO SR SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Jornal A Folha de Caxias*, 17 jan. 1954.

¹²⁷ NA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS – ESCURIDÃO E PERIGO. *Jornal A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

¹²⁸ ONDA DE ASSALTANTES. *Jornal A Folha de Caxias*, 6 maio 1954.

¹²⁹ SALVE-SE QUEM PUDER!. *Jornal A Folha de Caxias*, 13 jun. 1954.

¹³⁰ O VÍCIO ASSALTA AS RUAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 18 jul. 1954.

¹³¹ ONDA DE ASSALTANTES. *Jornal A Folha de Caxias*, 6 maio 1954.

¹³² EM CAXIAS: CRIANÇAS NA SENDA O CRIME. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev. 1954.

¹³³ COMO FALOU O JUIZ. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 abr. 1954.

¹³⁴ PERSISTE A JOGATINA DE MENORES NOS PARQUES DE DIVERSÕES. *Jornal A Folha de Caxias*, 16 maio 1954.

¹³⁵ OLHE AS CRIANÇAS MERITÍSSIMO JUIZ. *Jornal A Folha de Caxias*, 16 maio 1954.

Abandonada”.¹³⁶ As crianças próximas ao crime, apontadas na reportagem,¹³⁷ diziam respeito àquelas que estavam no campo de futebol e se juntavam aos adultos para jogarem “baralho, dados e outros tipos de jogos de azar”, “enquanto os atletas” disputavam “as partidas de futebol”.¹³⁸ A mesma matéria chamava atenção ainda sobre o fato de que “...O mais abominável de tudo” era “ver as crianças de 7 a 13 anos misturadas com adultos inteiramente entregues ao vício”. Essa atitude era considerada um caminho que levaria as crianças “à senda do crime”.¹³⁹ Já a matéria que abordava a questão dos jogos nos parques,¹⁴⁰ retratava os menores com idade entre 10 e 13 anos que jogavam até a madrugada nesses espaços. Havia uma solicitação para que o Juiz Dr. Navega Cretton, fizesse algo para que “êsses meninos sejam salvos”.¹⁴¹ O clamor pela judicialização desses “menores” que se misturavam aos adultos em jogatinas, continuava, em 1954, associado a um perfil que o juiz de menores deveria atender. A matéria em que tratava da “Obra inadiável: amparar a infância desvalida”,¹⁴² foi abordada a questão do “menor” considerando que a mesma foi ignorada pelas autoridades do município e alegava que:

Não cremos que as autoridades o ignorem. Os chamados “Parques de Diversões”, que outra coisa não são que antros de jogatina e perdição funcionando com a complacência da Polícia e da Prefeitura, são o ponto de distração de centenas de crianças, de 10 a 18 anos, que debruçam nas mesas de jogo até altas madrugadas. E nunca uma providência cabal foi tomada. As ruas de Caxias, a Estação da Leopoldina, acolhem durante a noite crianças de menos de 10 anos desvalidas, sem itinerário na vida, perdidas nesse mundo de suborno e impatriotismo.¹⁴³

Ainda segundo a reportagem, essa situação dos menores exigia um juiz de menores para que exercesse uma “fiscalização” sobre os mesmos, assim como um “albergue subvencionado” e em “terreno fora do centro urbano”. A matéria também tratava sobre o novo magistrado que a cidade recebia e de que o mesmo não deveria exercer apenas as tarefas burocráticas da sua função, mas deveria atuar junto ao prefeito e ao delegado. O jornal continuava o assunto e afirmava: “No caso da infância não cremos que haja interesses subalternos, portanto é uma causa que merece o apoio e a solidariedade dêsses três poderes municipais”.¹⁴⁴

¹³⁶ INFÂNCIA ABANDONADA. *Jornal A Folha de Caxias*, 29 ago. 1954.

¹³⁷ EM CAXIAS: CRIANÇAS NA SENDA O CRIME. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev. 1954.

¹³⁸ EM CAXIAS: CRIANÇAS NA SENDA O CRIME. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev. 1954.

¹³⁹ EM CAXIAS: CRIANÇAS NA SENDA O CRIME. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 fev. 1954.

¹⁴⁰ PERSISTE A JOGATINA DE MENORES NOS PARQUES DE DIVERSÕES. *Jornal A Folha de Caxias*, 16 maio 1954.

¹⁴¹ OLHE AS CRIANÇAS MERITÍSSIMO JUIZ. *Jornal A Folha de Caxias*, 16 maio 1954.

¹⁴² OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 nov. 1954.

¹⁴³ OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 nov. 1954.

¹⁴⁴ OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 nov. 1954.

Nessa mesma reportagem, era informado que os meninos vagavam pela cidade até “altas horas” e que pediam comida e trabalho durante o dia. O jornal mencionava que o Juiz, Dr. Ary Fontenelle, necessitava de um outro juiz que tratasse das questões referentes aos menores no município.¹⁴⁵ A partir dessa perspectiva, o jornal apresentava a reivindicação da indicação de um Juiz de Menores¹⁴⁶ para o município, e a declaração de que era “dever da Justiça principalmente e de qualquer cidade em particular, orientar os menores que não têm pais, evitando-os da perdição e da fome”.¹⁴⁷

Em 1955, a atuação do juiz continuava a ser evidenciada nas páginas do jornal e podemos perceber, por exemplo, a repercussão dada pela imprensa quando o Juiz de Menores de São Gonçalo e Niterói proibiu os menores de 14 anos, de frequentarem o cinema desacompanhados, de acordo com o Código de Menores de 1927.¹⁴⁸ Em contrapartida, o jornal exigia uma ação similar no município de Duque de Caxias, posto que “Caxias possui uma infância sem amparo. Existem dezenas de pequenos seres no mais negro abandono, na maioria desajustados de toda espécie. [...] Só uma escola profissional ou uma colônia agrícola solucionará o grave problema”.¹⁴⁹ A reportagem apontava ainda que, na falta do Juiz de Menores, o Juiz Ary Fontenelle deveria fazer algo e se não fizesse na condição de juiz, “ao menos” fizesse na condição de pai.

Assim, em 1955, identificamos um aumento de matérias acerca da temática do “menor”. Cabe lembrar que 1955 foi ano em que a ABM foi instituída. Cada reportagem relacionada a esse tema apresentava o espaço de internamento local como a solução para o “problema”, como a campanha que já vinha sendo feita nos anos anteriores no jornal. Em 1956, havia uma grande incidência da temática do “menor”, mas sempre associada às ações da ABM, que descreveremos mais adiante. Em 1955 e 1956, percebemos o aumento das abordagens quanto à situação dos “menores” nas ruas e ao combate ao lenocínio, à continuidade dessa inquietação, no que tange a imagem de civilidade, e a necessidade de não associar a cidade à criminalidade.

Assim, observamos na pesquisa nos jornais locais, a necessidade de construção de um abrigo para esses “menores”, que surgiu de um debate na sociedade local sobre os menores abandonados, sendo abordado como uma questão da polícia e do poder judiciário.

¹⁴⁵ OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*, 21 nov. 1954.

¹⁴⁶ JUIZ DE MENORES. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 dez. 1954.

¹⁴⁷ JUIZ DE MENORES. *Jornal A Folha de Caxias*, 12 dez. 1954.

¹⁴⁸ MENORES NO CINEMA. *Jornal Folha de Caxias*, 1 maio 1955.

¹⁴⁹ MENORES NO CINEMA. *Jornal Folha de Caxias*, 1 maio 1955.

2.1.1 A justiça contra o vício e o crime

O espaço do jornal destinado ao tema dos menores abandonados e a argumentação da relação deles com os roubos e outros crimes cometidos na cidade, também conviviam, nas páginas do jornal, com o tema do lenocínio na cidade. Na campanha promovida pela imprensa, o poder judiciário era sempre valorizado como recurso para combater esses problemas. Assim, os Juízes eram personalidades sempre mencionadas no jornal em diferentes abordagens. Desde 1953, o juiz Dr. Navega Cretton ocupava as manchetes do jornal, mas observamos a instabilidade da permanência dos juízes no município. Em junho de 1954, o jornal afirmava que o Juiz não deixaria a cidade por uma possível promoção.¹⁵⁰ Em seguida, foi veiculada a notícia de que o Dr. Navega seria substituído e o novo Juiz de Direito, que assumiria a função, pretendia morar em Duque de Caxias e por essa possibilidade, estava sendo considerado “bem intencionado”.¹⁵¹

Constatamos que tanto a cobrança quanto a afirmação da conduta dos juízes que atuaram no município foram constantes nas páginas do jornal. Antes que o Dr. Ary Fontenelle assumisse a sua função, o jornal já descrevia qual deveria ser a sua postura e descrevia as ações que aguardava que o mesmo tivesse. Houve continuidade em 1955, das matérias sobre o juiz da comarca e, conseqüentemente, essa reportagem abordava a substituição do Dr. Navega Cretton pelo Dr. Ary Fontenelle, enquanto em junho do mesmo ano, diante da possibilidade de afastamento do Dr. Ary por uma promoção,¹⁵² foi escolhida uma comissão de quinze pessoas, que se dirigiu à Niterói; entre eles, o Prefeito Francisco Corrêa¹⁵³ e o Dr. Gastão Reis.¹⁵⁴ Tal comissão pediu que não fosse executada a promoção que implicava no afastamento do referido juiz.

Como ocorreu em 1955, tornou acontecer em 1956 e o Juiz Dr. Ary Pena Fontenelle foi promovido. Logo, foi anunciado pelo jornal que, assim que fosse publicado o decreto sobre a promoção do referido juiz, uma comissão representada por “todas as classes sociais” iria ao Presidente do Tribunal de Justiça para interceder pela sua permanência.¹⁵⁵ Mas, dessa

¹⁵⁰ NÃO DEIXARÁ CAXIAS O SR NAVEGA CRETTON. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 jul. 1954.

¹⁵¹ JUIZ BEM INTENCIONADO. *Jornal A Folha de Caxias*, 03 out. 1954.

¹⁵² MOVIMENTO PELA PERMANÊNCIA DO DR ARI FONTENELLE. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

¹⁵³ Há mais informações sobre a origem e formação de Francisco Corrêa no Apêndice, quadro 13: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Presidentes: procedência e trajetória.

¹⁵⁴ Há mais informações sobre a origem e formação de Gastão Reis no Apêndice, quadro 14: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Vice-presidentes: procedência e trajetória.

¹⁵⁵ O POVO PEDE A PERMANÊNCIA DO JUIZ! *Jornal Folha de Caxias*,. 25-26 mar. 1956.

vez, a comissão não conseguiu impedir, o juiz foi transferido para Campos e diferentes personalidades estiveram presentes na sua cerimônia de despedida.¹⁵⁶ Enquanto isso, o município aguardava a chegada do Juiz Dr. Hélio Albernaz, oriundo de Volta Redonda. Provisoriamente, o Juiz Dr. Nelson Joaquim da Silva ocupou o cargo.

Diante das diferentes ações dos juízes expostas nas matérias do jornal *A Folha de Caxias*, notamos que um assunto recorrente era o lenocínio. Por isso, esclarecemos que, de acordo com o jornal, lenocínio era o lucro obtido com a prostituição, através do aluguel de quartos para esse fim, com mulheres “decaídas ou prostituídas”. A reportagem mencionava ainda o fato de que os hotéis da cidade se prestavam a essa finalidade ou para “crime de sedução”, o que conferiu aos hotéis, o título de “casas de prostituição”. Citava também, a constituição, que proíbia o uso desses espaços para propósitos libidinosos.¹⁵⁷

Ao analisarmos as reportagens desde 1953, identificamos como o lenocínio era uma bandeira combatida pelo juiz desse período. Um deles foi o Dr. Navega Cretton e relacionamos as seguintes matérias: “Combatendo o lenocínio”,¹⁵⁸ “Lenocínio que corrompe e aniquila as nossas famílias”,¹⁵⁹ “Comissão de inquérito em Caxias para arrasar com o lenocínio e a contravenção”¹⁶⁰ e “A justiça apoia a comissão de inquérito que investiga a extensão do lenocínio: ouvido o juiz Dr. Navega Creton”.¹⁶¹ Na última reportagem citada, o Juiz dizia que “prestigiava iniciativas pela moralização de Caxias”.

Em 1954, era abordada a matéria que relatava “um apelo” feito ao Secretário de Segurança Pública,¹⁶² cujo subtítulo era “o lenocínio e o jogo”. Esses eram assuntos associados ao menor e à violência, e cobrada a atuação das autoridades, do juiz de direito, da polícia, dos vereadores e dos demais políticos na resolução desses “problemas”. Em seguida, na primeira página do jornal e com uma matéria extensa, foi publicado o posicionamento do delegado, Dr. Wilson Fredericci, quanto a questão do lenocínio. Entre os diferentes temas abordados pelo delegado, Dr. Fredericci acusava o vereador Waldir de Medeiros e seus comparsas (vereadores) do crime do lenocínio.¹⁶³ Em contrapartida, o próprio jornal

¹⁵⁶ A DESPEDIDA DO DR. ARI FONTENELLE. Jornal *Folha de Caxias*, 6-7 maio 1956.

¹⁵⁷ PROSTITUIÇÃO: “MAL NECESSÁRIO OU FATALIDADE DA VIDA SOCIAL”. Jornal *Folha da Cidade*, 29 E 30 jul. 1956.

¹⁵⁸ COMBATENDO O LENOCÍNIO. Jornal *A Folha de Caxias*, 26 set. 1953.

¹⁵⁹ LENOCÍNIO QUE CORROMPE E ANIQUILA AS NOSSAS FAMÍLIAS. Jornal *A Folha de Caxias*, 1 nov. 1953.

¹⁶⁰ COMISSÃO DE INQUÉRITO EM CAXIAS PARA ARRASAR COM O LENOCÍNIO E A CONTRAVENÇÃO. Jornal *A Folha de Caxias*, 1 nov. 1953.

¹⁶¹ A JUSTIÇA APOIA A COMISSÃO DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA A EXTENSÃO DO LENOCÍNIO: OUVIDO O JUIZ DR. NAVEGA CRETON. Jornal *A Folha de Caxias*, 8 nov. 1953.

¹⁶² UM APELO AO SR SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Jornal *A Folha de Caxias*, 17 jan. 1954.

¹⁶³ DELEGADO REAGE. Jornal *A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

salientava que a prisão de um outro vereador, Amaro Rocha, por “prática ilegal da arte dentária”, estava sendo considerada pela Câmara como “represália ao grupo que encabeçou a campanha”. Nessa mesma reportagem e rapidamente, o vereador, que já não estava mais preso e iria reassumir a sua função na Câmara, teve sua fala publicada. Essa publicação da alocução do vereador corroborava com o argumento de que a sua prisão tinha sido um ato político.¹⁶⁴ Isso posto, assinalamos que desde o começo essa questão apresentou conflitos entre o judiciário e o legislativo. Dessa forma, o crime de lenocínio era vinculado a um atentado à moral e na reportagem em que tratava do “Insulto as famílias e a decadência moral”,¹⁶⁵ era apresentado pelo jornal o combate a esse crime como uma “campanha de recuperação moral da sociedade local”.¹⁶⁶ Esse tema estava longe de ser esgotado das suas páginas, como podemos observar.

Na edição seguinte do jornal *A Folha de Caxias*, foi transcrito o discurso proferido pelo vereador Waldir Medeiros, na Câmara Municipal de Duque de Caxias.¹⁶⁷ O político Waldir acusava o delegado Wilson Fredericci, no que tangia ao lenocínio, e afirmava que o referido delegado efetuava prisões apenas das pessoas pobres envolvidas, sem atacar diretamente o problema.

[...] por que o Delegado de Polícia local não é veemente contra o lenocínio, a prostituição e o jôgo na cidade? Por que não se zanga e promete cumprir leis vigentes contra os exploradores de mulheres e vagabundos de quem a cidade anda repleta! A campanha contra as mulheres a que o Delegado de Polícia local se refere é que é uma balela. Ele prende ‘mulherzinha’ que não tem onde cair morta.¹⁶⁸

O vereador denunciava que era uma farsa a prisão dessas mulheres, assim como alegava que não prendia aqueles que investiam dinheiro e realmente lucravam com o crime. E prosseguia:

Ele prende de quando em vez, para salvar as aparências, é mulher que negocia o corpo a trôco de comida – êle prende de quando em vez e até hoje não fez processo de vadiagem a fim de remetê-la à Penitenciária como determina a lei, é gentinha que nada pode dar à polícia – duvido que ele prenda aqueles casais elegantes que vêm do Distrito Federal emporcalhar a nossa cidade, fazer de nosso município a alcova de seus amores ilícitos, enxovalhando a dignidade de nossas famílias; duvido que o Delegado de Polícia local se preocupe em dar flagrantes em casais suspeitos que frequentam certos hotéis da cidade – com o sol quente e às barbas da polícia.¹⁶⁹

Waldir Medeiros reclamava da prisão de um dos vereadores que fazia parte da Comissão de Inquérito da Câmara, que produziu um memorial para denunciar algumas situações difíceis que o município passava. Esse documento seria enviado para outras instâncias, com o intuito

¹⁶⁴ DELEGADO REAGE. *Jornal A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

¹⁶⁵ INSULTO AS FAMÍLIAS E A DECADÊNCIA MORAL. *Jornal A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

¹⁶⁶ INSULTO AS FAMÍLIAS E A DECADÊNCIA MORAL. *Jornal A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954.

¹⁶⁷ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁶⁸ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁶⁹ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

de conseguirem ações que pudessem solucionar tais problemas. A referida campanha era liderada pelo vereador Waldir Medeiros e o que havia sido preso. “Em vez de prender o vereador Amaro Rocha – que, admitamos, ilegalmente exercendo uma profissão que no fundo é benéfico, deveria o Delegado de Polícia local prender os contraventores que exercem clandestinamente uma profissão danosa e pervertedora”.¹⁷⁰ Relatou ainda que o crime que havia cometido foi o de fazer denúncias na tribuna da Câmara e, após isso, o delegado o perseguia com seus “subservientes”, quando não o provocava para que tivesse uma reação mais violenta. Declarava também que o “honrado e íntegro Dr. Navega Cretton, haverá de me conceder garantias, neste instante em que até a minha residência está ameaçada...”.¹⁷¹

Segundo o vereador Waldir Medeiros, a Câmara havia se negado em conceder sua garantia de vida, mas que o Delegado servia “com fanatismo ao Deputado Tenório Cavalcanti; ora com bajulação ao Deputado Getúlio Moura...”.¹⁷² Pedia o “extermínio do lenocínio” e concluía que tudo havia começado a acontecer após ter feito o Memorial em que várias pessoas assinaram, mas “apenas sobre ele recai a perseguição”.¹⁷³ Cabe ressaltar que essa reportagem ocupou a primeira página do jornal e prosseguia na página 4 do mesmo jornal, dando um destaque ao assunto. Somente no final do mês seguinte, a Câmara Municipal solicitou que o referido memorial fosse enviado ao Ministro da Guerra.¹⁷⁴ Como podemos observar pelo discurso proferido pelo vereador — e transcrito no Jornal — o tema estava sendo debatido não apenas pela imprensa local, mas também mobilizava a sociedade, a política local e causava conflitos entre o poder legislativo e o poder judiciário como já foi apontado. Algumas vezes, as matérias denunciavam certo consentimento por parte dessas autoridades. Um exemplo disso foi a reportagem que apresentou os vícios da rua;¹⁷⁵ um dos subtítulos dizia respeito à “prostituição explorada nos hotéis” e afirmava que os tais vícios eram consentidos.

Em 1955, a questão do lenocínio continuava a ser uma temática abordada no jornal. Uma das reportagens mencionava um projeto de lei em que o prefeito pudesse fechar um estabelecimento que desvirtuasse sua finalidade, para que fosse capaz de atingir os hotéis que tinham a prática criminosa.¹⁷⁶ Enquanto isso, o jornal apresentava a acusação de corrupção feita pelo Dr. Fontenelle, o juiz do período, contra o delegado Dr. Olegario Pacheco da

¹⁷⁰ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁷¹ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁷² FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁷³ FALA O VEREADOR WALDIR MEDEIROS. *Jornal A Folha de Caxias*, 6–7 fev. 1954.

¹⁷⁴ CÂMARA MUNICIPAL. *Jornal A Folha de Caxias*, 28 mar. 1954.

¹⁷⁵ O VÍCIO ASSALTA AS RUAS. *Jornal A Folha de Caxias*, 18 jul. 1954.

¹⁷⁶ O PREFEITO PODERIA ATÉ FECHAR OS HOTÉIS. *Jornal Folha de Caxias*, 8 maio 1955.

Rocha.¹⁷⁷ Outra questão abordada sobre a temática do lenocínio era o envolvimento das autoridades com essa prática, expondo duas matérias que tratavam de tais denúncias. Uma, tratava de uma sessão na Câmara Municipal de Duque de Caxias, em que os vereadores estavam inclinados a criar uma campanha contra o lenocínio. Um dos vereadores alegou a impossibilidade que o delegado de Polícia demonstrou, numa reunião na Câmara, enquanto os outros vereadores ratificaram que dois deputados federais, não oriundos da cidade, mantinham hotéis na cidade com essa ação criminosa, enquanto o jornal declarava que esperava ansioso pelos nomes dos referidos deputados para publicar na edição seguinte; ao mesmo tempo, anunciava a certeza de que os nomes de tais deputados não chegariam à edição do jornal.¹⁷⁸

Na matéria intitulada “As autoridades e o lenocínio”,¹⁷⁹ o Jornal *Folha de Caxias* afirmava que: “O problema do meretrício nesta cidade, parece ser um problema sem solução aparente. Pelo menos esta é a opinião das autoridades do município, das quais colhemos as opiniões que transcrevemos abaixo”.¹⁸⁰ As autoridades consultadas foram o prefeito, o delegado e o juiz de direito. Ao levantarem a opinião desses dirigentes, consultavam sobre a possibilidade da transferência para o Mangue do “meretrício”. Nenhum deles apresentou uma solução, além do prefeito e do juiz alegarem que seria uma obrigação do delegado. Por sua vez, o delegado Amil Nei Reichard disse que a prostituição não era crime, mas a sua comercialização era e apenas nessa situação, poderia agir.

O lenocínio¹⁸¹ foi um assunto recorrente no jornal. Ainda na gestão do Dr. Fontenelle, os hoteleiros foram fichados por explorarem o lenocínio.¹⁸² Notamos que os comerciantes locais lucravam com tal crime e em algumas reportagens, era indicado que alguns dos próprios políticos, tanto vereadores como deputados, estavam envolvidos nessa ação criminosa. Em julho de 1956, logo após a chegada do novo juiz Dr. Hélio Albernaz no município, foi feita uma reunião sobre o assunto do lenocínio com doze vereadores, aconselhados pela autoridade a fazerem outro memorial, com um relato sobre o referido crime e as soluções cabíveis, com cópia para o juiz, o delegado e o secretário de segurança.¹⁸³ Em

¹⁷⁷ O JUIZ ACUSA O EX-DELEGADO. Jornal *Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

¹⁷⁸ DEPUTADOS EXPLORANDO O LENOCÍNIO EM CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 10 jul. 1955.

¹⁷⁹ AS AUTORIDADES E O LENOCÍNIO. Jornal *Folha de Caxias*, 11 set. 1955.

¹⁸⁰ AS AUTORIDADES E O LENOCÍNIO. Jornal *Folha de Caxias*, 11 set. 1955.

¹⁸¹ PROSTITUIÇÃO: “MAL NECESSÁRIO OU FATALIDADE DA VIDA SOCIAL”. Jornal *Folha da Cidade*, 29-30 jul. 1956.

¹⁸² FICHADO COMO EXPLORADOR DE LENOCÍNIO. Jornal *Folha de Caxias*, 11-12 mar. 1956.

¹⁸³ VEREADORES PEDEM PROVIDÊNCIAS A JUIZ CONTRA O LENOCÍNIO. Jornal *Folha da Cidade*, 15-16 jul. 1956.

seguida, o Dr. Hélio retribuiu a visita feita pelos vereadores e os visitou na Câmara Municipal, onde anunciou que sua função em Caxias era “fazer cumprir a lei”.¹⁸⁴

O Memorial foi reproduzido na íntegra e nele eram apontados os seguintes aspectos:

- a) – Caxias dista do centro do Distrito Federal apenas 30 minutos;
- b) – Caxias não é ponto de atração turística;
- c) – Caxias é uma cidade povoada de trabalhadores que ganham em média Cr\$ 3.000,00 e que aqui moram, mas, empregam a maior parte do seu tempo no Distrito Federal.
- d) – Levando-se em consideração o exposto, não poderiam morar nos ditos hotéis, por falta de recurso;
- e) – Fica, portanto, caracterizada a finalidade dos ditos hotéis, que não é outra senão a exploração do lenocínio, que já enriqueceu uma dúzia de maus cidadãos. Esses hotéis os tornarão mais ricos, pela continuação da exploração de infelizes decaídas, e estanicamente porão a perder a mocidade caxiense, incucando-lhes no espírito a ideia da libertinagem, sem no entanto fazer-lhes ver, porque não interessa, os perigos a que se estarão expondo. A sífilis contraída em tais circunstâncias, vem tornando débil os povos menos avisados, com excepcional realce o povo brasileiro.¹⁸⁵

O lenocínio e o jogo eram questões abordadas no Memorial e sobre as quais pediam que outras instâncias governamentais, além das municipais, tomassem providências. O combate ao lenocínio foi empreendido pelo Dr. Hélio Albermaz, como os demais juízes, mas cabe um destaque para as ações desse juiz contra o referido crime, assim como a forma pela qual a referida autoridade lidou com outras questões salientadas pelo jornal. Elencamos as seguintes reportagens, algumas relacionadas ainda à temática do lenocínio como outras atuações do juiz. A matéria intitulada “Prostituição: ‘Mal necessário ou fatalidade da vida social’”,¹⁸⁶ tratava, em especial, da exploração lucrativa da prostituição, especificamente no caso do hotel Londres, localizado na Nilo Peçanha, avenida muito próxima ao Centro da cidade. Na matéria, estava contido o pedido do “habeas corpus” que o jornal se “apressou em divulgar”, com a assinatura do promotor de Justiça, Benjamin Hermam, a denominação atribuída a ele de “libelo contundente” e a datação de 23 de julho de 1956, mas não apresentava o nome do hoteleiro preso. O referido promotor prendeu o infrator no flagrante de crime de lenocínio.

Ao analisarmos a ação dos diferentes agentes quanto a atividade do lenocínio, a manchete “Câmara Municipal: Vereadores em ‘perigo de vida’¹⁸⁷” fazia referência à prisão do hoteleiro e que o delegado de Polícia, Dr Amil Nei Reichard, havia enviado um ofício à Câmara, convocando os vereadores Eduardo Walsh, Ivo Santos, Leandro Gonçalves Maia e Carlos José de Souza para que comparecessem à delegacia e prestassem “declarações sobre o

¹⁸⁴ VISITA DO JUIZ À CÂMARA. *Jornal Folha da Cidade*, 15-16 jul. 1956.

¹⁸⁵ O MEMORIAL DA CÂMARA CONTRA O LENOCÍNIO. *Jornal Folha da Cidade*, 15-16 jul. 1956.

¹⁸⁶ PROSTITUIÇÃO: “MAL NECESSÁRIO OU FATALIDADE DA VIDA SOCIAL”. *Jornal Folha da Cidade*, 29-30 jul. 1956.

¹⁸⁷ CÂMARA MUNICIPAL: VEREADORES EM “PERIGO DE VIDA”. *Jornal Folha da Cidade*, 29-30 jul. 1956

inquérito instaurado contra o hoteleiro desta cidade, acusado por explorar o lenocínio”. O jornal ressaltava o fato incomum sobre a presença de todos os “representantes do povo” nessa específica sessão da Câmara. Os vereadores Joaquim Tenório Cavalcanti e o próprio Leandro Gonçalves Maia se manifestaram contrários ao pedido de comparecimento à delegacia, e todo o legislativo deliberou em favor de tal argumentação, além da prestação de declarações ao juiz com o pedido de garantia de vida, ampliado a todos os vereadores da casa.

Identificamos novamente o conflito entre o judiciário e o legislativo municipal, pois relatava ainda a reação dos vereadores sobre esse fato, assim como percebemos a vulnerabilidade da “menor” e como a exploração sexual dessa determinada infância era rentável para um determinado grupo na cidade. Embora a ABM tenha se ocupado de um trabalho com o menor, e a prostituição de meninas fosse algo inquietante no território, como notamos pelas notícias do jornal, a instituição atendeu as meninas apenas no ano de 1957. O tratamento que era dado à prostituição das meninas e a resistência que o juiz enfrentou no combate dessa atividade, demonstraram a naturalização da questão, principalmente, ao analisarmos o posicionamento dos hoteleiros e do próprio jornal, ao tratar do assunto como “mal necessário ou fatos da vida social”.¹⁸⁸

Apesar desses enfrentamentos, ainda em 1956, foi registrado o apoio de Dom Odilão ao juiz.

O estado moderno enfrenta o problema de menores delinquentes mais com medidas preventivas que repressivas. Como o crime do menor é, na maioria das vezes, induzido pelo exemplo dos adultos, pela má literatura, pelas cenas de contravenção e imoralidades que assistem nas ruas, é lógico que se as causas forem reprimidas os efeitos cessarão. Se uma ação enérgica e persistente, como a que agora se inicia em Caxias com a figura, rara em nossos dias, do Juiz de Direito à frente, for levada avante contra o lenocínio, prostituição, jôgo, embriaguês, furto, em muito diminuiria a criminalidade infantil¹⁸⁹.

As palavras proferidas por Dom Odilão estavam em consonância com as características do assistencialismo no país, marcado nesse momento, pela ruptura da maneira de atender essa criança, da “repressão à educação”, embora essa concepção não tenha sido absorvida totalmente na prática do Estado ao menos (RIZZINI, 1995). Dom Odilão associou essa prática ao Juiz de Menores de Duque de Caxias.¹⁹⁰ Continuava o Juiz com sua atuação e

¹⁸⁸ PROSTITUIÇÃO: “MAL NECESSÁRIO OU FATALIDADE DA VIDA SOCIAL”. *Jornal Folha da Cidade*, 29--30 jul. 1956.

¹⁸⁹ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 29 jul. 1956.

¹⁹⁰ Assistência à Associação de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1956.

dessa forma, no mesmo ano (1956),¹⁹¹ o Dr. Hélio Albernaz proibiu a entrada de menores em casas de espetáculos públicos e em “bares noturnos, boates, cabarés, cafés, concertos, ‘music-halls’ (casas de diversões), etc.”, de acordo com o Código de Menores vigente. Também era proibida a entrada de menores de 18 anos como assistentes ou jogadores em salões de bilhares. Os menores de 14 anos não podiam frequentar o cinema após às 20h, além de não poderem assistir aos espetáculos impróprios para os menores de 14 e 18 anos. Os estabelecimentos deveriam fixar em local visível o limite de idade. Havia também a fiscalização feita pelos os comissários de menores aos referidos estabelecimentos comerciais. Percebemos o controle desses espaços por parte do Estado, através da atuação do Dr. Juiz Hélio Albernaz, um agente da ABM também.

Não tardaram as manifestação expressas no jornal quanto à atuação do juiz. Um dos grupos que apoiou as ações do juiz foi o GAM — Grupo de Amigos do Município — ao oferecer apoio integral juíza autoridade quanto aos flagrantes que vinha realizando nos hotéis,¹⁹² embora fizesse uma certa crítica sobre uma atuação do juiz, que logo esclareceu que o grupo de moças haviam ficado apenas uma noite na prisão. Então, em agosto de 1956,¹⁹³ recebia homenagem na Associação Comercial, contando com a presença de “pessoas das mais diversas classes sociais” pelas “campanhas” que vinha “empreendendo em prol da família e da sociedade caxiense, moralizando os costumes pela extirpação dos males” que assolavam “a nossa sociedade”. Cabe o registro das personalidades que estavam presentes na solenidade, como Moacir Gomes de Azevedo (secretário de agricultura do estado), Frei Joaquim Orth (vigário da Paróquia de Santo Antônio), Madres do Colégio Santo Antônio, vereadores, funcionários forenses, serventuários da justiça, jornalistas, professores, estudantes, entre outros profissionais e demais agentes que atuavam na institucionalização da ABM no ano de 1956, tais como: Mariano Sendra dos Santos (presidente da Associação Comercial), Ery Teixeira Pinto (presidente da Câmara Municipal),¹⁹⁴ D Odilão Moura (representando o bispo) e outros representantes da ABM.

Entre os oradores do agradecimento ao juiz, participaram o vereador Ery Teixeira, assim como D. Odilão Moura, ambos agentes da ABM. Em seu discursos, o juiz disse que apenas exercia a sua função e que apesar de na época, ter tempo para se aposentar, sabia que

¹⁹¹ PROIBIDA A ENTRADA DE MENORES NOS BARES, CINEMAS E BOITES DE DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade*, 5 e 6 ago. 1956.

¹⁹² “O EXCESSO DE ZÉLO DETURPA O SENTIDO MORALIZADOR”. *Jornal Folha da Cidade*, 5-6 ago. 1956.

¹⁹³ ÚLTIMA PÁ DE CAL NO LENOCÍNIO EM CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

¹⁹⁴ Há mais informações sobre a origem e formação de Ery Teixeira Pinto no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

ainda havia muito por fazer. Nesse mesmo dia de homenagens na Associação Comercial, ele e o secretário da agricultura participaram de um almoço oferecido por Nelson Cintra,¹⁹⁵ em Jardim Primavera. Notamos que a atuação do juiz, apesar de desagradar parte dos agentes que dirigiam a cidade, agradava outra parte desses mesmos agentes que estavam ligados à sociedade civil (integrantes da Associação Comercial), à igreja e até à sociedade política (parte dos vereadores), entre outros.

Embora houvesse o apoio às ações do juiz, identificamos que não tardou as intervenções contrárias. Uma dessas ações consistiu no “habeas corpus” impetrado pelos donos de hotéis contra a atuação do juiz. Porém, logo o jornal apresentava a resposta favorável do Tribunal de Justiça do Estado sobre o referido “habeas corpus”. Na matéria, era reproduzida a resposta do Dr. Hélio Albernaz ao desembargador Newton Quintel que, ao assumir a função de juiz de direito da comarca, a situação de exploração através do lenocínio era insustentável. O Juiz havia recebido um apelo da Câmara Municipal de Duque de Caxias para que pela sua atuação cessasse tal ação, porque se tratava de um caso de “calamidade pública”. A resposta do referido desembargador, em forma de ofício e “feita a próprio punho”, teve algumas de suas partes publicadas no jornal.¹⁹⁶

A publicação trazia a afirmação de que a cidade de Duque de Caxias era conhecida nacionalmente como terra do crime e do vício.¹⁹⁷ Por esse motivo, o Poder Judiciário local, como “guardião supremo da lei”, deveria fazê-la cumprir e que “os exploradores do lenocínio” estavam “no momento, vencidos, mas não convencidos”; que por ser um negócio lucrativo, a minoria prejudicada aguardava por uma brecha na lei. No texto, havia uma referência ainda, ao memorial, assinada pelos vereadores, considerada uma resposta ao “habeas corpus” em que citava que o Dr. Hélio já havia julgado o feito como “crime”.¹⁹⁸ Além disso, o desembargador denunciava que havia a necessidade de “derrogação do artigo 229 do Código Penal”,¹⁹⁹ por oficializar o lenocínio “sob um manto protetor de **um alvará de licença** e no outro, pela impunidade dos que trabalham no local do crime”²⁰⁰ e complementava: “...vencido êsses dois obstáculos legais, licenciado um prédio ‘hotel’ sem

¹⁹⁵ Foi candidato à prefeito no município e responsável pela urbanização do bairro de Jardim Primavera. Atuou apenas no começo da ABM. Há mais informações sobre a origem e formação de Ruyter Poubel no Apêndice, quadro 14: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/vice-presidentes: procedência e trajetória.

¹⁹⁶ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

¹⁹⁷ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

¹⁹⁸ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

¹⁹⁹ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

²⁰⁰ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956, grifos do autor.

nele permanecer seu dono e sim, seus empregados, passar-se-ia a explorar, impunemente, o lenocínio, transformando-se o Brasil, num vasto ‘hotel’.”²⁰¹ Ao lado dessa notícia favorável ao Juiz, havia a foto do almoço em homenagem ao Dr. Hélio Albernaz. Nessa matéria, percebemos o apoio do jornal à atuação do juiz.

Outra atuação do Juiz correspondeu à Instituição da ABM e do trabalho de rua instaurada no início de sua institucionalização, como podemos perceber na entrevista do vereador Leandro Maia sobre a “humanitária iniciativa”.²⁰² O vereador citou os agentes que atuavam na instituição como pertencentes a “quase totalidade das classes conservadoras”. Reafirmava que os “poderes públicos” estavam se esforçando para que o “Patronato de Menores” virasse realidade com terreno escolhido e dinheiro arrecadado pelo “executivo por indicação do legislativo”. Sugeria que houvesse mais propaganda e que profissionais como médicos, dentistas e advogados (com a emissão de “certidões de idade” nos cartórios), prestassem assistência aos menores abandonados. Apresentou outra sugestão, a possibilidade de, no momento em que as pessoas estivessem se divertindo, pudessem minimizar o sofrimento do “pobre desamparado da cidade” com o aumento do imposto cobrado pela Prefeitura Municipal, “selo de diversão”, como emenda apresentada pelo vereador Leandro Maia ao projeto do vereador Edson Carpes.²⁰³ Identificamos assim, mais uma vez, a atuação da sociedade política nesse momento de institucionalização da ABM. Entre as inúmeras reportagens que se referiam ao crime do lenocínio, à situação dos menores abandonados e à atuação do juiz de menores, havia a apresentação da ABM como o “maior movimento de apoio ao menor já encetado em Duque de Caxias”²⁰⁴ e “humanitária iniciativa da Folha de Cidade”, ambas as afirmações atribuídas pelo vereador do PTN (Partido Trabalhista Nacional) Leandro Maia, numa entrevista concedida à Emissora Duque de Caxias e *Folha da Cidade* publicada pelo jornal.²⁰⁵

Como ocorreu com os demais juízes, em outubro de 1956, havia a possibilidade de transferência do juiz, Dr. Hélio Albernaz. Por mudanças do judiciário em Petrópolis, seria necessário que talvez, o da Comarca de Caxias fosse transferido também. Assim, o próprio

²⁰¹ CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME. Jornal *Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

²⁰² A ABM É O MAIOR MOVIMENTO DE APOIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade*, 16-17 set. 1956.

²⁰³ Há mais informações sobre a origem e formação de Edson Carpes no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

²⁰⁴ A ABM É O MAIOR MOVIMENTO DE APOIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade*, 16-17 set. 1956.

²⁰⁵ A ABM É O MAIOR MOVIMENTO DE APOIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade*, 16-17 set. 1956.

juiz esclareceu que não havia viabilidade dessa mudança porque já havia sido resolvido.²⁰⁶ Constatamos que os juízes não permaneciam além de um ano no município, pois sempre eram promovidos. Isso aconteceu com os três que atuaram no período de institucionalização da ABM e do Patronato. Paralelamente às suas ações, o juiz Dr. Hélio Albernaz passou a fazer flagrantes aos “hotéis e casas suspeitas”,²⁰⁷ efetuando prisões de diferentes donos de hotéis²⁰⁸ pela prática do lenocínio.²⁰⁹ Essas atuações resultaram em publicações em diferentes jornais, como detectamos.

O Dr. Albernaz teve sua realização registrada em jornais da cidade do Rio de Janeiro, como a que nos referimos a seguir, publicada no jornal *Diário da Noite*, em 1956. Na mesma reportagem,²¹⁰ foram elencadas diversas citações proferidas por Hélio Albernaz, em diferentes situações em ordem cronológica. O referido relato era uma descrição dos feitos do juiz, a partir de frases que o próprio havia dito de uma forma que o enaltecia e comprovava suas ações. Essa constatação era feita pelo jornal ao afirmar que “Eis algumas frases desse juiz, desde que assumiu suas funções que foram acompanhadas de ação e tiveram resultado político”.²¹¹

As frases apresentadas foram: “Vou acabar, primeiro, com os criminosos daqui de dentro: depois, então, com os da rua”, “Não permitirei facilidades, corrupção e suborno, todos os processos que estão arquivados por motivos políticos vão andar”, “A Justiça tarda, mas nunca falha”, “Nada mais fiz, senão cumprir o meu dever”, “Se eu ainda estiver em Caxias na época das eleições, os srs procurem ir ganhar a eleição lá fora, porque aqui dentro a matemática será assim: 2 mais 2 são 4”, entre outras. Cada declaração do juiz estava associada a uma data com uma sequência cronológica e uma ação. Ação contra o jogo, lenocínio, processos arquivados por motivos políticos, atuação de delegados de partidos políticos em época de eleição com planos de modificação do júri e andamento de inqueritos.

Paradoxalmente a esses fatos, o próprio juiz afirmava noutras matérias que aqueles que reclamavam da desordem da cidade, dependiam dela. Como foi apontado por Souza (2003) em suas pesquisas também:

²⁰⁶ NÃO HAVERÁ ALTERAÇÕES NA ESCALA JUDICIÁRIA. *Jornal Folha da Cidade*, 14-15 out. 1956.

²⁰⁷ JUSTIÇA TARDA MAS NÃO FALHA. *Jornal Folha da Cidade*, 22-23 jul. 1956.

²⁰⁸ “HABEAS CORPUS” EM FAVOR DO GERENTE DO HOTEL INDEPENDÊNCIA. *Jornal Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

²⁰⁹ CONCEDIDO “HABEAS CORPUS” AO PROPRIETÁRIO DO HOTEL LONDRES. *Jornal Folha da Cidade*, 7-8 out. 1956.

²¹⁰ JUNTANDO AÇÕES ÀS PALAVRAS: UM JUIZ ACABOU COM O JOGO E O LENOCÍNIO EM CAXIAS. *Jornal Diário da Noite*, 20 nov. 1956.

²¹¹ JUNTANDO AÇÕES ÀS PALAVRAS: UM JUIZ ACABOU COM O JOGO E O LENOCÍNIO EM CAXIAS. *Jornal Diário da Noite*, 20 nov. 1956.

As rendas obtidas com a prostituição, o jogo do bicho, a miséria que barateava o voto, a grilagem, os baixos salários, o descumprimento das leis trabalhistas, a sonegação de impostos possibilitavam o crescimento de setores relacionados ao transporte coletivo, ao cartório, aos cassinos, aos cargos públicos, etc. (SOUZA, 2003, p. 46-47).

Assim, através das reportagens o Dr Hélio Albernaz Alves²¹² era apresentado de forma efusiva como agente da campanha contra o lenocínio com acusação aos donos de hotéis e com prisões efetuadas nesses estabelecimentos.

Ainda sobre a atuação do juiz na ABM, a manchete apresentada na capa do jornal era “Nenhum vendedor ambulante sem autorização da ABM”,²¹³ na página cinco o título apresentado foi “Inaugura-se hoje a sede da ABM”²¹⁴ com a informação de que a partir do dia seguinte os menores para trabalharem nas ruas deveriam ter a identificação da instituição, além da referência da doação feita por outras agências ou por particulares que ultrapava Cr\$ 160 mil. Ratificava ainda a informação de que era uma campanha da *Folha da Cidade* em favor do “menor desamparado” com o horário da solenidade de inauguração da sede da ABM²¹⁵ com a presença de autoridades, o endereço e um convite para a população. A matéria²¹⁶ informava as atividades da ABM, como a identificação dos menores engraxates, jornalheiros, vendedores, propagandistas, etc. Além do envolvimento de diferentes agentes da população nessa campanha em favor do “menor abandonado”, percebemos o objetivo de controle sobre esse meninos que trabalhavam nas ruas do município uma vez que essa autorização de trabalho na rua era fornecida pela ABM, mas numa ação conjunta com o juiz Dr. Hélio Albernaz e os comissários de justiça.

Ainda sobre a atuação do juiz de Menores, na matéria intitulada “Estão agindo os comissários de menores”²¹⁷ era noticiada uma caravana de comissários de menores: Nabor de Sousa, Walter Antônio, João Batista de Carvalho Santa Rita e Hildebrando de Carmo Bastos que iam nas madrugadas em espaços como: parques de diversão, bares e escolas de samba. A caravana passava por diferentes bairros na cidade, como Santa Lúcia, Jardim Primavera e Santa Cruz, localizados em outros distritos. Numa dessas caravanas, a reportagem do jornal a

²¹² JUNTANDO AÇÕES ÀS PALAVRAS: UM JUIZ ACABOU COM O JOGO E O LENOCÍNIO EM CAXIAS. *Jornal Diário da Noite*, 20 nov.1956.

²¹³ NENHUM VENDEDOR AMBULANTE SEM AUTORIZAÇÃO DA ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 25-26 nov. 1956.

²¹⁴ NENHUM VENDEDOR AMBULANTE SEM AUTORIZAÇÃO DA ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 25-26 nov. 1956.

²¹⁵ NENHUM VENDEDOR AMBULANTE SEM AUTORIZAÇÃO DA ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 25-26 nov. 1956.

²¹⁶ NENHUM VENDEDOR AMBULANTE SEM AUTORIZAÇÃO DA ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 25-26 nov. 1956.

²¹⁷ ESTÃO AGINDO OS COMISSÁRIOS DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 2-3 dez. 1956.

acompanhou e fez o registro do que foi feito em diferentes espaços como advertência aos responsáveis e visita a uma boite com mulheres que não eram fichadas. Além das advertências expostas, foram expedidas multas. Essa era mais uma reportagem que exaltava a atuação do juiz e o intitulava como “homem forte de Caxias”.²¹⁸

Outras ações dos comissários eram expostas no jornal também.²¹⁹ Como uma situação em que o comissário estava na lotação, uma pessoa embriagada o agrediu e o referido comissário a prendeu. Algumas ações desses comissários não eram bem recebidas por todos, como o registro feito pelo jornal do vereador Joaquim Tenório Cavalcanti que fez acusações contra um comissário na tribuna da Câmara.²²⁰

Outros grupos, além dos comissários ligados à justiça eram organizados e ganhavam as páginas do jornal, como a família forense²²¹ e a própria fundação do Clube de Justiça.²²² Além das ações dos grupos, eram publicadas no meio de comunicação as personalidades que estariam presentes e sempre era proclamada a presença do juiz. Várias ações da autoridade eram descritas pelo jornal, como a visita à oficina da Poubel Empresa Gráfica S. A., diretor do jornal e o fato de estar acompanhado de funcionários da justiça.²²³

Essas operações empreendidas na cidade resultaram na reação dos hoteleiros que impetraram outro mandado de segurança. Assim, o conflito reaparecia entre o juiz e os comerciantes (proprietários de hotéis). Conseqüentemente, o assunto do lenocínio era abordado no jornal, como também a ação do Juiz de Direito, Dr. Hélio Albernaz Alves. O juiz recorreu às notícias,²²⁴ divulgadas na *Folha da Cidade*, como “prova das provas”, assim como a constatação sobre “o defloramento constante e em larga escala de menores de 18 anos, nos hotéis de Caxias, sendo vítimas aquelas que a Lei procura proteger e tutelar”. Essas afirmações apresentadas no jornal traziam a informação de que foram baseadas nos dados do Cartório Criminal de Duque de Caxias sobre o fato de terem sido “desencaminhadas nos hotéis, ‘duas dezenas’ de menores” numa “ligeira busca”. As alegações dos impetrantes quanto à arbitrariedade da ação do juiz consistia no respeito à liberdade humana e no “direito” do casado em ter relações com quem quisesse. Os donos de hotéis, contrários à decisão do juiz, ridicularizavam o Poder Judiciário pelo fato de acompanhar diligências policiais aos

²¹⁸ ESTÃO AGINDO OS COMISSÁRIOS DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 2-3 dez. 1956.

²¹⁹ ESTÃO AGINDO OS COMISSÁRIOS DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 2-3 dez. 1956.

²²⁰ DEFENDE-SE O COMISSÁRIO DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 7-8 out. 1956.

²²¹ REALIZADO O PRIMEIRO ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DA FAMÍLIA FORENSE. *Jornal Folha da Cidade*, 14-15 out. 1956.

²²² FUNDADO O CLUBE DA JUSTIÇA. *Jornal Folha da Cidade*, 16-17 dez. 1956.

²²³ VISITA DO JUIZ. *Jornal Folha da Cidade*, 9-10 set. 1956.

²²⁴ O JUIZ NUM LIBELO CONTUNDENTE: DUAS DEZENAS DE MENORES FORAM DESENCAMINHADAS NOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade*, 23-24 dez. 1956.

hotéis. Esses mesmos comerciantes reclamavam do prejuízo dos hoteleiros em mais de um milhão de cruzeiros, além da alegação de que não poderiam exigir certidão de casamento dos casais que se hospedavam nos mesmos.

Mesmo com o pouco tempo de atuação do juiz, já era anunciado no jornal, em 1956, que Duque de Caxias não era mais o lugar do vício e do crime,²²⁵ assim como outras reportagens que exaltavam a atuação do juiz na repressão desse crime,²²⁶ da mesma forma que a autoridade estava satisfeita com a sua atuação, como percebemos na reportagem seguinte: “Eufórico declara o juiz: ‘Não há mais lenocínio em Duque de Caxias’.”²²⁷ Havia uma breve entrevista em que ele discursava sobre vários campos de sua atuação, entre eles o “problema do menor”, a regulamentação da entrada dos menores nos cinemas, do jogo, do lenocínio, entre outros. Ainda sobre a Campanha contra o Lenocínio, o jornal *O Globo*, numa página inteira apenas com algumas propagandas, publicava: “Continuará a batalha contra os falsos hotéis de Caxias”.²²⁸ Tratava-se de uma entrevista que foi dada por agentes da ABM, Dom Odilão, vereador Eri Teixeira, Mariano Sendra e o juiz Dr. Hélio Albernaz.

A reportagem discorria sobre a Campanha contra o Lenocínio e salientava que o Juiz Dr. Hélio Albernaz Alves era quem estava à frente deste “Grande Movimento Moralizador”, além de ter figuras de destaque nessa campanha, que eram Dom Odilão, “responsável pela grandiosa obra de amparo ao menor”, Mariano Sendra e o vereador pessedista Eri Teixeira. A matéria noticiava que naquele mesmo dia, ocorreria “uma grande assembleia na Associação Comercial de Duque de Caxias”, momento em que seriam constituídas as comissões jurídicas, as sociais e as econômicas. Nesse encontro, estariam “presentes vereadores, juiz, clero, as diversas associações, sindicatos e clubes caxienses”.²²⁹

Dom Odilão relatava que Duque de Caxias era uma cidade nova e favorecia o crime e o vício.²³⁰ Tinha grande progresso industrial e era muito próxima do Distrito Federal, além de estar associada a “uma política sem tradição e polícia conivente com os abusos”. Completava que a cidade tinha inúmeros hotéis, inclusive um era situado em frente à Prefeitura. Esses hotéis tinham aproximadamente uns cem quartos e eram visitados pelos “turistas vindos do Rio com suas ‘esposas’, durante a noite inteira”. Quem desejava pernoitar

²²⁵ “CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME”. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

²²⁶ “O LENOCÍNIO É UM DOS PIORES FATORES DE CORRUPÇÃO DE COSTUMES”. *Jornal Folha da Cidade*, 16-17 set. 1956; O JUIZ NUM LIBELO CONTUNDENTE - DUAS DEZENAS DE MENORES DESENCAMINHADAS NOS HOTÉIS. *Jornal Folha da Cidade*, 23-24 dez. 1956.

²²⁷ EUFÓRICO DECLARA O JUIZ: “NÃO HÁ MAIS LENOCÍNIO EM DUQUE DE CAXIAS”. *Jornal Folha da Cidade*, 5-6 ago. 1956.

²²⁸ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

²²⁹ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

²³⁰ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

em Caxias por outros motivos, encontrava quartos por apenas duas horas. Na própria reportagem, Dom Odilão alegava ainda que “a renda dos hotéis era fabulosa” e “os hoteleiros conseguiam vencer todas as dificuldades, ‘amaciando’ os caminhos. Principalmente certos políticos...”

Na reportagem, D. Odilão considerava que a cidade vivia uma situação “insuportável” porque, após às 18h, não podiam transitar as famílias pelas ruas por estarem “tomadas por mulheres e homens de má catadura”. Isso resultou na “reação de todas as classes e instituições: igreja, pais de família, clubes”. Solicitado pela Câmara, a sociedade e diante dos fatos, o Juiz, que havia tomado posse recentemente, resolveu começar pelo combate ao lenocínio. Uma vez que ele não podia contar com a polícia, dava flagrantes pessoalmente, junto com os comissários de menores. Nesses hotéis fictícios, prendeu “casais hospedados, condenou os proprietários, processou os culpados. O problema era tanto mais grave pelo fato de serem contratadas menores naqueles verdadeiros antros de perdição”.²³¹

Dom Odilão acrescentou ainda que, após “os contraventores se convencerem da impossibilidade de suborná-lo”, referindo-se ao juiz, o mesmo foi ameaçado de morte e os “hoteleiros” continuaram e apelaram para mandados de segurança, que foram negados. A parte da “sociedade” que estava incomodada com a ação dos proprietários desses hotéis de fachada, retribuiu com almoços, assembleias de solidariedade e outras manifestações de agradecimento ao Juiz. Mas, os “hoteleiros” não desistiram do negócio, mesmo com o fechamento de alguns desses hotéis por meses: “Era altamente rentável”.²³²

Na referida reportagem do Jornal *O Globo*, Dom Odilão concluiu sua fala com a informação de que com o acúmulo de tarefas, o juiz não podia fazer flagrantes frequentes e os “hotéis” começaram novamente a “agir subrepticamente”, novos protestos chegaram ao juiz, que reiniciou a campanha com flagrantes, prisões e processos. O sacerdote indicou ainda que havia a existência de um movimento na cidade que desejava corroborar com o Juiz, através da criação de uma sociedade em defesa da família caxiense e que “com a graça de Deus, as classes conservadoras, o clero e a imprensa do Município” estavam “coesas na defesa da moral social da nossa próspera cidade”.²³³ O jornal anunciava, logo abaixo do título “Continuará a batalha contra os falsos hotéis de Caxias” que “à frente do grande Movimento Moralizador” estava o Juiz de Direito Dr. Hélio Albermaz. Porém, o mesmo contava com “Figuras de Destaque na Campanha contra o Lenocínio naquele Município” que falariam na

²³¹ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. Jornal *O Globo*, 30 set 1957.

²³² CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. Jornal *O Globo*, 30 set 1957.

²³³ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. Jornal *O Globo*, 30 set 1957.

reportagem. Mas, a importância dada pelo jornal ao assunto foi intensa ao ponto de apresentarem às falas, uma fotografia e uma legenda nominal dos representantes da “Campanha pela Moral”, oriundos de três setores diferentes: “Dom Odilão, o Sr Mariano Sendra dos Santos e o Vereador Eri Teixeira Pinto”. Entre esses representantes, o vereador contribuiu com a seguinte fala:

O grande perigo dos “hotéis”, no momento, é a sua ligação com as eleições. Coisas tão heterogêneas, política e comércio de hotel, como poderão ter um liame entre si? É que os “hoteleiros” oferecem gordas cotas aos candidatos. Assim, a campanha eleitoral de 58 teria a sua “caixinha” suplementada pelas contribuições dos “impostos” do lenocínio. É caso semelhante ao do jogo em outras cidades...²³⁴

Mariano Sendra, proprietário de uma grande empresa de contabilidade, agregou as seguintes informações:

O maior mal da prática do lenocínio em Caxias é fazer desta cidade o servedouro da Capital Federal. [...] Se se der liberdade ao lenocínio esta cidade será, em pouco tempo, o prostíbulo do Rio, com todas as consequências inevitáveis: mortes, tráfico de entorpecentes, perversão de menores, separação de famílias, escândalos, corrupção política e policial. Teremos uma cidade fantasma, uma cidade morta, pois nela as famílias ordeiras e trabalhadoras não poderão mais continuar a viver.²³⁵

O Juiz Dr. Hélio Albernaz, além de ter sua fala publicada, tinha sua foto também e afirmava que havia sido promovido para a função de Juiz de 3ª Instância e, conseqüentemente, abdicaria do cargo, mas que antes disso empenharia “todos os esforços legais para banir a mancha que ameaçava essa cidade que, em dois anos, aprendi a querer bem”. Alegava que estaria ajudando o substituto:

Por outro lado, estarei ajudando o meu substituto, de vez que se, de algum modo, após a minha partida, o lenocínio voltar a funcionar através desses ‘hotéis’ de 100 quartos e de hospedagens curtas, poderá ficar no espírito de muita gente a desconfiança, por todos os motivos infundados, de que tenha havido um suborno da nova autoridade. Isso é que pretendo resolver, varrendo, de vez, esse comércio pernicioso.²³⁶

O próprio jornal afirmava que a campanha iria continuar “com o mesmo rigor e com o mesmo apoio dos caxienses”. Salientamos, mais uma vez, a ênfase dada pelo jornal à reportagem. Esse outro meio de comunicação corroborava com a atuação da imprensa local na campanha da ABM e do espaço de internamento.

²³⁴ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

²³⁵ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

²³⁶ CONTINUARÁ A BATALHA CONTRA OS FALSOS HOTÉIS DE CAXIAS. *Jornal O Globo*, 30 set 1957.

Percebemos o quanto o jornal *Folha da Cidade*, divulgou “determinados conceitos, visões de mundo etc.”, acreditamos que seja “porque normalmente ou comungam com essas ideias ou necessitam de apoio daqueles que as professam” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 223). Conseguimos identificar esses dois movimentos nas reportagens que foram apresentadas e nas que apresentaremos a seguir.

2.2 A “vitória da sociedade caxiense”: a campanha jornalística e a criação do Patronato

O jornal *Folha da Cidade*, através da atuação de Ruyter Poubel, foi um instrumento potencializador e aglutinador de diferentes agências que cooperaram na criação da Associação Beneficente de Menores (ABM) e, posteriormente, na institucionalização do Patronato São Bento. Faria Filho (2002, p.135) alegou que a maneira em que as matérias estão dispostas nos jornais, revestem-os de uma “intencionalidade claramente educativa”, pois colocam “em circulação uma série de matérias e assuntos que, em sua generalidade, não deixavam de compor uma representação sobre suas ideias de reforma das condutas e dos costumes” (FARIA FILHO, 2002, p. 135). Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da campanha promovida pela imprensa local de Duque de Caxias para o enfrentamento das questões do menor abandonado e do lenocínio.

Diante dessa observação, apresentamos uma intensificação dessas questões que vão contribuir para a construção de uma ideia de que a organização da sociedade civil, unida à sociedade política para a construção de um patronato, seria a solução para os problemas de ordenamento que a cidade enfrentava naquele momento, principalmente em relação a essa determinada infância que perambulava pelas ruas. Esse indicativo era apresentado desde o início da circulação do jornal no município, ou seja, a necessidade de criação de um espaço de internamento dos menores.²³⁷

Em 1955, algumas matérias também evidenciavam a atuação de “menores” nos crimes, como a que se referia ao bando que utilizou um menor.²³⁸ Concomitante a isso, o jornal articulava um “nobre movimento de solidariedade humana” em que o Juiz de Direito,

²³⁷ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953; MENORES NO CINEMA. *Jornal Folha de Caxias*, 1 maio 1955.

²³⁸ O BANDO UTILIZOU-SE DE UM MENOR *Jornal Folha de Caxias*,. 22 maio 1955.

Ary Fontenelle e o Prefeito, Francisco Corrêa, apoiavam a iniciativa do diretor do Jornal *Folha de Caxias*, que era realizar uma mesa redonda que abordaria esse assunto o “Amparo a Infância abandonada de Caxias”.²³⁹ Essa foi a chamada convocatória, feita na primeira página do jornal, em maio de 1955. Ainda nessa mesma matéria, o jornal chamava atenção para a figura do Sr. Veríssimo, que havia conseguido uma “chácara” no Núcleo Colonial e que poderia ser o local de instituição do Patronato. Já em junho de 1955, a mesma manchete tornou aparecer: “Amparo a Infância abandonada de Caxias”²⁴⁰ e dizia:

Tudo leva a crer que será uma grande vitória para o Município a iniciativa desse jornal, de promover uma reunião entre as autoridades responsáveis de Caxias, a fim de debaterem o problema do menor abandonado, da máxima importância do ponto de vista social e humano.

FOLHA DE CAXIAS teve ocasião de comunicar a ideia ao prefeito Francisco Corrêa e ao juiz de Direito, Dr. Ari Pena Fontenele, recebendo desses ilustres cidadãos [sic] a palavra de apoio incondicional ao nobre movimento, que visa a salvar da fome e do crime, dezenas de pequenos caxienses sem lar e sem amparo. Talvez [sic] em nosso próximo número possamos anunciar a data escolhida para a reunião das autoridades municipais e representantes da Câmara Municipal e do Comércio, bem como damas da sociedade caxiense dispostas a se unirem a esse movimento humanitário e patriótico.²⁴¹

Além da matéria ocupar a primeira folha do jornal e estar acompanhada de inúmeros detalhes, ressaltamos que a reunião contou com a presença do Sr. Veríssimo, que tinha a experiência de ter administrado um Patronato por 32 anos,²⁴² em 1953. Assim, sua presença nas reuniões era indicada para que pudesse socializar a sua ação.

PLANO

Nessa primeira reunião será debatida a possibilidade de ser entregue a incumbência de assistir as crianças ao “Patronato de Menores Casemiro de Abreu”, dirigido pelo Sr. Jorge Veríssimo, esse Sr. há muito se interessa pelos menores abandonados e em que pese a falta de recursos, ainda hoje mantém [sic] com dificuldades algumas dezenas de menores.

[...]

O Sr. Veríssimo comparecerá à reunião e dirá das possibilidades que tem em amparar a infância, isto é, ensino profissional, moral, intelectual, físico, etc. Depois exporá os recursos de que precisa e a proposta será submetida à discursão [sic]. Certamente que no caso de ser estabelecido o entendimento, o patronato, quando em funcionamento, será fiscalizado por uma autoridade municipal, que examinará de quando em vez as condições de higiene e de ensino dos internados. Nada mais justo que isso, tratando-se de obra pública, de interesse comum.²⁴³

²³⁹ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 29 maio 1955.

²⁴⁰ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 29 maio 1955.

²⁴¹ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁴² PATRIOTISMO E ABNEGAÇÃO: O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR QUE PRECISA DE APOIO DA PREFEITURA – APELO A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS. Jornal *A Folha de Caxias*, 29 nov. 1953.

²⁴³ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

Nesse momento, ainda incerto diante da possibilidade de institucionalização, já havia a sinalização de que a instituição seria fiscalizada por uma autoridade municipal, além da abertura para sugestões sobre o futuro “empreendimento”.

Estamos esperançosos no êxito desse empreendimento, que se concretizando conduzirá Caxias a um novo caminho, no fortalecimento da sua estrutura [sic] social e do levantamento[sic] do seu índice de civilização [sic].
Aceitamos de qualquer pessoa sugestões que objetivem a nos auxiliar nessa campanha que é mais de Caxias e do Brasil.²⁴⁴

Foi assim iniciada a Campanha com as notícias referentes ao movimento que cresceria na cidade. É importante percebermos os agentes que estavam envolvidos nesse processo, integrantes da sociedade política e civil local. Outras matérias na mesma edição continuaram a ser apresentadas no jornal com destaque, como o levantamento feito pela Delegacia de Polícia da cidade, que trazia o quantitativo dessas crianças que viviam nas ruas: “Balanço Trágico de Caxias: 800 crianças desamparadas”.²⁴⁵ Esse balanço foi apresentado pelo Delegado de Polícia, Dr. Amil Reichard, na segunda reunião convocada pela *Folha de Caxias*, para tratar da temática do “menor desamparado”. Embora, o delegado alegasse que esse era um “problema” que todo o país sofria, o Dr. Nei afirmava que “em nenhum lugar do mundo verificamos o grau de impunidade do problema como aqui [em] nossa infausta e abalada Duque de Caxias”.²⁴⁶ O delegado Amil Nei Reichard declarava que dos 800 “menores” relacionados, 600 não conheciam os pais. O jornal fazia o relato sobre a primeira reunião com a data, o horário, o local em que havia acontecido e o nome das autoridades presentes.

Voltemos ao nosso assunto alarmados com o problema dos menores abandonados de Caxias, problema que precisa ter urgente solução, a [...] de evitar que esses menores sejam em breve uma peça inglória e desajustada. Nós da “FOLHA DE CAXIAS”, solicitamos uma reunião das autoridades mais expressivas à população caxiense, a qual em lugar no próprio gabinete do Sr. Prefeito Municipal, no dia 5, às 8 horas da noite, aparecendo o Prefeito Sr. Francisco Corrêa, o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Ary Fontenelle, Deputado Sá Rêgo, o Presidente da Associação Comercial, Sr. José Maia, o Delegado de Polícia, Dr. Amil Reichard, vereadores Eduardo Walsh e Francisco Estácio, representantes do Comércio e da Imprensa.²⁴⁷

Notamos que nesse primeiro momento, não houve menção à Igreja Católica Apostólica Romana, pois não havia representante da mesma nessas primeiras reuniões. Havia

²⁴⁴ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁴⁵ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁴⁶ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁴⁷ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

detalhes do que foi debatido nesse primeiro encontro, como a maneira pela qual o delegado chegou aos números apresentados. O próprio delegado disse que a cada noite, a polícia era obrigada a prender “cêrca de 30 a 40 menores abandonados sem residência e sem conhecimento” sobre quem poderia ser “seus pais e parentes”. E a informação seguinte, “estorreceu os presentes” que, dos “800 menores” relacionados na delegacias, 600 não conheciam os seus pais.²⁴⁸ O juiz de direito complementava a informação ao dizer que muitos desses “menores” não eram do local, e ratificava que

Êsse cruciante problema é agravado ainda pelos menores foragidos da Capital que vêm se refugiar em Caxias, êssa espantosa revelação foi mencionada pelo Juiz da Comarca, Dr. Ary Fontenelle, que disse das diligências a respeito levadas a efeito e o trabalho de retorno desses menores foragidos.

Caxias, cidade-fantasma, sempre presente nas manchetes dos jornais, e no noticiário criminal, é logo lembrada pelos desajustados, pelos fracassados, pelos que precisam refúgio, e agora, também pelos menores que fogem da Capital.²⁴⁹

O Juiz reafirmava a ideia que o jornal já havia publicado, em algumas matérias, sobre a relação estabelecida entre a capital federal e a cidade de Duque de Caxias. Essa situação era apontada como um problema crescente em que as autoridades estaduais e federais não resolviam, assim como os problemas de saneamento que assolavam a saúde da população:

O problema cresce assustadoramente e até agora nenhuma providência foi tomada pelos responsáveis, ou seja, pêlos Governos do Estado e da União, pois o caso escapa aos recursos da Municipalidade, pela sua amplitude, e principalmente por se verificar na da infeliz, desprotegida e abandonada Duque de Caxias, cuja população, de 150.000 habitantes sofre a falta de água, debate dos mais graves problemas sanitários com a vida do seu povo reinada pelas doenças oriundas da falta dos mais elementares princípios de higiene.²⁵⁰

E, para concluir, foram apresentados os desdobramentos da primeira reunião, que foi realizada com as autoridades e, em seguida a convocação para a reunião seguinte. Cabe salientar que essas não eram reuniões da ABM ainda.

Nos debates chegou-se a conclusão, aceita por todos de que sem a ajuda do Governo, nada seria possível fazer, ficando resolvido que o Delegado de Polícia, Dr. Amil Richaid, providenciasse no sentido de colher informações precisas à respeito da maneira mais prática e urgente de obter do Governo uma área de terras com prédios suficientes para facilitar o abrigo da totalidade dos menores abandonados. Nova reunião está marcada para a próxima terça-feira, dia 14 do corrente quando será nomeada uma Comissão constituída dos mais expoentes da sociedade caxiense, a qual se incumbirá de movimentar recursos para a instalação nas terras concedidas pelo Governo, de um Patronato Agrícola e Profissional, onde serão ministrados aos

²⁴⁸ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁴⁹ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁵⁰ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

menores ensinamentos de horticultura, apicultura, e outros, como também ensinamentos profissionais diversos.²⁵¹

O jornal anunciava que a primeira reunião, acontecida em 5 de junho de 1955, teve sua abertura feita pelo diretor do Jornal, Ruyter Poubel, que a cada matéria sobre o assunto do “menor”, confirmava que:

[...]

Nós, da “FOLHA DE CAXIAS”, como incentivadores desse movimento, tudo faremos em busca de uma solução, com o Governo ou sem o Governo, mas desde já lançando o nosso mais veemente apelo às autoridades para que adotem providências de caráter urgente e imediatas para que seja sanado sem demora esse cancro social antes do que seja muito tarde.²⁵²

Essa foi a primeira reunião que alavancou o movimento no município, acompanhada de várias outras que a sucederam e que foram descritas no jornal. A cada reunião, uma nota era publicada com um breve resumo que apresentava as discussões, os desdobramentos, as dificuldades e, ao mesmo tempo, convocava aqueles que não haviam se incorporado no processo ainda. Constatamos isso com reportagens, como: “Cada Menor Abandonado terá o seu próprio lar”,²⁵³ “Toma grande vulto “esse movimento idealizado por Folha de Caxias”, “realizada a 2ª reunião de autoridades municipais”.²⁵⁴ Nessa reunião, foi indicado uma comissão para que fosse à Cidade dos Meninos, conversar com D. Odilão e uma ida à Petrópolis. O jornal apresentava essas ações como uma “iniciativa de redenção” e com uma possibilidade de “vitória”:

Parece que se constituirá uma grande vitória da sociedade caxiense idéia levantada por este jornal visando a criação em Caxias de um patronato de menores desvalidos. A ressonância encontrada desde o início nas autoridades responsáveis do Município; o apoio que a opinião pública demonstrou, as facilidades encontradas em certos setores do governo, levam-nos a ter com decidida firmeza, o êxito mais absoluto desse pensamento, que será uma [...] do próprio Brasil. E não poderíamos duvidar desse êxito, visto as pessoas credenciadas que estão lutando em nobre causa.²⁵⁵

Além das possibilidades de lugar para a construção do Patronato, o delegado Dr. Amil Nei Reichard, ainda, havia conseguido um auxílio federal de Cr\$ 500.00,00 para a instituição, “esse nobre empreendimento”. O Sr. Veríssimo estava presente novamente e relatou suas experiências quanto à sua atuação no Patronato, instituído por ele, e na relação com as autoridades.

²⁵¹ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁵² BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

²⁵³ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁵⁴ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁵⁵ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

O Sr. Veríssimo fez um longo relato sôbre as lutas que tem desenvolvido contra a medicância e contra todas as dificuldades mais que tem encontrado nesse setor. Disse que o seu esforço tem sido sôbre-humano, pois quantas vezes tem procurado autoridades que lhe chamam até de louco e lhe viram as costas num gesto de profunda repulsa a qualquer palavra sua. Considerou vitoriosa a iniciativa agora tomada, pois que está empulsionada[sic] pelas autoridades mais responsáveis do Município e pelas figuras mais proeminentes da sociedade.²⁵⁶

Essa reportagem²⁵⁷ era acompanhada de duas fotos: uma, da referida reunião e outra, do momento de explanação do delegado ao capelão da Cidade dos Meninos, Dom Odilão. Esse encontro com o Dom Odilão é referente à foto que segue e que estava exposta no jornal. Outro desdobramento importante dessa reunião, que agora sabemos que foi fundamental para os rumos da história do Patronato São Bento, foi a visita das autoridades à Cidade dos Meninos para conversarem com o capelão da mesma, Dom Odilão Moura, a respeito da possibilidade do Mosteiro da antiga Fazenda São Bento, abrigar “os menores abandonados”.

Figura 2 A comissão na "Cidade dos Meninos".²⁵⁸



Fonte: CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.

Legenda: “vendo-se ao centro o Frei Odilon Moura, ladeado pelo Dr. Ari Fontenele, prefeito Francisco Corrêa, delegado Amil Richard e o nosso diretor”.²⁵⁹

²⁵⁶ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁵⁷ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁵⁸ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁵⁹ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

Recebidos de forma “acolhedora” pelo capelão, naquele “aprazível recanto”, o delegado Amil Nei Reichard “em nome dos presentes”, fez “sentir àquele sacerdote, Dom Odilão Moura, o objetivo que os “levava ao seu encontro. E disse que por iniciativa de um jornal local, havia sido lançada a ideia da fundação de um patronato em Caxias e que se chegou à conclusão de que a Fazenda de São Bento era muito apropriada para isso;”.²⁶⁰ O delegado relatou ainda que o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) afirmou que estaria “o Frei Odilão capacitado a dar a solução para o caso”. Dessa forma, disse “que a comissão desejava dele um pronunciamento a respeito”.²⁶¹

Notamos nessa descrição da reportagem, o uso de qualidades enaltecidas do espaço e do próprio sacerdote. Diante do relato do delegado, o jornal apontava o posicionamento de “que era radicalmente favorável à ideia. Mas que na realidade, não lhe cabia a palavra final, mas sim ao Bispo Diocesano de Petrópolis, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra”,²⁶² e complementava “que em nome da Diocese solicitara ao Instituto de Imigração a Fazenda São Bento, para a fundação de um convento”.²⁶³ Na mesma reportagem, era dada a informação de que “o Frei Odilão julga que à nobreza e ao sentido humano e cristão desse movimento, o Bispo de Petrópolis não resistirá e dará a concessão imediatamente”.²⁶⁴ Isso posto, a comissão se dirigiu à Fazenda.

[...]

Da “Cidade dos Meninos” a Comissão dirigiu-se em dois automóveis para a Fazenda São Bento, a fim de conhecer melhor as suas instalações. Todos ficaram deveras impressionados com a grandiosidade daquela obra.

[...]

Nessa excursão, estiveram presentes o Dr. Ari Fontenele, o Sr. Francisco Corrêa, o Dr. Amil Reichard, a reportagem da FOLHA DE CAXIAS, o Sr. Guilherme C. P. de Freitas, representando a Associação Comercial e pessoas gradas.²⁶⁵

Outras reportagens incitavam o apoio ao empreendimento considerado com êxito, “vitoriosa a iniciativa da Folha de Caxias em prol do Patronato de Menores” com “todas as autoridades municipais solidárias com o movimento humanitário”.²⁶⁶ Essas frases estavam próximas à foto de meninos em situação de abandono com a manchete “É uma grande vitória da sociedade caxiense”,²⁶⁷ logo na primeira página.

²⁶⁰ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶¹ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶² CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶³ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶⁴ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶⁵ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

²⁶⁶ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

²⁶⁷ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

Figura 3 Imagem de 3 "menores" na rua em Duque de Caxias



Fonte: É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.
Legenda: “em cada esquina um bloco de miseráveis. São brasileiros, são caxienses; merecem a nossa atenção!”²⁶⁸

Entre as duas fotos, havia a chamada do jornal “Praticamente vitoriosa a iniciativa da FOLHA DE CAXIAS em prol do patronato de menores – Todas as autoridades municipais solidarias com o movimento humanitário – Todos devem apoiar”.²⁶⁹

²⁶⁸ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

²⁶⁹ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

Figura 4 Imagem de um "menor abandonado"



Fonte: É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.
Legenda: “Jovens como este, que estão nas grades do cárcere, serão recuperados para a sociedade”.²⁷⁰

Na mesma edição,²⁷¹ o jornal repercutia seu êxito pois o município disporia “de um patronato agrícola de menores desvalidos”, que contou com o apoio de autoridades e da opinião pública. O balanço da segunda reunião era novamente informado e se destacava a pendência de autorização do bispo quanto ao uso da Fazenda São Bento, de acordo com o encontro na Cidade dos Meninos. Em julho, outra reunião era marcada e divulgada no jornal:

²⁷⁰ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

²⁷¹ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. Jornal *Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

“Reunião pró-infância desvalida”,²⁷² assim como a descrição de que seria tratada pessoalmente com o bispo Dom Manoel Pedro, a liberação da Fazenda para o fim de criação do Patronato. Da mesma maneira, era noticiado a seguir “A Campanha do Menor”²⁷³ e a espera pela resposta do bispo.

Em agosto de 1955, continuava a ser noticiada a espera da reunião com o bispo e a possibilidade de cessão de pavilhões da Cidade dos Meninos para a criação do Patronato. Sinalizamos que cada ação da comissão para obtenção da construção do Patronato foi descrita com detalhes no ano de 1955, pela *Folha de Caxias*. As reuniões, os resultados das mesmas, os encaminhamentos, as negações, as mudanças de planos diante dos indeferimentos e as autoridades envolvidas, todas essas questões eram divulgadas. Diante disso, na matéria seguinte era anunciada que a comissão não havia conseguido falar com o bispo Dom Manoel Pedro no Congresso Eucarístico, como o previsto, e a ida à Petrópolis para conversar com o referido bispo também não havia acontecido. Isso porque alguns componentes da comissão não puderam ir. E complementava na reportagem “Já na semana que começa, entretanto, a comissão irá à Petrópolis, em todo ou em parte porquanto já se passaram muitos dias após o lançamento da campanha e até hoje não se tem nada de concreto”.²⁷⁴ Apesar dos contratempos na obtenção da resposta do bispo, afirmavam que eram “as promessas mais valiosas”.²⁷⁵

Em agosto, novamente havia a notícia, no jornal *Folha de Caxias*, sobre o desdobramento da conversa com o bispo, que finalmente havia acontecido. Não havia uma negação do Bispo Dom Manoel Pedro, mas ele “ponderou que o Instituto lhe havia cedido apenas a sede, isto é, o grande casarão.” O jornal afirmava que “a realidade do fato não vinha ao encontro do desejo da Comissão, que não desejava só a casa, mas também terras para que os menores a cultivasse”.²⁷⁶ A referida reportagem registrava a promessa do Bispo Dom Manoel Pedro em “comparecer pessoalmente ao Instituto de Colonização, para pleitear deste a concessão para exploração de uma gleba próxima à sede da Fazenda, com o que se beneficiará a Comissão”.²⁷⁷ Assim, percebemos a entrada da Igreja Católica para a comissão que estava responsável em colocar em prática o projeto do Patronato. Por isso, detectamos o momento em que o representante da Igreja Católica ingressou na comissão “Frei Odilão incorporou-se também à nossa campanha e vem trabalhando ativamente. Está preparando os estatutos da

²⁷² REUNIÃO PRÓ-INFÂNCIA DESVALIDA. Jornal *Folha de Caxias*, 3 jul. 1955.

²⁷³ A CAMPANHA DO MENOR. Jornal *Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

²⁷⁴ A CAMPANHA DO MENOR. Jornal *Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

²⁷⁵ A CAMPANHA DO MENOR. Jornal *Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

²⁷⁶ AMPARO AOS MENORES DESVALIDOS. Jornal *Folha de Caxias*, 14 ago. 1955.

²⁷⁷ AMPARO AOS MENORES DESVALIDOS. Jornal *Folha de Caxias*, 14 ago. 1955.

Sociedade que se formará. Quarta-feira virá a Caxias e os submeterá à apreciação dos membros da comissão”,²⁷⁸ assim como o jornal anunciava que “os membros da comissão que organizam o patronato de menores, falaram com o Bispo Diocesano, quando estava na participação no Congresso Eucarístico de Caxias”.²⁷⁹ O jornal declarava que “Aguardamos os próximos dias, quando Caxias terá, na realidade, o orgulho de dizer ao Brasil: Aqui a infância tem o seu valor devido!”²⁸⁰ Percebemos ainda o distanciamento do sacerdote pois, equivocadamente, o chamavam de “Frei”, enquanto o mesmo era beneditino, então, o título seria “Dom”.

Na edição seguinte, era relatada a situação de um “menor” baiano, que desejava voltar para sua terra natal, mas pelo fato de não ter condições, vagava pelas ruas e apanhou da polícia para delatar o bando que assaltava o comércio na ocasião, por suspeitarem do seu envolvimento também. O “menor” apreendido havia passado pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e por um Patronato de Menores em Minas Gerais, que não contribuíram para que a sua situação fosse mudada, segundo o jornal. Dessa maneira, a matéria apontava “a campanha empreendida pela FOLHA DE CAXIAS em favor do menor abandonado” e complementava que essa campanha compreendia a construção de “um patronato para êstes menores”, além de encontrar uma “grande receptividade em todos os setores”.²⁸¹ Na reportagem, era afirmado ainda que essa campanha seria um “engrandecimento da pátria no futuro”.²⁸² Posteriormente, havia outra publicação sobre o encontro das autoridades para tratamento do “problema do menor abandonado, já havia a utilização da titulação correta de Dom Odilão e da resposta do bispo de que o Patronato seria instalado na Fazenda. Além de que, a partir desse momento, as reuniões passariam a tratar da criação da ABM, que seria responsável pelo Patronato:

Realizou-se 4ª feira, com a presença do dr. Ary Fontenelle, Juiz de Direito, prefeito Francisco Corrêa, dr. Amyl Richaid, delegado de Polícia, do nosso diretor sr. Ruyter Poubel, do presidente da Associação Comercial sr. José Maia, de D. Odilon Moura, Capelão da “Cidade dos Meninos”, do vereador Edson Carpes, do sub-delegado sr. Jonathan Gonçalves e de pessoas convidadas, mais uma reunião promovida por FOLHA DE CAXIAS para estudo do problema do menor abandonado.²⁸³

²⁷⁸ SERÁ NA FAZENDA S BENTO, O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS. *Jornal Folha de Caxias* 28 ago. 1955.

²⁷⁹ SERÁ NA FAZENDA S BENTO, O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS. *Jornal Folha de Caxias* 28 ago. 1955.

²⁸⁰ SERÁ NA FAZENDA S BENTO, O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS. *Jornal Folha de Caxias* 28 ago. 1955.

²⁸¹ ULTRAJE À CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. *Jornal Folha de Caxias*, 11 set. 1955.

²⁸² ULTRAJE À CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. *Jornal Folha de Caxias*, 11 set. 1955.

²⁸³ EM MARCHA A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 25 set. 1955.

Nessa mesma reportagem era apresentada o estudo feito por Dom Odilão, que resultou na criação dos Estatutos da Associação Beneficente de Menores.

[...]

Deste feito objetivou-se estudo e emenda do estatuto da Associação Beneficente de Menores confeccionado por d. Odilon Moura. O seu trabalho, que consta de 3 laudas datilografadas, pouco teve a ser modificado, sendo ao fim da reunião aprovado por unanimidade.

[...]

A ABM (Associação Beneficente de Menores) terá por diretoria do seu Conselho Administrativo o Juiz de Direito, o Prefeito, o presidente da Câmara, o Delegado, o Presidente da Associação Comercial, um representante da Imprensa e três sócios da ABM eleitos trienalmente pela Assembléia dos sócios.²⁸⁴

Foram apresentados alguns dos artigos (23º, 3º, 5º) do estatuto da ABM: o artigo 3º que tratava da “fundação e manutenção de um estabelecimento de internação dos menores”, do “auxílio permanente às famílias necessitadas” enquanto o 5º, falava da assistência integral que deveria ser oferecida a esses “menores”.²⁸⁵ Declarava o próximo assunto, que seria tratado na reunião seguinte, que dizia respeito à aprovação da redação final do Estatuto e do Registro em forma de lei. Nas reportagens subsequentes, foram apresentados os diretores da ABM escolhidos na reunião, e suas respectivas funções na ABM, assim como os órgãos aos quais estavam vinculados. As manchetes indicavam o andamento da criação do patronato: “Reunião de autoridades em benefício do menor”,²⁸⁶ “Em Franco andamento a Campanha do Menor”²⁸⁷ e “Posse da diretoria do Patronato de Menores”.²⁸⁸

Em 1955, tivemos o lançamento da pedra angular do Patronato e a continuidade das reportagens que tratavam, de forma efusiva, sobre as ações da ABM, até porque a Associação continuava empreendendo esforço para a construção de um espaço de internamento que não havia sido consolidado ainda no ano de sua instituição. Dessa maneira, a campanha pelo Patronato continuava constante no jornal e seguiu pelos anos posteriores. Na última edição do ano seguinte, foi publicada uma matéria intitulada “Fatos Principais Ocorridos em Caxias no ano de 1956”,²⁸⁹ que fazia um balanço do mesmo. Entre os assuntos abordados, destacamos: a mortalidade infantil, a visita do vice-presidente João Goulart à Caxias, a reunião de 130 “menores para serem amparados pela ABM”, o primeiro almoço da Família Forense de Duque de Caxias, a visita do governador Miguel Couto e o lançamento da pedra fundamental do Patronato de Menores da ABM, a inauguração da sede da ABM, a posse do

²⁸⁴ EM MARCHA A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 25 set. 1955.

²⁸⁵ EM MARCHA A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 25 set. 1955.

²⁸⁶ REUNIÃO DE AUTORIDADES EM BENEFÍCIO DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 13 nov. 1955.

²⁸⁷ EM FRANCO ANDAMENTO A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 13 nov. 1955.

²⁸⁸ POSSE DA DIRETORIA DO PATRONATO DE MENORES. *Jornal Folha de Caxias*, 27 nov. 1955.

²⁸⁹ FATOS PRINCIPAIS OCORRIDOS EM CAXIAS NO ANO DE 1956. *Jornal Folha da Cidade* 30-31 dez. 1956.

novo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Helio Albernaz Alves que efetuou a prisão de um vereador do município, criou o Comissariado de Menores da cidade e foi homenageado na Associação Comercial. Todos esses assuntos eram desdobrados nessa reportagem.²⁹⁰

As manchetes caracterizavam a atuação da ABM como um dos maiores movimentos já realizados no município.²⁹¹ Outras personalidades expressavam seu apoio no próprio jornal, como Frei Joaquim, vigário da Paróquia de Santo Antônio. Ele citava que havia “incompreensão de muitos”, mas a *Folha da Cidade* não deveria esmorecer nesta campanha.²⁹² Inúmeras reportagens sobre a ABM e as suas ações deram visibilidade ao movimento encetado no município. Essa divulgação das ações da ABM, atrelada ao movimento dos diferentes agentes contribuiu para a consolidação da instituição no município. Muitas dessas reportagens faziam referência à campanha em favor do “menor”, incentivada em diferentes momentos pelo jornal.²⁹³

A ABM teve contato com diferentes agentes políticos, além daqueles que atuavam na municipalidade. Em abril, foi lançada a campanha financeira da ABM para arrecadar fundos para a instituição.²⁹⁴ No mesmo mês, foi publicada uma matéria com a informação de que a campanha iniciaria no dia 28 de abril e o início solene seria no dia 29, na Associação Comercial, com participação de alunos da Professora Marina e de uma cantora do Teatro Municipal. A cada matéria, havia a confirmação de que o Patronato seria construído na Cidade dos Meninos, “No próximo dia 28, sábado, às 20.30 horas, será o início oficial e solene da Campanha Financeira para construção da sede do patronato, na ‘Cidade dos Meninos’”.²⁹⁵ Na última edição do mês de abril de 1956, foram apresentados os detalhes da programação e o registro de que a campanha havia sido iniciada pela *Folha de Caxias*, mas “em colaboração com a Sé Episcopal de Petrópolis e com autoridades municipais”. Eram noticiados os detalhes da colaboração da Igreja Católica e o fato de que a jurisdição ficaria ao

²⁹⁰ FATOS PRINCIPAIS OCORRIDOS EM CAXIAS NO ANO DE 1956. *Jornal Folha da Cidade* 30-31 dez. 1956.

²⁹¹ -“A A.B.M. É O MAIOR MOVIMENTO DE APÓIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade* 16-17 set. 1956.

²⁹² TEMOS O DEVER DE SOCORRER O NOSSO SEMELHANTE. *Jornal Folha da Cidade* 23-24 set. 1956.

²⁹³ CAXIAS SOFRE POR CAUSA DE MEIA DÚZIA – “TIO ALBINO” ELOGIA CAMPANHA DA “FOLHA DE CAXIAS” *Jornal Folha da Cidade*. 16-17 set. 1956.

²⁹⁴ INÍCIO DA GRANDE CAMPANHA FINANCEIRA EM BENEFÍCIO DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias* 8-9 abr. 1956.

²⁹⁵ DIA 28 O INÍCIO DA GRANDE CAMPANHA EM BENEFÍCIO DO MENOR ABANDONADO. *Jornal Folha de Caxias* 15-16 abr. 1956.

encargo da Diocese de Petrópolis. Junto à matéria, foi transcrita uma breve entrevista feita ao bispo, com três perguntas.²⁹⁶

Um articulista de codinome “LYNX”, opinou sobre a nova iniciativa da ABM, tendo-a considerado muito oportuna e com grande possibilidade de acabar com o problema, os meninos que perambulavam pelas ruas: “Uma vez internados, os menores sofreriam uma completa reeducação, tanto na parte escolar, como na social com preceitos de civilidade e higiene”. O articulista afirmava também, a oportunidade dos menores receberem uma formação profissional voltada para trabalhos manuais, de artesanato e agrícolas. Solicitava que os órgãos públicos subviassem a instituição. Logo abaixo, havia algumas respostas ao artigo em que esclarecia alguns pontos.²⁹⁷ Praticamente, a cada edição do jornal, era publicado um artigo ou havia uma manchete que chamasse a atenção para a campanha financeira em prol da construção do Patronato, que estava sendo estabelecida no município.²⁹⁸

Da mesma forma que em todo o mês de julho de 1956, foram publicados por Dom Odilão, textos que abordavam a situação do “Menor Abandonado”. O referido sacerdote já alertava para a “situação de menores desamparados na sociedade moderna”²⁹⁹ e salientava quais seriam as razões de tal situação: “Muitas seriam as causas que iriam surgindo da primeira pesquisa: a guerra, o pauperismo, a inflação, as favelas, o êxodo rural, o despudor tornado rotina, os crimes, o descaso dos poderes públicos para com os males sociais, etc.”,³⁰⁰ paralelamente a isso, apontava a família como uma solução possível.

Na terceira publicação da série “Menores Abandonados”, o padre demonstrava um contato próximo aos meninos e descrevia o comportamento dos que viviam nas ruas. Declarava que “o número de menores abandonados filhos naturais é muito grande”.³⁰¹ Ele marcava essa infância como futuros criminosos, além de destacar que “o meretrício, [...] o lenocínio, a embriaguez, o crime, a doença, a destruição da família, a redução da mulher à escravidão ao vício, é fonte fecunda de crianças abandonadas”.³⁰² Concomitante a isso,

²⁹⁶ HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias* 29-30 abr. 1956.

²⁹⁷ PROBLEMAS CAXIENSES: MENORES AMPARADOS. *Jornal Folha de Caxias* 29-30 abr. 1956.

²⁹⁸ GRANDE ENTUSIASMO NO INÍCIO DA CAMPANHA DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias* 6-7 maio 1956.

²⁹⁹ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 1-2 jul. 1956.

³⁰⁰ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 1-2 jul. 1956.

³⁰¹ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 15-16 jul. 1956.

³⁰² SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 15-16 jul. 1956.

parabenizava a Câmara Municipal de Vereadores por enfrentar o “meretrício” e atenuar essa que seria uma das causas principais “do abandono de menores”.

A última reportagem de Dom Odilão sobre os Menores Abandonados alegava que “nem todo menor abandonado é um delinquente”,³⁰³ embora “todo menor abandonado [...] está colocado em situação de se tornar um delinquente”.³⁰⁴ Reiterava ainda que “o estado moderno enfrenta o problema de menores delinquentes mais com medidas preventivas que repressivas”, de acordo com o direito penal brasileiro.³⁰⁵ Afimava ainda que dos dez mil menores atendidos pelo SAM, 700 eram delinquentes, assim como apresentava o abandono como um caminho para o crime. Salientava a atuação do juiz como “um ação enérgica e persistente, como a que agora se inicia em Caxias com a figura, rara em nossos dias, [...] contra o lenocínio, prostituição, jôgo, embriaguês, furto, em muito diminuiria a criminalidade infantil”.³⁰⁶ Questionava que as ruas no município eram “um gôrgo caldo de cultura para a proliferação de menores criminosos?”,³⁰⁷ além de apresentar a atuação do Padre Flanagan como um exemplo de trabalho. Percebemos nesses artigos, uma prática religiosa católica, assim como, o reforço de que a solução para essa determinada infância seria a internação. Esses aspectos vinham ao encontro do que aconteceria na cidade, anos mais tarde, com a fundação do Patronato que seria vinculado à Igreja e na forma de asilamento. Essa série de reportagens foram escritas por D. Odilão,³⁰⁸ de acordo com o acervo do Patronato e de acordo com a sua assinatura nas referidas matérias no jornal.

Um aspecto muito abordado no jornal foi o alto índice de mortalidade infantil. Foram inúmeras reportagens que faziam a contagem do quantitativo de crianças mortas por determinados períodos de tempo. Consequentemente, foi exigida uma ação das diferentes instâncias governamentais. Esse aspecto caracterizava a situação dramática enfrentada pelas famílias no município. Através das matérias que foram destacadas, percebemos a preocupação em imprimir uma imagem de civilidade no município que, embora tenha sido gestada nos grandes centros, ganhou as cidades do interior também. A proximidade do

³⁰³ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

³⁰⁴ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

³⁰⁵ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

³⁰⁶ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

³⁰⁷ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

³⁰⁸ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade* 22-23 jul. 1956.

Centro de Duque de Caxias com a então capital federal, o Rio de Janeiro, favoreceu as atuações para a manutenção da “ordem”, atrelada a ideia de “modernidade e civilidade”, uma vez que a população de Duque de Caxias aumentava em grandes proporções, assim como afirmou Gonçalves (2002) em suas pesquisas sobre o interior de Minas Gerais.

Outro aspecto semelhante que podemos observar no município foi o fato de que no jornal citado, não constavam as representações da população trabalhadora em geral, mas sim do “imaginário social de uma elite letrada, capaz não apenas de decodificar as informações contidas nos informativos mas também de discuti-las, analisá-las e levá-las à frente, num processo de difusão ideológica” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 224). O aspecto levantado anteriormente não minimiza a importância do jornal, pelo contrário o potencializa, porque:

O jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público, por mais diversificado que este seja. Apesar do direcionamento ideológico presente nos jornais, não encontramos em suas folhas apenas “uma” história, mas diversas. Daí sua riqueza (GONÇALVES NETO, 2002, p. 208).

O jornal é uma fonte importante que no nosso caso, representou a elite local e a circulação da ideologia dominante, associada à legitimação do poder de um grupo sobre o outro, assim como o seu poder de dominação. A educação e a profissionalização foram unanimidades que perpassaram todas as classes. Não podemos desvincular o compromisso educativo ao qual esse veículo se propõe, como afirmou Faria Filho (2002), que tem sua ação revestida “duma intencionalidade claramente educativa, o jornal punha em circulação uma série de matérias e assuntos que, em sua generalidade, não deixavam de compor uma representação sobre suas ideias de reforma das condutas e dos costumes” (FARIA FILHO, 2002, p. 135).

A Campanha empreendida pelo jornal fomentou e delineou aspectos do Patronato no município, assim como a necessidade do seu estabelecimento que apontou o internamento como solução. Da mesma forma que a idealização das primeiras reuniões quando ainda não era ABM, a campanha de construção do Patronato esteve atrelada, desde seu início à imprensa local, com diferentes manchetes que corroboraram a necessidade de tais feitos, assim como convocaram a opinião pública a acionar a Sociedade Política. Tudo isso atrelado à ordem e ao controle que deveria ser impresso nessa cidade, que crescia populacionalmente e aos olhos da capital federal. Nesse primeiro momento, não percebemos a Igreja, mas logo ainda no começo, a instituição se fez presente e centralizou nas suas mãos, a condução do Patronato e de forma consensual. Diante disso, evidenciamos que todas as matérias que foram apresentadas, contribuíram para a institucionalização da ABM e conseqüentemente, do

Patronato. A seguir, identificaremos os aspectos que se consolidaram na institucionalização de tal equipamento.

3 A OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFÂNCIA DESVALIDA

A A. B. M. contou com o apóio integral das autoridades Municipais: do Juiz de Direito, que a tem prestigiado o mais possível; do Prefeito, que a amparou eficientemente e da Câmara dos Vereadores, que aprovou unanimemente tôdas as suas pretensões. [sic] O apóio da Imprensa, pelo ógão da cidade “A Folha da Cidade”; da Associação Comercial e do Clube da Justiça, muito contribuiu para o incremento das atividades da A.B.M.³⁰⁹

O processo de institucionalização do Patronato foi marcado pela inserção de diferentes agências e agentes que imprimiram traços específicos nesse aparelho privado subsidiado com recurso público. A identificação desses sujeitos e equipamentos envolvidos no Patronato, permitiram a percepção sobre o projeto político-educacional do Patronato São Bento. A pesquisa sobre essa instituição revelou as disputas locais e os projetos idealizados nacionalmente para essa infância específica. É nessa moldura que investigamos essa instituição de “proteção” e de assistência aos “menores” do município, através da pesquisa bibliográfica e das fontes documentais. Mais uma vez, a trama desses documentos que compõem o acervo do Patronato São Bento esteve imbricada aos jornais da Biblioteca Nacional e do Instituto Vereador Thomé Siqueira Barreto, que possibilitaram o entendimento do funcionamento da ABM nos anos iniciais e na primeira década de trabalho.

A partir do momento em que a Instituição foi instalada na antiga Fazenda São Bento, nas terras do Núcleo Colonial, identificamos outros aspectos do projeto pedagógico da ABM e conseqüentemente, do Patronato São Bento. Esses aspectos caracterizaram o processo de institucionalização do Patronato como a crescente intervenção da Diocese de Petrópolis nesse projeto, para esse determinado público.

3.1 Entre agências e agentes: a institucionalização da Associação Beneficente de Menores

Para entendermos o trabalho da Associação Beneficente de Menores (ABM) na criação do Patronato, foi necessário mergulharmos na conceituação de instituição, a partir de Saviani (2013a). Primeiramente, o autor afirmou haver um pleonasmo no uso do termo

³⁰⁹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

instituição educativa, pelo fato de que a palavra instituição traz na sua etimologia a ideia de educação. Ao analisarmos o significado da palavra no dicionário, o mesmo apresentou como possibilidades de uso, a interpretação da palavra instituição como escola, método, doutrina e sistema (SAVIANI, 2013a). Percebemos assim que o próprio conceito de escola está presente no significado da palavra. Embora, a mesma carregue esse conteúdo, é necessária a utilização da palavra “educativa”, para que haja uma diferença entre as instituições que são educativas, pois nem toda instituição é educativa, assim como nem toda educação é institucionalizada (SAVIANI, 2013a).

Diante dessa conceituação, recorremos a análise de outros autores que assim como Saviani, trataram da temática da instituição, tais como: Maria Elisabeth Blanck Miguel (2007) apresentou sua preocupação com as fontes que nem sempre estiveram organizadas e à disposição dos pesquisadores; Castanho (2007) analisou a constituição da instituição escolar do final do Império e início da Primeira República; Diana Vidal (2007) apresentou sua preocupação com a noção de documento escolar e uma análise dos últimos anos sobre a história da educação nos arquivos escolares; Sanfelice (2007) fez um levantamento das produções sobre as instituições escolares; José Carlos Araújo (2007) apontou para a necessidade de transpassar os edifícios e a estruturação organizativa das instituições, e apresentou “os projetos historicamente manifestos e centrados em concepções antropológico-educativas diversificadas”; Monarcha (2007) se preocupou em apresentar as formas de “interpretar e reinterpretar o passado” na formação do campo da história da educação brasileira; Buffa (2007) trouxe a discussão das instituições escolares a partir da década de 1990, sobre a ampliação das linhas de investigação, a diversificação teórico-metodológica e a utilização de diversas fontes de pesquisa;

Noronha (2007) defendeu que a novidade no campo da historiografia das instituições educativas foi o rompimento com a perspectiva descritiva e os registros oficiais da escola; González (2007) tratou das práticas relacionadas com as instituições escolares; Ranzi (2007) apresentou que o recorte temporal e temático foram importantes para compreensão de como as políticas nacionais foram absorvidas no local, no seu estudo sobre o Ginásio Paranaense; Luporini (2007) apresentou questões sobre o processo educacional entre imigrantes com as características do cotidiano escolar, relacionado aos procedimentos didático-pedagógicos e à formação de professores no Estado do Paraná; Schelbauer (2007) refletiu sobre o mapeamento e discussão sobre o ensino no processo de institucionalização das escolas primárias no final do século XIX e início do século XX, para atender crianças negras, mestiças, órfãs e

imigrantes no país; Alves (2007) jogou luz sobre as práticas escolares e suas configurações específicas.

A partir desse levantamento, retornamos à Saviani (2013a, p. 35) ao dizer que a instituição surge a partir de uma necessidade humana, assim como o Patronato São Bento: “Constituem-se como um sistema de práticas, com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por elas perseguidas” (SAVIANI, 2013a, p. 35). Desde sua origem até seu funcionamento, as instituições são transpassadas pelo aspecto social através da relação dos agentes que atuam no interior da mesma, como também da prestação do serviço à sociedade. Por esse motivo, no momento de institucionalização da ABM, logo no primeiro ano de sua atuação (1956) foi elaborado um estatuto com 66 artigos. O estatuto foi assinado por Francisco Corrêa (presidente), prefeito na época, assim como por Ruyter Cleves Poubel (secretário) e por D Odilão Moura, representante do bispo de Petrópolis.³¹⁰ De acordo com o Estatuto da ABM, de 1956:

Art. 1º - A Associação Beneficente de Menores, fundada no dia de ação de Gração [sic], 25 de novembro de 1955, tem por finalidade dar assistência aos menores do Município de Duque de Caxias necessitados de amparo, suprindo-lhes o cuidado que a família não lhes pode dar.

[...]

Art. 5º - A ABM prestará assistência integral aos menores: religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e habitação.³¹¹

De acordo com o Histórico da ABM, em 24 de maio de 1956, o Estatuto foi registrado.³¹² Havia o relato também, sobre o fato de que o Legislativo Municipal declarou a ABM de utilidade pública, e isenta de impostos sob a Lei nº 2.756 do mesmo ano.³¹³ Numa página semelhante a um rascunho datilografado do Estatuto, havia a seguinte informação:

Art. 1º - A Associação Beneficente de Menores, nestes estatutos denominada simplesmente ABM, é uma Sociedade Civil, fundada pela Mitra Diocesana de Petrópolis, a 25 de novembro de 1955, conforme registro do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Duque de Caxias, sob o nº 5.600 no protocolo “A” fls. 66 aos 24.5.56 e registrado por extrato a fls. 176 do Livro “A” do Registro Integral de Títulos sob o nº 236.³¹⁴

Apesar desse documento ser um rascunho, notamos a referência ao registro feito no cartório em que constava o número do registro e da folha. Identificamos uma explicação mais detalhada sobre o fato de ser da sociedade civil e sua fundação, associada à Igreja. Através da

³¹⁰ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.9, caixa 003, 1956.

³¹¹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.1, caixa 003, 1956.

³¹² Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1957.

³¹³ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1957.

³¹⁴ Rascunho dos Estatutos da Associação Beneficente de Menores – ABM – De Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 344, caixa 5, s/d.

atividade que foi desenvolvida pela ABM, diferentes agentes atuavam e se relacionavam entre si, além de prestarem um serviço para além do município, pois em alguns momentos, o Patronato recebeu meninos de diferentes locais, além da própria cidade.

O início da atuação da ABM se caracterizou pelo atendimento aos “menores trabalhadores”. Isso consistiu no trabalho junto aos meninos nas atividades de engraxate, vendedores na rua, entre outros. No ano de 1957, houve um trabalho com as meninas também. De 1955 a 1956, foram realizadas inúmeras ações para que a ABM conseguisse um espaço de internamento. Por esse motivo, o trabalho junto aos “menores” foi realizado nas ruas do primeiro distrito, que equivalia ao Centro comercial do município. Apenas em julho de 1959, foi instituído o Patronato no território do Núcleo Colonial, da antiga Fazenda São Bento.

Saviani (2013a) afirmou que a instituição, para atender às necessidades humanas, realiza-se, num primeiro momento, de forma espontânea, ou seja, a atividade se desenvolve de maneira assistemática e indiferenciada, não distinguindo os seus elementos constitutivos. Num primeiro momento, houve a institucionalização da ABM, em 1955, com a vontade de organizar um local de internação de menores, objetivo esse que foi sendo constituído aos poucos. Inicialmente, fizeram formações semanais com o público-alvo, credenciaram os meninos com a elaboração de carteiras de identificação³¹⁵ e, apenas em 1959, instituíram um local de internamento para os menores: o Patronato São Bento,³¹⁶ correspondendo a uma educação de tipo secundário. Essas ações sistemáticas, com as reuniões formativas no início da ABM e posteriormente, com o espaço de internamento, caracterizaram a instituição como tipo secundário pelo fato de que a atividade primária é “inintencional”.

Identificamos aqui, o esquema figurativo das instituições escolares sob três aspectos: a materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição) proposto por Justino Pereira Magalhães (2004), apud (SAVIANI, 2013a). Esses aspectos foram interpretados livremente por Saviani (2013a). Nessa ossatura triádica, o autor incluiu na “materialidade”, as condições físicas (aquisição do prédio e toda a estrutura organizacional como ocorreu no Patronato), na “representação”, o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição (o planejamento das ações, estatuto, agentes encarregados pelo funcionamento institucional, entre outros, como no Patronato) e na “apropriação” (as práticas pedagógicas, identidade dos sujeitos, profissionalização..., como no Patronato também).

³¹⁵ Relatório das Atividades da “Associação Benfícete de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura OSB (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

³¹⁶ Ofício expedido, assinado por Dom Odilão Moura OSB, PSB 040, caixa 002, 1959.

Todos esses aspectos foram correlacionados às condições sociais como foi resultado a partir do contexto histórico-geográfico determinado.

Cabe ainda esclarecer que, a partir das reflexões apontadas por Saviani (2013a), observamos que a ABM desenvolvia um trabalho pedagógico secundário, organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal. Temos nesse aspecto, duas agências que se destacaram que são a ABM, vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana, e o governo, que instituiu no espaço de internamento, uma escola subvencionada ora pelo município, ora pelo Estado, ora pelo governo federal. Essa subvenção, destinada às instituições escolares que se estabeleceram no território do Patronato, ocorreu no plano da deliberação de professoras, noutros momentos, pelo fornecimento de merenda e, no início, com o próprio administrador do Núcleo Colonial São Bento, local onde o mesmo foi instalado, assinando os certificados de promoção de cada série do antigo primário. De acordo com o estatuto de 1956, no artigo 5º, já estava prescrito o atendimento educacional aos meninos, entre outros, como podemos constatar: “A ABM prestará assistência integral aos menores: religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e habitação”.³¹⁷

A partir das características apresentadas sobre instituição escolar, afirmamos que o Patronato São Bento é uma instituição educativa que responde a uma necessidade humana, vinculada à outra instituição — que é a ABM — associada à igreja. O Patronato é a ação organizada pela ABM para que a mesma atinja a sua finalidade como descrito no artigo 3º, do Estatuto de 1956 da ABM. Haveria a fundação e manutenção de um estabelecimento de internação de menores, que seria denominado Instituto Profissional São José.³¹⁸ Logo, a ABM desenvolveu uma atividade educativa informal e através do Patronato, desenvolveu um trabalho pedagógico secundário, organizando e promovendo, de acordo com Saviani (2013a, p. 37), “modalidades específicas de educação formal com caráter permanente”.

Dermeval Saviani (2013a) apontou para a questão da escola e o seu processo institucional ao longo do tempo, ou seja, que sob a aparência de uma mesma instituição, podem existir mudanças na função social desempenhada ao longo do tempo. Tratar-se-ia, então, de uma continuidade na descontinuidade? Não temos como responder tal questão, dada a sua complexidade, mas o que podemos sinalizar é que o Patronato São Bento apresentou continuidade ao destinar a esse determinado grupo de meninos, uma educação de cunho profissionalizante como uma ação “regeneradora”. Embora haja algumas rupturas, essa é a

³¹⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1/76.8, caixa 003, 1956.

³¹⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.1, caixa 003, 1956.

instituição que foi desenhada naquele momento histórico para aqueles meninos considerados ora “abandonados”, ora “infratores”, inclusive com castigos físicos em alguns momentos.

Embora, tenha sido possível perceber as continuidades presentes nessa instituição educativa que foi o Patronato São Bento, foi possível perceber as rupturas ao longo do tempo como afirmou Saviani (2013a) em suas pesquisas sobre instituições escolares. A própria denominação da instituição é exemplo dessa mudança quando, em 1956, foi inaugurada uma sede da ABM, ofertada por um dos donos de hotéis da cidade, na qual pagavam o aluguel, conhecida como Casa São José. Identificamos, assim, quais grupos estavam envolvidos com o trabalho desenvolvido pela instituição, além de segmentos da sociedade política. De acordo com o relatório de 1957,³¹⁹ encontramos a referência ao início da construção de um edifício para o patronato, destinado ao recolhimento dos “menores abandonados”, segundo a redação original, além da assistência aos menores trabalhadores de rua. Notamos também que a localização da instituição passou por mudanças ao longo do tempo. Primeiramente, a sede foi chamada de Casa São José e ficava localizada num hotel, onde era pago um aluguel, entre 1956 e 1957.³²⁰ Porém, em 1º de junho de 1959, com o início do internamento dos meninos, a sede passou a funcionar no espaço da antiga Fazenda São Bento.³²¹

A duração da referida instituição ao longo do tempo e o modo como foi organizada, caracterizou o Patronato como uma instituição educativa, assim como o caráter de permanência exigiu autorreprodução que permitiu uma certa autonomia dentro das condições sociais que determinou a sua existência e o seu funcionamento. O fato dessa instituição “produzir e reproduzir seus próprios agentes internos” (SAVIANI, 2013a), caracteriza-a, mais uma vez, como uma instituição educativa.

Como vimos, a denominação do espaço de internamento, segundo o Estatuto de 1956 da ABM, era Instituto Profissional São José, até 1961, período em que houve a reformulação do mesmo. Com o fato de terem se instalado na Fazenda São Bento, passou a ser Instituto Profissional São Bento, como consta no parágrafo único³²² da ata da assembleia extraordinária de 1961: “Fica extinta dos Estatutos a designação ‘Instituto Profissional S José’ que será substituída por ‘Instituto Profissional S Bento’.” Segundo o ofício enviado ao bispo de Petrópolis pelo presidente da ABM, Dr Jorge Armênio (1959), o mesmo dizia que

³¹⁹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

³²⁰ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado também por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084, caixa 003, 1956.

³²¹ Plano de Aplicação, assinado por Dr Jorge Armênio, PSB 044, caixa 002, 1959.

³²² Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda S. Bento Duque de Caxias E. R. J., assinada por D Odilão, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

“aprovamos a medida da diretoria conservando o nome tradicional da Fazenda São Bento em substituição ao de Instituto Profissional São José”.³²³ Embora no estatuto constasse essa denominação “Instituto Profissional São Bento”, os documentos referentes a esse período sempre trouxeram “Fazenda São Bento”, inclusive nos papéis timbrados. Enquanto que os demais documentos, quando se referiam no corpo textual à obra, utilizavam “patronato”. No relatório de 1957, constava que não foi “possível iniciar-se a construção do Patronato para recolhimento dos menores totalmente abandonados”,³²⁴ assim como no ofício de 1958, encaminhado à comissão estadual da LBA, mencionava que o material destinado era “para a construção de um patronato para menores em Caxias”.³²⁵ Essa referência à obra como patronato é recorrente nos documentos. Temos também o fato de que os documentos, da década de 1970, eram expedidos em papel timbrado com o título Patronato São Bento.

Ao analisarmos a inconstância da denominação da própria instituição, percebemos que embora seja uma instituição educativa, o patronato, como uma unidade de ação que foi, era configurado com um sistema de práticas onde seus sujeitos interagem dinamicamente no interior da sociedade e, embora, permanente, não estava pronta e acabada, como Saviani (2013a) afirmou ser essa outra característica da instituição escolar. Assim, na perspectiva teórica adotada sobre instituições escolares, e no confronto dessa referência com o trabalho documental, percebemos que, sob o aparente estudo de uma instituição – O Patronato – emergiram diferentes nomes, sujeitos e aspectos de projetos educativos. Nesse sentido, observamos como a historicidade da instituição pode revelar as mudanças e as transformações do projeto educativo inicial.

Salientamos que o Estatuto era uma condição indispensável para que a instituição conseguisse as subvenções públicas, além de credibilidade da sociedade. A reforma do primeiro Estatuto ocorreu em 30 de agosto de 1961 e a necessidade alegada para reforma do Estatuto foi a de que

os estatutos além de não mais corresponderem a situação atual da entidade, por dificultarem a administração e ao trabalho assistencial, por serem omissos em pontos exigidos pelo Código Civil, quais os dos destinos dos bens na extinção da entidade, modo pelo qual deveria ser considerada extinta, e modo de reformarem-se os Estatutos, e também porque urgia estender a finalidade da obra a outros setores assistenciais, conforme possíveis necessidades do município; mostrou ainda que era necessário entrosar mais a obra a Mitra Diocesana, que vinha servindo e amparando de modo considerável.³²⁶

³²³ Ofício Expedido, assinado por Dr. Jorge Armênio, PSB 103, caixa 003, 1959.

³²⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

³²⁵ Ofício Recebido, assinado por Marcos Diamante (Chefe da DCE – LBA), PSB 020.1, caixa 002, 1958.

³²⁶ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.1, caixa 005, 1961.

De acordo com a ata da referida assembleia de 1961, para a reforma do Estatuto, as mudanças sugeridas foram debatidas e os presentes concordaram com as mudanças. Nessa ata, constava a relação daqueles que estiveram presentes: Dr Jorge Armênio (presidente), Dom Odilão Moura, Ruyter Poubel, Mariano dos Santos, Alayde Cunha,³²⁷ José Maia,³²⁸ Thomé Siqueira Barreto,³²⁹ Jarbas Barryel Sendra,³³⁰ Joaquim Vieira Júnior³³¹ e Álvaro Braga da Silva. Notamos que eram poucos os que participavam das assembleias anunciadas pelo jornal. Ao destacarmos ora as permanências, ora as rupturas, rerepresentamos as finalidades da ABM, temos uma permanência de alguns itens e a ampliação de outros na reformulação do estatuto de 1961:

Art. 3º Para desempenho de sua finalidade a ABM promoverá: 1º - A fundação e manutenção de estabelecimento de internação de menores; 2º - internação dos menores nos mesmos; 3º - Auxílio as famílias necessitadas que ainda possam ter os menores em suas companhias; 4º - Entrega de menores a famílias idôneas que os possam perflhar, adotar ou tutelar; 5º - proteção e orientação dos menores que se possam manter por contra própria no ambiente em que vivem; 6º - Convênios com instituições que queiram internar os menores pagando o ‘per capita’ mensal, obedecidas as exigências destes estatutos; 7º - Recepção de menores cujo responsáveis paguem um auxílio de manutenção, conforme suas posses, comprovada que seja a necessidade de internação.³³²

O estatuto reformado em 1961, passou a conter 68 artigos, com alterações e acréscimos em diferentes itens. A primeira alteração foi logo no primeiro artigo, com a ampliação da ação da ABM. No Estatuto de 1956, a atuação da ABM era para prestar “assistência aos menores do

³²⁷ Alayde Esporte da Cunha foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias em 1963. Foi eleito para a quarta legislatura que compreendeu 1º de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963 e a quinta legislatura que compreendeu 1º de fevereiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=10. Acesso em: nov. 2016. No Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Lubrificantes e Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro (COMB), foi suplente do referido sindicato em 1989, em 1992 e em 1995. Disponível em: <http://sindcomb.org.br/institucional/historico/>. Acesso em: nov. 2016.

³²⁸ Foi Gerente do Banco Predial, da agência de Duque de Caxias. Há mais informações sobre a origem e formação de José Maia no Apêndice, quadro 16: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros: procedência e trajetória.

³²⁹ Thomé Siqueira Barreto foi vereador da Câmara Municipal de Duque de Caxias para a quarta legislatura que compreendeu 1º de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963 e a quinta legislatura que compreendeu 1º de fevereiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=10. Acesso em: nov. 2016.

³³⁰ Foi Gerente do Banco Predial, da agência de Duque de Caxias. Há mais informações sobre a origem e formação de Jarbas Barriel Sendra no Apêndice, quadro 16: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros: procedência e trajetória.

³³¹ Foi gerente do Banco do Estado do Guanabara Há mais informações sobre a origem e formação de Joaquim Vieira Júnior no Apêndice, quadro 16: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros: procedência e trajetória e quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória..

³³² Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.1, caixa 005, 1961.

município de Duque de Caxias”.³³³ Já no Estatuto reformulado, de 1961, foi acrescido o seguinte parágrafo único ao primeiro artigo: “Em casos excepcionais a ABM poderá estender a sua finalidade a outros setores assistenciais conforme aprovação da Assembleia Extraordinária, elaborando-se para cada nova obra um Regimento Interno”.³³⁴ É preciso conhecer o motivo pelo qual havia necessidade de ampliação da finalidade da ABM.

Essa ação dizia respeito à instalação da Vila São José, onde agentes da ABM assistiram aos sobreviventes da enchente do mangue, de 1958. Esses agentes receberam verba da União para isso. Tenório Cavalcanti e D. Odilão assinaram o Estatuto da Vila São José nos mesmos moldes do Estatuto da ABM. O terreno, no qual houve a instalação da Vila São José — um bairro de Duque de Caxias — foi comprado por D Odilão e pertencia a um casal que o marido era austríaco e a esposa, alemã, e residiam no Sarapuí.³³⁵ No regimento da Vila São José,³³⁶ a mesma era descrita como “núcleo residencial em Duque de Caxias, fundado pelo governo federal para abrigar famílias de 1958 que residiam no mangue, entregue a LAF – Liga de Assistência Familiar”. Percebemos assim que a administração desse outro espaço assistencial não era a ABM, mas a LAF. Embora, Dom Odilão atuasse tanto na ABM como na LAF, ambas as instituições eram ligadas à Igreja Católica e a LBA. Então, Dom Odilão era a conexão entre a Vila São José e o Patronato São Bento, locais próximos, de assistência, de intervenção da igreja e de inserção de subvenções públicas.

Nos princípios gerais do referido documento,³³⁷ havia o critério de que poderiam residir apenas os moradores do antigo Mangue, vítimas da enchente de 1958, e que o administrador da Vila deveria ser livre de influência política-partidária. O presidente da Vila São José seria o presidente do Conselho de Moradores. No referido regimento³³⁸ quanto à escola, a mesma funcionaria durante o dia para “os menores de ambos sexos” e à noite, para os adultos e “os menores trabalhadores”. Ainda fazia referência aos “menores” que seriam encaminhados aos internatos, aqueles que não permanecessem nas casas de acordo com a assistência social e a colocação familiar. De acordo com o estatuto da LAF,³³⁹ identificamos que a mesma era uma organização da sociedade civil de Duque de Caxias, com a finalidade de proteger a “família pobre”. Com a enchente e o desmantelamento das famílias, destacamos

³³³ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.1, caixa 003, 1956.

³³⁴ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda S. Bento Duque de Caxias E. R. J., assinada por D Odilão, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

³³⁵ Compra de Terreno, assinado por Augusto Guthman, Lina Branzisca Guthman e D. Odilão Moura, PSB 115, caixa 003, 1962.

³³⁶ Regimento Interno da “Vila São José”, sem assinatura, PSB 118.1, caixa 003, s/d.

³³⁷ Regimento Interno da “Vila São José”, sem assinatura, PSB 118.1, caixa 003, s/d.

³³⁸ Regimento Interno da “Vila São José”, sem assinatura, PSB 118.3, caixa 003, s/d.

³³⁹ Estatutos da “Liga de Assistência Familiar, sem assinatura, PSB 119.1, caixa 003, s/d.

outra finalidade da LAF, que era amparar o menor desvalido. Assim como a ABM, “a LAF depende da autoridade diocesana segundo o direito canônico para as associações”.³⁴⁰ Percebemos com isso, algumas semelhanças entre a ABM e a LAF, quanto ao Estatuto, a intervenção da igreja e outras questões que já foram apontadas anteriormente, mas identificamos uma diferença que dizia respeito ao público assistido que, no caso da LAF, era a “família pobre” e no caso da ABM, o “menor” abandonado ou infrator.

No balancete³⁴¹ apresentado pela Comissão de Amparo às vítimas da enchente em Duque de Caxias (CAVEC), era apontado o Ministério da Saúde como o órgão público que subsidiou a construção das casas. Entre os gastos, destacamos as dívidas funerárias com as vítimas da enchente, as hospitalares das vítimas, as judiciais para as posses das terras desapropriadas pela Prefeitura, as das roupas, entre outros. Cabe ressaltar ainda, os agentes que atuaram na CAVEC e assinaram o referido balancete: Natalício Tenório Cavalcanti como presidente, Dom Odilão Moura como tesoureiro e Jarbas Berriel Sendra como contador. Os dois últimos compuseram os conselhos administrativos e sociais da ABM também, além de Dom Odilão ter atuado como capelão da Vila São José.

Embora Tenório Cavalcanti tenha apresentado um apoio tímido ao Patronato, percebemos o inverso quanto à assistência às vítimas da enchente. Para entendermos esse processo, recorreremos a Alves (2003), ao constatar que as eleições de 1958 apontavam para uma mudança do eleitorado fluminense que se aproximava da tendência nacional, que era o fato de votar no trabalhismo. Consequentemente, a UDN conseguia manter apenas quatro deputados estaduais e reduzia sua bancada federal pela metade, com sete representantes. Ao perceber isso, Tenório realizaria “uma verdadeira ‘conversão à esquerda’, iniciando uma nova ambiguidade, que seria a de apoiar as grandes reformas e manter o clientelismo do seu reduto eleitoral” (ALVES, 2003, p. 90). Um grande exemplo disso foi o que aconteceu com a assistência aos vitimados pela enchente. O mesmo autor salientou:

Antes de sua virada política, o apoio ao PSD no estado haveria de lhe render bons dividendos. Ainda em 1958, Juscelino (PSD) lhe repassaria grande soma de recursos da LBA para que fossem assistidas famílias atingidas por uma enchente em Caxias. Com esses recursos, Tenório construiu o bairro Vila São José, lá instalando essas famílias e faturando politicamente (ALVES, 2003, p. 91).

³⁴⁰ Estatutos da “Liga de Assistência Familiar, sem assinatura, PSB 119.1, caixa 003, s/d.

³⁴¹ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES – Balancete Geral referente ao período de junho de 1956 – Início das atividades financeiras à 31 de dezembro do mesmo ano conforme demonstração abaixo: assinado por Francisco Corrêa (presidentes) e Mariano Sendra (tesoureiro), PSB 105, caixa 003, 1957.

Quanto às consequências políticas e sociais para a cidade e o Patronato, a partir da enchente, Souza (2014) destacou que o Dr. Mário Pinotti,³⁴² Ministro da Saúde e presidente da LBA, visitou o espaço em que seriam construídas as residências populares para acolher os desabrigados. Isso foi o suficiente para que Tenório relatasse em seu jornal, que passou o Natal com o Ministro em Duque de Caxias, ao mesmo tempo em que conseguiu uma audiência com Juscelino Kubitschek para solicitação de verbas (SOUZA, 2014).

A partir dessa atuação, o deputado Tenório conseguiu verbas da LBA e do governo Federal para a região. Paralelamente a isso, o Patronato enviou um ofício, destinado ao Dr. Mário Pinotti, em 1959,³⁴³ solicitando auxílio da LBA em relação aos móveis e outros utensílios para recepção dos “menores” na escola. Nesse mesmo documento, Dom Odilão acrescentava que “conhece, Va. Excia, pois que presenciou in loco, a gravidade dos problemas sociais de Duque de Caxias, tumultuados ainda pela enchente de dezembro p. p., e entre eles avulta sem par em nossa terra os de menores abandonados”. Ele relatava ainda que a ABM já funcionava há alguns anos e prestava assistência aos “menores desamparados” em colaboração com o Juizado de Menores e a Prefeitura, e necessitava que se “acelerasse o início do funcionamento do Patronato”.

Em relação ao estatuto da ABM, outra alteração proposta no artigo terceiro foi a retirada da denominação da “escola-internato”, Instituto Profissional São José, como também, a substituição da palavra “filhos” por “menores”, no terceiro item desse artigo, e o acréscimo de um sexto item que dizia respeito a “convênios com instituições que queiram internar os menores pagando o ‘per capita’ mensal”.³⁴⁴ Mais um item que visava à adequação a nova realidade, que implicava o recebimento de verba por “menor” interno na instituição, uma vez que não correspondia mais a atuação inicial da ABM porque, ao final da década de 1950, a mesma assistia crianças que trabalhavam nas ruas da cidade. Como já vimos anteriormente, a

³⁴² Dr. Mário Pinotti nasceu em São Paulo, formou-se pela Escola de Farmácia em Ouro Preto – MG (1914) e pela Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro (1918). Foi médico sanitarista (1919), inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública. Assumiu a Prefeitura de Nova Iguaçu (1922). Fez curso na Escola de Malária na Itália (1924-1925). Trabalho na campanha contra a febre amarela do Departamento Nacional de Saúde (1928-1931). Foi diretor do Departamento de Febre Amarela da Fundação Rockefeller no Rio de Janeiro (1932). Foi químico-chefe do Serviço de Fiscalização do leite do Departamento Nacional de Saúde Pública (1935). Atuou em diferentes funções ligadas à Saúde no Ministério da Educação e Saúde (1936-1953). Foi diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956-1961). Foi presidente da LBA (1957-1959)

³⁴³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 040, caixa 002, 1959. Continuou sua atuação em diferentes funções no Ministério da Saúde, mas em agosto de 1961, foi indiciado por irregularidades no Departamento Nacional de Endemias Rurais que o afastou da vida pública. Participou de diferentes congressos e em 3 de março de 1972 faleceu. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinottimario>. Acesso em: 13 fev. 2017.

³⁴⁴ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda S. Bento Duque de Caxias E. R. J., assinada por D Odilão, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

LBA³⁴⁵ trabalhava no sistema de “per capita” que, segundo Rizzini (1995), era a prática mais antiga da instituição, o que provavelmente, facilitaria o acesso a verbas de outras instituições públicas e assistenciais.

Ainda no artigo terceiro, foi acrescentado o sétimo item que tratava de mais uma adequação, a “recepção de menores cujos responsáveis paguem um auxílio de manutenção, conforme suas posses, comprovada que seja a necessidade de internação”.³⁴⁶ Essa era uma prática já realizada na instituição, uma vez que o trabalho com os meninos nas ruas compreendia uma contribuição dos mesmos. A mesma não estava instituída no Estatuto e nesse momento, esse auxílio seria dado pelo responsável do menor internado.³⁴⁷ Outra alteração dizia respeito à idade limite da internação do “menor” assistido na instituição. No Estatuto de 1956, era de dezessete anos; no de 1961, era “a assistência integral ao menor irá até a idade de catorze anos, só podendo ser ultrapassada em caráter excepcional”.³⁴⁸ Percebemos uma redução da idade a ser atendida pela instituição, apesar de nem sempre esse limite de idade ter sido respeitado pelas instituições com as quais era estabelecido o convênio como a LBA, por exemplo. Essa era uma queixa constante de Dom Odilão no início da internação e demandava diversos ofícios com a solicitação de transferência.³⁴⁹

Quanto ao Conselho Administrativo, o Estatuto determinava que fosse constituído pelo prefeito do município, pelo juiz de direito da comarca, presidente da Câmara dos Vereadores, delegado de polícia, por um representante da Associação Comercial, por um representante da imprensa local, além de três sócios que seriam eleitos pela assembleia, a cada triênio.³⁵⁰ Esse artigo foi reescrito e ficou dessa forma: “O Conselho Administrativo será constituído por nove membros, escolhido de cinco em cinco anos, dos quais cinco serão indicados pela Autoridade Diocesana e quatro pela ‘Assembleia’.”³⁵¹ Houve a permanência da quantidade de pessoas para administrar; a diferença é que para “atender a necessidade de uma maior entrosamento da obra em relação a Mitra Diocesana”, foi dado um poder maior ao bispo, pois ele escolheria a maioria dos membros do Conselho. Outro detalhe importante é

³⁴⁵ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1-3, caixa 002, 1955.

³⁴⁶ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

³⁴⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

³⁴⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961..

³⁴⁹ Ofício Expedido, assinado por D. Odilão, PSB 214.1, 1961

³⁵⁰ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.2, caixa 003, 1956.

³⁵¹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

que, anteriormente, as vagas dos membros indicados pelo bispo eram ocupadas por agentes ligados, em sua maioria, à sociedade política, ou com influência sobre a mesma, embora isso não signifique que agentes políticos não continuaram atuando na instituição com a mesma intensidade do início.

Ainda sobre o Conselho Administrativo, o artigo 12º dizia que o presidente da ABM poderia ser qualquer sócio e escolhido em assembleia.³⁵² Esse foi também reescrito e ficou assim: “Em assembleia serão eleitos para igual tempo, entre os Conselheiros indicados, o Presidente, o Secretário, e o Tesoureiro do CA”.³⁵³ A mudança no artigo 13º foi semelhante ao anterior: tratava da desistência da função por parte de algum conselheiro.³⁵⁴ No Estatuto anterior, seria a assembleia que indicaria e não poderia haver acúmulo de função; já no Estatuto reformado, essa escolha seria feita pelos próprios conselheiros.³⁵⁵ Notamos no Estatuto mais antigo, uma intervenção maior da assembleia; já no reformado, um fortalecimento da indicação. Outro acréscimo feito ao artigo 13º foi em relação à ausência do conselheiro da função por seis meses, sem motivo justificado. O mesmo seria afastado e quem deliberaria seria o Conselho Administrativo, novamente. Mais uma vez, o reforço do poder do Conselho, em detrimento do poder da assembleia.

As alterações propostas nos artigos 17º e 19º tratavam de uma adequação, já que não existia mais a função de vice-presidente no CA. O artigo 17º dizia que para as reuniões do CA acontecer, deveria ter o tesoureiro, o presidente ou o vice-presidente, assim como ao menos, cinco conselheiros presentes.³⁵⁶ Com a reforma, o artigo passou a fazer referência apenas a quantidade de membros,³⁵⁷ mas não a presença de conselheiros específicos. O 19º falava que o presidente poderia ser substituído pelo secretário,³⁵⁸ e não mais, pelo vice-presidente.³⁵⁹ Havia uma autonomia maior do Conselho Social no Estatuto de 1956 em relação ao artigo 26º, pois ele poderia se reunir extraordinariamente ou quando o presidente da ABM convocasse.³⁶⁰ Com a reforma do Estatuto, o mesmo apenas se reuniria mediante a

³⁵² Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.2, caixa 003, 1956.

³⁵³ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

³⁵⁴ Estatuto de 1956, PSB 076.2, caixa 003.

³⁵⁵ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.3, caixa 005, 1961.

³⁵⁶ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.3, caixa 003, 1956.

³⁵⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

³⁵⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

³⁵⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.3, caixa 003, 1956.

³⁶⁰ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.3, caixa 003, 1956.

convocação do CA.³⁶¹ O artigo 29º tratava dos sócios da ABM. O Estatuto de 1956 trouxe três categorias: contribuintes, fundadores e beneméritos,³⁶² enquanto o outro aglutinou a categoria de sócio benemérito e ficou assim: “sócios beneméritos, aqueles que o C. A. julgar merecedores desse título por serviços prestados a ABM.”

Ainda era atribuição do CA, a convocação para a assembleia por dois motivos, de acordo com o artigo 36º. Um, pela substituição de um dos membros e outro, quando solicitada por trinta sócios fundadores.³⁶³ Já com a reforma do Estatuto, o C. A. convocaria a assembleia quando julgasse conveniente, por alienações e quando requisitada por dez sócios beneméritos.³⁶⁴ Evidenciamos uma diminuição dos números de sócios que poderiam solicitar a assembleia, assim como a mudança da nomenclatura. Entendemos que é importante examinar o Estatuto e suas reformulações para compreender os modos de funcionamento da ABM. Resultante de uma campanha promovida pela imprensa, e que contou com a adesão de diferentes setores da sociedade política e da sociedade civil, os Estatutos revelaram a composição desses poderes na formulação da agência. As mudanças realizadas em 1961 corresponderam também, ao crescente predomínio da Diocese na condução do projeto. A mudança no artigo 39º trazia a questão do patrimônio adquirido. O primeiro Estatuto estabelecia que a ABM poderia possuir imóveis que seriam administrados pelo CA, para aumentar os rendimentos da instituição.³⁶⁵ Já a reforma de 1961 apontava o destino do patrimônio em caso de dissolução da instituição, dizia que seria “entregue a autoridade Diocesana que o destinará a outras entidades caritativas”.³⁶⁶

A alteração do artigo 46º tratava especificamente do internamento. No Estatuto de 1956, o espaço de internamento era denominado Instituto Profissional São José, e determinava que fosse entregue à autoridade diocesana.³⁶⁷ Na reforma de 1961, além da mudança da denominação para Instituto Profissional São Bento, havia o esclarecimento de que seriam internados “menores do sexo masculino” e que o espaço de internamento pertencia à Mitra Diocesana.³⁶⁸ Os dois artigos finais que foram acrescentados na reforma, tratavam da

³⁶¹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

³⁶² Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.5, caixa 003, 1956..

³⁶³ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.5, caixa 003, 1956.

³⁶⁴ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

³⁶⁵ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.6, caixa 003, 1956.

³⁶⁶ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

³⁶⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.5, caixa 003, 1956.

³⁶⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4, caixa 005, 1961.

finalidade e dos critérios para que o estatuto da ABM fosse reformado. Foram redigidos assim:

Art. 67º - A ABM considerar-se-á extinta quando não mais puder cumprir a sua finalidade, conforme comprovação feita pela Assembleia Extraordinária ou na impossibilidade de reunião desta, pelo Conselho Administrativo.

Art. 68º - Os Estatutos da ABM somente poderão ser reformados mediante deliberação da Assembleia Extraordinária.³⁶⁹

Identificamos, a partir da comparação dos estatutos que o primeiro estatuto foi registrado em 24 de maio de 1956,³⁷⁰ quase seis meses após a criação da ABM. Isso ocorreu pela necessidade do Estatuto, que era requisito para aquisição de verbas, como já foi apontado. Em 2 de julho do mesmo ano, o legislativo municipal a considerou de utilidade pública e isenta de imposto,³⁷¹ outro critério necessário para conseguir a subvenção, além de demonstrar que nesse processo inicial, tínhamos uma inserção da sociedade política. Nesse caso, em específico, a atuação do prefeito e de alguns vereadores. O Estatuto de 1956 foi elaborado no início de sua institucionalização, antes de terem a “escola-internato” consolidada. Mas, desde o começo da ABM, os seus fundadores almejavam a possibilidade do internamento por ser uma prática comum àqueles que praticavam a assistência naquele período. Percebemos como, de acordo com as oportunidades que foram estabelecidas no decorrer do processo, foi necessária uma adequação do Estatuto, principalmente a partir do momento em que passaram a internar os “menores” na fazenda. Consequentemente, foi construída a reforma do Estatuto. Nesse momento inicial de institucionalização, ao mesmo tempo em que o Estatuto era registrado e declarado de utilidade pública pelos vereadores, publicavam no diário oficial do Estado, em maio de 1956, o seu Estatuto por parte de seu presidente, o prefeito Francisco Corrêa. Nesse resumo, além do funcionamento previsto para a instituição, havia o registro de que os agentes dos diferentes conselhos não receberiam pagamento, e que os parentes consanguíneos não poderiam fazer parte do mesmo.³⁷²

³⁶⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.5, caixa 005, 1961.

³⁷⁰ Assistência à Beneficente de Menores, assinado por dom Odilão, PSB 084.1, caixa 003, 1956.

³⁷¹ Assistência à Beneficente de Menores, assinado por dom Odilão, PSB 084.1, caixa 003, 1956.

³⁷² Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 075, caixa 003, 1956.

3.1.1 “A soma ingente de trabalhos e de sacrifícios que a Obra tem custado!”³⁷³

O estudo do Patronato São Bento, no período de 1955³⁷⁴ a 1969, permitiu que constatássemos diferentes agências e agentes. Entre esses agentes, alguns se diferenciaram por contribuírem de forma mais sistemática. Isso, também proporcionou a possibilidade de identificar a ligação desses representantes a setores públicos e privados. Por isso, fizemos uma breve sistematização da maneira pela qual a instituição se apresentou, para entendermos sua atuação junto aos “menores”. Assim, inicialmente, relacionamos nominalmente alguns dos agentes que tiveram suas ações e nomes apresentados diversas vezes nos documentos com os quais tivemos contato. Destacamos da imprensa: Zoelzer Poubel Vidaurre;³⁷⁵ o delegado Amil Reichard; do Ministério da Justiça, os juízes Dr. Ary Fontenelle, Dr. Hélio Albernaz e o Clube de Justiça; da Igreja Católica, o capelão da Cidade dos Meninos, Dom Odilão e o Bispo Dom Manoel Pedro; do Executivo Municipal, Francisco Corrêa;³⁷⁶ do Legislativo Municipal, Thomé Siqueira Barreto,³⁷⁷ Eri Teixeira,³⁷⁸ Edson Carpes,³⁷⁹ Nabudonosor,³⁸⁰ Vilson Macedo³⁸¹ e Tenório Cavalcanti,³⁸² da Associação Comercial, Mariano Sendra.³⁸³ Identificamos ainda, da LBA municipal, Dr. Jorge Armênio³⁸⁴ e Dom Odilão; professores

³⁷³ Resposta do Bispo ao relatório de 1959, assinado por dom Odilão Moura, PSB 100.3, caixa 003, 1960.

³⁷⁴ Embora o Patronato São Bento tenha sido iniciado em 1959, entendemos que o estudo dessa instituição é anterior a ela, ou seja, a partir da constituição da ABM.

³⁷⁵ Nasceu no Espírito Santo, filho de pequenos agricultores. Mudou-se para Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro. Com o falecimento do pai quando tinha 14 anos, mudou-se para Duque de Caxias. cursou Direito e Administração Pública. Foi fundador da Folha da Cidade, diretor da Associação Comercial, vice-prefeito, secretário de Ação Social, criador do Centro Social Reviver e da FEUDUC, entre outros. Apresentamos mais informações Quadro III – Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo – Secretários: Procedência e Trajetória.

³⁷⁶ Nasceu em 1914 e em Duque de Caxias. Iniciou sua carreira política em 1951 e foi eleito prefeito do município em 1955. Apresentamos mais informações Quadro I – Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo – Presidentes: Procedência e Trajetória

³⁷⁷ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.239, caixa 001, 1959.

³⁷⁸ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064. 6/8-36, caixa 001, 1956.

³⁷⁹ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064. 6/15, caixa 001, 1956.

³⁸⁰ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.40, caixa 001, 1956.

³⁸¹ Foi eleito vereador do município de Duque de Caxias em dois mandatos. Há mais informações sobre a origem e formação de Vilson Macedo no Apêndice, quadro 15: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários: procedência e trajetória e quadro 18: Associação Beneficente de Menores/Diretor do Patronato: procedência e trajetória.

³⁸² Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.35/37, caixa 001, 1956; Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.156, caixa 001, 1958.

³⁸³ Foi contador, dono de um grande escritório de contabilidade e compôs a administração da Associação Comercial de Duque de Caxias. Apresentamos mais informações Quadro IV – Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo – Tesoureiros: Procedência e Trajetória.

³⁸⁴ Há mais informações sobre a origem e formação de Dr. Jorge Armênio no Apêndice, quadro 13: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Presidentes: procedência e trajetória e no quadro 14: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/vice-presidentes: procedência e trajetória.

ligados ao município, como Heitor Combat,³⁸⁵ Joana Maciel e Silva,³⁸⁶ Amélia C. Santos,³⁸⁷ Ruth Coutinho,³⁸⁸ Regina Sampaio³⁸⁹ e Hilda Rodrigues;³⁹⁰ personalidades ligadas à política, Dr. Gastão Glicério dos Reis,³⁹¹ Nelson Cintra,³⁹² Adolpho David³⁹³ e Sá Rego;³⁹⁴ Instituições como o Colégio Santo Antônio³⁹⁵ e a sigla partidária da União Democrática Nacional (UDN).³⁹⁶

Muitos desses nomes foram registrados em diversas páginas do livro-caixa, como sócios-contribuintes. Observamos também que alguns desses agentes tiveram uma ação mais específica em alguns momentos da instituição, enquanto D. Odilão, por exemplo, atuou do início ao fim do período investigado nessa pesquisa. É importante salientar que o trabalho do primeiro ano da ABM foi em benefício de sua institucionalização. Isso compreendeu a campanha instituída pela imprensa, a elaboração do Estatuto, a busca pela sede e pelo financiamento. No final de 1956, foi iniciado o trabalho de cadastro dos “menores”, associado ao de identificação, ao curso noturno de alfabetização e às formações oferecidas aos “menores trabalhadores” no gabinete do prefeito. Esse trabalho de rua continuou até a concretização do espaço de internamento em julho de 1959. Esse momento, de 1956 até julho de 1959, correspondeu à busca pelo espaço de internamento, conseqüentemente a ABM teve como sede, a Casa São José. Enquanto o início do trabalho no espaço de internamento trouxe outros agentes, outros se afastaram. Cabe salientar que o recorte temporal da pesquisa compreendeu, como período limite, o ano de 1969, mas a instituição não encerrou suas atividades nesse ano, pelo contrário: os trabalhos na instituição prosseguiram até a década de 1980.

³⁸⁵ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.34, caixa 001, 1956.

³⁸⁶ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.239, caixa 001, 1959.

³⁸⁷ Foi professora que atuou em escolas do município de Duque de Caxias e moradora do bairro Pilar. Há mais informações sobre a origem e formação de Amélia Câmara Santos no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

³⁸⁸ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.118, caixa 001, 1957.

³⁸⁹ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.6/15, caixa 001, 1956.

³⁹⁰ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.45, caixa 001, 1957.

³⁹¹ Nasceu em Minas Gerais. Foi cirurgião-dentista, oficial do Registro civil de Duque de Caxias e Político. Apresentamos mais informações Quadro II – Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo – Vice-presidentes: Procedência e Trajetória.

³⁹² Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.39, caixa 001, 1956.

³⁹³ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.72, caixa 001, 1957.

³⁹⁴ SEMANA DE SENSAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS. *Jornal A Folha de Caxias*. 6 dez. 1953.

³⁹⁵ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.128, caixa 001, 1958.

³⁹⁶ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.35/37, caixa 001, 1956; Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.156, caixa 001, 1958.

Quadro 1 Associação Beneficente de Menores/Administração ABM e Patronato de 1955 a 1969

Cargos	1955	1957	1959	1961	1964	1967	1969
Presidente ABM	Francisco Corrêa		Dr. Jorge Armênio	Dr. Jorge Armênio	Dr. Jorge Armênio	Pedro Garcia dos Reis	Pedro Garcia dos Reis
Vice-presidente ABM	Nelson Cintra	Dr. Jorge Armênio	Dr. Gastão Reis				
Secretário ABM	Ruyter Poubel			Dom Odilão Moura	Dom Odilão Moura		Vilson Macedo
Tesoureiro ABM	Mariano Sendra dos Santos			José Maia	Dr. Hélio Cypriano	Jayme Pereira de Souza	Jayme Pereira de Souza
2º Tesoureiro ABM	Jarbas Barriel Sendra		Joaquim Vieira Júnior				
Conselho Social ABM	Eri Teixeira; Dr Odemar de Almeida Franco; Prof. Regina Tescaro Sampaio; Alice Corrêa; José Giupponi; Dom Odilão Moura			Prof Amélia Câmara; Joaquim Vieira Júnior; Edson Carpes; Eronides José Batista; Aluizio Garcia;			
Diretor do Patronato	D Odilão Moura						Vilson Macedo

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1956 - 1960.³⁹⁷

Diante do quadro, explicaremos cada cargo estabelecido na instituição, de acordo com o Estatuto de 1956 que, quanto a esse fator, não apresentou modificação, mesmo após a reformulação do Estatuto de 1961. A função do presidente do Conselho Administrativo (C.A.) dizia respeito à observação dos Estatutos, a responder como representante legal da ABM, à administração dos bens da ABM, à prestação de contas do C. A., às decisões de caráter urgente quando não fosse possível a convocação do C. A., ao visto dos cheques emitidos pelo tesoureiro, à convocação dos sócios para as assembleias e à determinação de internação de menores urgentes após o C. A. ter sido comunicado.³⁹⁸ O vice-presidente

³⁹⁷ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, Diretoria da ABM eleita em 16.12.1956, sem assinatura, PSB 259, caixa 004, s/d.; Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.³⁹⁷

³⁹⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

substituiria o presidente, em caso de impedimento que não passasse de um ano.³⁹⁹ O secretário redigiria as atas das Assembleias dos sócios e das reuniões do C. A., teria em ordem os arquivos da ABM e trataria da correspondência da mesma.⁴⁰⁰ O tesoureiro teria que arrecadar valores da ABM, depositar em Banco as quantias, organizar os balancetes anuais e mensais, assinar os cheques para retirar dinheiro dos Bancos, cuidar da escrituração da ABM “clara e em dia”, prestar os esclarecimentos quando solicitados, efetuar cobrança de mensalidade aos sócios e as receber.

O Conselho Social seria composto pelo diretor do Patronato, por dois membros indicados pelo bispo, três membros escolhidos do C. A. e três membros indicados pelo C. A. com experiência e capacidade em assuntos sociais, escolhidos quadrienalmente. A função do Conselho Social seria:

Art 25º)- Compete ao Conselho Social como órgão assistente do Conselho Administrativo em assuntos sociais:

1º- Julgar do grau [sic] de necessidade de amparo aos menores apresentados e da conveniência da recepção dos mesmos;

2º- Determinar de acôrdo com o Diretor do Instituto Profissional São José, que se façam os exames e sindicâncias de que falam os artºs. 50 e 51, conservando-se os fichários dos mesmos;

3º- Especificar a quantia que o menor assistido deverá pagar à Associação Beneficente de Menores, para auxílio da manutenção do mesmo, quando a internação for feita por outro motivo que o econômico;

4º- Apresentar ao C. A. sugestões de medidas que possam aperfeiçoar os meios de assistência aos menores;

5º- Cumprir as outras obrigações que êsses Estatutos dêle exigem.⁴⁰¹

A configuração administrativa da ABM, no início de 1956, consistia no Conselho Administrativo, composto por dez pessoas:⁴⁰² o prefeito do município era o presidente da ABM, nesse caso, Francisco Corrêa; o vice-presidente da instituição, Nelson Cintra que em 1957 foi substituído por Dr. Jorge Armênio; o secretário nesse período foi Ruyter Poubel, representante da imprensa local; o primeiro e o segundo tesoureiro eram Mariano Sendra dos Santos⁴⁰³ e Jarbas Barriel Sendra, respectivamente; o primeiro tesoureiro era o representante da Associação Comercial e, na maioria das vezes, os escolhidos para tal função eram gerentes de bancos, assim como o tesoureiro de 1961, que foi Joaquim Vieira Júnior.⁴⁰⁴ Quanto aos membros do Conselho Social, participaram em 1955, Eri Teixeira Pinto, que era vereador e

³⁹⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴⁰⁰ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴⁰¹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴⁰² Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴⁰³ Atestado, sem assinatura, PSB 001, caixa 002, s/d.

⁴⁰⁴ Diretoria da ABM eleita em 16.12.1956, sem assinatura, PSB 259, caixa 004, s/d.

presidente da Câmara Municipal, e o Dr. Odemar Franco,⁴⁰⁵ que foi vereador e presidente da Câmara Municipal, no início da década de 1950, como também as professora Regina Tescaro Sampaio,⁴⁰⁶ Alice Corrêa Sampaio,⁴⁰⁷ José Giupponi (da Associação Comercial)⁴⁰⁸ e Dom Odilão Moura. Ao analisarmos os agentes desse início de institucionalização — apesar de alguns não terem o cargo político do legislativo ou do executivo — os mesmos tinham alguma inserção na esfera política como Regina Tescaro (1955) que foi Inspectora de Ensino do Município e Alice Corrêa (1955) que era esposa do prefeito Francisco Corrêa.

Os três sócios indicados para o Conselho Social seriam eleitos a cada três anos.⁴⁰⁹ No triênio seguinte, o Conselho Administrativo foi composto pelo presidente Dr. Jorge Armênio, pelo vice-presidente, Dr. Gastão Reis, primeiro tesoureiro, José Maia, segundo tesoureiro, Joaquim Vieira Júnior. O Sr. Ruyter Poubel permaneceu como secretário. Não conseguimos identificar o registro sobre os agentes que atuaram no Conselho Social nesse período ou se houve permanência dos que foram eleitos na primeira gestão. Ao analisarmos o quadro 1, identificamos a permanência do Dr. Jorge Armênio⁴¹⁰ como presidente da ABM, por três mandatos consecutivos, como Pedro Garcia, nas últimas gestões do período analisado. Cabe salientar que Pedro Garcia fazia parte do Rotary Club de Duque de Caxias. Outros agentes permaneceram, mas nenhum tanto quanto Dom Odilão que, em alguns momentos, acumulou função, contrariando um dos artigos do Estatuto que proibia tal ação.⁴¹¹

Cabe destaque ainda a atuação do prefeito e do juiz de direito na obtenção de verbas públicas para a instituição,⁴¹² além disso, o juiz era o responsável legal por assinar o atestado, que era um dos documentos exigidos para o estabelecimento de convênios com instituições públicas.⁴¹³ Ao longo do período, alguns funcionários trabalharam tanto na Casa São José como no Patronato São Bento. Assim, relacionamos os primeiros funcionários que prestaram serviços à instituição como José Martins Moralle,⁴¹⁴ Jorge Moreira Silva,⁴¹⁵ Walter de Melo

⁴⁰⁵ Há mais informações sobre a origem e formação de Dr. Odemar Franco no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

⁴⁰⁶ Há mais informações sobre a origem e formação de Regina Tescaro Sampaio no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

⁴⁰⁷ Há mais informações sobre a origem e formação de Alice Corrêa no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

⁴⁰⁸ Há mais informações sobre a origem e formação de José Giupponi no Apêndice, quadro 17: Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória.

⁴⁰⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴¹⁰ Diretoria da ABM eleita em 16.12.1956, sem assinatura, PSB 259, caixa 004, s/d.

⁴¹¹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁴¹² Auxílios/Subvenções, assinado por Fernando Fernandez Vieira, PSB 284, caixa 004, 1957.

⁴¹³ Atestado, assinado por Hélio Albernaz Alves, PSB 017, caixa 002, 1957

⁴¹⁴ Livro caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.70, caixa 001, 1957.

⁴¹⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.2, caixa 001, 1956.

Dutra,⁴¹⁶ João Lima da Silva⁴¹⁷ e D. Leopoldina Martins Costa.⁴¹⁸ A última prestava serviço como Assistente Social e morava no espaço da ABM. Diante das relações expostas no livro-caixa dos primeiros anos da ABM, houve o registro de diferentes vereadores, professores, da imprensa local – Folha de Caxias, donos de cartório, do colégio Santo Antônio, do bispo de Petrópolis, do D. Odilão, do Juiz Dr. Hélio Albernaz, da UDN e inúmeros estabelecimentos comerciais locais que contribuíram financeiramente com a instituição. A maioria desses estabelecimentos fazia suas propagandas no Jornal *Folha de Caxias*.

Alguns dos agentes eram muito influentes, como Nelson Cintra, Dr. Jorge Armênio,⁴¹⁹ que era médico e tinha atuação na LBA, como Dom Odilão, assim como Dr. Gastão Reis, que havia sido prefeito da cidade por duas vezes e, numa dessas vezes, havia sido indicado por Amaral Peixoto, além de Ruyter Poubel,⁴²⁰ que era o representante da imprensa local, e do Juiz de Direito, Dr Hélio Albernaz. Todos esses agentes, entre outros, foram importantes para que a instituição conseguisse as subvenções necessárias para sua subsistência, assim como a aceitação necessária da sociedade e dos demais políticos locais. Outra agência importante nesse processo inicial foi a Igreja Católica Apostólica Romana, que nesse território e nesse período, era vinculada à Diocese de Petrópolis. A mesma tinha como bispo Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra, que administrou a diocese de Petrópolis de 1948 a 1984 e foi o primeiro bispo da diocese. O referido bispo era originário do Seminário Maior de São Paulo e o inspetor de todos os seminários do Brasil, além ter fundado o seminário diocesano de Petrópolis.⁴²¹ Segundo o relatório de 1959:

A igreja não poderia estar ausente desta obra tão benemérita, ela que é a sempre protetora e mãe dos desamparados, cedendo a Autoridade Diocesana, D Manoel Pedro da Cunha e Cintra, a Fazenda S. Bento para aí ser iniciado o patronato de menores, tomando ainda sobre si quasi [sic] todos os encargos de educação, amparo e cuidado direto dos menores.⁴²²

Cabe lembrar que em 1922, as Igrejas Católicas da região pertenciam à Diocese de Barra do Pirai e, apenas na década de 1940, essa diocese foi desmembrada para compor a Diocese de Petrópolis.⁴²³ Diante da extensão da Diocese, Dom Manoel contava com a ajuda

⁴¹⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.9, caixa 001, 1956.

⁴¹⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.100, caixa 001, 1957.

⁴¹⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.70/88/100/105/110, caixa 001, 1957.

⁴¹⁹ Atestado, sem assinatura, PSB 001, caixa 002, 1955.

⁴²⁰ Atestado, sem assinatura, PSB 001, caixa 002, 1955.

⁴²¹ De acordo com o site: <http://www.seminario.com.br/~web/index.php/notas-biograficas>. Consultado em out. 2016.

⁴²² Relatório das atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão Moura (diretor da Fazenda São Bento, PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁴²³ A Diocese de Petrópolis abrangia as seguintes paróquias: São Pedro de Alcântara, Petrópolis, Santo Antônio do Alto da Serra, São Noberto, Cascatinha, Itaipava, São José do Rio Preto, Santo Antônio do Alto da Serra

de padres vigários para coordenar sua ação pastoral. Dom Odilão foi um dos padres que colaborou nessa gestão, na função de vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (1952-1962), além de capelão da Cidade dos Meninos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (1948-1962), capelão da Vila São José e membro do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral e da Comissão de Liturgia da Diocese. Dom Odilão foi o responsável por inserir a igreja no empreendimento do Patronato, como percebemos no capítulo anterior. A partir do momento que as autoridades estavam reunidas com o Prefeito, diante dos dados alarmantes apresentados pelo delegado, no que dizia respeito aos “menores”, indicaram o espaço da Fazenda para abrigar os meninos. Logo, o juiz Fontenelle sinalizou que Dom Odilão seria uma pessoa aberta para tal ação. Em seguida, o procuraram na Cidade dos Meninos — onde era capelão — e foi ele que fez o contato com o bispo. Lembramos ainda que o bispo marcou inúmeras vezes e não compareceu, mas Dom Odilão trouxe a resposta positiva dele, e mais: elaborou o Estatuto da ABM, agência que ia tratar da institucionalização do Patronato. Dessa forma, Dom Odilão Moura é o representante da Igreja Católica no Patronato São Bento, representou o bispo em diversas reuniões e, ao mesmo tempo, o informava do que fazia na condução da instituição. Mas, outras atuações de grupos da Igreja Católica marcaram essa instituição, como o Apostolado de Oração do São Bento e a Irmandade Nossa Senhora do Pilar, através de José Martins Morale.⁴²⁴ Após a obtenção do prédio para o internamento, a partir de 1962, a Caritas Brasileira⁴²⁵ era paga por fornecer gêneros alimentícios .

Evidenciamos também a atuação do Ministério da Justiça que recolhia “os menores”, tirando-os dos centros urbanos e os enviando para lugares mais distantes, como o segundo distrito. Esse distrito era um local com muitas características rurais, ainda que propiciasse a instalação de um equipamento de internamento com um viés profissionalizante subalternizado, de caráter agrícola ou artesanal, como forma de controle dessa infância. Outros agentes que atuaram na institucionalização do Patronato foram os que pertenciam ao

de Sebastiana, Nossa Senhora da Piedade de Magé, São Nicolau de Suruí, Inhomirim, Guapimirim, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Sant’Ana de Tiradentes, Nossa Senhora da Conceição de Bemposta, Nossa Senhora das Dores de Areal, Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti e Duque de Caxias (MATTOS, 2006, p. 22).

⁴²⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.100, caixa 001, 1957.

⁴²⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.268/317/322/335/343/356, caixa 001, 1962; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.362, caixa 001, 1963 . É um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “É uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.” <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Clube da Justiça. Segundo o relatório das atividades de 1957,⁴²⁶ o “apoio da imprensa, pelo órgão da cidade *A Folha da Cidade*, da Associação comercial e do Clube da Justiça, muito contribuiu para o incremento das atividades da ABM”.

A partir disso, no ano de 1956, o jornal *Folha da Cidade* anunciava a criação do Clube da Justiça que, tinha como objetivo reunir os militantes do fórum local. Dizia ainda que “A comissão era composta pelos doutores Afonso Elvas Cordeiro, que presidiu os trabalhos, Polidoro Senra, Osvaldo Raymundo e Salvador Rocha. A senhorita Mercedes de Carvalho representou os funcionários”.⁴²⁷ Ao final, o clube foi fundado e houve convocação de nova reunião com apresentação de Estatuto. A reunião foi realizada no Gabinete do Dr. Hélio Albernaz e a finalidade do Clube consistia no “amparo mútuo e a atividade social entre magistrados e funcionários”.⁴²⁸ Entre os agentes da ABM, alguns deles atuavam na Associação Comercial de Duque de Caxias. A Associação reunia diferentes autoridades em diversas solenidades. Ao se referir aos agentes que atuavam nessa agência, Lacerda (2003, p. 16-17) afirmou que “os homens de patrimônio e negócios radicados no distrito ajustavam-se aos novos tempos, assim se mantendo até a redemocratização do país, em 1945”. No início de 1940, aqueles que atuaram na Associação Comercial compuseram um grupo de empreendedores, cujos estabelecimentos prosperaram mediante a ausência dos investimentos estatais, ainda segundo Lacerda (2003).

Para entendermos melhor a atuação dessa agência, cabe lembrarmos o contexto no qual o país passava no período que o jornal foi pesquisado, que correspondia à década de 1960. Jânio Quadros renunciou à presidência em agosto de 1961. Como o seu vice, João Goulart, estava na China, lideranças sindicais tentaram mobilizar a população para uma greve geral pela volta do presidente. Diante das tentativas de golpe, diferentes categorias deflagraram greve. Isso impediu o golpe naquele momento, mas não a mudança de regime que passou a ser parlamentar a partir de setembro daquele ano, tendo como primeiro ministro Tancredo Neves (SOUZA, 2014).

O ano de 1962 começou em meio a uma crescente crise econômica e política. Congelamento das reformas de base, inflação, perdas salariais, carestia, sonegação de alimentos básicos por parte dos produtores e dos comerciantes, uma vez que o valor das mercadorias agrícolas e de pecuária sofria desvalorização. Por sua vez, foi também um período de crescimento das organizações operárias e camponesas, das lutas em defesa das reformas de base e de democratização. Algumas categorias chegaram a entrar em greve e havia ainda uma ameaça de uma paralisação nacional

⁴²⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 083.1, caixa 003, 1958.

⁴²⁷ FUNDADO O CLUBE DE JUSTIÇA, 16 e 17 dez. 1956.

⁴²⁸ FUNDADO O CLUBE DE JUSTIÇA, 16 e 17 dez. 1956.

para forçar a composição de um gabinete ministerial favorável às reformas de base (SOUZA, 2014, p. 236).

Segundo Souza (2014), diante das pressões da sociedade civil, Tancredo Neves renunciou, João Goulart indicou San Tiago Dantas que tinha o apoio dos movimentos sindicais, dos setores nacionalistas e da esquerda no Congresso. Mas, os conservadores, representantes da UDN e PSD vetaram a indicação e foi decretado greve a partir de 5 de julho de 1962. Duque de Caxias e outros municípios da Baixada Fluminense foram manchetes nos principais jornais, pelos saques e pela aglomeração de pessoas. Relatavam que devido à greve, vinte mil pessoas estavam na Praça do Pacificador, em Duque de Caxias, pela ausência da condução e a notícia de que havia feijões escondidos em comércios nos arredores, propiciou agitações e saques (SOUZA, 2014). Havia insatisfação da população quanto à ausência da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) em relação à garantia do abastecimento e à fiscalização de sonegação. A revolta não era diferente no que diz respeito aos comerciantes, principalmente aos portugueses, pelas cobranças abusivas das mercadorias e a sonegação da oferta dos produtos, para que o preço dos mesmos pudesse ser elevado (SOUZA, 2014). Toda essa situação propiciou o saque de 1962 que se espalhou pela Baixada Fluminense. Apenas em Caxias, “foram 675 feridos, oitocentas prisões e um prejuízo de dois milhões e meio de cruzeiros” (SOUZA, 2014, p. 238).

A Associação Comercial de Duque de Caxias respondeu imediatamente a essa situação através da instituição de uma polícia privada que, juntamente com o delegado Amil Reichard, constituíam oito mil homens. Enquanto era chamado pelos comerciantes de “Corpo de Voluntários”, pelo jornal, A Luta Democrática era conhecida como a “Polícia Clandestina” da Associação Comercial. Esse mesmo jornal denunciava “os crimes, os espancamentos e as forras cometidas às vistas da polícia, acusando-a de omissa, de estar preocupada com resultados eleitorais e de temer a ação dos poderosos” (SOUZA, 2014, p. 238).

Os sindicalistas solicitaram a intervenção do Exército e do governador Carvalho Janotti ao mesmo tempo, assim como argumentaram sobre a solicitação da polícia, de um grupo de seis mil homens. Diziam ainda, que se o Exército estava na rua e compensaria as deficiências da polícia, seria desnecessário esse grupo de pessoas, o “Corpo de Voluntários”. Enquanto isso, os dirigentes da Associação do Comercial justificavam que esse “Corpo de Voluntários” apenas agiria para evitar novos saques e perturbações, uma vez que não havia comando militar, mas que o grupo não andava armado, embora estivesse disposto a tudo para “garantir a ordem” (SOUZA, 2014, p. 240). Ambos os grupos, tanto dos sindicalistas quanto

dos representantes da Associação Comercial, concordavam que os saques haviam acontecido em decorrência da miséria que assolava os trabalhadores caxienses.

No dia 12 de julho de 1962, a Associação do Comércio e da Indústria de Duque de Caxias (ACIDC) recebeu o governador, o secretário de segurança, Nicanor Campário, entre outros deputados estaduais, para discutirem as reivindicações dos comerciantes quanto à reestruturação e à segurança (SOUZA, 2014). As reivindicações dos comerciantes tratavam da indenização aos próprios, através de perícia nos comércios atingidos, da construção de um Batalhão de Polícia Militar, do abastecimento do comércio varejista pela COFAP, da anistia de débito bancário, dos empréstimos para os comerciantes e da liberação de recursos para reorganizar o comércio local. Os sindicalistas que também aguardavam o governador, não foram ouvidos (SOUZA, 2014).

Várias reivindicações da ACIDC foram atendidas e os comerciantes mais articulados conseguiram anistia da dívida, além de indenizações. Essas práticas propiciaram a expansão de vários estabelecimentos (SOUZA, 2014). Diante dessa realidade, a autora afirma ainda que:

A experiência do saque imprimiu nos comerciantes da Baixada a possibilidade de organização de uma milícia privada, financiada por eles, que lhes garantisse segurança, eliminando aqueles que os ameaçassem de uma forma ou de outra, dando origem, assim, à formação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, ou seja, a instalação, primeiramente, do Esquadrão da Morte e, posteriormente, da Mão Branca (SOUZA, 2014, p. 241).

Tal constatação é corroborada por Alves (2003) sobre o saque de 1962. Souza (2014) sustenta ainda que:

Foi a expressão de uma situação extrema vivida pela massa urbana local, exposta a situação intoleráveis de exploração, sonegação e pobreza. Frente à ameaça da propriedade privada e à ausência de controle dessa massa, os comerciantes organizaram suas próprias milícias. A violência aberta sobre o conjunto da população ficou na impunidade, não havendo apuração quanto à ação dos “voluntários” (SOUZA, 2014, p. 241).

E Alves (2003, p. 97) reitera que “o Juiz da 1ª Vara de Duque de Caxias, Hélio Albernaz Alves, sabia da ilegalidade da milícia, mas justificava-a em face da necessidade de os comerciantes defenderem seu patrimônio”. Todos esses indicativos permitiram um entendimento quanto a situação em que a maioria da população do município estava exposta, conseqüentemente o setor mais vulnerável, crianças e jovens pobres, ficavam mais expostos ainda.

São esses agentes da Associação Comercial de Duque de Caxias que estavam presentes desde o início da institucionalização da ABM e, conseqüentemente, do Patronato.

Essa ação, mais uma vez, foi resultado da pressão feita sobre o poder público. A imprensa local convocou a opinião pública para a questão da violência, reforçando essa infância pobre como criminosa em potencial, e o patrimônio daqueles que detinham o poder era colocado em risco. Por isso, a preocupação era com o risco do patrimônio e não com o humano, o “menor”. Entre os agentes que atuaram na ABM e no Patronato São Bento, localizamos membros do Rotary Clube de Duque de Caxias, como o rotariano e funcionário público, Sr. Pedro Garcia dos Reis,⁴²⁹ que atuou como presidente da ABM.⁴³⁰ (que surgiu em 1965, inspirada numa iniciativa de Chicago, nos Estados Unidos).⁴³¹

3.2 “Cada menor abandonado terá o seu próprio lar”. A busca pela sede do Patronato

Concomitante ao processo de institucionalização e de elaboração de Estatuto, eram instituídas diferentes ações na direção da obtenção de um local em que pudesse ser construído ou que já houvesse prédios que pudessem abrigar os “menores” que seriam recolhidos das ruas do município. Isto posto, delinearemos as ações e os agentes que estiveram envolvidos nesse processo inicial de aquisição de espaço. As ações fixadas ao longo do tempo para que fosse conseguido um local de internamento, teve como maior incentivador e aglutinador de diferentes autoridades, a campanha realizada pela imprensa local. O jornal descreveu com riqueza de detalhes o pleito de algumas reuniões, para a finalidade da construção do Patronato.

O espaço do Núcleo Colonial São Bento foi o primeiro lugar que temos conhecimento, idealizado para a construção do Patronato. Em 1955, nas reuniões para tratar da questão, foi aventada a possibilidade⁴³² e a indicação do Sr. Veríssimo para ocupar a função de dirigente do novo Patronato, que seria unificado com o Patronato Casemiro de Abreu, já que o Sr. Veríssimo enfrentava dificuldades na manutenção do mesmo. Além disso, o referido senhor havia conseguido “do Núcleo Colonial de S. Bento, uma chácra [sic] ampla e apropriada para

⁴²⁹ Há mais informações sobre a origem e formação de Pedro Garcia dos Reis no Apêndice, quadro 13: Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Presidentes: procedência e trajetória.

⁴³⁰ Ofício Expedido, assinado por Pedro Garcia (presidente da ABM), PSB 304, 1967.

⁴³¹ O Rotary tinha e tem como lema “Dar de si antes de pensar em si”⁴³¹. Além de afirmar que com o crescimento da sua organização, houve uma expansão de sua missão para “além dos interesses profissionais de seus integrantes, os rotarianos começaram a angariar recursos e utilizar suas habilidades em benefício de comunidades necessitadas”. De acordo com o site: <http://www.rotaryduquedecaxias.org> Acesso em: out. 2016.

⁴³² CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

o cultivo da terra, com campo de futebol, etc., onde poderá abrigar muitas crianças”.⁴³³ Porém, em decorrência da impossibilidade⁴³⁴ do uso da “chácara do Sr. Veríssimo” para tal envergadura, foi escolhida uma comissão para tratar com o capelão da Cidade dos Meninos, Dom Odilão, sobre a possibilidade de instalação do Patronato na Fazenda São Bento no Núcleo Colonial. Temos indícios também de que o trabalho agrícola foi, desde o começo, visto como atividade para o internamento de meninos.

Em diversos momentos da campanha jornalística, havia a reafirmação do trabalho agrícola atrelado ao Patronato, ao mesmo tempo que o diretor do jornal apresentava o Sr. José Veríssimo como a pessoa que “vem de há muito trabalhando pela causa da infância. Foi apresentado aos presentes pelo nosso diretor, que desse caso não fosse S. S. aproveitado nessa grande obra, pelo menos que nos auxiliasse com a sua experiência conseguida em anos de trabalho com o menor abandonado”.⁴³⁵ Assim sendo, sabemos que a experiência do Patronato de Menores Casemiro de Abreu abarcava o trabalho agrícola; conseqüentemente, o Sr. Poubel, idealizador do Patronato que estava sendo desenhado e de acordo com o entendimento dos Patronatos Agrícolas, comum a época, inferimos que o diretor do jornal era o defensor de tal bandeira, que foi abraçada pelos demais representantes.

Ainda na segunda reunião,⁴³⁶ o delegado Amil Nei Reichard exibia o resultado de sua incumbência que havia sido deliberada na última reunião, que correspondia à articulação com o INIC para a cessão da Fazenda São Bento. Relatava, então, que o presidente daquela “autarquia”, Dr. João Gonçalves indicou que procurassem o “Frei Odilon”, capelão da Cidade dos Meninos, por já ter se comprometido com a autoridade religiosa em ceder o prédio para um convento.⁴³⁷ Isso ainda demonstrou a relação que estava se estabelecendo com a Igreja. Apesar do Juiz Dr. Ary Fontenelle ter alegado que o caso estaria resolvido por conhecer o padre “bem” e saber que tinha “sentimentos humanitários”,⁴³⁸ notamos que a grande maioria da comissão não conhecia o sacerdote. Diante dessas informações, averiguamos as informações que no início, a Fazenda São Bento era o local almejado para a construção do espaço de internamento, “Chegou-se à conclusão de que o único lugar [que] seria capaz de abrigar, em condições excepcionais, o grande número de menores desvalidos de Caxias, era a

⁴³³ AMPARO A INFÂNCIA ABANDONADA DE CAXIAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

⁴³⁴ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴³⁵ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴³⁶ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴³⁷ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴³⁸ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

Fazenda de São Bento, que há anos está abandonada com perda de suas excelentes qualidades”.⁴³⁹

O delegado havia conseguido um auxílio federal de Cr\$ 500.00,00 para a instituição, “esse nobre empreendimento”. Foi falado ainda sobre a possibilidade de uma comissão ir, diretamente, ao Ministro da Agricultura, para “obtenção da palavra mais autorizada”. O Sr. Veríssimo estava presente novamente e relatou suas experiências quanto a sua atuação no Patronato e na relação com as autoridades. Duas fotos vinham junto à explanação do delegado,⁴⁴⁰ assim como as informações sobre a visita a Dom Odilão na Cidade dos Meninos.

Figura 5 A comissão na "Cidade dos Meninos" diante da exposição do Delegado Dr. Amil Nei Reichard⁴⁴¹



Fonte: CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Folha de Caxias, 1955.
 Legenda: “O Dr. Amil Rirhard quando fazia a sua exposição”.⁴⁴²

Descreviam, de forma agradável, em relação ao espaço, à acolhida do padre e sinalizavam que a Cidade dos Meninos abrigava 400 crianças.⁴⁴³ O delegado explicou que o motivo da visita era a solicitação do espaço da antiga Fazenda São Bento para o estabelecimento de um patronato. Dom Odilão indicou que deveriam conversar com o bispo e adiantou que o mesmo não se oporia. Em dois automóveis, a comissão foi ao espaço da Fazenda.

⁴³⁹ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴⁰ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴¹ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴² CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴³ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. Jornal *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

Todos ficaram deveras impressionados com a grandiosidade daquela obra. A sede da Fazenda possui dezenas de quartos perfeitamente adaptáveis para um grande dormitório, com capacidade para três centenas de menores. Bem junto à Fazenda estão as Indústrias Reis, onde as crianças poderão trabalhar numa parte do dia, adquirindo uma profissão, e na outra se dedicarem ao estudo. Existe um amplo grupo-escolar com ótimas instalações e com a capacidade para dezenas de alunos. É um lugar ideal, onde a beleza panorâmica, a quietude do ambiente e circunstâncias outras, concorrerão para a formação de novos homens para o Brasil.⁴⁴⁴

Descreveu ainda que, “nessa excursão, estiveram presentes o Dr. Ary Fontenele, o Sr. Francisco Corrêa, o Dr. Amil Reichard, a reportagem da FOLHA DE CAXIAS, o Sr. Guilherme C. P. de Freitas, representando a Associação Comercial e pessoas gradas”.⁴⁴⁵

Na mesma edição,⁴⁴⁶ era publicado um resumo da segunda reunião, novamente com a demanda da autorização por parte do bispo quanto a utilização do espaço da Fazenda São Bento, que não havia ocorrido ainda. No relato, constava que o presbítero não havia recebido a comissão por problemas pessoais. Segundo o jornal, em conversa com Dom Odilão sobre o assunto, o sacerdote adiantou que Dom Manoel Pedro “aquiesceu imediatamente ao pedido, sem fazer qualquer restrição”.⁴⁴⁷ No mês seguinte, outra reunião foi marcada e descrita no jornal,⁴⁴⁸ com destaque de que tratariam pessoalmente com o bispo sobre a questão da Fazenda e sua utilização para o Patronato. Posteriormente, na matéria “A Campanha do Menor”⁴⁴⁹ foi relatado o desencontro que ocorreu com Dom Manoel Pedro que, mais uma vez, não compareceu ao jantar oferecido pela comissão, por isso as ações foram suspensas até a referida comissão ir à Petrópolis e encontrar com o próprio.

Novamente, em agosto de 1955, foi divulgada outra tentativa de encontro com o bispo para a cessão da Fazenda São Bento, “a fim de que nela fosse instalada a escola agrícola onde os menores seriam internados”.⁴⁵⁰ Dessa vez, o bispo os recebeu e a Comissão de autoridades teve uma resposta favorável, mas a cessão era apenas do casarão e não de terras já que almejavam que os “menores” trabalhassem no cultivo da terra. Além disso, Dom Manoel Pedro foi o responsável em conseguir com o presidente do INIC, a cessão de uma das glebas para plantio.⁴⁵¹ Caso não fosse doada as terras próximas à fazenda, a Cidade dos Meninos teria proposto liberar 4 pavilhões, com capacidade para 200 crianças, o que já estava em estudo por parte da comissão.

⁴⁴⁴ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴⁵ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

⁴⁴⁶ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

⁴⁴⁷ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

⁴⁴⁸ REUNIÃO PRÓ-INFÂNCIA DESVALIDA. *Jornal Folha de Caxias*, 3 jul. 1955.

⁴⁴⁹ A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

⁴⁵⁰ AMPARO AOS MENORES DESVALIDOS. *Jornal Folha de Caxias*, 14 ago. 1955.

⁴⁵¹ AMPARO AOS MENORES DESVALIDOS. *Jornal Folha de Caxias*, 14 ago. 1955.

Diante de tantos desencontros para acessar o bispo, em agosto de 1955, Dom Odilão foi autorizado por ele, a tomar as providências necessárias para o estabelecimento do Patronato na Fazenda São Bento.

Como noticiamos em edição passada, Frei Odilão Moura, capelão da “Cidade dos meninos”, estava autorizado a realizar demarches junto aos diretores deste patronato, a fim de conseguir que fossem cedidos a Caxias, quatro pavilhões com capacidade para 200 crianças. Os entendimentos não chegaram a bom termo, visto o dr. Levi Miranda não achar viável esta cessão.⁴⁵²

Afirmava ainda, que a Fazenda seria o local em que o Patronato seria construído, pois o bispo havia autorizado. A manchete dizia “Será na Fazenda S Bento, O Patronato de Menores Abandonados”.⁴⁵³ A campanha do jornal em prol do “menor” contribuía para “o engrandecimento da pátria no futuro”,⁴⁵⁴ assim como a campanha continuava em marcha com a aprovação do Estatuto. Foi noticiada a reunião da ABM⁴⁵⁵ também e, mais uma vez, o local da sede não estava definido. Era alegado que

O primeiro assunto tratado foi o da localização do Instituto Profissional São José. Tinha-se em vista a Fazenda São Bento. A sede, porém, está por demais acabada e sua remodelação consumiria grande importância. Ademais não possui área de terra suficiente para o trabalho agrícola dos menores.⁴⁵⁶

A saída apontada para o impasse era conseguir com o Sr. Levi Miranda, um terreno na Cidade dos Meninos. Havia o indicativo da construção do espaço acontecer no início de 1956, com os recursos oriundos do sêlo de diversões e a campanha financeira que seriam organizadas pelo Sr. Gilson Ferro, representante da Associação Comercial de Duque de Caxias.

Em janeiro de 1956, a diretoria da ABM foi ao governador para solicitar a sua intervenção, para que fosse conseguida “uma gleba da ‘Cidade dos Meninos’ para construção do instituto”, por não terem obtido uma resposta satisfatória com o “órgão competente”.⁴⁵⁷ Em março do mesmo ano, a diretoria esteve reunida com Amaral Peixoto para fazer a mesma solicitação, com a resposta de que ele telefonaria para o Sr. Levi Miranda. Após esse encontro,⁴⁵⁸ foram ao Ingá e pediram ajuda financeira a Miguel Couto, que aconselhou sobre a possibilidade de um deputado fazer a indicação de recurso. “Já estava redigida esta nota

⁴⁵² SERÁ NA FAZENDA S. BENTO, O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS *Jornal Folha de Caxias*, 28 ago. 1955.

⁴⁵³ SERÁ NA FAZENDA S. BENTO, O PATRONATO DE MENORES ABANDONADOS *Jornal Folha de Caxias*, 28 ago. 1955.

⁴⁵⁴ ULTRAJE À CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. *Jornal Folha de Caxias*, 11 set. 1955.

⁴⁵⁵ REUNIU-SE A A. B. M. *Jornal Folha de Caxias*, 4 dez. 1955.

⁴⁵⁶ REUNIU-SE A A. B. M. *Jornal Folha de Caxias*, 4 dez. 1955.

⁴⁵⁷ COM O GOVERNADOR A DIRETORIA DA ABM. *Jornal Folha de Caxias*, 15 jan. 1956.

⁴⁵⁸ A ABM COM AMARAL E O GOVERNADOR. *Jornal Folha de Caxias*, 2-3 mar. 1956.

quando fomos informados de que o Sr. Levi Miranda participou à diretoria da Associação Beneficente de Menores a cessão de uma área de terra da ‘Cidade dos Meninos’.”⁴⁵⁹

Noutra reportagem,⁴⁶⁰ uma comissão da diretoria da ABM foi à Cidade dos Meninos para a escolha do terreno em que seria construído o instituto para, posteriormente, comunicar ao Sr. Levi Miranda. Assim, meses depois, a doação era confirmada pelo bispo [1956] numa de suas entrevistas em que sinalizava que “o empreendimento de tamanho vulto” seria instalado no Pilar e “em terras que pertencem à Cidade dos Meninos e que já foram generosamente doadas pelo magnânimo Diretor daquela instituição, o nosso prezado amigo Dr. Levi Miranda”.⁴⁶¹ Porém, em [1956] ainda, diante da inviabilidade da construção na Cidade dos Meninos, a outra possibilidade foi a desapropriação de um terreno em Jardim Primavera, através do Decreto nº 177 por parte da Prefeitura de 12 de agosto de 1956.⁴⁶² No Histórico da ABM de 1956, foi registrado que:

Um esforço imenso foi aplicado na aquisição de um terreno para a construção do IPS José. Depois de se recorrer a diversas instituições, depois de vencerem-se muitas dificuldades, conseguiu-se que o Prefeito Municipal desapropriasse, por deliberação de 24 de julho de 1956, um terreno de 66.000m², perfeitamente adequado à finalidade, para nele ser levantado o instituto que irá recolher os menores abandonados. A pedra fundamental foi colocada no dia 25 de agosto, presente as autoridades municipais e o Governador do Estado. Não se iniciaram ainda as obras devido às formalidades jurídicas da desapropriação que ainda perduram.⁴⁶³

Dessa maneira, em 1956, um ano após o seu nascimento, foi lançada a pedra angular no bairro de Jardim Primavera, em Duque de Caxias, com a presença do governador Miguel Couto.⁴⁶⁴ No lançamento da pedra fundamental, o jornal deu destaque à iniciativa e relatava que, entre os agentes da sociedade política e civil que acompanharam o governador daquele período, Miguel Couto, apareceram aqueles que atuaram nesse início da ABM, como o prefeito (Francisco Corrêa), o juiz de direito (Hélio Albernaz), o deputado (Carlos do Sá Rêgo), o presidente da Associação Comercial e Mariano Sendra. Foi destaque ainda, a

⁴⁵⁹ A ABM COM AMARAL E O GOVERNADOR. *Jornal Folha de Caxias* 2-3 mar. 1956.

⁴⁶⁰ ESCOLHIDO O TERRENO PARA A SEDE DO PATRONATO DE MENORES. *Jornal Folha de Caxias* 18-19 mar. 1956.

⁴⁶¹ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias*. 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

⁴⁶² Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 074, caixa 003, 1956; Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, , sem assinatura, PSB 340.1, caixa 005, 1956.

⁴⁶³ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão (Vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1956.

⁴⁶⁴ OS PASSOS DO GOVERNADOR EM DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade*, 30 ago. 1956; PREPARA-SE O PAÍS PARA COMEMORAÇÕES DA SEMANA DE CAXIAS. *Jornal Diário Carioca* 21 ago. 1956.

presença do representante do Ministério da Guerra. O almoço foi servido na Associação Comercial com um longo discurso de Tenório Cavalcanti, que foi considerado pelo jornal como “comportado”, uma vez que o mesmo era contrário ao governador. Sobre a fala de Tenório ainda, foi descrito que o referido político citou o filósofo Tácito e com um tom crítico — que era uma de suas características — mas não tenham sido apresentadas as críticas feitas por ele nessa reportagem.⁴⁶⁵

Foi registrada ainda a passagem do governador pelo Fórum, recebido com pétalas de flores e com a reivindicação de melhores instalações para o funcionamento do mesmo. O governador estava acompanhado de quase todos os vereadores, “inclusive do PTB”; o destaque dado a essa informação foi feito pelo próprio jornal. Inauguraram escola, ambulatório, praça e em Jardim Primavera, foi lançada a pedra angular da Associação Beneficente de Menores como último feito do dia, onde o governador afirmou que “o programa não poderia ser melhor encerrado com uma solenidade que marcará a redenção da infância abandonada de Duque de Caxias”. O governador proferiu ainda que, da vez seguinte, esperava inaugurar a sede pronta, enquanto o jornal reafirmava que “...Associação de Beneficente de Menores,[foi uma] campanha iniciada por êste jornal”.⁴⁶⁶ Apesar de todos os contatos com as diferentes autoridades para que o Patronato funcionasse na Cidade dos Meninos, isso não ocorreu. Assim, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias fez a tentativa de desapropriação de um terreno, como podemos perceber através dos decretos publicados no Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias de, 29 de julho de 1956,⁴⁶⁷ de 12 de agosto de 1956⁴⁶⁸ e de 5 de setembro de 1956,⁴⁶⁹ na esperança de que o terreno fosse desapropriado. Isso não aconteceu e no relatório de 1957, foi constatado que:

Muita atividade foi desenvolvida no que toca ao acompanhamento do processo de desapropriação do terreno do ‘Sítio da Pinta’ (Deliberação 177, de 24/7/56) onde seria localizado o Patronato, não podendo ainda êsse terreno ser aproveitado devido ao fato de os seus supostos proprietários não terem entrado em acôrdo com a Instituição. O processo corre no momento no Tribunal de Justiça, pois recorreram aquêles da sentença do Juiz de Caxias, no que toca ao preço do terreno.⁴⁷⁰

Diante dessa nova negativa, a outra iniciativa partiu novamente da Prefeitura Municipal, que autorizou a doação de um sobrado e duas áreas de terra, situadas no Parque Beira Mar, no primeiro distrito do município. O documento registrava que era “para o fim de

⁴⁶⁵ OS PASSOS DO GOVERNADOR EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade*, 30 ago. 1956.

⁴⁶⁶ OS PASSOS DO GOVERNADOR EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade*, 30 ago. 1956.

⁴⁶⁷ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 340.1, caixa 005, 1956.

⁴⁶⁸ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, PSB 341.2, caixa 005, 1956.

⁴⁶⁹ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, PSB 342.3, caixa 005, 1956.

⁴⁷⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão, PSB 083.1, caixa 003, 1957.

ser construído um Patronato de Menores”.⁴⁷¹ Em novembro de 1957, a ABM pagou por três cópias heliográficas do terreno, no Parque Beira Mar.⁴⁷² Outros investimentos foram feitos pela ABM no mesmo, como a perfuração de um poço,⁴⁷³ elaboração de uma planta do “Patronato São José”,⁴⁷⁴ pagamento de transporte à área para localização e demarcação do local onde seria construída a sede,⁴⁷⁵ pagamento de uma corrida ao espaço para acompanhar a obra⁴⁷⁶ e pagamento à Engenharia e Terraplanagem Vieira & Cia Ltda por serviços realizados no terreno doado.⁴⁷⁷ Não identificamos nos documentos o motivo pelos quais os investimentos na área doada pela Prefeitura cessaram, nem o destino dado às referidas terras.

No relatório de 1959 constava que,⁴⁷⁸ “o expediente que era na Casa São José passou a ser na Fazenda São Bento a partir de fevereiro e deixou de existir a Casa São José”. Desde o meado de 1958, eram feitos reparos na Fazenda São Bento e no meado de 1959, foi o momento em que se concretizou o espaço de internamento. Nesse processo de obtenção desse espaço, foi fundamental o contrato de comodato,⁴⁷⁹ firmado com o INIC em que constava:

Primeiro ASSISTÊNCIA À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - que, através do Termo lavrado às fls. 3 v. a 5, do livro nº 1, de Têrmos Imobiliários de sua Divisão Patrimonial, o outorgante, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, concedeu à outorgada, Mitra Diocesana de Petrópolis, sob regime de comodato, dois prédios de sua propriedade, situados no Núcleo Colonial São Bento, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, conhecidos como “Igreja” e “Mosteiro” de São Bento.⁴⁸⁰

Em vista disso, finalmente, a sede da ABM e do Patronato São Bento foram estabelecidos em terras do Núcleo Colonial São Bento, cedidas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) à Mitra Diocesana de Petrópolis, de acordo com o comodato de 100 anos, conforme escritura lavrada a 22 de julho de 1958.⁴⁸¹ A solicitação para que o Patronato funcionasse nesse território foi feita no ano de 1957, através de ofício, em papel timbrado com

⁴⁷¹ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 346.2, caixa 005, 1957.

⁴⁷² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.100, caixa 001, 1957.

⁴⁷³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.132, caixa 001, 1958.

⁴⁷⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.163, caixa 001, 1958.

⁴⁷⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.131, caixa 001, 1958.

⁴⁷⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.139, caixa 001, 1958.

⁴⁷⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.150, caixa 001, 1958.

⁴⁷⁸ Relatório das atividades da ABM durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão Moura (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁴⁷⁹ Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Termo de Contrato do Comodato, assinado por Zeferino Vézio Lothário Contrucci e Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra, PSB 111.1, caixa 003, 1960.

⁴⁸⁰ Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Termo de Contrato do Comodato, assinado por Zeferino Vézio Lothário Contrucci e Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra, PSB 111.1, caixa 003, 1960, grifos do autor.

⁴⁸¹ Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Termo de Contrato do Comodato,, assinado por Walter Cechella, PSB 094.1, caixa 003, 1958.

identificação da Igreja Imaculada Conceição, localizada na Cidade dos Meninos, lugar onde D. Odilão Moura atuava como capelão:

Encaminhamos em 18 de abril de 1955 um ofício à Presidência do INIC, no qual, na qualidade de Procurador da Mitra de Petrópolis, solicitávamos a transferência da Igreja e do Mosteiro, situados no Núcleo Colonial S. Bento, para a Diocese de Petrópolis, protocolado sob o nº 4.678/55 e, naquele Núcleo, sob o nº 216/55. O presente ofício tem por finalidade completar aquele, solicitando um acréscimo de área, pelas razões infra expostas; sugerindo as condições de transferência; apresentando o levantamento topográfico da dita área com a localização do edifício.⁴⁸²

Nesse mesmo documento, percebemos que havia a solicitação de outros prédios, além da igreja, para o funcionamento de uma atividade de assistência social. Podemos constatar que no ofício de 1955, citado no documento, não havia a intenção de que a obra assistencial funcionasse nesse espaço que confirma o que foi apresentado anteriormente, de acordo com a imprensa. Por esse motivo, foi solicitado apenas o prédio da igreja.

1-Pela planta anexa poder-se-á verificar a situação da Igreja e do Mosteiro, que formam um só edifício em três alas, razão esta que nos leva a solicitar de Va. Excia. não só a Igreja, mas também o Mosteiro. Assim a Igreja seria utilizada para a função religiosa a que é destinada, e o resto do edifício para finalidades de assistência social, inseparável que é esta de todo apostolado católico hodierno.⁴⁸³

Logo em seguida, foi apresentado o motivo pelo qual era feita a solicitação:

2-Como o problema de menores abandonados vem cada vez mais se apresentando em proporções alarmantes no Município de Duque de Caxias, fruto que é de um complexo de problemas sociais dêste município, único talvez na nação, as autoridades municipais juntamente com a Igreja fundaram uma sociedade cuja finalidade seria justamente enfrentar o problema de menores abandonados.⁴⁸⁴

Além de esclarecer a ligação estabelecida entre a ABM e a igreja, foi apresentado também a que se destinava a obra e os problemas financeiros enfrentados pela mesma:

[...] Pelos capítulos II e VI dêstes Estatutos fica esclarecida a ligação jurídica entre a ABM e a Igreja Católica.

3-Determinam os citados Estatutos que se construa uma escola para internação de menores abandonados, [...] escola de formação profissional. Ora, transferindo o INIC a Igreja e o Mosteiro de S. Bento para a Mitra de Petrópolis, seria parte do edifício, isto é, o Mosteiro, destinado àquele educandário. Construir-se-ia na área posterior, como se pode ver na planta, um refeitório e um dormitório, ficando assim completo o necessário para uma escola de internação. Tal solução é econômica e de mais apressada conclusão, já que luta a A.B.M. com dificuldades financeiras e enfrenta problemas que exigem soluções urgentes. Tão já entregue o INIC o edifício e a área pedidos, começar-se-á a construção projetada.⁴⁸⁵

⁴⁸² Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

⁴⁸³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

⁴⁸⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

⁴⁸⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

Na conclusão do documento, foi pedido para que a administração do Núcleo Colonial, que utilizava o espaço, fosse desalojada para que pudesse ser atendida a solicitação:

5-Tomamos outrossim a liberdade de sugerir que se transfira a Igreja, o Mosteiro e a área delimitada, por doação, para a Mitra de Petrópolis, de acôrdo com o art. 33 §único do Regulamento do INIC, conforme a finalidade prevista, desocupando a Administração do Núcleo Colonial S. Bento os compartimentos do Mosteiro por partes, dentro do prazo que Va. Excia. houver por bem determinar, permitindo que se vão ocupando as partes livres e se inicie, imediatamente após os términos das formalidades jurídicas...⁴⁸⁶

Após esse pedido, no ano de 1958, foi concretizado em sistema de comodato, a cessão da utilização dos prédios solicitados, como podemos notar:

Têrmo de comodato de dois prédios e respectivo terreno, no Núcleo Colonial São Bento, Município de Duque de Caxias de propriedade do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que os empresta, gratuitamente, à Mitra Diocesana de Petrópolis, conforme Processo INIC nº 4678/55.

[...]

Outorgada donatária, digo, comodatária, a Mitra Diocesana de Petrópolis, representada pelo seu Bispo Diocesano, D. Manoel Pedro da Cunha Cintra...

[...]

PRIMEIRO – que o Instituto outorgante é senhor e legítimo possuidor dos prédios conhecidos como Mosteiro e Igreja de São Bento situados na sede do Núcleo Colonial de São Bento, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, imóveis êstes havidos pelo outorgante do disposto no artigo 7º da Lei nº 2163 (dois mil cento e sessenta e três) de 5 de janeiro de 1954;

[...]

QUARTO – que a comodatária se obriga a não demolir, destruir, mutilar ou alterar os imóveis dados em comodato, que manterá em perfeito estado de conservação, bem como a, sem licença prévia do D.P.H.A.N. , não repará-los, pintá-los ou restaurá-los, do mesmo modo como também se obriga a não fazer, num raio mínimo de cem metros das edificações tombadas, sem aquela prévia autorização, qualquer construção ou inovação que lhes reduza ou impeça a visibilidade e ambientação a critério exclusivo da referida Diretoria, nem nêles colocar anúncios ou cartazes, sob pena de restituir ao estado anterior e rescisão, de pleno direito, do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem prejuízo das sanções cominadas [sic] no Decreto-lei nº 25 (vinte e cinco), de 30 de novembro de 1937;⁴⁸⁷

Quanto à possibilidade de construção de outros prédios para atender alguma necessidade da instituição, foi registrado que deveria ser respeitado o limite de cem metros ao redor dos prédios, por serem tombados pelo Patrimônio Histórico. O relatório de 1959⁴⁸⁸ explicava que o prédio que seria ocupado pelos meninos, era um monumento tombado, adaptado e restaurado em colaboração com o Serviço de Patrimônio Nacional (SPHAN). O mesmo registrava que as obras de adaptação tinham sido terminadas em junho daquele ano, mas havia uma obra grande de restauração que deveria ser feita pelo SPHAN, começando pela

⁴⁸⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

⁴⁸⁷ Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Têrmo de Contrato do Comodato., assinado por Walter Cechella, PSB 094.1, caixa 003, 1958.

⁴⁸⁸ Relatório das atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

varanda lateral. Todo esse processo de intitucionalização, de luta pelo espaço da sede, de formulação e reformulação de estatuto apresentou os agentes e as relações estabelecidas por esse equipamento, da mesma maneira em que pudemos perceber a forma com que a Igreja, que não estava na organização inicial, tornou-se pilar fundamental na condução, uma vez que a obra assistencial de internamento, que era o objetivo central da ABM, foi dirigida pelo sacerdote vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana, Dom Odilão. Mas, paralelo a todo esse processo que foi apresentado, não podemos descartar outra questão fundamental para o Patronato São Bento, que foi o financiamento, preocupação apresentada desde a primeira reunião das autoridades e que retrataremos a seguir.

3.3 O Financiamento da Obra Assistencial

Como foi relatado anteriormente, o Patronato surgiu da Campanha instituída pelo o Jornal *Folha da Cidade*. Esse mesmo jornal lançou a Campanha Financeira para que o espaço de internamento se concretizasse. Assim, trazemos uma matéria em que constava os detalhes de como seria organizada a mesma:

1º) – Feitura de 20.000 cartões, que deverão ser entregues às professoras para distribuição aos alunos, que por sua vez trabalharão no sentido de que cada cartão seja furado 50 vezes, à razão de Cr\$ 0,50 por cada furo. Os cartões serão fornecidos pela FOLHA DE CAXIAS; 2º) – Livro de Ouro em que deverão assinar as autoridades federais, estaduais e municipais, o comércio e a indústria; 3º) – Coleta de contribuições nas portas das Igrejas, Roletas de trens, saída de trens, pontos de ônibus e lotações; feitura de sacolas apropriadas. Convite às Filhas de Maria para prestarem colaboração; 4º) – Promover festivais, convidando artistas de rádio, com entrada paga; 5º) – Bandos precatórios para percorrerem os campos desportivos, Feira, etc., fazendo uso de uma bandeira, a fim de angariar donativos; 6º) – Estabelecer mensalidade mínima, mensal e anual, para os sócios; 7º) – Providenciar bingos de objetos de utilidade doméstica; 8º) – Proceder à feitura de cartazes com frases soltas e distribuir pela cidade e subúrbios; 9º) – Colocação de caixas coletoras nas barreiras, com auxílio dos guardas de trânsito, nos consultórios médicos-dentários, Prefeitura, Bancos, Coletorias, Cartórios, etc...⁴⁸⁹

Cabe evidenciar que esses cartões seriam furados e distribuídos pelas professoras municipais, enquanto o jornal ficaria responsável por sua impressão. Havia a informação de que o Sr. Gilson Ferro seria substituído pelo Sr. Mariano Sendra, além da relação nominal dos presentes nessa reunião. Noutra matéria no mesmo mês, foi destinado um período de início da campanha, que seria no dia 28 de abril e com solenidade no dia 29, na Associação Comercial com alunos da Professora Marina e uma cantora do Teatro Municipal.⁴⁹⁰

Diante da Campanha Financeira lançada pelo jornal em prol do Patronato, diferentes ações foram empreendidas para arrecadar dinheiro. No período em que atuou a instituição, isso foi possível verificar, através de alguns registros do Acervo do Patronato. Dessa maneira, descrevemos algumas referentes aos anos de 1956. As arrecadações foram provenientes de festa realizada no Núcleo São Bento⁴⁹¹ em junho, ação cinematográfica,⁴⁹² contribuições das escolas municipais,⁴⁹³ Escola São Bento,⁴⁹⁴ Colégio Santo Antônio,⁴⁹⁵ desfile infantil na

⁴⁸⁹ INÍCIO DE GRANDE CAMPANHA FINANCEIRA PARA AMPARO AO MENOR ABANDONADO. Jornal *Folha de Caxias* 8-9 abr. 1956.

⁴⁹⁰ DIA 28 O INÍCIO DA GRANDE CAMPANHA EM BENEFÍCIO DO MENOR ABANDONADO. Jornal *Folha de Caxias*, 15-16 abr. 1956.

⁴⁹¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.1/12, caixa 001, 1956.

⁴⁹² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.1, caixa 001, 1956.

⁴⁹³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.3, caixa 001, 1956.

⁴⁹⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.3, caixa 001, 1956.

⁴⁹⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.3, caixa 001, 1956.

Associação Comercial,⁴⁹⁶ show artístico no Cine Clube de Campos Elíseos,⁴⁹⁷ rifa promovida pela Congregação Mariana e Prof^a Regina Sampaio,⁴⁹⁸ rifa sem identificação da procedência,⁴⁹⁹ amistoso entre Vasco Futebol Clube e R Machado Futebol Clube,⁵⁰⁰ cotas por parte de Dr Gastão Glicério Gouveia Reis⁵⁰¹ e exploração de lenha.⁵⁰²

No ano de 1957, foram registradas as arrecadações provenientes da exploração da lenha,⁵⁰³ de um show,⁵⁰⁴ da cota de Dr. Gastão Reis,⁵⁰⁵ da coleta de papéis⁵⁰⁶ e da irmandade Nossa Senhora do Pilar.⁵⁰⁷ Ao compararmos as doações de 1956 com o ano seguinte, notamos que diminuíram as ações de grupos e a contribuição do Dr. Gastão Reis, que doava um valor muito alto em relação às demais contribuições individuais. A mesma era identificada no livro-caixa como cotas. Apesar da diminuição das contribuições a partir das ações de grupos, notamos um crescimento das contribuições individual e mensal, além da doação de empresas, inclusive estabelecimentos de grande porte na cidade. Nos anos seguintes, 1958 e 1959, apareceram menos doações a partir de iniciativas de grupos.

A ação conhecida como Livro de Ouro, em que as pessoas ou as instituições contribuía de acordo com suas posses, sem ter um valor determinado, foi também divulgada pelo jornal. Essa matéria,⁵⁰⁸ para arrecadação de dinheiro para a ABM, ocupou a primeira página e apresentou mais duas agentes: uma que atuava a frente da educação no município, que era Regina Tescardo,⁵⁰⁹ e a outra, Ruth Coutinho.⁵¹⁰ Ambas eram responsáveis por passar o caderno entre os comerciantes e os industriais locais. No livro-caixa ainda, houve o registro de “esmolas a menores”.⁵¹¹ Acreditamos que dizia respeito às caixas coletoras que seriam espalhadas pelo município, descritas na reportagem anterior.⁵¹² Essas ações foram descritas nos respectivos anos de outubro de 1958,⁵¹³ dezembro de 1958⁵¹⁴ e janeiro de 1959.⁵¹⁵

⁴⁹⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.6/8, caixa 001, 1956.

⁴⁹⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.6/8, caixa 001, 1956.

⁴⁹⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.15, caixa 001, 1956.

⁴⁹⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.16/18, caixa 001, 1956.

⁵⁰⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.27, caixa 001, 1956.

⁵⁰¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.30/39, caixa 001, 1956.

⁵⁰² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.38, caixa 001, 1956.

⁵⁰³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.46, caixa 001, 1957.

⁵⁰⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.52, caixa 001, 1957.

⁵⁰⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.55/77/84/85/93/99/110, caixa 001, 1957.

⁵⁰⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.82, caixa 001, 1957.

⁵⁰⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.88, caixa 001, 1957.

⁵⁰⁸ VAI CORRER O LIVRO DE OURO DA ABM. Jornal *Folha da Cidade*, 2-3 set. 1956.

⁵⁰⁹ Era professora do município de Duque de Caxias e na década de 1950 foi Inspectora de Ensino.

⁵¹⁰ Foi professora no município de Duque de Caxias.

⁵¹¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.165/170/184/193, caixa 001, 1958; . Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.184/193, caixa 001, 1959.

⁵¹² INÍCIO DE GRANDE CAMPANHA FINANCEIRA PARA AMPARO AO MENOR ABANDONADO. VAI CORRER. Jornal *Folha de Caxias*, 8-9 abr. 1956.

⁵¹³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.170, caixa 001, 1958.

O acervo documental do Patronato permite acompanhar as lutas pelo financiamento da instituição e as vinculações do orçamento com agências municipais, estaduais e federais, assim como conhecer no que era empregado o orçamento da instituição.

O ano inicial das atividades da ABM foi um ano de contribuições e de ações muito diversificadas, que resultaram na seguinte observação no Histórico de 1956:

Quanto ao aspecto financeiro, a ABM vai bem, pois além do depósito de perto de Cr\$ 800.000,00 que tem nos cofres da Prefeitura provenientes do sêlo de diversões, quantia que será aplicada no pagamento do terreno desapropriado pela Prefeitura, conforme decisão do Prefeito, deve receber do Estado Cr\$ 400.000,00, verba conseguida pelo deputado Sá Rêgo, e do Governo Federal Cr\$ 150.000,00, verba conseguida por diversos deputados. Da quantia arrecadada da Campanha Financeira, que atingiu a Cr\$ 200.000,00 descontados os gastos mensais, há nos bancos a quantia de Cr\$ 150.000,00. Mensalmente o Tesoureiro da Associação vem publicando os balancetes, o que tem permitido à associação gozar de grande confiança na sociedade caxiense. Inúmeras foram as reuniões da Diretoria e inúmeras as viagens em prol da Campanha Financeira. Vê-se daí que no primeiro ano de existência a ABM teve os seus trabalhos coroados de êxito.⁵¹⁶

Todo esse processo contribuiu para que a instituição estabelecesse um espaço de internamento para os “menores”, assim como a atuação de seus agentes foi crucial para que pudessem conseguir as subvenções públicas, atreladas à contribuição privada de inúmeros agentes. Percebemos isso no Relatório de 1957, assinado por Dom Odilão, que informava sobre o início, foi “um trabalho intenso para recolhimento de verbas federais e estaduais, com que fora contemplada, já por pedidos, já por contactos pessoais com as respectivas autoridades”,⁵¹⁷ como também havia a doação de diversos particulares mediante a Campanha Financeira que o jornal instituiu, para a construção do Patronato.

Quanto às verbas federais, ainda em 1940, a partir do Decreto-Lei nº 2024, de 17 de fevereiro, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, como um mecanismo de organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência nacional. No artigo 5, pelo “problema social” atribuído aos grupos que deveriam ser protegidos, era vinculada a concessão de “auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições de caráter privado para a manutenção e desenvolvimento de serviços dirigidos a esta população, bem como fiscalizar a execução dos mesmos” (RIZZINI, 1995, p. 289). Em 1942, por falta de recursos, o DNCr foi associado à LBA. A LBA, por sua vez, recebia receita própria “advinda de contribuições compulsórias dos trabalhadores sindicalizados e vinculada à ‘autoridade moral’ da primeira dama”, para assistir aos grupos já

⁵¹⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.177, caixa 001, 1958.

⁵¹⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.184, caixa 001, 1959.

⁵¹⁶ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084.2, caixa 003, 1956.

⁵¹⁷ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão (Do Conselho Social da ABM), PSB 83.1, caixa 003, 1958.

citados anteriormente e categorizados como uma “população economicamente desajustada” (RIZZINI, 1995, p. 289).

É nesse cenário de investimentos e de subvenções em instituições privadas que a ABM, no momento de sua institucionalização, recorreu ao DNCr para que, em cooperação com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), pudesse financiar a “escola-internato” dos meninos. Então, em dezembro de 1955, no mês seguinte de sua criação, a ABM recebeu um documento intitulado de Instrução,⁵¹⁸ do próprio DNCr e assinado por Getúlio de Lima Júnior, em que demarcava as normas para que as obras sociais, submetidas ao referido departamento, pudessem ter a cooperação financeira da LBA. Era o DNCr, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, que concedia as subvenções aos Estados e as instituições privadas, mas por falta de recurso próprio, associou-se à LBA (RIZZINI, 1995). O primeiro critério que constava no referido documento recebido pela ABM, do DNCr é de que a obra social deveria ter uma “atuação em benefício das comunidades brasileiras”.⁵¹⁹ Havia a indicação de que “as subvenções e auxílios da LBA às obras alheias”,⁵²⁰ no caso para a ABM, seriam concedidas mediante alguns compromissos, como “ostentar”⁵²¹ uma placa em lugar visível com a seguinte sentença: “A LBA coopera com esta instituição”.⁵²²

A ABM deveria aceitar a colaboração técnica da LBA com visitas periódicas, fornecer dados estatísticos e financeiros semestralmente. Os pedidos de subvenção deveriam ser encaminhados pelo responsável da comissão estadual ou territorial. As subvenções poderiam ser utilizadas nas construções de espaços, sob o regime de pagamento “per capita” e todo o pedido de subvenção deveria ter um questionário preenchido por assistente social. As instituições deveriam ser regulares com comprovação, através do estatuto autenticado e da certidão de registro de pessoa jurídica. Os auxílios destinados para as obras e a aquisição de equipamento teriam um limite para concessão. Para a construção de espaços próprios, os pedidos deveriam ser acompanhados de uma planta baixa do terreno, com orçamento da

⁵¹⁸ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1-3, caixa 002, 1955.

⁵¹⁹ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1, caixa 002, 1955.

⁵²⁰ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1, caixa 002, 1955.

⁵²¹ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1, caixa 002, 1955.

⁵²² DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1, caixa 002, 1955.

construção, a lista do material necessário com o preço unitário e a coleta de preços em três lugares diferentes.⁵²³

Esse documento, intitulado “Instrução”, estabelecia ainda que “as subvenções e auxílios concedidos pela LBA terão sempre o caráter precário ou provisório, arrogando-se esta o direito de interrupção a qualquer tempo”.⁵²⁴ Esse caráter “precário ou provisório” e o “direito de interrupção” foram experimentados pela instituição em alguns momentos, durante sua trajetória e dos acordos firmados com a LBA. Dom Odilão era enfático na tarefa de conseguir financiamento: “Mais uma vez recorro ao seu bondoso coração, no sentido de socorrer os nossos menores”.⁵²⁵ Nesse documento, o pedido foi feito à D. Maria da Glória, esposa do governador eleito do estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto (1955-1958). Esse pedido consistia na intervenção da referida senhora pela obra que estava no processo inicial de institucionalização, que correspondia às atividades realizadas com os “menores trabalhadores de rua”.⁵²⁶ Apesar da demora, a ABM recebeu o referido recurso. Percebemos assim, que desde o início da ABM, a LBA destinou subvenções para suas ações até a mesma concretizar seu objetivo principal, que era a criação de um patronato.⁵²⁷ O mesmo ocorreu no período em que a instituição manteve a “escola-internato”.

Desde o início da ABM, em 1957, a mesma foi “contemplada no Orçamento Geral da União para 1956, pelo Ministério da Justiça”.⁵²⁸ Nesse mesmo documento, constava a lista dos itens necessários para obtenção de verbas, tais como: requerimento, duas vias do plano de aplicação, Estatuto autenticado, certidão de registro e atestado regular de funcionamento, com os nomes dos membros da direção, além de ser firmado pelo prefeito local e juiz de direito. Junto a essas orientações, ofereciam um serviço especializado de escritório para recebimento de subvenções federais, que representava milhares de entidades no país, segundo o documento. No atestado⁵²⁹ exigido para obtenção de verbas do ano de 1957, havia a referência ao amplo terreno que seria desapropriado pela Prefeitura de Duque de Caxias, assim como a evidência de que o auxílio recebido como “subvenção extraordinária” não seria suficiente para que a instituição continuasse e ampliasse sua atuação aos quinhentos

⁵²³ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1-3, caixa 002, 1955.

⁵²⁴ DEPARTAMENTO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA – Instrução nº1/55, Getúlio de Lima Júnior, PSB 002.1-3, caixa 002, 1955.

⁵²⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 022, caixa 002, 1958.

⁵²⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 022, caixa 002, 1958.

⁵²⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 040, 1959.

⁵²⁸ Auxílios/Subvenções, assinado por Fernando Fernandez Vieira, PSB 284, caixa 004, 1957.

⁵²⁹ Atestado, PSB 017, assinado por Hélio Albernaz Alve, caixa 002, 1957.

“menores”. Esse atestado era assinado pelo juiz de direito da comarca, Dr. Hélio Albernaz Alves.

Em 1957, o atual presidente da ABM, Francisco Corrêa, solicitava ao Ministério da Justiça que pagasse outra subvenção extraordinária da lei orçamentária nº 2665, e declarava que a instituição tinha o registro no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Nesse mesmo ano, recebeu um telegrama⁵³⁰ que informava os créditos concedidos de acordo com a execução orçamentária do Ministério. Em 1958, no Ofício Expedido pelo presidente da ABM, Francisco Corrêa, foi solicitado o pagamento da verba do ano anterior,⁵³¹ concedida pelo mesmo Ministério e, no mês seguinte, havia uma declaração que informava o pagamento da subvenção ordinária “referente ao ano de 1957 em virtude do atraso verificado no recebimento da subvenção”.⁵³² Em 1958 ainda, havia outro documento com instruções⁵³³ para obter subvenções extraordinárias e ofício,⁵³⁴ que apresentava o balancete do ano anterior para liberação do pagamento da subvenção ordinária, de acordo com a Lei nº 3327-A. No ano seguinte, outro ofício⁵³⁵ apresentava o relatório e o balancete do ano anterior, para fosse liberada outra verba ordinária. A ABM, através do seu presidente, Dr. Jorge Armênio, pedia ao Ministro da Justiça que fizesse o pagamento da verba extraordinária.⁵³⁶ Identificamos que desde o início da ABM, a mesma era subvencionada pelo Ministério da Justiça.

Para que a ABM tivesse a concessão de subvenção da LBA e do Ministério da Justiça,⁵³⁷ era necessário que conseguisse um registro no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS),⁵³⁸ do Ministério da Educação e Cultura, através da Lei nº 2493, de 13 de dezembro de 1951. Em maio de 1957, a ABM enviou um ofício⁵³⁹ e solicitou o registro da personalidade jurídica da ABM junto ao CNSS. Mas, em setembro do mesmo ano, a instituição teve seu pedido negado por questões referentes ao reconhecimento de firma, que deveria ser modificado.⁵⁴⁰ No Relatório do mesmo ano, a ABM comunicava que estava

⁵³⁰ Telegrama, enviado por Jacyra Figueiredo (Chefe da Seção de Controle e Execução Orçamentária – Divisão Orçamento do Ministério da Justiça, PSB 007, caixa 002, 1957.

⁵³¹ Ofício Expedido, assinado por Francisco Corrêa, PSB 023, caixa 002, 1958.

⁵³² Declaração, assinada por Mariano Sendra dos Santos (tesoureiro), PSB 024, caixa 002, 1958.

⁵³³ Instruções para requerer o pagamento do auxílio concedido pelo Ministério da Justiça, se assinatura, PSB 032, caixa 002, s/d.

⁵³⁴ Ofício Expedido, assinado pelo Francisco Corrêa, PSB 025.1, caixa 002, 1958.

⁵³⁵ Ofício Expedido, assinado pelo Dr. Jorge Armênio, PSB 041, caixa 002, 1959.

⁵³⁶ Ofício Expedido, assinado pelo Dr. Jorge Armênio, PSB 042, caixa 002, 1959.

⁵³⁷ Auxílios/Subvenções, assinado por Fernando Fernandez Vieira, PSB 284/285, caixa 004, 1957.

⁵³⁸ Instruções para o pedido de registro no Conselho Nacional de Serviço Social, sem assinatura, PSB 005, caixa 002, sem data.

⁵³⁹ Ofício Expedido, assinado pelo presidente Francisco Corrêa, PSB 012, caixa 002, 1957.

⁵⁴⁰ Ofício Expedido, assinado pelo presidente Francisco Corrêa, PSB 018, caixa 002, 1957.

registrada no Conselho Nacional e no Conselho Estadual do Serviço Social,⁵⁴¹ além de sinalizar que tal feito permitiria que as verbas fossem liberadas até o final do ano.

Entre as agências que contribuíram para a institucionalização da ABM e, conseqüentemente do Patronato São Bento, citamos a LBA, criada nacionalmente no ano de 1940, como o DNCr. Em 1946, passou por uma reestruturação com a construção de um novo regimento, na tentativa de uniformizar seus atos diante das comissões estaduais (RIZZINI, 1995). Em nosso território, a referida instituição teve como um dos seus agentes, Dom Odilão, que foi presidente da LBA em Duque de Caxias de 1961 a 1964, mesmo período em que atuou como diretor do Patronato São Bento, após ter sido capelão da Cidade dos Meninos (1948-1962). As informações de sua atuação, enquanto presidente do Patronato e capelão da Cidade dos Meninos, foram retiradas do currículo do próprio padre, que está salvaguardado pelo arquivo do Mosteiro São Bento.⁵⁴² Apontamos essa atuação de Dom Odilão como conselheiro, ainda em 1959, diante dos inúmeros ofícios solicitados por ele para internação de “menores” no Patronato São Bento.⁵⁴³ Cabe lembrar que na LBA, havia comissões em nível nacional, territorial, estadual e municipal. Nesse sentido, a atuação de Dom Odilão na LBA foi no âmbito municipal.

As interrupções no repasse do auxílio aconteceram pelos inúmeros problemas que a LBA enfrentou, como o desvio de verbas. Desde o início, notamos a insistência em relação ao pagamento de subvenções, que já haviam sido liberadas e não eram pagas no tempo esperado.⁵⁴⁴ Identificamos no mês de junho de 1959, o recebimento de um telegrama⁵⁴⁵ e a solicitação de alguns documentos, como o atestado e a entidade estar registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Para que o Patronato iniciasse o seu funcionamento, constava no relatório de 1959⁵⁴⁶ que a LBA forneceu cama, lençol, toalha, bandeja de refeição, talher,

⁵⁴¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinada por Dom Odilão Moura (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

⁵⁴² O currículo original de Dom Odilão se encontra no arquivo do Mosteiro São Bento, localizado na Rua Dom Gerardo, nº 68 – Centro, Rio de Janeiro. O CEPEMHed tem uma cópia do mesmo nos seus arquivos.

⁵⁴³ Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 047, caixa 002, 1959;; Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 049, caixa 002, 1959; Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 050, caixa 002, 1959; Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 051, caixa 002, 1959; Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 052, caixa 002, 1959; Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura (Presidente da Comissão Municipal), PSB 181, caixa 002, 1959;

⁵⁴⁴ Ofício Expedido, assinado por Dr. Jorge Armênio, PSB 046, caixa 002, 1959; Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 058, caixa 002, 1959.

⁵⁴⁵ Telegrama, enviado pelo Orçamento Geral da União, PSB 038, caixa 002, 1958.

⁵⁴⁶ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por D. Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

caldeirão, caneca, assistência médica e dentária, além de custear vinte e cinco alunos nesse período.

Embora a LBA tivesse fornecido todos esses utensílios e essas ações necessárias para que o Patronato iniciasse o seu funcionamento, ainda não havia um convênio estabelecido com a ABM, de acordo com o ofício expedido em 1960.⁵⁴⁷ O ofício relatava que havia uma conversa do setor administrativo da LBA com a ABM, para que fossem atendidas vinte e cinco famílias que haviam sido “desajustadas pelas enchentes do Mangue de Caxias, residentes na Vila São José”. Dizia ainda que haviam recebido “menores” para uma colônia de férias na Fazenda São Bento, por dois meses, e que tinham setenta menores internados pela LBA com o sistema de “per capita”. Havia um trabalho sendo desenvolvido junto da LBA, com a aplicação de verbas por parte da mesma, mas não havia um convênio firmado entre as duas instituições.

Com o passar do tempo isso foi modificado, porque o Patronato São Bento recebia subvenções referentes ao ano de 1961, tanto da comissão central,⁵⁴⁸ quanto da estadual,⁵⁴⁹ assim como os atrasos do pagamento da comissão central da LBA, recebeu alguns meses de 1959⁵⁵⁰ e de janeiro a junho de 1960, consecutivamente, mas em relação ao segundo semestre, recebeu apenas em 1962, enquanto a comissão estadual da LBA pagou apenas até o mês de maio de 1961. Da comissão municipal, receberam alguns meses em 1959.⁵⁵¹ Identificamos a atuação de diferentes setores da LBA nesse período inicial, o que confirmou que, no decorrer da atuação da ABM, a LBA estabeleceu convênio com a referida instituição.

No acervo do Patronato, foram encontrados recortes de jornais que tratavam de problemas que a LBA enfrentou em 1961,⁵⁵² que nos permitiram entender o motivo pelo qual havia atrasos no repasse das verbas da LBA, mas pela falta de algumas informações, recorreremos também a pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional. A matéria publicada, em janeiro de 1961,⁵⁵³ tratava da dificuldade no recebimento da subvenção, concedida pela LBA a determinadas instituições, o que gerava prejuízo para três mil crianças. O atraso no prazo do pagamento das subvenções, relatadas na matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, intitulada “LBA (exaurida) vai deixar 3 mil crianças sem escola”, era atribuído ao administrador, Dr. Mário Pinotti. Era afirmado “que no setor de proteção à maternidade e à

⁵⁴⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199.1, caixa 004, 1960.

⁵⁴⁸ Ficha de Arrecadação Financeira, sem assinaruea, PSB 252, caixa 004, 1961.

⁵⁴⁹ Ficha de Arrecadação Financeira, sem assinatura, PSB 253, caixa 004, 1961.

⁵⁵⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.228, caixa 001, 1959.

⁵⁵¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.238, caixa 001, 1959.

⁵⁵² LBA – NOMEA-SE MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 9 abr. 1962.

⁵⁵³ Ofício Expedido, assinado por Dr. Jorge Armênio, PSB 047, 1959.

infância, na gestão de Pinoti, imperavam somente os interesses políticos”⁵⁵⁴ e que as “operações de familiares de políticos amigos do Sr Pinoti eram todas pagas pela Legião”.⁵⁵⁵

Citava, nessa mesma matéria, que a Casa de Saúde Gabriel de Lucena, apresentava contas “astronômicas” pagas pela LBA. Isso pelo fato do administrador da Casa de Saúde ser amigo do Dr Mário Pinotti. Mediante essas considerações, a solução apresentada para os responsáveis das crianças, que pudessem, pagarem com o próprio dinheiro. Assim, milhares de crianças ficariam sem “escola”, mas havia a promessa de que em janeiro do mesmo ano, as contribuições seriam regularizadas.⁵⁵⁶ Ainda em 1961, o novo diretor do Setor de Maternidade e Infância da LBA no Rio de Janeiro, Dr. Renato Moura, recebeu a resposta dos esclarecimentos sobre as condições de internação de menores da LBA para o ano referido. Percebemos que houve uma intensificação na fiscalização sobre as obras assistidas pela LBA. No documento já citado, foi relatado que o Patronato pretendia colaborar apenas com a LBA.⁵⁵⁷ Por ocasião da dificuldade financeira que a mesma passou, houve reflexo nas ações do Patronato que, para continuar o atendimento, recorreu a empréstimos financeiros, além de terem utilizado da verba destinada ao artesanato e trabalhos agrícolas, (aviário, apiário, criações de animais, entre outros). A última ação relacionada “refletiria na formação do menor”,⁵⁵⁸ como foi afirmado no próprio documento.

No ofício do início do mês de fevereiro de 1962,⁵⁵⁹ enviado à D Valda Paixão, chefe do setor de obras sociais da LBA, Dom Odilão prestou contas sobre a obra do forro e dos pisos novos, que estava em ritmo acelerado e que “apenas o governo poderia arcar”. Tratava ainda da quantidade de alunos que rejeitou, por reservar vagas para internar meninos da LBA, além de solicitar o envio dos alunos em grupos porque Dom Odilão mesmo era quem fazia a matrícula dos meninos. Ainda no mesmo mês, Dom Odilão enviou outro ofício,⁵⁶⁰ em que relatava que a D. Valda não havia cumprido o acordo, por ter recebido um comunicado de que a LBA a partir de 15 de fevereiro, não faria mais convênio com instituições do Estado do Rio de Janeiro. Referia-se ainda, ao ofício de 7 de fevereiro em que, além de confirmar o acordo, perguntava sobre as obras de reforma, financiadas pela LBA. Dom Odilão reclamava ainda

⁵⁵⁴ LBA (EXAURIDA) VAI DEIXAR 3 MIL CRIANÇAS SEM ESCOLA. *Jornal Diário de Notícias*, 14 jan. 1961.

⁵⁵⁵ LBA (EXAURIDA) VAI DEIXAR 3 MIL CRIANÇAS SEM ESCOLA. *Jornal Diário de Notícias*, 14 jan. 1961.

⁵⁵⁶ LBA (EXAURIDA) VAI DEIXAR 3 MIL CRIANÇAS SEM ESCOLA. *Jornal Diário de Notícias*, 14 jan. 1961.

⁵⁵⁷ Ofício Expedido, assinado por D. Odilão Moura, PSB 214.1, 1961.

⁵⁵⁸ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 214.2, caixa 004, 1961.

⁵⁵⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 270, caixa 004, 1962.

⁵⁶⁰ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 271, caixa 004, 1962.

sobre o fato de ter enviado um “menor” com problemas cardíacos, que havia sido comprovado pela Fundação abrigo Cristo Redentor (FACR), e o envio de um outro “menor”, acima da idade permitida na instituição. Por acreditar nisso, “atrapalhou a vida da instituição” que não firmou convênio com outras instituições. Dom Odilão avisou à D. Valda que apenas aceitaria internar menores enviados pela LBA, mediante pagamento do que a mesma devia e, para finalizar, escreveu: “fala ainda que é cristã e que se diz católica...”, referindo-se a D. Valda. Notamos como o trabalho do Patronato, nesse início, estava vinculado à LBA e como as questões religiosas estavam imbricadas nesse processo.

Consoante ao que foi abordado anteriormente, o atraso do pagamento da subvenção, por parte da LBA, trouxe muitas dificuldades para a instituição. No intuito de resolver o problema, foi registrado no livro-caixa⁵⁶¹ que Dom Odilão fez um adiantamento em março, abril e julho de 1962. Dessa maneira e no mesmo documento, constava o retorno do adiantamento.⁵⁶² No ofício enviado à LBA, Dom Odilão apontou que uma instituição como a LBA tinha “por obrigação distribuir honestamente o dinheiro que o povo brasileiro fornece, favorecendo as instituições de assistência à infância e pagando as dívidas em prazo razoável...”.⁵⁶³ A insatisfação com esse atraso não prejudicava apenas o Patronato, como podemos perceber a seguir.

Outras reportagens de 1962,⁵⁶⁴ foram selecionadas do jornal *Diário de Notícias* e agrupadas no acervo do Patronato, embora tenhamos usado as referidas reportagens que contam no acervo da Biblioteca Nacional. Cabe esclarecermos ainda que esses recortes de jornal, que correspondiam a essas notícias, foram agrupados próximos aos ofícios em que eram solicitados os pagamentos atrasados da LBA. Retratavam, mais uma vez, o desvio de verbas da LBA e o beneficiamento político-partidário com pagamento de altos salários a um menor de dezessete anos, que foi nomeado e recebia cinquenta mil cruzeiros, além de atribuir esse desvio de verba à má administração do Dr. Mário Pinotti.⁵⁶⁵ Quanto à reportagem seguinte,⁵⁶⁶ o jornal recebera uma resposta em forma de carta, do diretor e do superintendente da LBA, José de Sá Freire Alvim.⁵⁶⁷ O diretor alegou que as informações sobre o não recebimento das subvenções, por parte das obras assistenciais, eram “equivocadas porque o

⁵⁶¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.282/291/321, caixa 001, 1962.

⁵⁶² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.284/310, caixa 001, 1962.

⁵⁶³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 282, caixa 004, 1962.

⁵⁶⁴ LBA – NOMEA-SE MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 9 abr. 1962.

⁵⁶⁵ LBA – NOMEA-SE MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 9 abr. 1962.

⁵⁶⁶ LBA – NOMEA-SE MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 9 abr. 1962.

⁵⁶⁷ Foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek a prefeitura do Distrito Federal, de 1958 a 1961. Deixou o cargo em 1960, quando a mesma foi transferida para Brasília e durante o governo de Negrão de Lima no estado da Guanabara (1965 – 1971), exerceu interinamente a Secretaria de Educação.

conselho deliberativo da instituição é idôneo.” Esse trabalho assistencial era relacionado à mãe pobre e à criança desvalida. José Alvim justificou ainda os outros assuntos abordados que foram: os funcionários com altos salários e a nomeação do menor de 17 anos com salário de cinquenta mil cruzeiros.

Nas suas justificativas, o diretor da LBA, José de Sá Freire Alvim, alegou, através de carta enviada ao jornal, que o atraso do pagamento ocorria por questões burocráticas que estavam sendo resolvidas por uma comissão técnica, que minimizaria a burocracia da LBA. A justificativa do diretor quanto à admissão de novos funcionários, a administração da época nomeava apenas aqueles identificados como cargos de confiança, dentro das comissões, e de acordo com o regulamento. Apenas em Brasília, que tinha inaugurado serviços assistenciais a pouco tempo que, “para proteger os ‘candangos’ no campo da maternidade e da infância”, havia sido admitido uns poucos servidores. Quanto à nomeação do menor de 17 anos, tratava-se de um mensageiro e que recebia um modesto salário de Cr\$ 13.440,00.

Nessa mesma notícia intitulada “LBA nomeia Menor com Alto Salário”,⁵⁶⁸ abaixo da matéria havia uma nota da redação do jornal *Diário de Notícias*, que dizia que as explicações dadas pelo diretor e superintendente da LBA não eram “convincentes”, uma vez que o menor com alto salário era irmão do presidente da LBA. Dizia ainda que ele poderia ganhar apenas um salário mínimo, mas que não acreditavam que continuaria por muito tempo em cargo tão “subalterno”. Referia-se ainda aos altos salários gastos com os demais funcionários, em detrimento do repasse de verbas para as instituições subvencionadas, assim como o médico que foi afastado por não trabalhar, mas que por influência do Ministro do Exterior, seu genro, ocupou o lugar de chefe do corpo clínico. Percebemos assim, através das acusações veiculadas na imprensa, os supostos motivos de corrupção pelos quais as instituições subvencionadas se encontravam sempre com atraso no recebimento das subvenções que deveriam ser pagas pela LBA, como no caso do Patronato.

Longe de acabar com a polêmica quanto ao uso indevido da verba destinada à LBA, a reportagem⁵⁶⁹ subsequente no acervo tratou da resposta do antigo diretor administrativo da mesma, que fora afastado do cargo por “falta de escrúpulo funcional”. Nessa notícia,⁵⁷⁰ o Sr. Galba Viana⁵⁷¹ pediu o direito de réplica com uma cópia da carta enviada ao Sr. Prado Kelly, membro do Conselho Deliberativo da LBA, em que pedia a “instauração de inquérito

⁵⁶⁸ LBA NOMEIA MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 22-23 abr. 1962.

⁵⁶⁹ LBA NOMEIA MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 25 abr 1962..

⁵⁷⁰ LBA NOMEIA MENOR COM ALTO SALÁRIO. Jornal *Diário de Notícias*, 25 abr 1962.

⁵⁷¹ Irmão de Aurélio Viana de Cunha Lima, Alagoas, que foi deputado federal de Alagoas (1955-1963) e senador da Guanabara (1963-1971).

administrativo na Comissão Central da LBA a fim de que se restaure a verdade em torno do fato”. Longe de acabar com essas denúncias, a LBA funcionou ainda durante muitas décadas até, finalmente, extinta.

Em 1965 ainda, D Odilão deveria comparecer a uma reunião no setor da presidência da LBA.⁵⁷² Identificamos assim, que a LBA continuava mantendo os acordos e subvencionando o Patronato, apesar dos atrasos e das questões internas que enfrentavam. Notamos, a partir dos diferentes documentos, os motivos pelos quais os acordos eram mantidos ou desfeitos ao longo do tempo entre a instituição do Patronato e da LBA. Isso revelou como a aplicação de verba pública, em instituições privadas, era associada ao beneficiamento político e atrelada às inúmeras denúncias de desvio de verbas no período analisado. Cabe ressaltar ainda o fato de que não obtivemos informações sobre essa prática dentro da instituição do Patronato, pelo contrário: a mesma enfrentava dificuldades financeiras em manter os meninos, diante dos inúmeros atrasos das verbas concedidas.

De acordo com o ofício expedido em 1962⁵⁷³ pelo padre Dom Odilão, enquanto conselheiro da LBA, acrescentou que tinha “independência moral e dedicação ao bem público com que exerce a vida pública”, e cobrou posicionamento do Dr. Prado Kelly⁵⁷⁴ quanto às dívidas da LBA para com a instituição, assim como comentava as inúmeras vezes em que ele, enquanto diretor da instituição, ficou na fila sem resposta sobre as verbas que, desde dezembro, estavam atrasadas. Fez menção ainda, aos altos salários que os funcionários da LBA recebiam, além dos mesmos fazerem “bico” na referida instituição e a esposa do presidente estar ocupada com os afazeres domésticos. Essa ocupação seria um dos motivos pelos quais a contabilidade justificaria o atraso do pagamento. O padre Dom Odilão ainda foi enfático ao afirmar que as verbas liberadas estavam atreladas a propinas, depositadas em “bancos de amigos” para renderem juros, e que sairia próximo à eleição para que os políticos fossem considerados “amigos dos pobres”. Por fim, afirmava que o dinheiro pertencia ao povo, havia muitas crianças com fome nas instituições, além de que era “desumano”, “criminoso” e que esse cenário gerava “revolta”, além de ser usado “o dinheiro do povo para outra finalidade, que não é a cristã, de assistir à maternidade e à infância”.⁵⁷⁵

⁵⁷² Ofício Recebido, assinado por Cy Cruz de Mesquita (Sub-chefe do Setor de Obras Sociais), PSB 283, caixa 004, 1965.

⁵⁷³ Ofício expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 276, caixa 004, 1962.

⁵⁷⁴ José Eduardo do Prado Kelly foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1934-1942), deputado federal do Rio de Janeiro (1935-1951/1955-1959), Ministro da Justiça (1955), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1965-1968) e presidente da UDN (1949) entre outras atuações. Apoiou o governo de Getúlio Vargas, foi líder da bancada fluminense nos trabalhos constituintes de 1933. In: ABREU, Alzira Alves de [et al.] *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.

⁵⁷⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 276, caixa 004, 1962.

Como foi apresentado anteriormente, os recebimentos de verbas públicas federais⁵⁷⁶ eram obtidos através da LBA e do Ministério da Justiça. Outro órgão federal que destinou verbas para a ABM foi o SAM. Como já foi abordado no capítulo anterior, o SAM foi criado em 1941, mas diante dos escândalos envolvendo corrupção, esse órgão federal foi substituído pela “Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FNBEM), aprovado em primeiro de dezembro de 1964 e transformado na lei nº 4513” (RIZZINI, 1995, p. 288). Lembramos ainda que a SAM (Serviço de Assistência ao Menor) era um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e que as diversas denúncias de corrupção afetaram sua imagem social de assistência à criança pobre. Podemos perceber essa imagem negativa na atuação do SAM quando, no ofício destinado à LBA, Dom Odilão reclamava da demora da instituição em transferir os meninos que tinham mais de catorze anos e afirmava “misturar alunos de 7 com 15 anos é transformar a instituição em SAM”.⁵⁷⁷ Posteriormente, o Patronato São Bento foi subsidiado com verbas provenientes do SAM. No ano de 1962, foi feito o registro de cotas do órgão destinadas à instituição⁵⁷⁸ e em 1964, temos o seguinte apontamento feito por Dom Odilão:

O SAM não pagava. Em setembro, reuni doze freiras que têm alunos do SAM e fomos ao Ministério da Justiça. Pedimos. Ameaçamos. E o Ministro mandou despachar numa semana e aumentou a per capita de 7.000,00 para 10.000,00 e isso desde janeiro. Devo receber nesses 10 dias 5.500.000,00 (cinco milhões) e até o final do ano 2 milhões e meio.

Gastarei no mais urgente: reformas indispensáveis e o resto para garantir o ano vindouro. Fora o que dão os sócios que vai de 250.000,00 e as pequenas contribuições dos alunos de 200.000,00. É um fim do ano gordo. Melhorei a boia dos garotos.⁵⁷⁹

Como vimos o SAM foi substituído em 1964 pela FNBEM que a partir da década de 1970 passou a ser FUNABEM (RIZZINI, 1995). Dessa forma, a FUNABEM trataria de uma política mais ampla em nível nacional, mas com alguns aspectos específicos:

[...] a FUNABEM configurava-se como um órgão central, de caráter normativo, cuja incumbência básica era o repasse de recursos. Esta rubrica genérica, no entanto, compreendia duas coisas distintas. Contemplava tanto recursos financeiros (parciais), quanto o que se poderia chamar de *know-how* (VOGEL, 1995, p. 307).

Ainda de acordo com Vogel (1995) para que pudesse cumprir a sua função local, a FUNABEM atuou juntamente com os governos estaduais e, conseqüentemente, originou as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Essas instituições estaduais contemplaram a distribuição financeira de recursos, mas também difundiram sua ideologia através de “documentos doutrinários, vocabulário técnico e uma metodologia de atendimento”

⁵⁷⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.149/164, caixa 001, 1958.

⁵⁷⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 225, caixa 004, 1961.

⁵⁷⁸ Livro-Caixa, assinado por dom Odilão Moura, PSB 064. 309/317, caixa 001,1962.

⁵⁷⁹ Carta ao Bispo, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 127.3, caixa 003, 1964.

(VOGEL, 1995, p. 307). Isso ocasionou, “no Rio de Janeiro, a Lei Estadual 1.534 de 27/11/1967”. Em decorrência dessa lei, o Poder Executivo instituiu a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social, para que prestasse “assistência ao menor, na faixa etária entre zero e 18 anos de idade, no Estado da Guanabara” (SIERRA, 2009, p.2). Além disso, a FEBEM deveria “formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social” (SIERRA, 2009, p.2). Paralelamente, foi criada a Fundação Fluminense do Bem Estar do Menor para atender as cidades da região fluminense.

Dessa forma, em 1969, o Patronato São Bento estabeleceu um convênio com a FLUBEM, o Poder Judiciário, o Juizado e o Comissário de Menores. A cada menino enviado, o texto do ofício⁵⁸⁰ ratificava o convênio firmado entre as agências e seus respectivos agentes. Nesse mesmo ofício,⁵⁸¹ o Juiz perguntava sobre a quantidade de vagas postas à disposição da FLUBEM, o limite de idade e se aceitavam “menores que tenham praticado ações antissociais”. E agora, a ABM pedia o registro no Conselho Estadual do Serviço Social.⁵⁸²

⁵⁸⁰ Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 313, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado por Raul Teixeira de Siqueira Magalhães (Juiz de Direito), PSB 314, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado por Joaquim Carneiro de Figueiredo, PSB 315, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 318, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 319, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 320, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 322, caixa 004, 1969; Ofício Recebido, assinado pelo Comissário de Menores, PSB 323, caixa 004, 1969 .

⁵⁸¹ Ofício Recebido, assinado por Raul Teixeira de Siqueira Magalhães, PSB 316, caixa 004, 1969.

⁵⁸² Ofício Recebido, assinado por Geraldo Medina Rangel, PSB 351.1, caixa 005; Registro, assinado pelo presidente do Conselho Estadual de Serviço Social, PSB 352.2, caixa 005, 1969.

Figura 6 "Menores" internos do Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Década de 1960.
 Legenda: Transporte que demonstra o convênio estabelecido entre a FLUBEM e a ABM.

Percebemos na fotografia posada, o registro visual do convênio estabelecido entre as duas instituições, FLUBEM e ABM. Essa quantidade de “menores” foi representativa para a fotografia uma vez que havia um número maior de meninos internos no Patronato São Bento. Quanto às verbas estaduais, uma das primeiras subvenções que foram destinadas à ABM foi a que o deputado Antônio Carlos Sá Rego⁵⁸³ (UDN) conseguiu do Estado do Rio: Cr\$ 400 mil para construção do “patronato para abrigo dos menores abandonados do município”. Percebemos assim, a atuação da sociedade política em diferentes níveis. Cabe ressaltar que a ABM recebeu outras verbas do governo estadual, também. No início de 1957, foi enviado um ofício⁵⁸⁴ em que o presidente, Francisco Corrêa, pedia ajuda financeira para o governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Miguel Couto Filho. A justificativa era a seguinte:

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DE MENORES, com sede em Duque de Caxias neste Estado, que há mais de um ano vem prestando assistência integral: - religiosa, moral, educacional, medica , alimentar, de vestimenta e habitação aos menores necessitados deste município, vem requerer a V. Excelencia que se digne lhe

⁵⁸³ SÁ REGO CONSEGUIU Cr\$ 900 MIL PARA OBRAS ASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO. *Jornal Folha da Cidade*, 2 e 3 DEZ 1956.

⁵⁸⁴ Ofício Expedido, assinado por Francisco Corrêa, PSB 009, caixa 002, 1957.

conceder uma ajuda financeira para o fim de desenvolver e ampliar essa assistência.⁵⁸⁵

No mês seguinte, ainda do ano de 1957, o tesoureiro Mariano Sendra solicitava ao governador, que pagasse a subvenção extraordinária sobre “rubrica III – ‘diversas subvenções’ conforme publicação no Diário Oficial de 25 de dezembro de 1956 (suplemento ao nº 7613)”⁵⁸⁶ para que a ABM pudesse desenvolver suas atividades filantrópicas. Esse esforço inicial fez com que a obra social recebesse donativos de diferentes entidades, como o auxílio concedido pelo governo do Estado, através do Serviço de Loteria do Estado do Rio de Janeiro.⁵⁸⁷ O livro-caixa apresentava as doações nos meses de maio de 1957, junho de 1958,⁵⁸⁸ outubro de 1959⁵⁸⁹ e em fevereiro de 1962 acompanhado da denominação “Loteria Para todos”.⁵⁹⁰

Em relação à primeira doação da Loteria, em maio de 1957, o tesoureiro Mariano Sendra enviou um ofício,⁵⁹¹ em agradecimento pela doação destinada ao governador do Estado, Dr. Miguel Couto Filho e, em outubro do mesmo ano, o diretor da Loteria do Estado do Rio de Janeiro⁵⁹² pediu um relatório demonstrativo da aplicação do dinheiro doado. Já em janeiro de 1961, o agradecimento foi ao diretor da Loteria.⁵⁹³ Percebemos que essa doação foi anual e consecutiva por cinco anos, apesar de não termos registro da doação em 1960. Essa doação fazia parte de uma ação da Loteria a várias instituições beneficentes do Estado, Loteria para todos. Em 1962, novamente era pedido, através de ofício⁵⁹⁴ ao governador, que fizesse o pagamento da subvenção e apresentavam os códigos da mesma. Percebemos que foi outro órgão público que, ao longo do trabalho da ABM, forneceu recursos para o desenvolvimento da obra.

Quanto às verbas públicas municipais, notamos uma ação da sociedade política através da Câmara, com o reajuste da cobrança e reversão de parte do imposto sobre os cinemas através do “sêlo de diversões” para a ABM, “Em virtude da Deliberação da Câmara, aumentando de Cr\$ 0,20 para Cr\$ 1,00 o sêlo de diversões a ser cobrado pela Prefeitura, [...]”

⁵⁸⁵ Ofício Expedido, assinado pelo Presidente Francisco Corrêa, PSB 009, caixa 002, 1957.

⁵⁸⁶ Ofício Expedido, assinado por Mariano Sendra dos Santos, PSB 010, caixa 001, 1957.

⁵⁸⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.66, caixa 001, 1957.

⁵⁸⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.152, caixa 001, 1958.

⁵⁸⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.228, caixa 001, 1959.

⁵⁹⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.272, caixa 001, 1962.

⁵⁹¹ Ofício Expedido, assinado por Mariano Sendra dos Santos (tesoureiro), PSB 011, caixa 002, 1957.

⁵⁹² Ofício Recebido, assinado por Francisco Corrêa (diretor), PSB 019, caixa 002, 1957.

⁵⁹³ Ofício Recebido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 211, caixa 004, 1961.

⁵⁹⁴ Ofício Expedido, assinado por Dr. Jorge Armênio, PSB 278, caixa 004, 1962.

os cinemas de Caxias já se movimentam para elevar os preços das suas entradas”,⁵⁹⁵ diante de tal ação do poder público municipal através do Selo de Diversões Públicas. No livro-caixa,⁵⁹⁶ constava que a partir de novembro de 1958, os “sêlos de diversões públicas recebidos da Prefeitura Municipal nº 1” passavam a ser recolhidos pela prefeitura, mas ainda não eram repassados à ABM nesse momento. Esse registro no livro-caixa,⁵⁹⁷ sobre o recolhimento dos selos, foi feito até o mês de janeiro de 1959 e o último registro estava assim: “sêlos de Diversões Públicas recebido da Prefeitura Municipal nº 288 a 291”, assim como no Boletim Oficial⁵⁹⁸ do município, de 1º de setembro de 1957, da seguinte maneira:

O sêlo referido no art 1º será fornecido diretamente por uma comissão conjunta, integrada por um representante designado pelo “Ginásio Maria Gomes” e outro designado pela “Associação Beneficente de Menores”, apresentando-se, obrigatoriamente, à Tesouraria da Prefeitura Municipal, para aquisição do sêlo Municipal de Diversões Públicas, um recibo de quitação com a dita comissão.⁵⁹⁹

A arrecadação dos Selos de Diversões Públicas era a certeza de que a obra assistencial teria verba para realizar suas atividades, como podemos perceber no Histórico de 1956, em que relata esse início da instituição: “Ficara a ABM nos fins de 1955 apenas iniciada, prontos os Estatutos, eleita a Diretoria empossada e um decreto do legislativo garantiu-lhe uma verba mensal pelo sêlo de diversões”.⁶⁰⁰ A confiança de que a arrecadação do Selo se concretizaria, é o que percebemos de acordo com o Relatório das atividades de 1957, que relatava os dois atos das autoridades municipais: “a regularização da arrecadação do sêlo Municipal de Diversões e a doação de um terreno para construção do Patronato”.⁶⁰¹ Nesse mesmo relatório, havia uma explicação de que:

As quotas a que a ABM tinha direito no sêlo de diversões, por motivos diversos, não puderam ser recebidas pela Instituição, de modo que ficaram em depósitos na Prefeitura. Para que êsse recebimento fosse possível, depois de entendimentos com o Prefeito e com a Câmara.⁶⁰²

No aludido relatório, foram apresentados os entendimentos do prefeito com a Câmara dos Vereadores e a partir disso, foi elaborada “a Deliberação 478, de 23/8/57, segundo a qual

⁵⁹⁵ NOVOS PREÇOS NOS CINEMAS. *Jornal Folha de Caxias*, 22 jan. 1956.

⁵⁹⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.100, caixa 001, 1957.

⁵⁹⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.184, caixa 001, 1959.

⁵⁹⁸ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, sem assinatura, PSB 345.1, caixa 005, 1957.

⁵⁹⁹ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1956.

⁶⁰⁰ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1956.

⁶⁰¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por dom Odilão Moura, PSB 083.1, caixa 003, 1958.

⁶⁰² Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 083.1, caixa 003, 1958.

os selos de diversões seriam vendidos diretamente pela ABM e pelo Ginásio Ana Maria Gomes”.⁶⁰³ No livro-caixa,⁶⁰⁴ desde novembro de 1957, havia o registro da porcentagem que seria dividida com o Ginásio Ana Maria Gomes, referente ao Selo de Diversões, e se estendeu até janeiro de 1959.⁶⁰⁵ O Boletim Oficial afirmava que:

O Ginásio Ana Maria Gomes e a Associação Beneficente de Menores, instituições beneficiadas com o produto do selo instituído pela deliberação nº 275, de 27/11/53, fiscalizarão com a Prefeitura a execução da mesma deliberação, devendo, para tal fim, indicar, cada uma delas, os seus representantes que serão credenciados pelo Chefe do Executivo.⁶⁰⁶

A solução encontrada foi pagar o tesoureiro da prefeitura para que vendesse os Selos depositados na Prefeitura, como constava no livro-caixa: “Gratificação por serviços prestados na venda de selos de diversões públicas ao tesoureiro da Prefeitura”.⁶⁰⁷ No balancete de 1957,⁶⁰⁸ constava na receita o valor referente aos Selos e, nas despesas, o valor pago ao Ginásio Ana Maria Gomes pela sua cota na arrecadação dos mesmos. No balancete do ano seguinte,⁶⁰⁹ permanecia o pagamento das cotas pagas ao referido Ginásio. Em 1959, o balancete⁶¹⁰ registrava que, em janeiro, havia sido pago pelo prefeito em exercício, os Selos de Diversões Públicas. No balancete de 1960, havia referência de um valor pago pela prefeitura como donativo, mas não fazia menção aos Selos. Esse período correspondeu ao mandato de Adolpho David, que não aceitou ser presidente da ABM por não ter sido apoiado por Dom Odilão.⁶¹¹

Nesse mesmo relatório, havia a descrição de que a situação financeira não era promissora, em razão da Prefeitura parou de pagar os Selos de Diversões. Percebemos que, com a saída do prefeito Francisco Corrêa, a situação da ABM, quanto ao recebimento dessa verba municipal, ficou mais instável. Identificamos ainda, algumas reportagens que trataram do não pagamento da referida verba pública municipal. Nessas matérias, a ABM solicitava o pagamento dos tais Selos de Diversões, que estavam depositados, e a prefeitura não fazia o

⁶⁰³ O Ginásio Ana Maria Gomes foi instituído no prédio do Grupo Escolar Duque de Caxias a partir da Campanha Nacional para Ginásios Gratuitos.

⁶⁰⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.102, caixa 001, 1957.

⁶⁰⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.186, caixa 001, 1959.

⁶⁰⁶ Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias, PSB 345.1, caixa 005, 1957.

⁶⁰⁷ Livro-Caixa, assinado por D. Odilão Moura, PSB 064.105, caixa 001, 1957.

⁶⁰⁸ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - Balancete Geral do Caixa Relativo ao Exercício de 1957, PSB 80.1, caixa 003, 1957.

⁶⁰⁹ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - Balancete Geral do Caixa Relativo ao Exercício de 1958, PSB 096.1, caixa 003, 1958.

⁶¹⁰ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - Balancete Geral do Caixa Relativo ao Exercício de 1959, PSB 101, caixa 003, 1959.

⁶¹¹ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão Moura (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

repassse. Numa das reportagens, foi relatado que a prefeitura devia dois milhões à ABM e que a mesma, na reunião, decidiu contratar um advogado para conseguir reaver o depósito dos tais Selos de Diversões.⁶¹² Numa outra matéria, o Ginásio Ana Maria Gomes⁶¹³ era a outra instituição beneficiada pelos Selos, que teve que apresentar os livros de registro para análise.⁶¹⁴ O referido Ginásio funcionava no prédio do Grupo Escolar Duque de Caxias, e era vinculado à Campanha Nacional para Ginásios Gratuitos. .

Em relação aos milhões devidos à ABM e a contratação de advogado,⁶¹⁵ foi relatado que, apesar da instituição ter capacidade para amparar um número maior de internos, isso não ocorria. Naquele momento inicial, havia apenas vinte e cinco “menores desamparados” internados, devido à carência de recebimento de verbas do poder público. A nova diretoria eleita era composta por Dr Jorge Armênio (presidente), Dr. Gastão Reis (vice-presidente), José Maia (tesoureiro) e Ruyter Poubel (secretário). Havia ainda, o destaque para a possível visita do governador Roberto da Silveira. Percebemos que o atraso no recebimento de verbas públicas dificultava o trabalho da instituição.

Os livros do Ginásio Ana Maria Gomes⁶¹⁶ foram conferidos pelos vereadores Elias Lazaroni, Sandy Coutinho, Pedro Bianco e Luiz Braz de Luna, que foram recebidos por Plutarco Salgado, Prof. Américo Salgado, professora Aldenora Maciel Salgado e professor Jorge Fortunato. O referido ginásio funcionava com dez professores para as turmas do ginásio, e quatro para a admissão. Após conferirem as subvenções, constataram que, para o funcionamento da mesma, era necessária a verba arrecadada sob a forma do Selo de Diversões e, após comunicarem o resultado obtido pela comissão à Câmara, foi afirmado que o pagamento das verbas voltaria ao normal.

Ainda numa reportagem da Folha da Cidade, intitulada “David diz que não se nega pagar a dívida da ABM”,⁶¹⁷ David, o qual o jornal se refere, era Adolpho David, prefeito eleito da cidade, no período de 31 de janeiro de 1959 a 1963. O mesmo disse que iria pagar a dívida dos Selos porque se não o fizesse, estaria desobedecendo a lei; afirmou ainda que, por esse motivo, não pediu que a Câmara revogasse o pagamento por ser um direito da ABM. Ele

⁶¹² A.B.M. ACIONARÁ PREFEITURA PARA RECEBER 2 MILHÕES ATRASADOS. *Jornal Folha da Cidade*, 25 ago. 1959.

⁶¹³ INAUGURADO O GINÁSIO ANA MARIA GOMES. *Jornal Correio da Manhã*, 2 dez. 1951.

⁶¹⁴ GINÁSIO ANA MARIA GOMES TERÁ QUE APRESENTAR OS SEUS LIVROS. *Jornal Folha da Cidade*, 24 e 25 mar. 1957.

⁶¹⁵ A.B.M. ACIONARÁ PREFEITURA PARA RECEBER 2 MILHÕES ATRASADOS. *Jornal Folha da Cidade*, 25 ago. 1959.

⁶¹⁶ GINÁSIO ANA MARIA GOMES TERÁ QUE APRESENTAR OS SEUS LIVROS. *Jornal Folha da Cidade*, 24 e 25 mar. 1957.

⁶¹⁷ DAVID DIZ QUE NÃO SE NEGA PAGAR À ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 6 e 7 jul. 1958.

ainda explicou que não aceitou a presidência da ABM. Tal função deveria ser preenchida pelo prefeito da cidade, que era considerado pelo Estatuto,⁶¹⁸ um membro nato. Justificava essa ação pelo fato de que Dom Odilão o hostilizou durante a campanha eleitoral, na tentativa de incompatibilizá-lo com a igreja. E a matéria terminou da seguinte forma:

A Associação Beneficente de Menores já realizou grandes obras de reforma na Fazenda São Bento, estando em condições de internar até trezentos menores, desde que os poderes públicos e o povo a auxiliem neste trabalho. Contudo, o único recurso certo com que a ABM contava (sêlo de diversão), há vários meses não é pago pela Prefeitura, muito embora o povo pague em cada entrada de cinema, Cr\$ 1,00 que deveria ser dividido entre a ABM e o Ginásio Ana Maria Gomes.⁶¹⁹

Entendemos assim, o motivo pelo qual o prefeito não foi o presidente da ABM e o atraso no recebimento do pagamento dessa subvenção municipal: o Selo de Diversões. Mas, finalmente, em 1º de julho de 1959, deu-se início ao internamento de menores no espaço da Fazenda São Bento, dentro do território do Núcleo Colonial São Bento. Nesse mesmo espaço, havia uma escola que era oferecida para os moradores do núcleo. Com a instalação do Patronato São Bento, a escola passou a ser oferecida aos meninos internos também.

No ano de 1959, o Selo de Diversões não foi mais repassado e no ano de 1967, na gestão de Moacyr Rodrigues do Carmo e do seu vice-prefeito, Ruyter Poubel, a ABM estabeleceu convênio com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Apesar dos atrasos,⁶²⁰ a mesma mantinha cinquenta meninos através do pagamento de meio salário mínimo em sistema de per capita. Diante do que foi abordado, esse estabelecimento no município esteve desde o começo, coadunado com o que acontecia em nível nacional. A identificação dos agentes e das agências envolvidas nesse projeto, assim como o processo de institucionalização, de obtenção da sede, de elaboração e de reelaboração do Estatuto já disseram muito do que essa instituição representou nesse território.

Apesar disso, esses aspectos retrataram ações iniciais da ABM, dividida entre o trabalho da rua e o espaço de internamento que se iniciava. Assim, apresentamos a atuação da igreja que, embora não tivesse sido convocada para as reuniões das autoridades locais que pensaram inicialmente o “problema do menor abandonado”, conseguiu ser inserida nas reuniões subsequentes e administrar todo o processo de internamento através da atuação de Dom Odilão como diretor do Patronato. É sobre essa atuação religiosa nesse equipamento, que vamos nos deter a seguir, baseados na educação para o trabalho como fator “regenador”

⁶¹⁸ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.1, caixa 003, 1956.

⁶¹⁹ DAVID DIZ QUE NÃO SE NEGA PAGAR À ABM. *Jornal Folha da Cidade*, 6 e 7 jul. 1958.

⁶²⁰ Requerimento, assinado por Pedro Garcia dos Reis (presidentes), 306/307/308, caixa 004, 1968.

para esses “menores”. Salientamos também a educação oferecida pela escola regular, associada à conformação oferecida pelo Patronato São Bento.

4 ENTRE “TRABALHOS INCESSANTES” E O ALCANCE DA “FINALIDADE PRECÍPUA”

Para quem conheceu antes a cidade, com as ruas cheias de menores maltrapilhos e indisciplinados, é alegria verificar-se agora êsse quadro desaparecido e os menores mais organizados, ganhando o seu sustento com o próprio trabalho. Para prova de que esta organização dos garôtos tem sido eficiente, basta citar que muitos dêles são a garantia do sustento da família.⁶²¹

A análise das fontes permitiu que identificássemos os sujeitos e o projeto político-educacional que constituíram o Patronato São Bento. Da mesma forma, foi possível reconhecer algumas das disputas no processo de escolarização dos “menores”. A partir desse cenário, pretendemos refletir sobre as funções desempenhadas pelo Patronato, no território de Duque de Caxias, e as relações estabelecidas entre as políticas de cunho nacional e regional, com os interesses locais. É possível também examinar a atuação de Dom Odilão e da aplicação da concepção cristã em que o Patronato São Bento esteve imerso em todo o período estudado.

Destacamos os diferentes documentos que nortearam a escrita desse capítulo, onde salientamos a prática de alguns desses agentes, como também a escola regular que funcionou no território do Patronato e o internamento dos “menores”, como o próprio Acervo do Patronato, o Acervo da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, o jornal da Cidade, os jornais da hemeroteca da Biblioteca Nacional e o levantamento feito pelo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto, da biografia de alguns dos políticos locais que atuaram na ABM. Tudo isso atrelado à ação da igreja, que atuava no viés filantrópico através de uma instituição privada (ABM) e de controle social para essa infância pobre, que crescia e era indesejada no território que se urbanizava. O internamento dessa infância foi visto como recurso de controle social:

O modelo de internamento europeu adentrou e dominou o cenário educacional brasileiro, seja motivado pelas necessidades de uma vida rural marcada pelas grandes distâncias, seja como ‘princípio pedagógico’ que recepcionou o internamento como ferramenta ideal para ‘endireitar’ meninos e meninas (CONCEIÇÃO, 2012, p. 34).

As agências, os agentes, as escolas e a instituição educativa, suas ações e características, estão nessa abordagem, assim como, a igreja, que se inseriu no projeto do

⁶²¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

Patronato e o direcionou dentro da “moral cristã” e do “amor ao trabalho”. Todas essas questões marcam este capítulo. Até aqui, destacamos os diferentes agentes, as diversas agências, as formas de recebimento de verbas públicas das diferentes esferas, como também o processo pelo qual a instituição passou para materializar o que estava descrito no seu Estatuto, que era a obtenção da “escola-internato”, espaço esse que se estabeleceu numa cidade, num processo urbano de aceleração intenso, próximo ao Distrito Federal e ainda com um território marcado pelo rural. Em meio a todas essas contradições, a Campanha do Patronato ganhou um tom de salvação e possibilidade de regeneração para os “menores”.

Todo esse movimento, instaurado no território, impulsionou-nos a pensar as práticas que permeavam tanto a escola regular, como a de internamento, como as instituições escolares que se instalaram dentro de um Patronato numa fazenda, assim como os professores, aqueles que administravam e fiscalizavam o cotidiano desses “menores”. A seguir, levantaremos algumas das possibilidades de entendimentos sobre essas questões, que ainda preservam alguns silêncios.

4.1 “O pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade”

A análise das fontes permitiu que conseguíssemos delinear o trabalho realizado pela ABM junto aos “menores”, nas ruas do primeiro distrito do município de Duque de Caxias. Esse momento compreendeu os anos iniciais da ABM, de 1955 a 1959. Paralelamente, foi possível entender também o desenho do espaço de internação, o Patronato São Bento ou Instituto Profissional São Bento, iniciado em julho de 1959. Dessa forma, buscamos retratar algumas ações decorrentes dessas disputas enfrentadas nesse território e que, por um instante, estiveram relacionadas à rua, no primeiro distrito do município e, em outras ocasiões, foram vinculadas ao internamento na Fazenda, no segundo distrito, espaços que sutilmente, contribuíram para uma adequação da prática e do assistencialismo da ABM.

Nesse primeiro momento, apresentamos a ação de alguns agentes da instituição, na matéria intitulada “Primeiro passo na assistência aos menores, 130 garotos reunidos na Associação Comercial”, onde o Juiz expôs o seu plano com um destaque à presença do Dr Gastão Reis, emocionado.

Logo no início dos trabalhos, constatou-se uma grande verdade: dos 130, somente 56 sabiam ler, e estavam assim divididos: jornaleiros 19; engraxates: 66 e baleiros 35. Porém todos sem regulamentação, com seus pequeninos direitos relegados a

segundo e revoltante plano, perseguidos, na própria contingência e circunstância, pelos guardas municipais, que os enxotavam das calçadas mais movimentadas. Mas, eis que chegou o término de tudo isto. Eles passarão a ser considerados também seres humanos.⁶²²

A maneira pela qual o texto foi escrito com a escolha de determinadas palavras para se referir ao acontecimento, tais como “comovente cerimônia”, “emocionante”, “comovente o carinho do padre Dom Odilon Moura”, “os abraços, palavras amigas e sinceras”, entre outras, assim como o encerramento da matéria com o depoimento emocionado do Dr Gastão Reis, que já tinha sido vendedor de balas. Ele assumiu, ainda, a função de prefeito e de deputado estadual, representando a cidade. Tal ação era postulada como exemplo a ser seguido, essa era uma das afirmações apresentadas na reportagem, ao se referir ao Dr. Gastão: “Eis a paga de seus sacrifícios. Da o seu exemplo a todos aqueles que ali estavam”.⁶²³ Após toda essa descrição minuciosa, mais uma vez como modelo a ser copiado, o Dr. Gastão Reis ofereceu seu cartório para extrair, gratuitamente, as certidões de idade e os registros dos menores que estavam em situação irregular.

Diante dessa abertura solene com a presença dos “menores” e com o indicativo de que os meninos deveriam se dirigir à “Prefeitura Municipal de Duque de Caxias para receber as placas que os identificarão como engraxates”⁶²⁴ e o fato de que “As outras especialidades serão cuidadas posteriormente”.⁶²⁵ Percebemos que logo no início da matéria, havia a ressalva de que essa campanha do jornal, “plena de êxito”, visava “unicamente melhorar a situação destes meninos, esquecidos pela sorte e pelo Governo”.⁶²⁶ Sendo assim, em setembro de 1956,⁶²⁷ foi iniciado o fichamento dos meninos no gabinete do Prefeito Municipal, e o Ministério de Viação cedeu dois funcionários. Os “menores” se encontravam semanalmente para receberem orientação e, em novembro, no dia do aniversário da ABM, foi inaugurada a sede com a presença do Bispo Diocesano, autoridades municipais, professores e os primeiros “menores” matriculados que receberam a licença de trabalho fornecida pelo Ministério da Marinha.

Dom Odilão alegava ainda que

A pedido do Juiz de Direito, devido ao estado grave em que se achava o problema de menores, cada vez mais triste, iniciou a ABM a assistência aos menores trabalhadores de rua – engraxates, jornaleiros e vendedores. Depois de uma série de

⁶²² PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 19 e 20 ago. 1956.

⁶²³ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 19 e 20 ago. 1956.

⁶²⁴ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 19 e 20 ago. 1956.

⁶²⁵ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 19 e 20 ago. 1956.

⁶²⁶ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*, 19 e 20 ago. 1956.

⁶²⁷ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

reuniões com os comissários de menores e com o Juiz, elaborou-se um plano de assistência parcial que deveria ser executado por etapas: fichamento dos menores, exame médico, inquérito sobre as condições de vida, assistência médica, cursos noturnos, criação de uma casa central.⁶²⁸

Mas, a ABM não continuou utilizando o gabinete do Prefeito para realizar as suas atividades junto aos “menores”. Ainda no final de 1956, a sede da instituição passou a funcionar próximo ao Centro de Duque de Caxias num espaço alugado⁶²⁹ e denominado Casa São José. O Relatório de 1957 dizia que

A sede [sic] da ABM em Duque de Caxias, a ‘Casa São José’, passou por diversas melhorias, adquirindo-se os móveis novos necessários; fechando-se o grande salão com venezianas de madeira; dividindo-se o salão de modo a se erguerem dois compartimentos e adquirindo-se mesas e bancos para as aulas. A zeladora da sede, depois de um ano de trabalho intenso não continuou os seus ofícios por motivo de doença. Como aumentasse bastante o serviço da Secretaria com as atividades de assistência, necessário foi colocar-se um funcionário, pago pela instituição, para poder desempenhá-lo. O movimento da Casa São José foi muito grande, atendendo-se a centenas de pessoas no ano de 1957.⁶³⁰

Além do fichamento e dessa carteira de identificação fornecida pela ABM nesse início, o atendimento consistiu na matrícula do “menor”, na determinação de um ponto fixo para o trabalho e na entrega de um uniforme. Para o registro, era exigida a presença do responsável legal e a apresentação do Registro Civil. As carteiras de identificação permitiam o trabalho nas ruas sem a possibilidade dos meninos serem recolhidos pela guarda. Outras ações diziam respeito à assistência escolar, como curso noturno de alfabetização, à assistência médica, à religiosa, à internação de menores na Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), à aquisição de carteira de trabalho, à aquisição gratuita de registro civil, às visitas aos menores presos, ao combate à “medicância infantil” através de programa radiofônico, além das reuniões semanais com os engraxates e baleiros. Todos esses procedimentos da ABM foram registrados no Relatório de 1957, datado de março de 1958 e assinado por Dom Odilão, identificado como membro do Conselho Social da ABM.⁶³¹

O curso de alfabetização noturno era para atender os meninos trabalhadores analfabetos, que não podiam estudar durante o dia. Segundo o relatório,⁶³² a assistência religiosa era destinada aos meninos católicos, ministrada por um catequista e por um

⁶²⁸ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

⁶²⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.101-114, caixa 001, 1957.

⁶³⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.2, caixa 003, 1958.

⁶³¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

⁶³² Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

sacerdote. Quanto ao internamento, o juiz havia conseguido 30 vagas da FACR, para que os meninos mais necessitados fossem internados e, para isso, foi feita uma “rigorosa sindicância”; o juiz “solucionou” o problema dos “menores”, ao autorizar o trabalho dos que tinham idade abaixo de 14 anos e, aos que tinham idade equivalente ou superior, concedeu a carteira de trabalho. A mesma autoridade cuidou do Registro Civil gratuitamente, que naquele ano, correspondeu a 129 registros, 71 de meninos e 58 de meninas.⁶³³

Segundo o relatório de 1957, o movimento na Casa São José foi intenso, com centenas de pessoas e com a realização de reuniões semanais, que consistiam em:

Os engraxates e baleiros eram obrigados a comparecer uma vez por semana na Casa São José, para reuniões onde recebiam orientação, discutiam-se problemas de trabalhos, estabeleciam-se normas, etc. Houve durante o ano, 96 reuniões dessa espécie; às quartas-feiras para os engraxates e aos sábados para os vendedores. No fim do ano, pelo Natal, distribuíram-se para eles, uniformes e presentes.⁶³⁴

Nesse relatório de 1957,⁶³⁵ há registro de que 430 meninos foram atendidos pela ABM, em 1956. Consideramos um número significativo, uma vez que essa atuação era restrita ao centro, o primeiro distrito do município de Duque de Caxias. Outro aspecto interessante foi que em 1957, a instituição atendeu 117 meninas e 404 meninos, num total de 521 atendimentos. Esse atendimento compreendia as ações que foram descritas anteriormente. A ABM estava ainda no processo de obtenção de um prédio para o internamento. Embora a quantidade de meninas não fosse nem a metade dos meninos, era um número alto também. Segundo Braz; Almeida (2010), o recenseamento de 1950 apontava para 20.152 crianças (entre 5 e 14 anos) que pertenciam à população do município. Ainda sobre os dados estatísticos que constavam no referido relatório,⁶³⁶ outro aspecto apresentado foi o Estado de origem dos “menores” atendidos nos dois primeiros anos. Como se pode observar no quadro a seguir, do total de menores atendidos em 1956, 56% pertenciam ao próprio Estado do Rio de Janeiro. Pela proximidade territorial do então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro facilitou a presença de “menores” que não eram oriundos de Duque de Caxias.

Ao compararmos os anos de 1956 e 1957, percebemos que a partir da atuação da ABM, houve uma redução de 52 “menores” oriundos do Distrito Federal em relação ao ano de 1957 que foi computado apenas 9. Houve também uma diminuição significativa em

⁶³³ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

⁶³⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.2, caixa 003, 1958.

⁶³⁵ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

⁶³⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

relação aos diferentes Estados, mas o total de referência não correspondeu à totalidade de meninos atendidos em 1956, menos ainda em 1957.⁶³⁷ Dom Odilão afirmava, no texto introdutório aos dados estatísticos, que “no que toca ao problema em Caxias, essa assistência tem sido eficaz e indispensável, pois o pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade”.⁶³⁸ A exibição dessas tabelas no relatório foi exposta ao final do documento, mas aqui, para efeitos de metodologia e análise, optamos por dividir as informações e também reproduzir as tabelas no anexo.

Quadro 2 Associação Beneficente de Menores/Origem dos "menores" atendidos pela ABM nos dois primeiros anos de atuação

	1956	1957
RIO GRANDE DO NORTE	7	5
PARAÍBA	23	3
PERNAMBUCO	13	7
ALAGOAS	7	5
BAHIA	9	6
MINAS GERAIS	23	9
ESPÍRITO SANTO	27	6
OUTROS ESTADOS	28	8
RIO DE JANEIRO:	77	26
DISTRITO FEDERAL	52	9
DUQUE DE CAXIAS	49	25
TOTAL	315	109

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁶³⁹

Quanto à abordagem feita pelos agentes da ABM aos “menores” na rua, foi registrado no Histórico de 1956.

Dêsse primeiro trabalho, o mais difícil, pois os garotos viviam escurraçados [sic] da sociedade, perseguidos pela polícia, temerosos diante dos adultos, desconfiados de todos, os resultados já se notam, pois tendo a sua vida legitimada, amparada, apresentando-se mais dóceis, mais limpos e mais alegres.⁶⁴⁰

⁶³⁷ Percebemos no total desse quadro: 424 que não correspondeu à quantidade total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

⁶³⁸ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

⁶³⁹ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁶⁴⁰ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

Essas características demarcavam uma determinada infância em situação de pobreza, além de reforçar a “finalidade precípua”⁶⁴¹ da instituição, o controle e o ordenamento. Através da imprensa, percebemos que desde 1953, havia uma perseguição ao trabalho informal praticado pelos ambulantes e pelos “menores trabalhadores”. Dessa forma, apresentamos uma reportagem que fazia a cobrança⁶⁴² da Associação Comercial sobre o pedido recorrente da instituição ao prefeito Braulino (1952-1955) para que “colocasse um paradeiro a essa desigualdade reinante” sobre a “injusta concorrência” com os comerciantes, que pagavam impostos em diferentes esferas. Na matéria ainda, havia a indicação de que o termo mais adequado para se referir aos ambulantes seria barraca, uma vez que eram “estacionadas” e espalhadas pela “cidade em todos os sentidos”. Na reportagem,⁶⁴³ também foi pontuado que os fiscais perseguiram “impiedosamente os pequenos engraxates, sorveteiros, os vendedores de latas e pentes”, como também questionava a igualdade perante à lei e o fornecimento de licenças aos ambulantes. De acordo com o que foi relatado, apesar da ABM ter sido instituída anos mais tarde, a instituição regularizou a situação do trabalho de ambulante dos “menores”, pelas ruas do distrito-sede.

Observamos também que apenas em 1956,⁶⁴⁴ o prefeito Francisco Corrêa regularizou o comércio ambulante através do decreto nº 143, publicado em Diário Oficial. Segundo o jornal, “conforme havia prometido, o prefeito regularizou a situação das barracas fixas e do comércio ambulante da cidade atendendo assim aos apelos da Associação Comercial”.⁶⁴⁵ Como já foi sinalizado em 1956, o Juiz Dr. Hélio Albernaz, associado à ABM, apresentava na imprensa o seu “plano de assistência” para a regulamentação do trabalho dos menores:

O Dr. Albernaz expôs o seu plano de assistência aos engraxates, que consistirá em horários especiais de trabalho e estudo. Só poderão ser engraxates aqueles realmente necessitados. Os garotos terão as suas fichas na A.B.M., e conduzirão uma placa que os identificará. Qualquer ato pouco recomendável que pratiquem implicará na perda da licença para engraxar. Essa medida se estenderá aos jornaleiros e vendedores ambulantes.⁶⁴⁶

O jornal já salientava que havia uma rigorosa fiscalização que estava sendo empreendida sobre os “menores engraxates e vendedores ambulantes”, assim como a atuação dos comissários de menores. Foi disseminado ainda o regulamento sobre a entrada de “menores”

⁶⁴¹ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

⁶⁴² EM SOBRESSALTO OS VENDEDORES AMBULANTES. *Jornal A Folha de Caxias*, 15 nov. 1953.

⁶⁴³ EM SOBRESSALTO OS VENDEDORES AMBULANTES. *Jornal A Folha de Caxias*, 15 nov. 1953;

⁶⁴⁴ REGULARIZANDO O COMÉRCIO AMBULANTE. *Jornal A Folha de Caxias*, 22 jan. 1956.

⁶⁴⁵ REGULARIZANDO O COMÉRCIO AMBULANTE. *Jornal A Folha de Caxias*, 22 jan. 1956.

⁶⁴⁶ MENORES ENGRAXATES E VENDEDORES AMBULANTES SOB RIGOROSA FISCALIZAÇÃO. *Jornal A Folha da Cidade*, 8-9 jul. 1956; PLANO DO JUIZ PARA EVITAR A PERDIÇÃO DOS MENORES. *Jornal A Folha da Cidade*, 8-9 jul. 1956.

nos bares noturnos, boates, cafés concertos, “music-halls”, entre outros. Em conformidade com o Código de Menores de 1927, ficava estabelecido:

Diz o provimento (nº1), que não é permitida a entrada de menores de 18 anos “em casas de dancings ou de bailes públicos (que vendam ingressos), qualquer que seja o título ou denominação que adotem, como também, aos salões de bilhares, como assistentes ou jogadores”.

Nas casas de espetáculos, como cinemas, menores de 14 anos não podem assistir a espetáculos que terminam depois de 20 horas. Os maiores de 14 e menores de 18 anos, não poderão assistir a espetáculos impróprios. E as crianças menores de cinco anos, “não poderão, em caso algum, ser levadas às representações”.

Finalmente, obriga o provimento, a que as casas de diversões públicas afixem em local visível o limite de idade permitido para ingresso aos espetáculos, “sendo proibida a venda de entrada aos menores impedidos por lei”.

Os comissários de menores deverão orientar-se por êsse provimento, para a fiscalização que deverão exercer.⁶⁴⁷

No mês seguinte, o Juiz Dr. Hélio Albernaz convocava os vendedores ambulantes, que fossem menores ou os seus responsáveis, para que se reunissem com ele na Associação Comercial, a fim de explicarem como funcionaria o registro.⁶⁴⁸ Tal reunião era descrita com riquezas de detalhes, como já foi apontado.⁶⁴⁹ No decorrer do ano, o juiz Dr. Hélio Albernaz não gostou das atitudes da guarda municipal para com os “menores engraxates”. Mediante esse posicionamento, enviou um ofício ao prefeito Francisco Corrêa e o informou que “qualquer reclamação sôbre os menores engraxates da cidade, deveriam ser encaminhados, diretamente ao Juiz a quem cabe inteira responsabilidade sôbre os menores, devendo suprir as irregularidades que por acaso, hajam em relação ao trabalho dos menores”.⁶⁵⁰

A divulgação de atuações como essa contribuiu para a conformação de uma determinada imagem do juiz e conseqüentemente, da justiça. Na matéria sobre jogos nos Parques de Diversões, que era atrelada a “degradação do menor”, foi cobrada a intervenção do Juiz em que afirmava “A população espera uma enérgica providência do Dr. Hélio Albernaz, Juiz de Direito, que tem abandonado até aqui a majestade do seu cargo para cobrir a ineficiência funcional de autoridades relapias [sic]”.⁶⁵¹ Desde o início do trabalho do juiz Dr. Hélio Albernaz, o mesmo já recebia as congratulações pelo ofício que começava a desempenhar, como as recebidas pela Congregação Mariana da Imaculada Conceição e São Francisco de Assis,⁶⁵² vinculadas à Paróquia de Santo Antônio. Outras homenagens em

⁶⁴⁷ PROIBIDA A ENTRADA DE MENORES NOS BARS, CINEMAS E BOITES DE CAXIAS. *Jornal A Folha da Cidade*, 5-6 ago. 1956.

⁶⁴⁸ O JUIZ COM OS MENORES. *Jornal A Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

⁶⁴⁹ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal A Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

⁶⁵⁰ O JUIZ NÃO GOSTOU DO GESTO DA GUARDA. *Jornal A Folha da Cidade*, 23-24 set. 1956.

⁶⁵¹ JOGO FRANCO NOS PARQUES DE DIVERSÕES. *Jornal A Folha da Cidade*, 30-31 dez. 1956.

⁶⁵² ENTIDADE RELIGIOSA APLAUDE A ATUAÇÃO DO JUIZ DE DIREITO. *Jornal A Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

diferentes espaços foram feitas ao juiz, por suas “salutares campanhas”.⁶⁵³ Isso porque suas atitudes vinham ao encontro da ação que alguns setores desejavam que fosse impressa na cidade, através da ordenação desse trabalho informal como “uma medida útil para a solução do problema dos menores”.⁶⁵⁴

Quanto às idades das crianças atendidas pela ABM, temos as informações sobre os meninos e as meninas, de acordo com o quadro 3.⁶⁵⁵ Em relação aos meninos, a maior incidência dizia respeito aos de 13 anos de idade, enquanto às meninas, as de 14 anos de idade. A menor incidência entre os meninos eram entre os de 10 e 17 anos; enquanto as meninas, as de 11 anos. Percebemos que a maioria dos meninos registrados pela ABM, que trabalhavam nas ruas, tinham 13 anos, enquanto as meninas correspondiam aos 14 anos — a maior quantidade. Notamos também, que os “menores” que trabalhavam nas ruas, começavam com 10 anos, tanto os meninos quanto as meninas. Dom Odilão afirmava que era “de grande importância para a solução do problema do menor abandonado é essa assistência ao menor trabalhador, já lhe facultando o trabalho, já lhe amparando no trabalho”.⁶⁵⁶

Quadro 3 Associação Beneficente de Menores/Idade dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957

	MENINOS	MENINAS
10 ANOS	18	3
11 ANOS	19	2
12 ANOS	38	6
13 ANOS	80	17
14 ANOS	61	31
15 ANOS	34	4
16 ANOS	33	11
17 ANOS	18	5
TOTAL	301	79

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁶⁵⁷

⁶⁵³ HOMENAGEM AO JUIZ. *Jornal A Folha da Cidade*, 12-13 ago. 1956.

⁶⁵⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958.

⁶⁵⁵ Percebemos no total desse quadro: 380 que não correspondeu à quantidade total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1-4, caixa 003, 1958.

⁶⁵⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1, caixa 003, 1958.

⁶⁵⁷ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

Em relação à cor, eram divididos pelas classificações brancos, pretos e mulatos. A quantidade de meninos brancos era de cento e vinte e três, enquanto os meninos pretos, unificando aos mulatos, eram de duzentos e oitenta e um. Isso significava que era mais que o dobro dos classificados como brancos. As meninas classificadas como brancas eram de quarenta e quatro, enquanto que, ao unirmos o quantitativo de mulatas com “pretas”, correspondia a um total de 73 que, por essa lógica, aproximava-se do dobro das meninas brancas.⁶⁵⁸ Nesse aspecto, identificamos que os meninos e as meninas do Patronato eram em sua maioria negros e negras, de acordo com o quadro 5. Esse quadro, em especial o seu total equivaleu à quantidade de “menores” assistidos em 1957, que foi de 521 de acordo com o quadro 4 que correspondeu à quantidade geral de “menores” atendidos. Dessa forma, associamos o quadro 5 aos atendimentos de 1957.⁶⁵⁹

Quadro 4 Quantidade dos "menores" atendidos pela ABM nos dois primeiros anos de atuação

	1956	1957
MENINOS	430	404
MENINAS		117
TOTAL	430	521

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁶⁶⁰

Quadro 5 Associação Beneficente de Menores/Cor dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1957

	MENINOS	MENINAS	TOTAL
BRANCOS	123	44	167
PRETOS	160	15	175
MULATOS	121	58	179
TOTAL	404	117	

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁶⁶¹

Quanto à família,⁶⁶² notamos um índice alto em relação à orfandade paterna dos meninos. O mesmo ocorria com as meninas, embora numa proporção menor. Diante desse

⁶⁵⁸ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.4, caixa 003, 1958.

⁶⁵⁹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1-4, caixa 003, 1958.

⁶⁶⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁶⁶¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁶⁶² Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.4, caixa 003, 1958.

painel, Dom Odilão afirmava que não resolveria o problema do “menor” apenas através da assistência ao trabalho, e assegurava que “seria ilusório pensar que a solução daquele problema esteja apenas na internação, pois a assistência ao menor na família e no trabalho [seria] a medida mais eficaz”.⁶⁶³

Quadro 6 Associação Beneficente de Menores/Família dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957

	MENINOS	MENINAS
ÓRFÃO DE PAI E MÃE	36	20
ÓRFÃO DE PAI	112	20
ÓRFÃO DE MÃE	22	2
PAIS SEPARADOS	54	12
NÃO VIVE COM OS PAIS	64	14
TOTAL	288	68

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁶⁶⁴

Em 1958, também os meninos passaram a preencher uma “Ficha do Trabalho de Rua” que continha, além das informações pessoais, a portaria nº 53/58, na qual o Juiz de Direito e de Menores da Comarca de Duque de Caxias, Dr Hélio Albernaz Alves, autorizava o trabalho dos mesmos nas ruas, nas praças e noutros logradouros públicos.⁶⁶⁵ Mas, o trabalho assistencial ainda não era o almejado, como sinalizado em alguns documentos, ao se referir ao internamento dos “menores”.

Dom Odilão afirmou, em diferentes momentos no relatório, que a cidade havia mudado a partir do trabalho feito pela ABM:

Para quem conheceu antes a cidade, com as ruas cheias de menores maltrapilhos e indisciplinados, é alegria verificar-se agora êsse quadro desaparecido e os menores mais organizados, ganhando o seu sustento com o próprio trabalho. Para prova de que esta organização dos garôtos tem sido eficiente, basta citar que muitos dêles são a garantia do sustento da família.⁶⁶⁶

Esse trabalho inicial caracterizou a funcionalidade da ABM na rua através do atendimento aos “menores” com a matrícula, as reuniões de orientação, a fiscalização e o recolhimento

⁶⁶³ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1, caixa 003, 1958. Percebemos no total desse quadro: 356 que não correspondeu à quantidade total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1, caixa 003, 1958.

⁶⁶⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁶⁶⁵ A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

⁶⁶⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

daqueles que não aceitavam tal normatização. Todos esses aspectos, entre os demais que foram citados, atrelados à atuação judicial na figura do juiz e dos seus comissários, configuraram parte desse trabalho inicial da instituição.

Com o trabalho da ABM, as ruas não deixaram de ter os “menores”. A diferença foi que esses “menores” passaram a ser, segundo a avaliação da ABM, mais “disciplinados” e menos “maltrapilhos”, até porque eles usavam uniformes. Isso reforçou a ideia de cidade organizada e de “civildade” tão propagada, além do controle dessa população. Nessa perspectiva, a regulamentação dos tipos de trabalho dos “menores” e as regras estabelecidas para a manutenção da licença, como a observação do comportamento dos menores, revelou modos de regulação da circulação dos jovens pelas ruas do distrito-sede, e ainda a concepção de que o trabalho era uma atividade regeneradora, dignificante e necessária para a infância desvalida.

4.2 O espaço de internamento na Fazenda São Bento

Os documentos de 1959 afirmavam que a “ABM continuou prestando assistência aos menores de rua, limitando aos engraxates, mas prestando uma assistência mais completa”.⁶⁶⁷ Nesse ano, uma nova frente de trabalho iria concentrar mais esforços da instituição, posto que o relatório de 1959 iniciava com a seguinte observação: “Consegui assim a instituição realizar, depois de quatro anos de trabalhos incessantes, a sua finalidade precípua a qual a de ‘a fundação e manutenção de um estabelecimento de internação de menores’ (Estatutos, art. 3º)”.⁶⁶⁸ Dessa forma, destacamos as características iniciais dessa atuação da ABM, em face ao território que foi instituída na Fazenda São Bento, o Patronato São Bento. Agora, o trabalho da rua foi cedendo espaço ao internamento. O trabalho na rua foi sendo substituído por trabalhos internos e cotidianos, voltados para a agricultura, o artesanato e a rotina diária do confinamento. Enfim, outra conformação dessa assistência.

A partir de setembro de 1958, identificamos no livro-caixa, registros quanto ao pagamento por instalações elétricas no São Bento,⁶⁶⁹ como passeio pelo São Bento, em agosto de 1958,⁶⁷⁰ frete de madeira doada pela Prefeitura,⁶⁷¹ pagamento aos garotos por trabalhos⁶⁷²

⁶⁶⁷ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁶⁶⁸ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

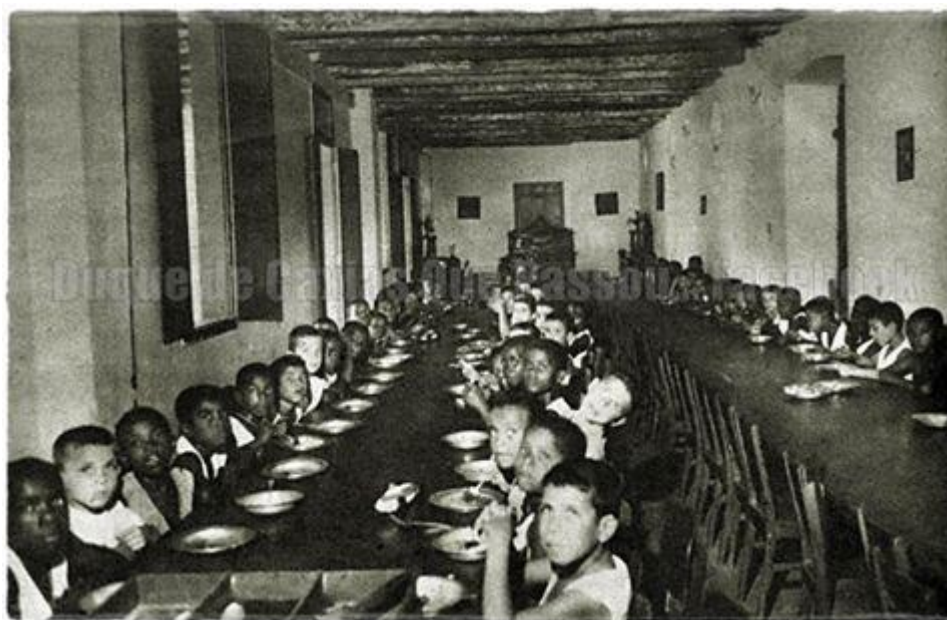
⁶⁶⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.164, caixa 001, 1958.

⁶⁷⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.162, caixa 001, 1958.

⁶⁷¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.162, caixa 001, 1958.

no referido local, que se estendeu por alguns meses, e as despesas com instalações e reparos no mesmo espaço, até o mês de junho em 1959. No mês seguinte, passou a funcionar o internato no Núcleo Colonial São Bento, na antiga Fazenda São Bento, com “todos os encargos de educação, amparo e cuidado direto dos menores”.⁶⁷³ Após a liberação da área pelo INIC e o SPHAN,⁶⁷⁴ foi instalado no imóvel já construído, o refeitório, a cozinha, os banheiros, os sanitários, os esgotos, um poço para fornecimento de água e a instalação elétrica. Esse prédio, liberado para o uso do internato, correspondia às características de um edifício-internato nesses primeiros anos, por centralizar num só lugar, essas funções e por ter o formato de “U”. Tudo isso favorecia o controle e a necessidade de poucos fiscais nessa tarefa como observou Conceição (2012) em sua pesquisa também. Além disso, “cercou-se o terreno, de modo a serem as áreas divididas para horticultura, pomar, recreios e campos de esportes”.⁶⁷⁵

Figura 06. Os “menores” no refeitório do Patronato São Bento



Fonte: Facebook Duque Caxias Que Passou. Década de 1960.

No refeitório da antiga Fazenda, que passou a ser o do internato, a mesa apresentava esse formato de “U”, que facilitava o controle dos “menores” e a necessidade de menos

⁶⁷² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.165, caixa 001, .

⁶⁷³ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁶⁷⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador da Cidade dos Meninos), PSB 085, caixa 003, 1957.

⁶⁷⁵ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

fiscais, como já foi observado. Outras características da Fazenda, que podemos notar nesse documento, são as paredes grossas e os janelões. A imagem apresenta o espaço como organizado, limpo e ordenado, o que coaduna com a ideia de que a instituição tinha essas mesmas características. Para que os meninos fossem matriculados na Fazenda São Bento, era necessário que cumprissem algumas regras,⁶⁷⁶ como comparecer no horário de funcionamento da secretaria, que correspondia a dois dias vespertinos. O “menor” deveria vir acompanhado porque seu responsável teria que responder a um inquérito sobre a sua vida familiar, em caso de ser aluno novo, enquanto os que já estavam matriculados deveriam relatar as férias e apresentar certidão de batismo.

Havia também prazos estabelecidos⁶⁷⁷ para realizar a matrícula no Grupo Escolar. Entre as exigências, havia a necessidade de que, caso o “menor” tivesse frequentado outra escola, o mesmo deveria trazer um relato breve da instituição de origem sobre “disciplina, defeitos, enurese, etc. para que se trate cada um de acordo com o comportamento”. Previa-se que esse conhecimento poderia “ajudar na adaptação na nova escola”.⁶⁷⁸ Eram solicitados alguns documentos, um desses era o atestado de sanidade geral numa “folha íntegra” fornecida pela LBA e com o seu timbre. Tal exigência já era prevista no Estatuto, para que a instituição pudesse receber o referido “menor”, o mesmo passaria por exames físicos e psíquicos, de acordo com o artigo 50º. O artigo seguinte afirmava que seria feita “sindicância sobre os antecedentes familiares do menor, vida pregressa, meio social em que viveu”.⁶⁷⁹

Para o início do internamento de “menores” na Fazenda São Bento, foi feita uma seleção “rigorosa” para que fossem aceitos apenas os “necessitados” com idade entre dez e catorze anos de idade. Uma vez admitidos, os “alunos” realizavam trabalhos caseiros, como: limpeza, cozinha, horticultura, pomar e a partir de 1960, atividades artesanais. Os mais adiantados recebiam instrução na escola pública vizinha.⁶⁸⁰ Quanto às ações cotidianas, chamam a atenção duas questões: um registro apenas sobre dinheiro recebido por trabalho de menor na LBA⁶⁸¹ e pagamento de funeral.⁶⁸² Não conseguimos identificar que trabalho foi prestado à LBA e o nome relacionado ao funeral, de Ronaldo Caetano, não equivale a nome algum das relações nominais de internos, que constam no acervo.

⁶⁷⁶ Para Recepção de Menores, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 219, caixa 004, 1961.

⁶⁷⁷ Não foi feita referência no documento quanto ao mês, mas a data do mesmo é de 15 de fevereiro de 1961.

⁶⁷⁸ Para Recepção de Menores, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 219, caixa 004, 1961.

⁶⁷⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.5, caixa 005, 1961..

⁶⁸⁰ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

⁶⁸¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.266, caixa 001, 1962.

⁶⁸² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão, PSB 064.341, caixa 001, 1962.

Quanto aos meninos que eram mantidos em sistema de internato, cabe observar o que determinava o Estatuto da ABM, no que se refere aos “menores” assistidos. De acordo com o artigo 7º, os responsáveis deveriam assinar um documento de concordância do Estatuto e com duas testemunhas. Os artigos a seguir, tratavam da exigência quanto aos “menores” com problemas de saúde e a infância que seria amparada:

Art 8º)-O menores portadores de moléstias contagiantes e de anormalidades físicas ou psíquicas que os tornem inadaptáveis à vida social ou colegial serão enviados pelo Conselho Social a estabelecimentos especializados.

Art 9º)-A Associação Beneficente de Menores prestará assistência só a menores desamparados econômica ou moralmente, sem distinção de raça ou religião.⁶⁸³

Segundo o ofício expedido⁶⁸⁴ em agosto de 1959, através de um “entendimento verbal” com o diretor da LBA, foram internados menores oriundos de vinte e cinco famílias desalojadas pela enchente do Mangue de Caxias, residentes na Vila São José. Dom Odilão afirmava ainda que a obra de caridade não tinha nenhuma finalidade secundária ou comercial.⁶⁸⁵ É importante lembrar nesse contexto, que o artigo 60º do Estatuto afirmava que no primeiro ano de sua existência, a instituição Associação Beneficente de Menores, atenderia um número limitado de menores.⁶⁸⁶

O Patronato pretendia colaborar inicialmente apenas com a LBA. Os demais internos seriam mantidos pelos responsáveis, por donativos ou por subvenções públicas. Não aceitariam “menores” advindos de outras instituições que não fossem religiosas.⁶⁸⁷ Porém, em dezembro de 1959, o Patronato São Bento recebeu 41 meninos oriundos de diferentes instituições:⁶⁸⁸ Instituto Pará, Instituto Santo Antônio, Educandário Santo Antônio e Ginásio Medianeira. Notamos que apesar da comissão municipal da LBA,⁶⁸⁹ na figura de Dom Odilão, ter tentado preservar esse espaço para atendimento exclusivo dos “menores” oriundos da cidade, não foi possível que isso acontecesse.

⁶⁸³ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.1, caixa 005, 1961.

⁶⁸⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199.1, caixa 004, 1960.

⁶⁸⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.332, caixa 001, 1962; Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁶⁸⁶ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.5, caixa 005, 1961.

⁶⁸⁷ Ofício Expedido, assinado por dom Odilão Moura, PSB 214.1, caixa 004, 1961.

⁶⁸⁸ Relação dos Alunos provindos de outras escolas, sem assinatura, PSB 061, caixa 002, s/d.

⁶⁸⁹ Relação dos Menores Internados na “Fazenda S. Bento” em Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, a expensas da Legião Brasileira de Assistência durante o mês de agosto de 1959, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 048, caixa 002, 1959; Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 049-052, caixa 002, 1959;.

O Relatório de 1959⁶⁹⁰ apontava que a Prefeitura estava com uma dívida de dois milhões com o Patronato, sem previsão e possibilidade de pagamento. Dada essa situação, segundo o relatório,⁶⁹¹ a única solução para a continuidade do trabalho seria a aceitação de menores de outras instituições, com “per capita” a ser paga mensalmente. “Solução, é verdade, que não poderia atender aos menores de Duque de Caxias, mas que facultaria a sobrevivência da obra na sua finalidade geral: o amparo ao menor desvalido”.⁶⁹² Esses meninos que vinham de outras instituições na sua maioria, tinham pouca idade. O grupo com mais velhos era o que tinha meninos com doze anos de idade, provenientes do Instituto Santo Antônio. A maioria cursava a primeira série do ensino primário. Dos quarenta e um, vinte e um cursavam a primeira série; doze, a antiga segunda série; um, na antiga terceira série e apenas cinco cursavam a antiga quarta série. Outro fator interessante era o dos dois meninos que não tinham referência de idade, nem de série. Esses, provavelmente, não tinham o registro civil.

⁶⁹⁰ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.3, caixa 003, 1960.

⁶⁹¹ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.3, caixa 003, 1960.

⁶⁹² Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.3, caixa 003, 1960.

Quadro 7 Associação Beneficente de Menores/Alunos oriundos de outras escolas em 1959

ORIGEM	DATA	QUANTIDADE	IDADE	SÉRIE	PESO	
INSTITUTO PARÁ	19/12/1959	6	6	1ª	20 kg	
			6	1ª	16,500 kg	
			9	1ª	22 kg	
			10	1ª	26 kg	
			10	1ª	24,500 kg	
			11	4ª	28kg	
			2	-	35 kg	
					24,500 kg	
TOTAL PARCIAL		8				
INSTITUTO SANTO ANTÔNIO	21/12/1959	1	5	1ª	20 kg	
			3	7	1ª	26 kg
				7	1ª	20 kg
				7	1ª	210kg
			1	8	1ª	25 kg
			3	9	1ª	26 kg
				9	1ª	26,500 kg
				9	2ª	27,500 kg
			1	10	1ª	26,500 kg
			2	12	2ª	320 kg
				12	4ª	28,500 kg
TOTAL PARCIAL		11				
EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO	23/12/1959	3	7	1ª	20 kg	
			7	1ª	20 kg	
			7	1ª	19,500 kg	
			3	8	1ª	20 kg
				8	1ª	21,500 kg
				8	1ª	21 kg
			1	10	1ª	25 kg
			2	11	2ª	28 kg
	11	2ª	25,500 kg			
TOTAL PARCIAL		9				
GINÁSIO MEDIANEIRA	28/12/1959	2	8	1ª	21 kg	
			8	2ª	20 kg	
			3	10	2ª	32,500 kg
				10	2ª	32,500 kg
				10	2ª	28,500 kg
			4	11	2ª	29,500 kg
				11	2ª	28,500 kg
				11	2ª	25 kg
				11	2ª	25 kg
			1	13	2ª	32 kg
3	14	3ª	32,500 kg			
	14	4ª	28,500 kg			
	14	4ª	28,500 kg			
TOTAL PARCIAL		13				
TOTAL		42				

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, s/d.⁶⁹³

⁶⁹³ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, Relação dos Alunos providos de outras escolas, sem assinatura, PSB 061, caixa 002, s/d.

Ao observarmos o quadro 7 sobre a quantidade de “menores” internos em 1959, percebemos que em janeiro e fevereiro de acordo com o quadro 8, havia uma grande quantidade de “menores”. Isso ocorreu pela atividade da Colônia de Férias, porque além dos meninos internos, que teriam que ficar na instituição no período de férias, houve um acréscimo dos “menores” vindos de outros espaços subvencionados pela LBA e que estavam na mesma condição: os meninos não poderiam ficar com a família. Houve um aumento de internos até maio. De julho em diante, houve decréscimo e ao fim do ano, havia cinquenta e sete meninos internados. O Patronato iniciou o ano de 1961 apenas com doze “menores” mas, em abril, o quantitativo de “menores” internos chegou à noventa e a instituição terminou o ano com uma quantidade de meninos internos próxima a quarenta. Notamos que havia uma oscilação quanto à frequência dos “menores” internados. Os meses de férias (janeiro, fevereiro e julho) eram os meses que a frequência abaixava porque parte dos menores ficava com suas famílias e responsáveis.

Quadro 8 Associação Beneficente de Menores/Quantidade dos "menores" internos mensalmente nos anos de 1960 e 1961

	1960	1961
Janeiro	48* +12 (60)	12
Fevereiro	57* + 25 (82)	12
Março	32	41
Abril	65	90
Mai	70	44
Junho	70	45
Julho	69	37
Agosto	64	40
Setembro	50	43
Outubro	57	45
Novembro	57	48
Dezembro	57	45

*Quantidade dos “menores” internados na Colônia de Férias.

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1960/1961.⁶⁹⁴

Em 1960, no documento com a relação dos “menores” internados na Fazenda São Bento,⁶⁹⁵ dos 57 meninos registrados no final do respectivo ano, notamos a incidência maior de mulheres como responsáveis dos “menores”, além daqueles que não tinham nenhum responsável. Sobre os lugares em que residiam, 18 residiam em Duque Caxias, distribuídos por diferentes distritos na cidade: Centro (1º distrito), Saracuruna (2º distrito), Imbariê (3º

⁶⁹⁴ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento. Esse quadro foi elaborado a partir do acervo do PSB 194, caixa 004, 1960/1961.

⁶⁹⁵ Relação dos menores internados na “Fazenda S Bento”, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 182.1/2, caixa 004, 1960.

distrito), FNM (Fábrica Nacional de Motores, 4º distrito) e Campos Elíseos (2º distrito). Os demais eram de 20 bairros de diferentes lugares do estado. Notamos que apesar de haver meninos residentes de outros lugares, a maior incidência era daqueles que moravam em bairros de diferentes distritos no município, assim como os diferentes municípios do Rio de Janeiro, embora representasse um quantitativo menor. Identificamos ainda que os mesmos “menores” que não apresentavam o nome do responsável, respectivamente não tinham o endereço registrado no referido documento. Apontamos ainda a idade limite, que não estava sendo cumprida pela instituição: ter 19 meninos com idade igual e superior a 14 anos de idade. Constatamos que essa foi uma dificuldade recorrente ao longo do seu percurso.

4.3 Saberes Ensinados e Ofícios Praticados

Desejo ter na Fazenda um regime pedagógico bom, inteligente, sem promiscuidades, orientado, pois só respeitando a essência da pedagogia cristã teremos uma obra assistencial de menores útil.⁶⁹⁶

Após a institucionalização, a ABM teve seu trabalho inicial numa atuação marcada pelas ruas do primeiro distrito do município. Foram aproximadamente quatro anos de trabalho com esse “menor trabalhador”, até que em 1959, conseguiu concretizar sua “finalidade precípua”, que havia sido desenhada desde a primeira reunião com as autoridades, que era o Patronato. Assim, inúmeras outras questões surgiram e redefiniram o desenvolvimento dessa assistência, estabelecida na Fazenda São Bento que era localizada nas terras que ainda pertenciam ao Núcleo Colonial São Bento. Dessa forma, trataremos a seguir um exame mais cuidadoso das ações que envolveram a educação, o trabalho e que permearam as ações desse equipamento.

Como já foi apontado anteriormente, o Estatuto de 1956 indicava no seu artigo 5º, algumas das práticas assistenciais que seriam efetivadas na atuação da ABM junto a esses “menores”.⁶⁹⁷ Entre esses aspectos, destacamos a educação, que seria destinada a uma determinada infância e por isso, atrelada ao trabalho. Assim, identificaremos na instituição, através das fontes, as questões que remetem aos saberes ensinados e os ofícios praticados. Para isso, inicialmente trataremos do currículo da escola regular oferecida, que era o do

⁶⁹⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

⁶⁹⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1-2, caixa 003, 1956.

primário, enquanto o Patronato oferecia o artesanato e a formação profissional. A ABM também aprovava a medida recente da LBA, que consistia na aplicação de teste de personalidade e de inteligência nos assistidos. Todas essas exigências haviam sido enviadas à LBA através de ofício, pelo diretor do Patronato, Dom Odilão.⁶⁹⁸

Esses critérios, apresentados nos documentos de 1956, foram referendados, na prática, em 1959, como foi possível perceber. Tudo o que foi apresentado até aqui, sobre a atuação da ABM, condiz com o artigo 5º do Estatuto de 1956,⁶⁹⁹ onde foi feita a afirmação de que a ABM prestaria assistência integral aos “menores”, a qual destacamos a alimentar e de habitação, como podemos identificar com o internamento, assim como a médica, que veremos a seguir. Esse atendimento assistencial inicial, na rua (ABM) e no campo (ABM/Patronato), foi permeado tanto pela questão educacional, quanto assistencial. Nesse momento, deteremo-nos no atendimento assistencial médico. Além da formação ofertada nesses encontros semanais, no relatório de 1957 foi evidenciada uma atividade que iniciou em dezembro desse ano: um programa da ABM na Rádio Difusora Duque de Caxias.⁷⁰⁰ Essa iniciativa tinha por objetivo “orientar principalmente aos pais. Combateu, outrossim, a mendicância infantil, muito desenvolvida em Caxias”.⁷⁰¹ Podemos associar essa prática a uma ideia muito difundida no início do século, conhecida como “ação preventiva”.

A ideia de uma assistência preventiva toma corpo no início do século com a intensa participação de médicos como Moncorvo Filho (Rio de Janeiro) e Ferreira Magalhães (Bahia) na construção de modelos de assistência à infância calcados na prevenção do desvio social, como a vadiagem, a ociosidade e a criminalidade. Pretendia-se combater a disseminação de moléstias consideradas hereditárias como o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, possíveis, portanto de prejudicar o desenvolvimento dos herdeiros. (...) Os instrumentos mais valorizados pelos médicos eram os conselhos às mães pobres sobre como educar os filhos (RIZZINI, 1995, p. 279--280).

Esses discursos médicos eram incorporados e transmitidos por outros profissionais, como autoridades do judiciário e do governo (RIZZINI, 1995). Rizzini (1995) afirmou que no início da década de 1950, em nível nacional, eram comum as palestras como forma de prevenção, destinadas aos responsáveis das crianças em idade escolar, aos menores de dezoito anos e aos analfabetos. Acreditamos que isso deveria permear as 96 reuniões de formação que a ABM proporcionou aos “menores trabalhadores”, no ano de 1957. Eram reuniões

⁶⁹⁸ Ofício Expedido, assinado por dom Odilão Moura, PSB 214.1, caixa 004, 1961.

⁶⁹⁹ Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 76.1, caixa 003, 1956.

⁷⁰⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

⁷⁰¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

semanais, de acordo com o relatório do referido ano.⁷⁰² Entre essas ações da ABM, ainda constava no Relatório de 1957,⁷⁰³ a assistência médica oferecida aos meninos que estavam com a saúde mais frágil, e o Dr. Jorge Armênio os atendia gratuitamente, assim como fazia a exigência da chapa pulmonar e do atestado de vacinação de cada um. Isso provavelmente aconteceu no ano anterior também, pois nesse relatório se encontrava a estatística dos atendimentos de 1956. A partir do momento em que houve o internamento, as assistências médica e dentária passaram a ser feitas pela LBA de Duque de Caxias.⁷⁰⁴

Das ações empreendidas pela ABM, outra atividade foi o atendimento ao “menor infrator”. Dom Odilão, no relatório de 1957, declarava:

Aos menores prêso por motivos de delito procurou [ABM] assistir por visitas à prisão. Colaborou com o Juiz de Direito no sentido de se edificar um recolhimento para os menores, junto da delegacia, para que os mesmos não fossem colocados com os adultos na mesma prisão, como até então vinha sendo feito.⁷⁰⁵

Esse trabalho, iniciado em 1957, adentrou o ano seguinte e era intitulado de “Serviços de Recuperação de Menores”. No livro-caixa, foi feito o registro de materiais de construção fornecidos para edificação de um compartimento anexo à delegacia,⁷⁰⁶ serviços diversos financiados pelo Juiz Hélio Albernaz,⁷⁰⁷ pagamento de refeições de menores detidos.⁷⁰⁸ No Plano de Aplicação do ano de 1959, foi relacionada uma colaboração com o Juizado de Menores sobre assistência aos menores “detidos”, com alimentação, recuperação e contribuição com os pais.⁷⁰⁹ Após iniciado o serviço de internação na Fazenda São Bento, esse trabalho junto aos menores detidos e encaminhados à delegacia não teve continuidade. Esses elementos apresentados nesses primeiros anos de institucionalização da ABM corroboram com o que Rizzini (1995, p. 290) apontou sobre o trabalho assistencial no país: o fato de que “o atendimento aos menores no Brasil sempre fora controlado pelo aparelho policial-judiciário”. Quanto à vestimenta, sublinhamos o uso de uniformes para o trabalho

⁷⁰² Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

⁷⁰³ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958.

⁷⁰⁴ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

⁷⁰⁵ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁷⁰⁶ Livro-Caixa, Dom Odilão Moura, PSB 064.120/121/149/151/158, caixa 001, 1958; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - Balancete Geral do Caixa Relativo ao Exercício de 1957, PSB 80.2, caixa 003, 1957.

⁷⁰⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.153, caixa 001, 1958.

⁷⁰⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.192, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.192, caixa 001, 1959.

⁷⁰⁹ Plano de Aplicação, assinado por Dr. Jorge Armênio (presidente da ABM), PSB 044., caixa 002, 1959.

nas ruas⁷¹⁰ e com o internamento, roupas para que os meninos vestissem com pagamento de costureira e de lavadeiras para esse cuidado.⁷¹¹

O trabalho assistencialista junto aos menores teve continuidade em 1958. Entre eles, destacamos a compra de sandálias,⁷¹² o café oferecido aos meninos,⁷¹³ a contratação de uma assistente social paga pela ABM,⁷¹⁴ o pagamento de passagens para internação noutras instituições,⁷¹⁵ entre outros. A contribuição financeira por parte dos meninos⁷¹⁶ foi registrada em diferentes momentos, como pagamento dos uniformes e dos utensílios adquiridos para o trabalho. Quanto ao internamento, observamos que havia uma preocupação com outras atividades através da compra de bola de ping-pong,⁷¹⁷ aluguel de filme e reparo de rádio,⁷¹⁸ compra de brinquedos e compra de televisão.⁷¹⁹ Outras despesas refletiam o cotidiano da instituição, como compra de camisetas e confecção de pijamas,⁷²⁰ de calças compridas e curtas.⁷²¹ Inicialmente, a lavagem da roupa era feita por diferentes lavadeiras locais; depois, o trabalho passou a ser feito por uma lavanderia.⁷²² Outras ações de rotina implicavam compra do material escolar,⁷²³ compra de sandálias,⁷²⁴ pagamento de passagens aos alunos que visitavam os responsáveis,⁷²⁵ pagamento de corte de cabelo,⁷²⁶ ida ao médico,⁷²⁷ ida ao

⁷¹⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958.

⁷¹¹ Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 64.201, caixa 001, 1958; . Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 64.206/207/210/214/217/221/225/226/227/231/236/237/239/240/241/245/247/249, caixa 001, 1959; Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 64.267/269/271/273/274/281/282/286/287/289/291/300/305/307/308/309/311/316/318/320/323, caixa 001, 1962..

⁷¹² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.144/159, caixa 003, 1958.

⁷¹³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.154, caixa 003, 1958.

⁷¹⁴ Livro-Caixa,, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.111, caixa 001, 1957.

⁷¹⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.135/154/159/161/165/170/193, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.193, caixa 001, 1959 .

⁷¹⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064.148/184/187, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064.148/184/187, caixa 001, 1959 .

⁷¹⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.199/215/219/221, caixa 001, 1959.

⁷¹⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.251, caixa 001, 1959; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.255/257/258/259/260/263, caixa 001, 1960 .

⁷¹⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.255, caixa 001, 1959.

⁷²⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.199/225, caixa 001, 1959.

⁷²¹ Livro-Caixa, PSB 064. 201/206/207/210/214/217/221/225/226/227/231/236/237/239/240/241/245/247/249, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, PSB 064. 206/207/210/214/217/221/225/226/227/231/236/237/239/240/241/245/247/249, caixa 001, 1959 .

⁷²² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064. 221/227/230/231/232, caixa 001, 1959 .

⁷²³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.239/241/252, caixa 001, 1959.

⁷²⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Oidlão Moura, PSB 064.201, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Oidlão Moura, PSB 064.219/224/233, caixa 001, 1959.

⁷²⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.215/224/251, caixa 001, 1959.

⁷²⁶ Livro-Caixa, assinado pó Dom Oidlão Moura, PSB 064.207/217/224/233, caixa 001, 1959.

⁷²⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.200/201, caixa 001, 1959.

dentista,⁷²⁸ compra de hóstia,⁷²⁹ compra de medicamentos na farmácia,⁷³⁰ compra de equipamentos e utensílios das oficinas,⁷³¹ venda de lenha⁷³² e cota de manutenção paga pelos meninos.⁷³³ É interessante pensar os registros de compras e despesas do livro-caixa, para perceber aspectos da rotina do funcionamento da instituição. Cabe ainda considerar que:

Esses mesmos bens ou serviços continuaram sendo oferecidos nos internatos em colégios do século XX com a inclusão de serviços como os de engraxate e barbeiro. A existência desses recursos no próprio colégio, além de ser uma fonte de recurso para o estabelecimento, possibilitava a diminuição de saídas dos internos e, portanto, um maior controle deles por parte da ‘equipe dirigente’ (CONCEIÇÃO, 2012, p. 83).

Esse confinamento no espaço do internato, por sua vez, garantia um maior controle sobre os meninos que, contraditoriamente, os afastava do convívio social, tão almejado nos discursos daqueles que clamaram pela instituição de internamento. Identificamos algumas características peculiares ao internamento na Fazenda São Bento. A seguir, trataremos das questões referentes à educação e à escola regular que os “menores” internos tiveram acesso.

4.4 As práticas educativas e os modos de escolarização

A preocupação com formação dos “menores” registrados pela ABM foi algo intermitente ao longo desse projeto. Apresentaremos a seguir, alguns desses aspectos relacionados à formação instituída pela ABM e à “escola-internato”. Identificamos a preocupação com a formação não formal e formal (educação escolar). Associada à educação não formal, ressaltamos a realização dos encontros semanais, nos quais os “menores” engraxates e vendedores de balas eram obrigados a participar. De acordo com o Histórico de 1956, os mesmos eram “reunidos na sede semanalmente onde discutem os seus problemas, recebem instrução cívica e aulas de catecismo, já que raros são os não católicos”.⁷³⁴

Cabe esclarecer que no processo de institucionalização, tivemos a presença dos professores na constituição de conselhos da instituição, na frente de campanhas para

⁷²⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.260, caixa 001, 1959; Livro-Caixa, PSB 064.261, caixa 001, 1960.

⁷²⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.274/281/343/350, caixa 001, 1962.

⁷³⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.260, caixa 001, 1960.

⁷³¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.267/273, caixa 001, 1962.

⁷³² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.220, caixa 001, 1959.

⁷³³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.273/278/279/280/281/282/284/285/286/288/295/296/297/298/306/307/310/316/317/321/323/325/328/339/344/347/348/350/351/355/356/357, caixa 001, 1962; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.368/369, caixa 001, 1962.

⁷³⁴ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1957.

arrecadação de recursos e na função de alfabetizadora. Uma professora que atuou no período inicial da ABM, a partir de 1958, foi a Professora Martha Rossi,⁷³⁵ como alfabetizadora do curso noturno oferecido pela ABM.⁷³⁶ A referida professora tinha seu nome registrado com pagamento mensal no livro-caixa da instituição. O relatório da ABM de 1957 trazia a seguinte referência quanto ao trabalho de alfabetização na década de 1950:

2) ASSISTÊNCIA ESCOLAR. Funcionou durante o ano letivo um curso noturno de alfabetização na Casa São José, lecionado por duas professoras, uma da Prefeitura e outra às custas da A.B.M., com frequência média de 50 alunos. Pôde-se, assim, prestar assistência escolar aos trabalhadores de rua, frequentando alguns outras escolas.⁷³⁷

Diante disso, ao observarmos a vida escolar dos “menores”,⁷³⁸ percebemos que o índice de meninos sem escola era alto e o quantitativo apresentado corroborou com a alegação de que a rede escolar “não atendia a demanda populacional do município” na década de 1950 (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p. 72). Além desses dados confirmarem a escassez de escolas, temos o fato de que os “menores” trabalhavam no horário em que as escolas estariam atendendo os mesmos: durante o dia. Inferimos que o termo “sem escola” representava os “menores” que tinham idade escolar, mas não estavam matriculados e que deveriam ser alfabetizados.⁷³⁹

Quadro 9 Associação Beneficente de Menores/Instrução e contato escolar dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1956 e 1957

	MENINOS	MENINAS
ANALFABETOS	24	7
SEM ESCOLA	247	32
TOTAL	271	39

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁷⁴⁰

⁷³⁵ Foi uma das professoras da Escola Regional de Meriti. Mais tarde, foi uma mobilizadora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, na cidade que consistia num programa nacional da Ditadura Militar para a alfabetização funcional de jovens e adultos.

⁷³⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.141/145/149/154/159/162/166/171/175/183/186/188, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.183/186/188, caixa 001, 1959.

⁷³⁷ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958, grifos do autor.

⁷³⁸ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.4, caixa 003, 1958.

⁷³⁹ Percebemos no total desse quadro: 310 que não correspondeu à quantidade total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.1-4, caixa 003, 1958..

⁷⁴⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

Ao investigarmos o processo de assistência e de escolarização, propostos pela instituição, salientamos que o Patronato São Bento abrigou, no mesmo espaço arquitetônico de internamento, escolas de diferentes esferas para que os meninos internos, assim como as crianças do entorno, fossem escolarizados. Mas, cabe o registro de que no momento em que o Patronato foi instalado na Fazenda, o Núcleo Colonial São Bento já mantinha uma escola no terreno destinado ao internamento. Assim, o estudo da instituição Patronato, pretende investigar por quais modos era ofertada a educação escolar para os meninos atendidos. Precisamos também examinar a relação do Patronato com as instituições escolares da região, ou seja, a dimensão escolar do Patronato transcendeu as paredes da sede do internamento e, em alguns casos, também se confundiu com a sede, posto que, pelo que temos investigado, o mesmo terreno do Patronato também abrigou escola pública regular. Naquele período, a cidade sofria uma carência no que diz respeito à oferta de escolas e de vagas para que as crianças estudassem. No espaço do Núcleo Colonial São Bento, em 1946, foi constituída uma escola regular para que os filhos dos colonos estudassem. Segundo Lustosa (1958), trata-se da Escola Odilon Braga.

ESCOLA ODILON BRAGA

Núcleo Colonial do I. N. I. C. – São Bento

Fundação – 3 de março de 1946.

Diretora – Joana Maciel e Silva.

Professores – 10.

Alunos – 318.

Possui uma excelente biblioteca pedagógica de cunho infantil.

Seis salas amplas e arejadas, ministra ensino PRIMÁRIO, possui uma COOPERATIVA Escolar devidamente registrada. O transporte de Alunos é feito em caminhão desejando a diretora um ônibus em substituição.

Serviço médico e odontológico para os alunos. Cozinha [sic] e fogão a gás, 12 gabinetes sanitários, separados para sexos, uma secretaria, excelente pátio para recreio, bem arborizado.

Muito bom (LUSTOSA, 1958, p. 157).

De acordo com a pesquisa no jornal *A Manhã*, a Escola Odilon Braga foi inaugurada em 1952, “destinada a ministrar o ensino rural primário aos filhos dos colonos do referido Núcleo”, com capacidade para 550 alunos. Na inauguração participaram, entre “outras autoridades”, Renato Martins (diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura), José Irineu Cabral (diretor do Serviço de Informação Agrícola). Havia ainda previsão de criação de um Clube Agrícola e de um “Centro de Indústrias Rurais Caseiras”.⁷⁴¹

ESCOLA PARA 550 ALUNOS – Realizou-se no Núcleo Colonial de São Bento, a inauguração da Escola Odilon Braga, destinada a ministrar o ensino rural primário

⁷⁴¹ ESCOLA PARA 550 ALUNOS. Jornal *A Manhã*, 28 out. 1952.

aos filhos dos colonos do referido Núcleo. (...) Na foto o flagrante do momento em que era cortada a fita inaugural.⁷⁴²

Figura 7 Inauguração da Escola Odilon Braga



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ESCOLA PARA 550 ALUNOS. Jornal *A Manhã*, ano 1952
 Legenda: Escola para 550 alunos.⁷⁴³

Segundo o *Diário de Notícias*, a escola já funcionava desde 1941, quando 210 famílias⁷⁴⁴ moravam no Núcleo. A matéria registrava que a educação era ofertada na Escola Odilon Braga, cuja frequência nos cursos primários e prático-agrícola era de 88 meninos. Estava prevista a inauguração de um curso de especialização para os colonos adultos.⁷⁴⁵

...Um ponto também que muito nos vem interessando é a educação infantil, 88 crianças se acham matriculadas na Escola Odilon Braga, nos cursos primários e prático-agrícola. Dentro em breve inauguraremos um curso de especialização para adultos, afim de ministrar aos colonos os conhecimentos técnicos indispensáveis às suas atividades.⁷⁴⁶

⁷⁴² ESCOLA PARA 550 ALUNOS. Jornal *A Manhã*, 28 out. 1952.

⁷⁴³ ESCOLA PARA 550 ALUNOS. Jornal *A Manhã*, 28 out. 1952.

⁷⁴⁴ Das 210 famílias, 143 eram brasileiras, as demais de outros países, havendo espaço para mais famílias.

⁷⁴⁵ PRODUÇÃO RURAL: A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO BENTO, NA BAIXADA FLUMINENSE. Jornal *Diário de Notícias*, 31 ago. 1941.

⁷⁴⁶ PRODUÇÃO RURAL: A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO BENTO, NA BAIXADA FLUMINENSE. Jornal *Diário de Notícias*, 31 ago. 1941.

Diante das diferentes datas apresentadas quanto ao funcionamento, e uma em relação à inauguração da Escola Odilon Braga, inferimos que a escola já funcionava com o atendimento a um número menor de crianças, no início da década de 1940. Mas, com o aumento populacional, a escola passou a atender um número maior de crianças e a escola foi inaugurada solenemente com a presença de personalidades do Ministério da Agricultura, embora já funcionasse anteriormente. De acordo com o acervo da SME de Duque de Caxias, a Escola Odilon Braga funcionou até 1960,⁷⁴⁷ um ano antes da extinção do Núcleo Colonial São Bento. Para entendermos a lacuna existente entre a Escola Odilon Braga e a Escola Municipal Patronato São Bento⁷⁴⁸ que, segundo a “Ficha de Informações sobre as Unidades Escolares”,⁷⁴⁹ surgiu em 1967, recorreremos às informações de outra escola e de outro lugar: o Grupo Escolar São Bento.

Segundo o Diário Oficial do Estado e de acordo com o Decreto nº 4724, de 1º de junho de 1954, foi criado no município de Duque de Caxias, um Grupo Escolar que funcionaria na Fábrica Nacional de Motores. O referido Grupo realmente funcionou nesse local até 1961, momento em que foi transferido (segundo o Diário Oficial do Estado, portaria nº 7 sob o regimento da Secretaria de Educação e Cultura) com o respectivo professor do “pré-primário e primário”, Maria Nancy Almeida, para a Fazenda São Bento, passando a funcionar no prédio oferecido pela Mitra Diocesana de Petrópolis. Identificamos em diferentes documentos, a referência ao Grupo Escolar São Bento. No livro-caixa, na seção do ano de 1962, identificamos a compra de doces para cantina⁷⁵⁰ e por trabalho na cantina,⁷⁵¹ de fio para antena da televisão⁷⁵² e de instalação da mesma,⁷⁵³ de compra de giz escolar,⁷⁵⁴ de cadeados e porta-cadeados,⁷⁵⁵ de compra de cimento e material elétrico,⁷⁵⁶ de pagamento para primeira⁷⁵⁷

⁷⁴⁷ CEPEMHed, Acervo Secretaria Municipal de Educação (SME)) - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Ficha de Informações sobre as Unidades Escolares da Escola Municipal Patronato São Bento, sem assinatura, NV 001.2a, caixa 001, s/d.

⁷⁴⁸ Essa escola funcionou no território do Patronato São Bento, atendia aos “menores” internos e a comunidade do entorno.

⁷⁴⁹ CEPEMHed, Acervo Secretaria Municipal de Educação (SME)) - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Ficha de Informações sobre as Unidades Escolares da Escola Municipal Patronato São Bento, sem assinatura, NV 001.2a, caixa 001, s/d.

⁷⁵⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.277/279, caixa 001, 1962.

⁷⁵¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.287/289, caixa 001, 1962.

⁷⁵² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.286, caixa 001, 1962..

⁷⁵³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.277/279, caixa 001, 1962.

⁷⁵⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.277/306, caixa 001, 1962.

⁷⁵⁵ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.315, caixa 001, 1962.

⁷⁵⁶ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.324, caixa 001, 1962.

⁷⁵⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.323, caixa 001, 1962.

e segunda empreitada,⁷⁵⁸ de compra de cal⁷⁵⁹ e caiação do Grupo,⁷⁶⁰ de pagamento ao pintor⁷⁶¹ e ao pedreiro,⁷⁶² por passagens de professoras,⁷⁶³ entre outras, como no Ofício Expedido, que esclarecia à LBA sobre as condições de internação dos menores em 1961, e há informação da relação da ABM com o Grupo. O mesmo afirmava que

6-O currículo escolar será o primário. Com o donativo pelo INIC do prédio da escola para a Mitra Diocesana, conseguiu-se a instalação de um ‘Grupo Escolar’ do Estado do Rio de Janeiro (Portaria nº 7 de 2.1.1961), de modo que os alunos irão frequentar a escola pública, ganhando a instrução, pois será ministrada por professoras diplomadas e orientadas, e a formação social das crianças, pois terão contacto com as outras crianças do local, atenuando-se ainda, dêsse modo, o enclausuramento que o internato possa trazer...⁷⁶⁴

Destacamos desse ofício, a referência feita às professoras do Grupo Escolar. As mesmas seriam “diplomadas e orientadas”, além de importantes para os “menores” internos, o contato com as crianças que eram filhos/filhas dos colonos, pois teriam uma formação social. Dom Odilão destacava a importância de atenuar o internamento, através desse contato com as crianças que estudariam na escola regular, que seria estabelecida dentro do terreno do Patronato no Núcleo Colonial.

Em 1958, Dom Odilão alertava ao bispo Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, o interesse da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias em adquirir o espaço do Grupo Escolar, porque o Núcleo Colonial seria emancipado até dezembro. Ele apresentava ao bispo, um resumo da conversa em que teve com o presidente do INIC, sobre a doação da garagem e do Grupo Escolar. Ele ainda havia sinalizado ao presidente que essa ação era um “contrassenso”, porque o Grupo se localizava na área que havia sido cedida em comodato à Mitra, além da dificuldade que a ABM enfrentava com o prefeito naquele período. Então, o prédio seria administrado pela Prefeitura, enquanto o terreno em que o prédio foi construído pertenceria à igreja. A partir dessas ponderações, o presidente do INIC, Vitorino Contrucci determinou que o prédio do Grupo Escolar ficaria sob jurisdição da Mitra também, mas pediu que no momento fosse feito tal acordo em caráter sigiloso, para “evitar reação da Prefeitura”.⁷⁶⁵ O presidente do INIC ainda sugeriu que a ABM solicitasse a manutenção das professoras que

⁷⁵⁸ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.329, caixa 001, 1962.

⁷⁵⁹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.327, caixa 001, 1962.

⁷⁶⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.328, caixa 001, 1962

⁷⁶¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.329, caixa 001, 1962.

⁷⁶² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.336, caixa 001, 1962.

⁷⁶³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.371, caixa 001, 1963.

⁷⁶⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 212.1, caixa 004, 1961.

⁷⁶⁵ Carta ao Bispo, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 098, caixa 003,s/d.

trabalhavam sob a égide do governo Estadual. Dom Odilão acreditava que não seria difícil conseguir tal feito, e pensava na possibilidade de instalar um Ginásio também.⁷⁶⁶

Percebemos que antes da instalação do Patronato na Fazenda São Bento, havia uma escola situada no local que, apesar de Dom Odilão se referir como Grupo Escolar, equivalia, na verdade, à Escola Odilon Braga. De acordo com a planta da área do comodato, o espaço da escola foi identificado como Grupo Escolar Odilon Braga⁷⁶⁷ também. Entretanto, evidenciamos que a mesma não pertencia à rede estadual, mas era vinculada ao INIC.

Anos mais tarde, no documento intitulado “Esclarecimentos sobre a Obra” [1964],⁷⁶⁸ havia a explicação de que funcionavam em sistema de comodato, na Fazenda São Bento, os imóveis cedidos pelo governo, que eram o Mosteiro, o Grupo Escolar e as oficinas. Sobre o espaço, Dom Odilão afirmava que era bem grande e amplo, além do Grupo ter seis salas de aulas. No Diário Oficial do Estado, constava uma ata da assembleia que havia sido feita em 1961, para a reforma do Estatuto da ABM. Essa ata mencionava que os 93 “menores” internados cursavam a instrução primária no Grupo Escolar São Bento⁷⁶⁹ e em carta ao bispo, complementava: “As aulas do Grupo Escolar já começaram, tudo em ordem. Corpo de professoras, excelentes”,⁷⁷⁰ segundo Dom Odilão. Em relação ao funcionamento desse Grupo Escolar, identificamos que a referida escola atendia, gratuitamente, alunos externos.⁷⁷¹ Desses, 180 eram meninos e 120, meninas, num total de trezentos alunos. Era oferecido “o curso primário de 1ª à 4ª série”, nos horários de 7h às 11h, e os internos frequentavam à tarde, de 12h:30min às 16h:30min. Apenas os internos que frequentavam oficina à tarde, estudavam pela manhã. Havia previsão de oferta da 5ª série para o ano seguinte.

Quanto às docentes, eram subsidiadas pelo Estado, pela Prefeitura e pela própria ABM. Os alunos foram distribuídos em onze turmas para seis professoras, no ano de 1964. Para que todas as turmas tivessem uma docente, algumas “dobravam” o seu tempo de trabalho. Assim, três turmas eram pagas pelo Estado, cinco pela Prefeitura e três eram pagas

⁷⁶⁶ Carta ao Bispo, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 098, caixa 003,s/d.

⁷⁶⁷ Área e Edificações cedidas em comodato pelo I. N. I. C. à Mitra Diocesana de Petrópolis no Núcleo Colonial São Bento, levantada e desenhada pelo curso de formação de topógrafos – diretorai do Serviço Geógrafo – M. Guerra, , PSB 099, caixa 003, 1958.

⁷⁶⁸ Esclarecimentos sobre a obra, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuimos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

⁷⁶⁹ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sem assinatura , PSB 114.1, caixa 003, 1961

⁷⁷⁰ Carta ao Bispo, assinada por dom Odilão PSB 113.2, caixa 003, 1961.

⁷⁷¹ Esclarecimentos sobre a obra, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuimos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

pela ABM.⁷⁷² Em 1963, Dom Odilão assinou um convênio de Ensino⁷⁷³ com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, através do prefeito Joaquim Tenório Cavalcanti⁷⁷⁴ (1963-1967) e da Professora Regina Tescaro Sampaio, Inspetora de Ensino na época. Nesse convênio, constavam doze cláusulas, a primeira delas era no tocante a quinze professoras que “de preferência”, deveriam ser normalistas que seguiriam o regime pedagógico, disciplinar e administrativo da Escola São Bento. No documento, afirmava-se que “A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, se compromete a designar, para lecionarem na Fazenda S. Bento, (15) quinze professoras...”.⁷⁷⁵ Caso houvesse solicitação do diretor da Escola São Bento, o número de professoras poderia ser aumentado de acordo com o número de salas de aulas, ou afastamento por licença de professoras que necessitassem de substituição, de acordo com as cláusulas segunda e terceira.⁷⁷⁶

Cláusula Quinta: - A “Mitra Diocesana de Petrópolis” se compromete: Fazer funcionar a Escola São Bento, para o curso primário, responsabilizando-se, por intermédio da Diretoria da mesma, pela administração, regime pedagógico e disciplinar, de acordo com a legislação vigente para as escolas particulares.⁷⁷⁷

Identificamos nessa cláusula que, apesar das professoras estarem vinculadas ao município, no que diz respeito ao pagamento do salário das mesmas, caberia à diretoria da Escola São Bento, considerada particular, a definição o sistema “pedagógico e disciplinar” da mesma. Dessa forma, entendemos que a direção, a quem competia as decisões, seria o Dom Odilão.

⁷⁷² Esclarecimentos sobre a obra, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuimos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

⁷⁷³ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963.

⁷⁷⁴ Era primo de Natalício Tenório Cavalcanti que foi o conhecido “homem da capa preta” (BRAZ & ALMEIDA, 2010).

⁷⁷⁵ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963..

⁷⁷⁶ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963.

⁷⁷⁷ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963, grifo do autor.

Figura 8 Professoras que atuaram na Escola Municipal Patronato São Bento na década de 1960



Fonte: Acervo digitalizado do CEPEMHed. Coleção Professora Maria Aparecida Tinoco. Década de 1960.

Nessa foto, identificamos a Professora Hilda do Carmo, que corresponde a sétima professora da esquerda para a direita. A mesma atuou como Chefe do Departamento de Educação e Cultura, estabelecido no município na década de 1960, enquanto a oitava é a professora Maria Aparecida Tinoco. Ambas as professoras atuaram na Escola Municipal Patronato (1967). Segundo o Convênio do Ensino,⁷⁷⁸ a idade das crianças atendidas seria de 7 a 12 anos e as que excedessem a idade limite, seriam aceitas de acordo com o julgamento da direção da Escola São Bento. A matrícula seria feita, mas deveria respeitar o número de alunos por sala, que não poderia ultrapassar trinta, além de considerar os cento e cinquenta internos que frequentariam a escola também. A escola funcionaria em dois turnos: o primeiro seria misto, mas haveria separação entre os dois sexos na sala de aula e nos recreios. Conseqüentemente, o turno da tarde abrigaria os meninos internos, que correspondia a 150. A Escola São Bento não poderia cobrar taxas e deveria respeitar o calendário escolar da Prefeitura quanto às férias e aos feriados.⁷⁷⁹

⁷⁷⁸ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963.

⁷⁷⁹ Convênio de Ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis, assinado por Joaquim Tenório Cavalcanti (prefeito) e Dom Odilão Moura, PSB 123.2, caixa 003, 1963.

Em 1965, segundo a portaria nº 855, do Diário Oficial do Estado,⁷⁸⁰ o Grupo Escolar São Bento foi transferido para a localidade de Gramacho, no mesmo município. Ainda nesse ano, próximo ao Patronato, mas não no terreno cedido em comodato à Mitra Diocesana, houve a instalação da Escola Municipal Nísia Vilela⁷⁸¹ e em 1967, no terreno do Patronato, foi instituída a Escola Municipal Patronato São Bento.⁷⁸² A intenção de controle dos menores incidia também sobre possibilidades de recreação. Ainda no final de 1959, o Patronato abrigou uma Colônia de Férias⁷⁸³ em parceria com a LBA, cuja finalidade era “proporcionar férias aos menores internados pela Legião cujas famílias não possuam condições de mantê-los em sua companhia durante todo ou parte do período”. Ela funcionou por dois meses, de quinze de dezembro a quinze de fevereiro. O limite de idade para participar era de doze anos. O diretor e dois monitores foram indicados pelo diretor do Patronato, enquanto seis recreadores, uma coordenadora e um professor de Educação Física foram indicados pela LBA.

O documento “esboço de plano para a Colônia de Férias da Fazenda São Bento”,⁷⁸⁴ informava que a administração da Colônia de Férias seria responsabilidade do diretor e que a Legião seria responsável pelas atividades de recreação. A colônia seria destinada aos “menores internados pela Legião”, sem condições de serem mantidos pelas famílias no período de férias. Os programas da Colônia não poderiam atrapalhar a rotina de limpeza ou qualquer outra similar em que os “menores” devessem contribuir com o seu trabalho. Concomitantemente, os mesmos não poderiam ser impossibilitados de participarem dos programas recreativos oferecidos. No entanto, afirmava-se no documento⁷⁸⁵ que a ênfase seria maior no “processo educativo do que no resultado material das atividades”. Constava ainda o nome dos recreadores, dois recreadores responsáveis por dois dias pré-estabelecidos com seus respectivos horários, dispostos durante a semana, com exceção do domingo. O professor de Educação Física participaria três vezes por semana, de acordo com a equipe.

⁷⁸⁰ CEPEMHed, Acervo dos Grupos Escolares (por Cristiane Dias Nunes de Araújo), Diário Oficial do Estado, SB 001, caixa 011. O documento original pertence ao Colégio Estadual São Bento e tem uma cópia no Acervo do CEPEMHed.

⁷⁸¹ CEPEMHed, Acervo Secretaria Municipal de Educação (SME)) - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Ficha de Informações sobre as Unidades Escolares da Escola Municipal Patronato São Bento, sem assinatura, NV 002.2a, caixa 001, s/d.

⁷⁸² CEPEMHed, Acervo Secretaria Municipal de Educação (SME)) - E. M. Nísia Vilela Fernandes, Ficha de Informações sobre as Unidades Escolares da Escola Municipal Patronato São Bento, sem assinatura, NV 001.2a, caixa 001, s/d.

⁷⁸³ Relatório nº 3/59 – Esboço de plano para a Colônia de Férias da Fazenda São Bento – Caxias, assinada por Yolanda Heloisa de Souza, , PSB 59.1, caixa 002, s/d.

⁷⁸⁴ Relatório nº 3/59 – Esboço de plano para a Colônia de Férias da Fazenda São Bento – Caxias, assinada por Yolanda Heloisa de Souza, , PSB 59.1, caixa 002, s/d.

⁷⁸⁵ Relatório nº 3/59 – Esboço de plano para a Colônia de Férias da Fazenda São Bento – Caxias, assinada por Yolanda Heloisa de Souza, , PSB 59.1, caixa 002, s/d.

Essa atividade comportava desenho, modelagem, dramatização e atividades pré-vocacionais: madeira, arame, cartonagem, papel marmoreado, atividades agrícolas e criação de pequenos animais (coelhos, pombos, abelhas e peixes), atividades musicais, jogos, visitas a museus, utilização da biblioteca e bricolage.⁷⁸⁶

Entre as atividades realizadas, destacamos as atividades agrícolas identificadas como atividades pré-vocacionais, atrelada às atividades artesanais. Ambas as atividades caracterizavam um trabalho de menor valor para essa infância, assim como Conceição (2012, p. 46), sobre internato de ensino agrícola, alegava que “essas oficinas eram consideradas aulas práticas” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 46). Outro aspecto interessante era o fato de que a limpeza do espaço era considerada uma tarefa de rotina da instituição e registrada no documento oficial. Isso acontecia por ser uma forma de manter os meninos ocupados e autossubsidiar a instituição. Eram atividades de manutenção do internato, através das faxinas, da mesma forma que foi destacado no internato de ensino agrícola, estudado por Conceição (2012). Ao todo, participaram dessa Colônia de Férias quarenta e oito meninos.⁷⁸⁷

Como afirmou Saviani (2007), foi possível observar a continuidade das instituições escolares com um desenvolvimento perpassado por rupturas que no nosso caso em tela, inseriram-se no território do Patronato, no Núcleo Colonial São Bento, paralelas à outra instituição educativa, que foi o espaço de internamento: o Patronato São Bento. O autor declarou como já foi pontuado que o processo de “institucionalização da educação” foi paralelo ao “surgimento da sociedade de classes” que intensificou a “divisão do trabalho” (2007). Dessa maneira, o “ócio”, o “lazer” e o “tempo livre”, que organizou a forma escolar dos membros de uma determinada classe, não correspondeu ao que identificamos no nosso território no caso desses “menores”. Como disse Saviani (2007, p. 9), isso é o oposto frente “à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho”. Tal situação é notória ao tratarmos do Patronato e das instituições escolares que se estabeleceram no território, onde o próprio Dom Odilão alegava que o lema da escola era “Educação no trabalho, para o trabalho, pelo trabalho”.⁷⁸⁸ Essa era a escola oferecida a essa determinada infância, uma educação marcada pela Pedagogia Cristã, concepção pedagógica tradicional

⁷⁸⁶ Relatório nº 3/59 – Esbôço de plano para a Colônia de Férias da Fazenda São Bento – Caxias, assinada por Yolanda Heloisa de Souza, , PSB 59.1, caixa 002, s/d.

⁷⁸⁷ Relação dos menores que gozaram de férias na “Colônia de Férias” da Fazenda São Bento, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, durante o mês de janeiro de 1960, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 190, Caixa 004, 1960.

⁷⁸⁸ Esclarecimentos sobre a Obra, sem assinatura, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuimos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

tendo a família e a igreja como prioridade sobre o Estado na Educação (SAVIANI, 2013b), onde a educação para o trabalho é uma de seus pilares.⁷⁸⁹

4.4.1 Educação no trabalho, para o trabalho, pelo trabalho

Ao tratarmos dos ofícios praticados no Patronato São Bento, apresentamos algumas questões apontadas por Faleiros (1995), em que explicitou que os industriais, em 1932, conseguiram modificar o limite imposto para o trabalho antes de catorze anos. Essa permissão se deu através do Decreto nº 22.042, no artigo 103, de 31 de novembro de 1932, que permitia o trabalho a partir dos doze anos em “usinas, manufaturas, estaleiros, minas ou qualquer subterrâneo, pedreiras, oficinas e suas dependências” desde que tivessem o certificado de estudos primários, inclusive nas entidades de beneficência. Segundo Faleiros (1995, p. 67), após muita polêmica, “A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 regulamentava a proteção ao trabalho do menor, proibindo-o até catorze anos (exceto nas instituições beneficentes ou de ensino), e restringe-o entre catorze e dezoito anos”.

No entanto, o Ministro do Trabalho na época, Marcondes Filho, criou uma Comissão Revisora do Código de Menores de 1927 e o ajustou às novas leis através do Decreto-Lei nº 6026, de 24 de novembro de 1943. Essa adaptação competia ao fato de que o juiz poderia “autorizar o menor a trabalhar por um ano sem carteira de trabalho” (FALEIROS, 1995, p. 67). Cabe um destaque ao artigo 129 da Constituição de 1937, que regulamentava o seguinte:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou particulares e profissionais (CONSTITUIÇÃO DE 1937, apud FALEIROS, 1995, p. 66).

Nessas brechas, podemos compreender o incentivo ao trabalho dos menores, através da atuação da ABM, no território de Duque de Caxias. Sabemos que a “ideologia do trabalho” como digno, foi sendo construída ao longo do tempo. Podemos perceber como já estava naturalizada essa ideia, nesse período, a ponto de ser identificado “como solução para todas as distorções da sociedade, sobretudo as morais” (RIZZINI, 1995, p. 117).

Diante disso, nos primeiros anos de atuação, desde 1955 até a implantação do espaço de internamento em 1959, observamos que a dimensão da “moral” esteve presente no cultivo da idealização do trabalho, da família e da disciplina como bases importantes para a formação

⁷⁸⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

desse menor “útil” para a família, “muitos dêles são a garantia do sustento da família”.⁷⁹⁰ Dessa forma, a ação assistencial da ABM englobava uma educação com objetivos bem claros: o trabalho. Assim, antes da fundação da instituição, o trabalho infantil desempenhado pelos “menores” compreendia a ocupação de baleiros, de vendedores, de jornaleiros e de engraxates. Após sua consolidação, esses meninos trabalhadores e que “perambulavam” pelas ruas da cidade, eram o seu público-alvo. Ao analisarmos as tabelas estatísticas apresentadas nesse período pela instituição, percebemos que em 1956, houve um atendimento maior de meninos que no ano seguinte. Lembramos que esse atendimento consistia na matrícula, no credenciamento por meio de uma carteira de identificação, no estabelecimento de normas que o “menor” deveria respeitar, na determinação de um ponto fixo de trabalho, no uso de uniforme, entre outras.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos meninos na rua, era exigido da instituição diferentes medidas de controle sobre os “menores”, para que a mesma cumprisse sua finalidade. Assim, apontamos que no início da ABM, em 1956, no seu acervo foram encontradas diferentes fotografias⁷⁹¹ para que fossem feitas as carteiras de identificação⁷⁹² para permissão do trabalho na rua. O Histórico de 1956 indicou que, para o exercício do controle por parte dos Comissários de Menores, eram feitas reuniões com os meninos semanalmente, para que discutissem os seus problemas, recebessem instrução cívica e aulas de catecismo. Dizia que “desses garotos alguns foram escolhidos para conselheiros, cuja função é fiscalizar os outros, puni-los, dirigi-los à sede, etc.”.⁷⁹³ Nos documentos, não obtivemos informações sobre as punições impressas por esses “conselheiros”, mas inferimos que possa ser baseada no impedimento de alguns dias de trabalho, assim como a suspensão da licença dos mesmos. Essas ações respondiam à necessidade de controle esperado sobre o trabalho dos “menores”, e de grupo de pessoas que a mesma não tinha condições de ter, como era apresentado no Relatório de 1957:

Continuou a ABM a cuidar – trabalho iniciado em 1956 – dos menores que trabalham nas ruas como engraxates, baleiros, vendedores e jornaleiros. Foi continuado o trabalho de formação e organização desses menores, havendo progresso no comportamento dos mesmos. O número dêles foi diminuído, sendo muitos encaminhados para emprêgos. A fiscalização foi feita pelos próprios

⁷⁹⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958.

⁷⁹¹ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.28, caixa 001, 1956; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.63, caixa 001, 1957; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.154/170, caixa 001, 1958.

⁷⁹² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.106, caixa 001, 1957; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.177, caixa 001, 1958.

⁷⁹³ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 084.1, caixa 003, 1957.

menores e por um guarda posto à disposição da ABM, pelo Juiz de Direito. Nos casos mais difíceis de disciplina tomaram-se medidas mais fortes, sendo os responsáveis chamados à sede da ABM para auxiliarem a Instituição no cuidado dos seus filhos.⁷⁹⁴

Constava ainda, as exigências que os “menores” deveriam atender.

Estabeleceu-se um ponto fixo para o trabalho de cada um, horário, exigindo-se o uso permanente de uniforme e calçado. As caixas de engraxates foram padronizadas, também as dos baleiros. Para eles distribuíram-se durante o ano 300 uniformes. A placa de identificação até então usada, foi substituída por carteiras de identidade e de trabalho, conforme modelo da Instituição, assinadas pelo Juiz de Menores.⁷⁹⁵

A centralidade da função social do trabalho, no projeto de assistência aos menores, é explicitado pela documentação:

O trabalho as A. B. M. desenvolveu-se mais nas atividades com os menores trabalhadores de rua, tendo eles encontrado assistência suficiente da Instituição. De grande importância para a solução do problema do menor abandonado é essa assistência ao menor trabalhador, já lhe facultando o trabalho, já lhe amparando no trabalho. Seria ilusório pensar que a solução daquele problema esteja apenas na internação, pois a assistência ao menor na família e no trabalho é medida mais eficaz. No que toca os problemas de Caxias, essa assistência tem sido eficaz e indispensável, pois o pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade.⁷⁹⁶

Percebemos a sinalização de Dom Odilão sobre o fato de que o trabalho seria a “solução do problema do menor abandonado”, e também uma solução para os “problemas de Caxias”. Pontuou também que, a “assistência ao menor trabalhador” e esse “menor” na família, seriam ações mais eficazes que a internação. Não foi por acaso que Dom Odilão, como representante da igreja, sugeriu São José como nome da Casa de acolhimento, o santo trabalhador. Quanto a esse trabalho de rua, foi maior a atuação dos meninos como vendedores, enquanto o trabalho das meninas não foi apontado pelos documentos. É interessante a observação sobre a categoria dos desempregados.⁷⁹⁷ Isso configura o fato que o trabalho infantil, dessa determinada infância, era permitido de acordo com as leis vigentes, como já foi apresentado. Entre as profissões que almejavam ter, informadas por ocasião do questionário feito pela ABM e que nem todos respondiam, a mais evidenciada foi a de mecânico e, em seguida, a de motorista. Mais uma vez, as possíveis profissões das meninas não foram apresentadas.⁷⁹⁸

⁷⁹⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

⁷⁹⁵ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

⁷⁹⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

⁷⁹⁷ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.4, caixa 003, 1958.

⁷⁹⁸ Percebemos no total do 9: 210 e no quadro XIX, o total foi de 175. Ambas as quantidades não corresponderam ao total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que

Quadro 10 Associação Beneficente de Menores/Trabalho de rua desenvolvido pelos meninos atendidos na instituição em 1956 e 1957

	MENINOS
ENGRAXATE	15
VENDEDORES	102
DESEMPREGADOS	93
TOTAL	210

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁷⁹⁹

Quadro 11 Associação Beneficente de Menores/Profissão que os meninos almejavam em 1956 e 1957

	MENINOS
MECÂNICO	89
MOTORISTA	43
MILITAR	9
OUTROS	34
TOTAL	175

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁸⁰⁰

Observamos que dos 31 meninos e 79 meninas, com idade entre dez e dezessete anos, a partir da atuação da ABM, foram encaminhados para algumas empresas e o número desses “menores” no trabalho de rua diminuiu.⁸⁰¹ O anexo 33⁸⁰² trouxe um resumo do trabalho desenvolvido pela instituição em 1956 e 1957. O número de internados correspondeu àqueles que foram encaminhados para um espaço de internamento, como a Fundação Abrigo Cristo Redentor. Os uniformes⁸⁰³ e as caixas de engraxates padronizadas demonstravam o controle exercido sobre o trabalho dos meninos. O fato dos “menores” terem registro civil e carteira

nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958

⁷⁹⁹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁸⁰⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁸⁰¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958

⁸⁰² Percebemos o total desse quadro não correspondeu à quantidade total dos “menores” atendidos em 1956 que foi 430 e em 1957, 521. Foi registrado que nem todos “menores” responderam ao questionário sobre esses aspectos levantados no relatório, por isso a oscilação de quantidades. De acordo com o Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958

⁸⁰³ Plano de Aplicação, sem assinatura, PSB 303, caixa 004, s/d; Ofício Expedido, assinado por Pedro Garcia dos Reis, PSB 311, caixa 004, 1968; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064,42, caixa 001, 1956; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064,46/86/104, caixa 001, 1957; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064,123/128/135/146/153/159/161/162/165/177/178, caixa 001, 1958; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, 064,191/195/211/244, caixa 001, 1959.

de trabalho, demonstrava uma legitimação do trabalho infantil, além de uma forma de controle dessa infância também. A frequência do Curso noturno de alfabetização revelava a dificuldade dos meninos e das meninas estarem presentes após um dia de trabalho, e podia representar também que, muitos dos “menores” assistidos deveriam morar distantes do Centro, do primeiro distrito, local onde era oferecido o referido curso.

Quadro 12 Associação Beneficente de Menores/Resumo dos trabalhos da ABM em 1957

	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
INTERNADOS	30
ENGRAXATES ASSISTIDOS	66
VENDEDORES ASSISTIDOS	40
UNIFORMES FORNECIDOS	300
CAIXAS DE ENGRAXATES PADRONIZADAS	70
“MENORES” CIVILMENTE REGISTRADOS	129
CARTEIRAS DE TRABALHO (MENOR DE 14 ANOS)	207
FREQUÊNCIA NO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO	50
REUNIÃO DE ENGRAXATES	48
REUNIÃO DE VENDEDORES	48

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁸⁰⁴

Desde o início, o Histórico de 1956 marcava a preocupação com o trabalho, “...empregados em fábricas”.⁸⁰⁵ Essa identificação de desempregados e dos respectivos trabalhos retrata a realidade identificada por Rizzini (1995, p. 95), num contexto semelhante de que “as famílias usam o trabalho infantil como estratégia de ampliação de recursos, divisão do trabalho e até arrimo da casa”. O relatório de 1957 confirmou o fato de que esse trabalho complementava a renda da família, além de movimentar a economia do comércio local, através da seguinte informação:

O número de engraxates que trabalharam nas ruas nêsse ano foi de 66. A fêria média individual diária foi de Cr \$ 70,00. Cada ponto de engraxate tinha o seu chefe. O número de baleiros foi de 40, com fêria média de Cr\$ 40,00 e tendo êles também a sua organização, adquirindo a mercadoria em casa credenciada pela A.B.M.⁸⁰⁶

Outra ação importante de análise é a aquisição da carteira de trabalho:

6) AQUISIÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO. Medida útil para a solução do problema de menores foi a tomada pelo Juiz de Direito de Duque de Caxias, facilitando o trabalho dos menores, permitindo conforme a Constituição Federal (art. 157, IX) – o trabalho de menores de menos de 14 anos e autorizando a aquisição de

⁸⁰⁴ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁸⁰⁵ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958

⁸⁰⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

carteira de trabalho. Incumbiu Meritíssimo à A.B.M. de tratar dêsse trabalho e foram fornecidas, por intermédio da A.B.M., 207 carteiras de menores. Com essa medida, além de ser a família aliviada economicamente, o menor tem o seu trabalho garantido nas fábricas, sendo empregados muitos dos que perambulavam pelas ruas.⁸⁰⁷

Em 1958, a ABM uniu ao seu trabalho, o preenchimento de uma ficha intitulada: “Trabalho de Rua”. A parte superior da ficha continha a identificação da ABM, um espaço para ser registrado o número da notificação e solicitava informações como nome do menor, responsável, endereço, idade e tipo do trabalho. Além disso, havia informações sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido, como local da apreensão e o notificador. Separado por um pontilhado que seria destacado, havia um breve bilhete a ser preenchido com o nome do responsável, número da notificação com dia e horário em que o responsável deveria comparecer à Casa São José para prestar esclarecimentos sobre a Portaria nº 53/58. Esse documento explicou o fato da Casa São José ter tido tanto movimento, como foi relatado anteriormente.

A referida Portaria dizia que o Juiz, ao usar “das atribuições que lhe são conferidas por Lei”, determinou que os “menores” estavam proibidos de trabalharem nas ruas do município “em atividade lucrativa (comércio, engraxates, jornaleiros, doceiros, etc.), sem licença dêste Juizado”, ao mesmo tempo em que atribuiu à ABM a tarefa de “organizar o trabalho de menores nas ruas, de modo que só possam nelas trabalhar menores entre 12 e 18 anos, residentes em Duque de Caxias, devidamente matriculados, uniformizados, assistidos e orientados pela ABM”. A portaria apresentava como punição ao “menor” que não tivesse licença, o encaminhamento para a ABM, o recolhimento do material utilizado para o trabalho com devolução aos responsáveis e punição aos responsáveis que enviassem seus filhos/filhas para o trabalho, sem a autorização.⁸⁰⁸

A Portaria afirmava que esse trabalho exercido nos locais públicos, deveria ter a autorização do juiz, pois essa ocupação não poderia “advir prejuízo à moralidade do menor” e pelo fato de haver um “grande número de menores trabalhando, sem escola, sem orientação, causando distúrbios e sendo muitas vezes explorado por adultos”, além de corroborar que “a Associação Beneficente de Menores está capacitada a prestar assistência médica, escolar e orientação aos menores que necessitem de trabalhar nas ruas”.⁸⁰⁹ Notamos, como já foi dito, o tratamento desse “menor” com o rigor da lei, assim como o juiz validava o trabalho da

⁸⁰⁷ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958, grifos do autor.

⁸⁰⁸ A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

⁸⁰⁹ A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

ABM, associado ao seu trabalho enquanto Juiz de Menores.⁸¹⁰ O documento era assinado pelo próprio juiz com a seguinte ordem, acima do seu nome: “Registre-se, publique-se e Cumpra-se”.⁸¹¹ Desse documento, destacamos a intervenção do Juiz e toda a aliança estabelecida com a ABM, para materializar funções que foram sendo atribuídas ao seu cargo, ao longo do desenvolvimento da assistência no Brasil. Rizzini (1995, p. 114) constatou que, nas primeiras décadas do século XX, “juristas associaram-se às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas médicas, às associações caritativas e filantrópicas. Promoviam debates, publicavam e estabeleciam alianças em várias arenas...”. Isso foi o que aconteceu no nosso território: o Juiz Hélio Albernaz fez aliança com a associação caritativa e filantrópica (ABM) que, por sua vez, estava associada à igreja e demais agentes da esfera política e do comércio local, não como agentes isolados, mas totalmente interligados que transitavam por todos esses espaços o tempo inteiro, promovendo assim, uma política de controle dessa infância, classificada como abandonada.

Outro aspecto que Rizzini (1995, p. 96) abordou foi o fato de que “os asilos e instituições reforçaram a formação de crianças para o trabalho subalterno, seja de doméstica para as meninas, seja de mão de obra semi-qualificada para os meninos”. Notamos essa característica no trabalho inicial da ABM, de 1956 a 1959, em que reforçava esse trabalho subalterno e permitia que o estudo fosse algo para aqueles que quisessem, após um dia inteiro de trabalho, com cursos noturnos no Centro, no primeiro distrito. Todos esses aspectos corroboravam para que das centenas de “menores” atendidos, apenas meia centena conseguisse cursar a alfabetização, embora haja a alegação no relatório⁸¹² de que muitos cursavam a escola regular durante o dia. Na estatística apresentada no mesmo relatório, que reproduzimos no anexo 33, dos trezentos e dez “menores”, duzentos e setenta e nove não estavam na escola, trinta e um eram analfabetos, no ano de 1957.

Nos anos de 1956 e 1957, a ABM atendeu quatrocentos e vinte e quatro “menores”. Então, nesses dois anos, apenas cento e catorze estudavam, isso sem especularmos em que condições o faziam e se realmente o faziam, já que não havia exigência nesse primeiro momento, de comprovação, de escolaridade, além de sabermos da carência na oferta de escolas nesse território. A partir do momento em que a ABM conseguiu a “escola-internato” para os meninos, essa fiscalização se tornou mais intensa. O diretor e todos os agentes do Patronato eram os que fiscalizavam os meninos cotidianamente, apesar desses conseguirem

⁸¹⁰ A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

⁸¹¹ A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

⁸¹² Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

burlar a fiscalização e algumas vezes, conseguirem fugir, conforme está registrado nos diferentes ofícios expedidos, assinados por Dom Odilão, com o relato da fuga.

Segundo Conceição (2012), a segunda metade de 1950 foi um período em que a “cultura de quartel” cedeu lugar para novas formas de controle, “classificada como ‘autorregulação’ ou interiorização pelos internos dos padrões de comportamento ditados pela instituição” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 178), assim como as proibições e privações passaram a ser medidas disciplinares frequentes. Porém, ao examinarmos a atuação da ABM, o trabalho desenvolvido por ela, nas ruas, foi dando lugar ao do internamento. Os “menores” passaram da liberdade da rua para um espaço de clausura, cheio de regras e com relações hierárquicas que não estavam acostumados, além da catequização. De uma reunião de formação e da fiscalização do trabalho na rua, para uma fiscalização intensa dentro da instituição, além de ser num espaço diferente da cidade, com características rurais e com trabalho agrícola, como também uma escola que os reprovava na sua maioria e classificava aqueles com dificuldade escolar como portadores de anormalidades.⁸¹³

Citamos, agora, a formação profissional oferecida pelo Instituto Profissional São Bento, no espaço de internamento: confecção de tamancos e chinelos⁸¹⁴, artesanato⁸¹⁵, carpintaria⁸¹⁶ e vimearia.⁸¹⁷ Essas oficinas foram oferecidas aos “menores” que trabalhavam nela e vendiam os seus produtos, além de colaborarem com as tarefas cotidianas do Patronato, como a limpeza. Em diferentes documentos, identificamos o “trabalho no campo”⁸¹⁸ no Patronato São Bento. O relatório de 1959⁸¹⁹ informava que o terreno havia sido cercado e que as áreas foram divididas para “horticultura, pomar, recreios e campos de esportes”. Havia

⁸¹³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilon Moura, PSB 196, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁸¹⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.197/269/351/271/277/279/2882/284/2955/306/315/317/318/321/3399/342/343/359/348/354/3357/362/3368/2288/307/323/325/326/343, caixa 001, 1959; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.269/271/277/279/2882/284/295/306/307/315/317/318/321/323/325/326/335/339/342/343/348/351/354/359, caixa 001, 1962; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.362/368, caixa 001, 1963.

⁸¹⁵ Plano de Aplicação, assinado pelo Dr. Jorge Armênio, PSB 044, caixa 002, 1959; Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.374/375/376/377/378/379/380/381/382/383/384/38/386/387/388/389/391/392/393/394/395/396/397/398, caixa 001, 1963.

⁸¹⁶ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.; Livro-Caixa, PSB 064.284/294/310/349/356/364, caixa 001, 1962; Livro-Caixa, PSB 064.364, caixa 001, 1963.

⁸¹⁷ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.277/294/299/310/316/317/329/336/343/347/357358/370/, caixa 001, 1962; Livro-caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.370, caixa 001, 1963.

⁸¹⁸ Esclarecimentos sobre a Obra, sem assinatura, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuimos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

⁸¹⁹ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

registro no livro-caixa⁸²⁰ de compra de regadores, esterco, transporte de mudas e compra de enxadas. O Ofício⁸²¹ de 1961, atestava que parte da verba era destinada ao trabalho agrícola como aviário, apiário, criações, entre outros. No livro-caixa,⁸²² em 1962, constavam os valores recebidos pela venda de milho, de banana, compra de ancinho, cultivo, frete caminhão. Ao analisarmos diferentes balancetes dos anos de 1962,⁸²³ de 1963⁸²⁴ e de 1964,⁸²⁵ foram apresentados os valores arrecadados. Em 1962, quanto à venda de vimearia, de sapataria, de alunos no grupo e de cultivo; em 1963, vendas de artesanato e cultivo; em 1964, vendas de artesanato e cultivo. Percebemos que o trabalho agrícola foi algo que aconteceu durante o período em que o espaço de internamento funcionou.

Em 1964, surgiu ainda a proposta de que os meninos trabalhassem junto ao *Jornal do Brasil*, na entrega de jornais. Numa carta destinada ao bispo Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra, Dom Odilão relatava com entusiasmo, a oportunidade de arrecadar dinheiro por meio do trabalho dos meninos, ainda que isso demandasse uma modificação no horário escolar das crianças:

Surgiu, há um mês, e aceitei logo, um novo modo de manter a obra. É a entrega de jornais aos assinantes somente pelos garotos. O J. Brasil envia diariamente uma caminhonete à escola e leva os garotos, deixa-os nos pontos indicados, e após recambia à escola. Cada jornal entregue dá à Escola CR\$25,00. Só em Caxias há 500 assinantes no momento. Haverá uma renda diária de CR\$12.500,50 e mensal de CR\$375.000,00. Pedem para que eu mande os garotos para toda a zona da Leopoldina.

Terei que modificar um pouco os horários da Escola, mas a idéia é compensadora, podendo cada garoto ter um pequeno fundo pessoal. Assim ele mesmo pagaria a escola, teria o seu ordenado e, o que é extraordinário, a escola ficaria auto suficiente, sem depender totalmente das das esmolas e do governo. Basta dizer que esse tipo de trabalho esse tipo de trabalho tem rendido para a Casa do Pequeno Jornaleiro no Rio seis milhões mensais. Os nossos garotos começarão a trabalhar nisso no dia 3/11, e estão radiantes. Terão também escola e oficinas. Além do mais, lidaríamos com uma empresa séria, como é o J. Brasil, e gente do gabarito da Condessa. Graças a Deus as coisas vão correndo para um certo alívio financeiro.⁸²⁶

Essa seria uma nova ação dos meninos, que passaria a vigorar no ano de 1965. O mesmo era visto como uma possibilidade de independência das verbas concedidas pelo governo. Ainda

⁸²⁰ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.200/212/218/227, caixa 001, 1959.

⁸²¹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 214.1, caixa 004, 1961.

⁸²² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.267/268/272/289/295/316, caixa 001, 1962.

⁸²³ Fazenda São Bento – Associação Beneficente de Menores – Demonstrativo Financeiro do Exercício do ano de 1962, assinado por Dr. Jorge Armênio (presidente), Dr. Hélio D’Almeida Cipriano (tesoureiro) e Dom Odilão Moura (secretário), PSB 120.2, caixa 003, 1962.

⁸²⁴ Demonstrativo Financeiro do Exercício de 1963, assinado por Dr. Jorge Armênio (presidente), Dr. Hélio D’Almeida Cypriano (tesoureiro) e Dom Odilão Moura (secretário) PSB 122, caixa 003, 1963.

⁸²⁵ Demonstrativo Financeiro do Exercício de 1963, assinado por Dr. Jorge Armênio (presidente), Dr. Hélio D’Almeida Cypriano (tesoureiro) e Dom Odilão Moura (secretário) PSB 124, caixa 003, 1964

⁸²⁶ Carta ao Bispo, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 127.3, caixa 003, 1964.

em 1967,⁸²⁷ houve registro de arrecadação com artesanato (vimearia, carpintaria e alfaiateria). Em 1968, nos ofícios⁸²⁸ em que solicitava contribuição para festa das crianças, Pedro Garcia dos Reis, presidente da ABM, destacava que a educação dos meninos era pautada no trabalho do tipo artesanato, agrícola e caseiro. Em 1969,⁸²⁹ também constava a referência do trabalho agrícola e o convênio com a FLUBEM. Notamos que apesar dos “menores” trabalharem, não havia registro de repasse de verba para os mesmos. Além da instituição receber subvenção e outros donativos, os meninos compravam escovas de dente e cadernos.⁸³⁰

Mendonça (2010a, p. 38) afirmou que “os patronatos produziam uma população que pagava por sua própria vigilância e disciplinarização...” quando se referiu ao trabalho no campo, empreendido nos Patronatos Agrícolas do início do século. Embora o Patronato São Bento seja produto de outro tempo, essa prática se perpetuou nessa instituição, embora não tenhamos identificado o repasse do produto do trabalho para os próprios “menores”. Outra semelhança percebida foi o fato de se instituir como núcleo “adestrador e imobilizador de jovens trabalhadores” num misto de “reformatório e centro de mão-de-obra”. Outra aproximação que fazemos do que foi instituído no nosso território, em relação aos Patronatos Agrícolas do início do século, dizia respeito à clientela designada ao mesmo, pois “[...] os patronatos destinavam-se a assistir a infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses dos segmentos urbanos e industriais, empenhados em construir uma imagem de “cidade profilática” e moderna”.(MENDONÇA, 2010a, p. 36). No nosso caso, remete-nos a ideia de cidade “mais limpa”, sem os “menores maltrapilhos” que a partir da intervenção da ABM, não cessaram o trabalho de rua, pelo contrário, passaram a ser obrigados a usar “uniforme” e “calçado”,⁸³¹ corroborando com a imagem de cidade “profilática” e “moderna”.

No decorrer de sua atuação, o Patronato São Bento recebeu alguns “menores em conflito com a lei”, assim como os Patronatos do início do século XX. Como Mendonça (2010a, p. 36) afirmou sobre esses PAs, observamos que o mesmo aconteceu na instituição do município por produzir “[...] um outro tipo de ‘detento’, terapeuticamente adestrado e disciplinado por essas ‘escolas de trabalho’, tidas como capazes de ‘servirem de freio às tendências anárquicas intoleráveis’ atribuídas ao novo ator social do período: o proletariado”, além de ser essa categoria de infância assistida pelo Patronato, a que pertencia ao “proletariado”. Mendonça (2010a, p. 37) alegou ainda que, nesse período do início do século

⁸²⁷ Plano de Aplicação, sem assinatura, PSB 303, caixa 004, s/d.

⁸²⁸ Ofício Expedido, assinado por Pedro Garcia dos Reis, PSB 311, caixa 004, 1968.

⁸²⁹ Ofício Expedido, assinado por Vilson Macedo (diretor-secretário), PSB 333, caixa 004, 1969.

⁸³⁰ Livro-Caixa, PSB 064.325/340, caixa 001, 1962

⁸³¹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2, caixa 003, 1958.

XX, “Estabelecia-se uma triangulação entre Ministério da Agricultura, Poder Judiciário e Polícia do Distrito Federal”. Podemos considerar essa triangulação entre Ministério da Agricultura, Poder Judiciário e Polícia do município ao destacarmos que o local de internamento foi o da Fazenda São Bento, que pertencia ao Núcleo Colonial São Bento e foi cedido pelo INIC para o trabalho assistencial subordinado à Igreja Católica. Como demonstramos anteriormente, desde a campanha jornalística até a formação da ABM, a organização do Estatuto, na composição dos conselhos, etc. havia a presença desses setores nos esforços para a consolidação do Patronato, tendo sido internamento para o trabalho agrícola em Patronato, uma idéia presente desde os primeiros debates sobre o “problema” dos menores para a cidade de Duque de Caxias. Por esses aspectos, identificamos mais uma aproximação aos Patronatos Agrícolas instituídos no começo do século.

Nesse descortinar dos documentos do Patronato, apresentamos o processo inicial de funcionamento da ABM e do internamento dos “menores” imbricados aos agentes e agências que atuaram nesse território. Isso desvelou a prática assistencialista em Duque de Caxias, atrelada ao controle social e à ideologia de uma educação para o trabalho “regenerador”. Diante do que foi apresentado até aqui, não podemos nos furtar do debate sobre o papel da igreja nesse processo. Assim, a seguir, faremos uma análise da inserção da Igreja na instituição que é o nosso objeto.

4.5 “A Igreja faz tudo na ABM”

Tanto a Cidade dos Meninos, quanto o Patronato São Bento, apresentaram um imbricamento entre o assistencialismo e a Igreja Católica Apostólica Romana. Para entendermos a atuação dos diferentes agentes da Igreja, cabe a compreensão dessa instituição nesse período e nessa realidade social em que esteve inserida. A configuração da Igreja no nosso território estava relacionada às decisões instituídas em diferentes congressos e pelos seus dirigentes. Sabemos que a Igreja é influenciada pelos diferentes Papas que a dirigiram. Por esse motivo, destacamos a atuação de dois papas: Leão XIII (1878-1903) que multiplicou as dioceses na tentativa de cobrir a ocupação do território e o aumento populacional (BEOZZO, 1993) e João XXIII (1958-1963) que propôs em sua carta em 1961, um fortalecimento da Ação Católica e convocou os fiéis para atuação no campo social, entre outras recomendações (BEOZZO, 1993).

O início do século XX foi marcado por um movimento de “restauração católica” em que a “Igreja da neocristandade” organizou movimentos leigos, compostos da classe média urbana: A União Popular (Minas, 1909), a Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), a Aliança Feminina (1919), a Juventude Universitária Católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935). Esses movimentos, controlados pelo clero, estiveram presentes nas instituições e no Estado (Mainwaring, 1989). Segundo Scott Mainwaring (1989), desde a “romanização do Catolicismo brasileiro” aos anos 1950, a fé professada pela Igreja Católica era um processo interno de “contato íntimo com Jesus Cristo dentro de um sentido devocional”, pois a Igreja considerava o mundo moderno maligno, prejudicial a essa fé devota e “encorajava o culto à personalidade, ao prestígio, ao dinheiro e ao poder”. Isso foi reafirmado com o culto ao Sagrado Coração de Jesus e as devoções à Maria, associados às aparições de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora de Fátima, entre outras, que construíram as referências mais fortes. Arelado a isso, foram recuperadas as figuras marianas nacionais que entraram em decadência nos anos 1960 (COMBLIN, 1996). Diante disso, o autor (1989) afirmou ainda que:

Não havia senso comum de que a fé exigisse um compromisso político ou de que a ação política pudesse ser um componente maior da fé. A maioria dos sacerdotes não conciliava a fé com as tentativas de se criar um mundo mais justo. Até aqueles que sentiam que a Igreja deveria buscar uma missão social, geralmente limitavam a natureza dessa missão à caridade e a medidas paliativas (MAINWARING, 1989, p. 45).

Essa atuação da Igreja era numa perspectiva de que não houvesse transformações profundas no social. Evidenciamos isso na instituição do Patronato e da própria Cidade dos Meninos. O autor ratifica que “o clero se opunha vigorosamente às grandes mudanças sociais como sendo prejudiciais à ordem cristã tradicional (MAINWARING, 1989, p. 45). Tais iniciativas do território corroboram com esse indicativo de manutenção da ordem em detrimento de um ataque ao real problema da desigualdade social, além de contribuir para a manutenção de cada um nas suas respectivas classes sociais. O período de 1916 a 1945 foi um momento de grande envolvimento de líderes católicos na política.

A igreja, na sua fase atual, em virtude do impulso proporcionado pelo Papa à Ação Católica, não pode contentar-se apenas em formar padres; ela almeja permear o Estado [...] e para isto são necessários os leigos, é necessária uma concentração de cultura católica representada por leigos. Muitas personalidades podem se tornar auxiliares mais preciosos da administração etc., do que como cardeais ou bispos (GRAMSCI, 1976, p. 308 apud SAVIANI, 2015, p. 59).

Nesse trecho, Gramsci se referia à 1930. Esses líderes trabalharam e apoiaram os governantes anteriores, mas com Getúlio Vargas ocorreu um apoio “excepcional”, apesar de não ser

oficial. A maioria dos bispos, padres e leigos militantes respaldava o governo pelos privilégios e pela compatibilidade política.

A atuação de Levi Miranda na Cidade dos Meninos que, primeiramente, erguia um crucifixo e logo realizava uma missa nos espaços em que instituía suas diferentes obras sociais, marcou esse aspecto do Governo Vargas. Além disso, cada obra social instituída por Levi tinha um capelão e uma igreja, assim como o Patronato, que tinha Dom Odilão como diretor do espaço do internamento e tinha como um dos fios condutores para a “regeneração dos menores”, a moral cristã, apesar da diferença de doze anos de uma instituição em relação à outra. Ambas as instituições tiveram a intervenção da Igreja Católica ao longo de suas existências.

Temos dois agentes diferentes ligados à Igreja Católica, um representado por Levy Miranda, que era leigo e teve uma inserção inicial na gestão de Vargas, que o concedeu visibilidade, assim como sua permanência na Assistência do Brasil considerado apóstolo da mesma. Anos mais tarde, tivemos a presença de Dom Odilão na direção do Patronato com todo o aparato clerical. Nesse equipamento, em especial, tivemos a atuação dos grupos leigos como Congregação Mariana,⁸³² o Apostolado de Oração,⁸³³ que é vinculado à devoção ao Coração de Jesus e a Irmandade Nossa Senhora do Pilar,⁸³⁴ que contribuíram financeiramente com a instituição. Esses grupos devocionais caracterizavam essa fé professada internamente, para dentro da própria Igreja. Essa resposta paternalista, destinada às classes populares, foi impressa pela igreja e corroborada por um documento episcopal de 1946 sobre o papel caritativo da mesma. Tal documento desvelava um caráter de dependência do Estado e das classes dominantes na obtenção de recursos financeiros para os programas de caridade, ao mesmo tempo em que desconsiderava as questões referentes à desigualdade social e à ausência de serviços básicos, na abordagem da temática da mortalidade infantil, por exemplo. (MAINWARING, 1989).

A partir de 1950, vários aspectos contribuíram para que outras pressões fossem feitas dentro e fora da Igreja. Essas pressões favoreceram o surgimento de grupos que fizeram com que a instituição repensasse sua atuação. Segundo Scott Mainwaring (1989), as forças mais progressistas dentro da igreja estavam vinculadas ao movimento camponês, que ganhava força no país e aos estudantes. Ambos os grupos eram considerados “altamente politizados”. Consequentemente, as igrejas do Nordeste foram as que enfrentaram os problemas sociais

⁸³² Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.6/15, caixa 001, 1956.

⁸³³ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.164, caixa 001, 1958.

⁸³⁴ Livro-Caixa, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 064.88, caixa 001, 1957.

com mais profundidade. A expansão do Partido Comunista no pós-guerra favoreceu essa reflexão da igreja sobre sua prática também.

Por volta de 1955 havia três facções principais dentro da Igreja. Cada qual com uma visão diferente no tocante às questões sociais. Aqueles que continuavam a endossar a estratégia da neocristandade passaram a ser os tradicionalistas, embora esse modelo não pudesse ser classificado como tradicional antes dos anos 50. (...) Os modernizadores conservadores acreditavam que a igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. (...) Os reformistas (...) Essa facção compartilhava da preocupação dos modernizadores conservadores com o trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, mas suas posições sociais eram mais progressistas (MAINWARING, 1989, p. 56-57).

De 1950 a 1965, a Igreja teve mudanças significativas, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Em 1952, teve a primeira Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1958, o Papa João XXIII assumiu e promoveu reformas importantes com as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). O Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965. Entre a década de 1950 e início de 1960, surgiram movimentos leigos e outros foram potencializados como a Juventude Universitária Católica (JUC). A CNBB refletia essas facções, mencionadas anteriormente. Apresentava uma organização nacional para pensar a Igreja, a partir da realidade brasileira. “Os bispos eram, em sua maioria, modernizadores conservadores, mas os reformistas ocupavam muitas das posições centrais da [...] CNBB que lhes atribuía um poder que ia além de meros números” (MAINWARING, 1989, p. 65). Essa conferência “facilitou a comunicação dentro da Igreja e estimulou ou impediu várias tendências eclesiais.”

O Vaticano II foi responsável por mudanças significativas nas igrejas da América Latina. “As terríveis condições de vida dos pobres, a crescente riqueza das elites, a discriminação social contra os pobres e a repressão dos movimentos populares tornou mais difícil o apoio eclesial ao sistema vigente” (MAINWARING, 1989, p. 63). Segundo o arcebispo de João Pessoa, o Concílio foi o motor que sistematizou a mudança da Igreja Católica. Paralelamente, havia a atuação dos leigos e o autor afirma que:

Movimentos leigos e de base têm impulsionado a renovação na Igreja brasileira desde 1958. Um exemplo importante é a Esquerda Católica de período de 1958-1964. Embora fosse pequena em termos numéricos e terminasse por ser marginalizada pela hierarquia e, então, reprimida pelo regime militar, introduziu novos conceitos de fé e mostrou dinamismo potencial do laicato dentro da Igreja (MAINWARING, 1989, p. 82).

A Ação Católica foi um dos mais importantes movimentos e foi criado em 1920. Desse movimento, surgiu a JUC, em 1930, que no final da década de 1950, radicalizou e teve um relacionamento conflituoso com a hierarquia. Foi decisivo o posicionamento em 1959,

quando assumiu a ação política como compromisso evangélico e, a partir de 1960, envolveu-se ativamente com a esquerda brasileira (MAINWARING, 1989).

Sabemos que todos esses aspectos sobre a Igreja vão influenciar a mesma, ao longo do tempo. O município de Duque de Caxias estava sobre a jurisdição do Bispo de Petrópolis, que administrava uma vasta área. Além do fato de que o bispo se estabeleceu em Petrópolis, percebemos que as decisões do mesmo eram respeitadas, mas eram comunicadas por cartas e por visitas esporádicas. Isso demonstrava um distanciamento da realidade local. O projeto do Patronato foi pensado por diferentes agentes da sociedade civil e política, mas teve a Igreja como a executora de inúmeras ações, principalmente nos primeiros anos. Dom Odilão elaborou o primeiro Estatuto,⁸³⁵ o espaço de internamento foi efetivado na Fazenda São Bento, que pertencia à Igreja por concessão do INIC,⁸³⁶ o bispo era quem indicava o diretor do Patronato, entre outros aspectos.

Cabe o destaque sobre a entrada da Igreja através de D. Odilão, na Campanha do Patronato. Como já foi relatado nas primeiras reuniões, não havia representantes da igreja, a partir do momento em que o território da Fazenda São Bento, no Núcleo Colonial foi pensado como um local para abrigar os “menores”, e do delegado consultar o presidente do INIC sobre essa questão. Após esses dois fatos, o grupo recorreu a D. Odilão que além de conseguir a autorização do uso do espaço, conseguiu que a igreja fosse representada por ele e que passasse a ser fundamental nesse processo. Ressaltamos ainda que a ABM foi fundada no dia de Ação de Graças. A Casa São José, que funcionou nos primeiros anos, teve seu nome escolhido pelo exemplo desse santo trabalhador. O Instituto Profissional teria o mesmo nome da Casa São José, mas como se estabeleceu na Fazenda São Bento, teve a denominação de Instituto Profissional São Bento.

O artigo 5º do Estatuto da ABM trazia no seu bojo a prestação de assistência integral aos menores e a assistência religiosa, seguida pela moral; eram os primeiros itens elencados dessa assistência.

A formação moral tem papel fundamental no catecismo e deve começar a partir da formação da vontade da criança, através da formação de convicções com raízes profundas e sólidas na inteligência. Além da formação de um sentimento forte, enérgico, capaz de orientar e corrigir as paixões. A educação deve ser pessoal e, ao educando, cabe a ação, ir conhecendo o seu dever, colhendo os meios da vitória, proporcionando os esforços, com a impressão de que está agindo por si mesmo para poder continuar a agir bem quando não tiver mais a assistência do educador (ORLANDO, 2008, p. 192).

⁸³⁵ MOVIMENTA-SE DUQUE DE CAXIAS EM FAVOR DO MENOR ABANDONADO. *Jornal Folha de Caxias*. 3-4 jun. 1956.

⁸³⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 085, caixa 003, 1957.

Segundo o mesmo artigo do Estatuto, a autoridade diocesana deveria estar de acordo com outros institutos que fossem fundados, e percebemos que Dom Odilão se preocupava em comunicar sempre as ações que o Patronato efetuava através de relatórios, cartas, bilhetes e possíveis reuniões do clero local com o bispo.

Quanto à assistência religiosa aos menores, era oferecida por um sacerdote e uma catequista. Havia a afirmação de que os protestantes não eram obrigados a assistir as aulas de religião. Dom Odilão, no item “Assistência Religiosa”, o Relatório de 1957 relatava que : “Foram dadas 110 aulas de religião, fizeram a Primeira Comunhão 65 garôtos e todos fizeram a Páscoa. Antes do trabalho aos Domingos, frequentaram êles a Missa na Matriz de Santo Antonio”.⁸³⁷ Em relação à religião, havia uma quantidade muito grande de meninos católicos,⁸³⁸ enquanto as meninas eram todas católicas.

Quadro 13 Associação Beneficente de Menores/Religião dos meninos e meninas atendidos na instituição em 1957

	MENINOS	MENINAS
CATÓLICOS	391	117
PROTESTANTES	10	-
SEM RELIGIÃO	3	-
TOTAL	404	117

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁸³⁹

Notamos que o Ensino com base religiosa era o que norteava a atuação da ABM e posteriormente, do Patronato. Isso ficou mais evidente ao percebemos que a maioria dos “menores” fez primeira comunhão⁸⁴⁰ no período do trabalho de rua, e após a obtenção do espaço de internamento. A participação da catequese era voluntária, segundo o relatório, mas a maioria aderiu ao projeto católico. Na seção que Dom Odilão escreveu para o Jornal *Folha de Cidade*, em 1956, apresentou como fator fundamental do abandono dos “menores”, o “esfacelamento da família”. Para completar, dizia que “Uma solução satisfatória do problema de menores desamparados deve começar pela restauração dos valores essenciais da família: respeito, indissolubilidade, responsabilidade dos pais espírito de sacrifício em prol dos filhos.

⁸³⁷ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958, grifos do autor.

⁸³⁸ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.4, caixa 003, 1958.

⁸³⁹ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

⁸⁴⁰ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.3, caixa 003, 1958.

Mas simplesmente: lar cristão”.⁸⁴¹ Defendia que a educação dos jovens deveria ser baseada na responsabilidade do casamento e do combate ao que enfraquece a “dignidade do lar”.

Segundo Dom Odilão, “o amparo moral da família” estava ligado ao “amparo econômico”, que consistia no “salário familiar, os privilégios às famílias numerosas, a propriedade familiar, a casa, o quintal, a pensão, as creches para os filhos de operários, tudo isso vinha ocorrer para a felicidade familiar e, conseqüentemente, para a estabilidade do lar”.⁸⁴² Na terceira reportagem dessa seção sobre Menores Abandonados, em que o sacerdote assinou, foi ressaltado por ele, o comportamento dos “menores” e relatava que tinham dificuldade em aceitar “os princípios religiosos de piedade filial e perdão, pois o raciocínio incipiente e rude vê no genitor apenas o imoral, o irresponsável...”.⁸⁴³ Essa alegação era atribuída aos meninos sobre sua relação com os responsáveis que os “abandonaram”, afirmava que esse era o sentimento dos “ilegítimos e os deixados pelos pais”. A destruição da família era apontada novamente como uma das causas desse “abandono”. Na quarta reportagem, a solução apontada pelo padre era o ensinamento do “temor à Deus, o respeito ao próximo, o amor ao trabalho digno”.⁸⁴⁴ Dom Odilão afirmava que para combater “o crime do menor”, seriam necessárias atitudes enérgicas como a que se instaurava em Duque de Caxias, através da atuação do Juiz de Menores da Comarca. Essas atitudes correspondiam às intervenções do Juiz Dr. Hélio Albernaz contra o lenocínio, concomitante à institucionalização da ABM.

O início do século XX foi marcado por mudanças na forma de conceber a assistência à infância, de uma visão repressiva para uma educativa e recuperativa. Rizzini (1995) afirmou ainda que essa mudança não foi o bastante para ser absorvida na prática, mas serviu de medida para orientar as iniciativas do Estado. Diante disso, Dom Odilão, nos artigos que escrevia para o jornal, pontuava sutilmente as bases da concepção católica de educação ligada à religião, terminava o primeiro artigo com a frase: “O problema de menores é como já se disse, mais um problema de maiores...”.⁸⁴⁵ Assim, na publicação seguinte continuava sua reflexão apontando que a definição de “menor abandonado” deveria estar associada às “deficiências da família” e continuava ao dizer que já que essas deficiências familiares são

⁸⁴¹ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956.

⁸⁴² SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956.

⁸⁴³ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 15-16 jul. 1956.

⁸⁴⁴ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 22-23 jul. 1956.

⁸⁴⁵ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956.

múltiplas, a conceituação de “menor abandonado” seria “ampla”. Seguia dessa forma, a busca por uma conceituação, como podemos perceber:

O conceito, porém, mais restrito de menor abandonado limita-se àqueles a quem a família não pode proporcionar um mínimo de assistência vital ao ser humano. Esse mínimo seria, na atual civilização, a casa, a roupa, o alimento, a higiene e a educação. Faltando um desses elementos, rara é a vez em que todos faltam simultaneamente, podemos dizer que o menor é abandonado, expressão chocante que a sociedade moderna procura apagar dos vocabulários, mas que só com muito esforço e abnegação poderá extirpar da vida social.⁸⁴⁶

Diante dessa amplitude de conceituação à categoria “menor”, o sacerdote recorreu ao Código de Menores vigente. Dom Odilão afirmava que “o nosso Código de menores de 1927 divide os menores desamparados em expostos, abandonados, vadios, mendigos e libertinos. A rotina do SAM os divide em transviados e desvalidos. Classificações essas, naturalmente, empíricas, por falta de um fundamento comum”.⁸⁴⁷ A partir dessa classificação “empírica”, o padre fornecia a classificação precisa que deveria, segundo ele, ser originada na deficiência da família, “assim, os menores são **órfãos**, se lhes faltam os genitores; **ilegítimos**, se nascidos fora da família legalizada; **desamparados**, se os pais não cuidam deles. A situação desses três tipos agrava-se caso o menor seja ainda **anormal** (físico ou mental) ou **delinquente**”.⁸⁴⁸

Afirmava ainda que, para cada classificação, caberia uma forma de “reajustamento na sociedade” e essa “integração” deveria começar por “ambientes que se aproximem” de um lar para os meninos “desamparados”, era um saber que começava a se diferenciar do que havia sido instituído pela assistência no país, até aquele momento. Quanto ao Código de Menores de 1927, Câmara (2010) declarou que:

Ao fixar os parâmetros de identificação das crianças, o Código de Menores designou os comportamentos e atitudes, a partir das quais se estabeleceram as regularidades dos fatos localizados como criminais. Na sua produção, concepções assentadas nas ideias de uma tendência ao crime e de influência do meio social e familiar, é interessante observar que, a partir dos imperativos legais, de caráter pedagógico, tutelar e disciplinar, propostos com o Código de Menores, procurou-se direcionar a leitura dos seus dispositivos, dirigindo, também, as possíveis compreensões sobre ele (CÂMARA, 2010, p. 265-266).

Assim, além do Código atrelar a identificação da criança a um determinado estigma, acentuou a ideia de crime e de influência sobre a mesma, do meio social e da família.

[...] a intervenção do Estado não se realizou como tentativa de universalização dos direitos, mas sim como esforço de se consolidar o controle e o disciplinamento das camadas pobres sem, no entanto, modificar o controle de vida e de abandono a que

⁸⁴⁶ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956.

⁸⁴⁷ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956.

⁸⁴⁸ SEÇÃO: MENORES ABANDONADOS, ASSINADO POR DOM ODILÃO. *Jornal Folha da Cidade*, 1-2 jul. 1956, grifos do autor.

estavam expostas as crianças. Através de medidas disciplinares, pedagógicas e punitivas, reafirmou-se a prerrogativa excludente e nomeadora da criança como objeto de escuta e domínio do poder instituído (CÂMARA, 2010, p. 267).

Percebemos que todas essas questões, regulamentadas no Código de 1927, contribuíram para as afirmações proferidas por Dom Odilão no jornal. Essas análises permeavam os debates em curso naquele contexto histórico.

Segundo Rizzini (1995), aconteceu em São Paulo, em 1947, a “Primeira Semana de Estudos do Problema de Menores”, com a participação de muitos juízes. Esses chegavam à conclusão de que a família era o problema do “menor abandonado”. A consequência desse pensamento encontrou eco na Segunda Semana de Estudos, ocorrida novamente em São Paulo,⁸⁴⁹ em 1949, e apontou o amparo à família como essencial para que o “menor” não se afastasse do seu meio “natural e imprescindível” (RIZZINI, 1995). Apesar dessa reflexão, juízes de menores ainda apontavam como necessária, a fundação de institutos para recolhimento de menores, ideia também encampada pela Igreja, como respondia Dom Odilão, em entrevista concedida ao jornal *Folha de Caxias*, ao ser questionado como pretendia a Igreja resolver o “angustioso problema” dos menores abandonados:

Formando para todos esses menores um lar onde possam viver felizes, onde se sintam em casa, rodeados não tanto de medidas repressivas ou coercitivas, quanto das normas seguras da Fé e dos princípios elevados da Moral Cristã que os eduquem e os levem suavemente a compreender os deveres e a vida com responsabilidade e com dignidade.⁸⁵⁰

Com a Declaração dos Direitos da Criança aprovada em 1959, na Assembleia das Nações Unidas, era considerado “residir o ‘bem-estar do menor’ no atendimento de uma série de ‘necessidades básicas’, a saber ‘saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social’.”(VOGEL, 1995, p. 305). Isso estava associado ao ponto de vista de que o atendimento dessas necessidades se daria na “reintegração do ambiente familiar”. Percebemos como a tentativa de assemelhar os espaços de internamento do ambiente familiar foi sendo constituído através do tempo. Mas, não era qualquer ambiente familiar: era um ambiente familiar permeado pelos “princípios elevados da Moral Cristã”. O próprio bispo afirmava na entrevista que as medidas para com os “menores” não seriam “repressivas ou

⁸⁴⁹ COOPERAÇÃO ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR PARA ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA. Jornal *Folha de Notícias*, 24 jul. 1949.

⁸⁵⁰ HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal *Folha de Caxias*, 29-30 abr. 1956.

coercitivas”, mas “normas seguras da Fé. Eram meninos “deserdados de formação espiritual”.⁸⁵¹

Ao voltar o olhar sobre o Estatuto Reformulado de 1961, salientamos, entre as competências do Instituto Profissional São Bento (IPSB), a função de “Educar os menores de acordo com os princípios tradicionais da Igreja Católica”.⁸⁵² Assim, por ser uma “escola” baseada nos princípios católicos, a formação religiosa recebeu “dedicação especial”. Principalmente, nesse momento em que

A catequese se constituiu uma das frentes de trabalho mais intensas da Igreja, produziu uma série de ferramentas para disseminar a doutrina cristã com o objetivo de recristianização da nação. Mais uma vez, a escola tornou-se o *locus* ideal para a implementação desse projeto, por ser um cenário favorável para a formação do homem civilizado, aspirante da ordem e do progresso, fruto da mentalidade iluminista (ORLANDO, 2008, p. 67).

Isso é o que notamos através da atuação da ABM e seus agentes no nosso território também. No Relatório de 1959 era declarado que

A igreja não poderia estar ausente desta obra tão benemerita, ela que é a sempre protetora e mãe dos desamparados, cedendo a autoridade diocesana, D. Manuel Pedro da Cunha e Cintra, a Fazenda S. Bento para aí ser iniciado o patronato de menores, tomando ainda sobre si quase todos os encargos de educação, amparo e cuidado.⁸⁵³

Dessa forma, tínhamos “a instrução, aliada à educação religiosa”, [...] como uma receita “para garantir a formação integral do indivíduo e resolver os problemas da sociedade” (ORLANDO, 2008, 190). A educação religiosa integrava o cotidiano do Patronato:

Sendo uma escola que pauta pelos princípios católicos, dedicação especial mereceu a formação religiosa dos alunos; orações diárias na Igreja, Missa semanal aos domingos e durante a semana um dia, confissão e comunhão frequentes. Em 25 de dezembro 33 alunos fizeram a Primeira Comunhão e um foi batizado.⁸⁵⁴

Esses não eram os únicos compromissos dos internos. Quando os mesmos estivessem de férias e aqueles que pudessem ser recebidos em casa, deveriam comparecer à “Santa Missa aos domingos”. Segundo Orlando (2008), a confissão tinha uma força educativa, que consistia nas ações que o penitente era obrigado a fazer. Essas ações exigiam um exame de consciência que obrigava a criança a se julgar pelos modelos morais ensinados, e a obriga

⁸⁵¹ HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal Folha de Caxias, 29-30 abr. 1956.

⁸⁵² Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.4/5, caixa 005, 1961..

⁸⁵³ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.1, caixa 003, 1960.

⁸⁵⁴ Relatório das Atividades da A. B. M. durante o ano de 1959, assinado por Dom Odilão (diretor da Fazenda São Bento), PSB 100.2, caixa 003, 1960.

identificar os “erros exteriores cometidos” como os internos, espirituais, de acordo com Monsenhor Álvaro Negromonte.⁸⁵⁵ Sabemos que Dom Odilão foi o “cooperador” que atuou até 1964 como diretor do “educandário”,⁸⁵⁶ e de 1965 até 1969, como secretário. Conceição (2012), em estudo sobre internato de ensino agrícola, examinava que eram poucos os responsáveis por controlar inúmeros meninos. No Patronato, o diretor, junto de poucos funcionários, desempenhava um papel importante como fiscalizador no controle do comportamento dos meninos, na movimentação no espaço, na conduta, na vestimenta, na execução das tarefas diárias.

O Estatuto Reformulado de 1961, apresentava no artigo 53º, outra função: “o Diretor do Instituto Profissional São Bento julgará a aptidão moral e a formação profissional dos estabelecimentos de que fala o artigo anterior”.⁸⁵⁷ O aludido artigo era o 52º, que se referia ao envio dos “menores” para o trabalho em empresas. Percebemos, assim, as responsabilidades atribuídas ao diretor do educandário. Além dessas funções explícitas, estavam aquelas que diziam respeito a sua atuação de padre e da manutenção do ambiente religioso dentro do Patronato. Para isso, o sacerdote se utilizou da “Pedagogia Cristã”. Segundo Saviani (2015), essa pedagogia integrou a concepção pedagógica tradicional brasileira. A mesma argumentava sobre a primazia da família e da Igreja sobre o Estado, referente à Educação, no que tange o público das escolas católicas.

No Instituto tudo se fará sob a orientação sobrenatural da Igreja; sem violência e sem hipocrisia; com dedicação e amor; e a graça de Deus pouco a pouco, pelo ministério compreensivo e afável de Dom Odilão Moura, esse padre que é nosso caríssimo cooperador irá transformando e reformando os menores, fazendo-os trabalhar com seriedade, agir com critério e viver com virtude.⁸⁵⁸

Esse trecho da entrevista não foi transcrito no jornal; constava apenas como um rascunho no Acervo do Patronato e o bispo relatava isso sobre a figura de Dom Odilão: o “caríssimo cooperador” estava “transformando e reformando os menores”. No entanto, se as fontes permitiram mapear uma “pedagogia cristã” que inspirava as ações do Patronato junto

⁸⁵⁵ Monsenhor Alvaro Negromonte (1901-1964) foi ordenado padre em Olinda e foi conhecido por seus manuais de Catequese que foi muito utilizado pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil. Cabe salientar que no município tem o Colégio Estadual Álvaro Negromonte de 1961. Evidenciamos ainda que essa escola compõe o percurso de uma atividade do CEPEMHED intitulada “PATRIMONIO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Leituras da educação em Duque de Caxias: andanças para ver e ler” em que visitamos a referida escola acompanhada da pesquisadora Evelyn de Almeida Orlando.

⁸⁵⁶ “Educandário”, “obra” e “escola” são termos recorrentes que aparecem nas fontes pesquisadas do Patronato.

⁸⁵⁷ Estatutos da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J., sem assinatura, PSB 347.5, caixa 005, 1961.

⁸⁵⁸ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal Folha de Caxias, 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

aos menores, também é possível identificar as dificuldades na implementação do projeto e as resistências encontradas ora pela reação dos menores, ora pelas precárias condições de vida desses menores, da própria situação dos prejuízos gerados por uma vida de “abandono”.

4.5.1 “Mais dóceis, mais limpos e mais alegres”

A manutenção da ordem através da disciplina, da moral e da contemplação religiosa eram condições imprescindíveis para que os “menores” permanecessem no espaço do internamento, além da associação de que esse espaço era o mais próximo de um lar, mas não qualquer lar. O espaço do internamento deveria conter as características de um lar cristão. Associado a isso, havia a certeza, por parte do diretor, Dom Odilão, que os “menores” se transformariam em meninos “mais dóceis, mais limpos e mais alegres”. Mas, nem sempre o idealizado foi o vivido na instituição, como perceberemos a seguir. Foi possível identificar que alguns desses meninos resistiram, através de fugas, da demonstração de “indisciplina”, da não adequação ao espaço escolar, das brigas com os demais meninos, entre outros. Isso fez com que Dom Odilão os classificasse como anormais diante dessa inadequação, por parte dos meninos, ao sistema do internato.

Dessa forma, o administrador do Patronato, D. Odilão, enviava bilhetes manuscritos, direcionados à D. Noêmia Gomes, chefe do setor de Obras Sociais da LBA do Rio de Janeiro, com reclamações sobre os “menores”. Em 18 de fevereiro de 1960, relatava que “Lastimavelmente [sic] não podem continuar em S. Bento o C e o H. O primeiro resolveu não mais obedecer, fazendo o que quer, não indo às formaturas, cantando em toda parte”.⁸⁵⁹ A desobediência não era um comportamento aceitável para um tomista como Dom Odilão, que “...defende o valor da obediência, porque só o valor da obediência educa a criança...” (CAMBI,1999, p. 569).

O segundo [C], apesar de por vezes manifestar arrependimento, ontem como estivesse insubordinado no refeitório, depois de ter comido, mandei retirar-se. Jogou o prato e a cadeira e ficou pelo pátio jogando pedra. Voltou depois do refeitório e um ataque de histerismo, agrediu violentamente um garoto muito menor que ele, só o deixando após ter levado um cascudo. Hoje, como a cozinheira não lhe guardasse a merenda por esquecimento, disse que lhe atirava a caneca à cara.⁸⁶⁰

⁸⁵⁹ Bilhete à Dona Noêmia, assinado por dom Odilão Moura, PSB 191.1/2, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes..

⁸⁶⁰ Bilhete à Dona Noêmia, assinado por dom Odilão Moura, PSB 191.1, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

Como Câmara (2010, p. 267) afirmou, o próprio Código de Menores de 1927, abriu precedente para “medidas disciplinares, pedagógicas e punitivas”, como podemos perceber no caso de G, o “desobediente”, o “insubordinado” e o que não demonstrou arrependimento, conseqüentemente “levou um cascudo”. A consciência era outro aspecto importante para a concretização dessa concepção religiosa e o não arrependimento (na perspectiva de Dom Odilão), demonstrava a falta de consciência.

A consciência é considerada, pela Igreja, a base mais segura da vida cristã. Internamente, ela representa a própria voz de Deus, mas sofre as influências do sujeito e está propícia aos vícios que este lhe impõe. Daí a necessidade de moldá-la e impregná-la com os valores prescritos pela Igreja. (ORLANDO, 2008, p. 192).

O que aconteceu com o “menor”, inclusive o “cascudo” recebido como punição, estava sendo relatado à Assistente Social e não identificamos nenhuma reclamação posterior ao fato relatado.

Infelizmente esses dois, mais o C (este cada vez mais me convenço de séria anormalidade mental) já estão de tal modo estragados que só um regime muito especial os corrigirá. Ficando com eles assim, cogito que não seria possível disciplinar na escola pois os outros naturalmente os criam ímpar. Certo estou de que a Sra. compreenderá esta minha atitude, pois os dois esgotaram a paciência de todos.⁸⁶¹

A partir de argumentos sobre “anormalidade mental” e impossibilidade de “corrigir” os menores, Dom Odilão solicitava a transferência dos internos, posto que havia acabado “a paciência de todos”. Será que o fato de não ter alimento para G. foi “esquecimento da cozinheira” ou punição? Infelizmente, não temos como saber, mas fica a dúvida, diante desse relato, de que “todos” haviam perdido a tranquilidade para com o menino.

A disciplina, ponto fundamental para os educadores católicos de uma forma geral, [...] deve ser trabalhada a partir da compreensão dos regulamentos, das ordens, das proibições, porque só se pode amar aquilo que se compreende. As sanções mostram, por fatos concretos, através de recompensas (prêmios) ou punições (castigos), o que é bom ou mau, encorajando no cumprimento do dever e auxiliando na correção dos defeitos com a mesma objetividade formativa (ORLANDO, 2008, p. 198).

Em 1960 ainda, Dom Odilão se queixava de seis meninos, três deles eram irmãos e segundo o padre, não se adaptavam à vida escolar, pois não receberam assistência escolar e educativa necessárias e tinham “sintomas de anormalidade psíquica”. O padre associava sua reclamação a mais três irmãos que não se adaptavam “ao regime pedagógico da escola”, e enviou um ofício (Ofício 9/60) à D. Noêmia Gomes, em que informava:

⁸⁶¹ Bilhete à Dona Noêmia, assinado por dom Odilão Moura, PSB 191.2, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

Envio a V. S. os alunos internados neste estabelecimento JTN e EFA que se tornam inadatos [sic] à vida escolar, precisando de uma escola especializada. Além de nunca terem recebido a assistência escolar e educativa necessária, apresentam sintomas de anormalidade psíquica [sic]. Sendo assim, sem formação devida, prejudicam em muito toda a vida da escola.⁸⁶²

A princípio, a partir dessa descrição, entendemos que a dificuldade do JTN e EFA na escola foi ocasionada por não terem frequentado escola anteriormente. Mas, logo foi associada à “anormalidade psíquica”. A seguir, a justificativa era em torno de doença relacionada à pobreza (desnutrição, por exemplo). Cabe esclarecer que não negamos a existência da doença, mas o que chama atenção é a dificuldade de comportamento na escola estar associada a alguma doença, em cada reclamação de Dom Odilão.

Manifestam o mesmo comportamento os menores TN, DN e LGN. Não se adaptam [sic] de modo algum ao regime pedagógico da escola. São menores que pelo próprio aspecto físico mostram serem anormais, portadores de taras que necessitam de correção especializada. O menor DN, que para aqui chegou em estado de desnutrição manifesta, já se acha recuperado neste aspecto.⁸⁶³

A mesma associação, feita com os internos anteriores aconteceu com esses três: TN, DN e LGN.

Outro que tem prejudicado muito a vida escolar de disciplina é o menor JS, aliás [sic] com catorze anos de idade.

Certo de que as providências serão tomadas para o bem dos próprios menores e da vida desta escola, que tem um regime escolar para meninos normais, desde já antecipo os agradecimentos.⁸⁶⁴

É interessante observar que a solução sugerida para esse último aluno, o JS, foi a saída da escola, pois ele “tem prejudicado a vida da escola”. Esses meninos resistiam ao internamento e, no comportamento, davam mostras de não estarem sempre submetidos às regras impostas, ou seja, não agiam “com critério”.⁸⁶⁵ As doenças enfrentadas pelos “menores” também eram registradas nos ofícios enviados à LBA e vistas como impedimento para a continuidade do internamento e da escolarização dos meninos:

O menor DN tem tido diversos ataques de epilepsia, fato que se tivesse chegado ao nosso conhecimento já teríamos aceito na escola, até porque os Estatutos dessa Instituição não o permitem.

⁸⁶² Ofício Expedido, assinado por Dom Odilon Moura, PSB 196, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁶³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilon Moura, PSB 196, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁶⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilon Moura, PSB 196, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁶⁵ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal *Folha de Caxias*, 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

Esclareço, outrossim, que foram enviados para esta escola dois menores com hérnia necessitando de operação – os menores CLA e JO – sem que tivéssemos sido esclarecidos deste fato. Foi descoberto porque os menores queixaram-se de dores. Indicando o fato, verificamos que já vieram das casas com tal defeito.

Esclareço, outrossim, que estamos esperando o comparecimento constante e certo de Da. Neide Lobato dos Santos a esta escola para trabalho de assistência social junto aos alunos, pois assim haverá algo de eficiente e útil em prol desses menores. Em caso contrário, seria uma sinecura inútil.⁸⁶⁶

Os meninos que tinham alguma enfermidade não deveriam ser aceitos ou enviados para a instituição, de acordo com o Estatuto, pois eram considerados portadores de “defeito”. Embora o Patronato tivesse a assistência médica, por sua localização ser no segundo distrito, ficava distante de hospitais para um socorro rápido e imediato. Foi indicado ainda que a assistência social da LBA não estava comparecendo à instituição regularmente, conforme havia sido firmado no convênio estabelecido com a Legião.

Em 1961,⁸⁶⁷ Dom Odilão listava uma relação de nomes de “menores” que não continuariam no São Bento, no respectivo ano. A primeira relação contava o nome de 8 meninos, a data de nascimento e sinalizava aqueles que já deveriam ter sido desligados, mas continuavam na instituição por já terem 14 anos completos. Ainda em 1961, o Patronato enviou um ofício⁸⁶⁸ à LBA sobre 19 “menores” que seriam desligados da instituição, em junho, por terem excedido o limite de idade exigido, assim como o período em que a instituição estaria de férias.⁸⁶⁹ Mas, apenas o envio do ofício, que comunicava o desligamento dos “menores”, não foi suficiente. Dom Odilão relatava no outro ofício⁸⁷⁰ que havia conversado sobre a situação desses mesmos meninos, e reforçava com um novo ofício, com a mesma informação. Houve necessidade do envio de mais um ofício⁸⁷¹ em que listava o aluno nominalmente, com data de nascimento e série que o mesmo cursaria no ano de 1962.

Ao analisarmos a lista e a idade dos meninos, verificamos que dos dezenove nomes relacionados,⁸⁷² dois deles eram de irmãos e o pai iria retirar da escola. Dos dezessete, apenas quatro, que eram nascidos em 1947, completariam quinze anos em 1962. Os que completariam catorze, no mesmo ano, eram dez meninos, três deles tinham ainda treze anos. Dos meninos que tinham quinze anos, dois meninos frequentavam a terceira série e um deles

⁸⁶⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁶⁷ Relação dos menores internados na Fazenda São Bento, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, as expensas durante o mês de agosto de 1960, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 210, caixa 004, 1960.

⁸⁶⁸ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 240, caixa 004, 1961.

⁸⁶⁹ Relação dos menores internados na Fazenda São Bento, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, as expensas durante o mês de julho de 1961, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 240, caixa 004, 1961.

⁸⁷⁰ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 258, caixa 004, 1961.

⁸⁷¹ Alunos que em 1962 não frequentarão o internato devido à idade, PSB 263, caixa 004, 1962.

⁸⁷² Alunos que em 1962 não frequentarão o internato devido à idade, PSB 263, caixa 004, 1962

frequentava a primeira série, em 1961. Dos de catorze, dois frequentavam a primeira série, apenas um frequentava a segunda série e os demais frequentavam as terceira e quarta séries. Dos de treze anos, apenas um frequentava a segunda série e os outros dois frequentavam a quarta série. Percebemos que, provavelmente, a idade acima do limite determinado, associada à dificuldade escolar, era o maior motivo de devolução dos meninos nesse período.

Ainda em janeiro de 1961, no Ofício⁸⁷³ assinado por Dom Odilão e enviado para o diretor do DMI, Dr. Renato Moura, o padre respondia uma solicitação feita pelo mesmo, quanto às condições de internação de Menores da LBA no Patronato. Entre os itens, destacamos:

[...]

4-Para melhor aproveitamento da educação baixou-se para 8 anos a idade mínima de ingresso e limitou-se a máxima para 11 anos. Os que frequentaram a escola em 1960 poderá regressar, mesmo tendo idades acima daquele teto, com as exceções já apresentadas à Chefe do St. O. S.

Visa essa medida fazer coincidir, na medida do possível, a idade do menor com o currículo escolar primário o que para o mesmo é muito vantajoso.

A idade máxima de permanência na escola fica ainda sendo de 14 anos, até que se possa estabelecer um teto de idade inferior.⁸⁷⁴

O sacerdote apontava um ajuste quanto à aceitação dos “menores” na instituição, de acordo com a idade, ao mesmo tempo em que fazia a tentativa de diminuir o limite de idade, de 14 anos para 11 anos. Afirmamos ser uma tentativa, pois ainda aceitava aqueles que tinham 14 anos. Argumentava que essa medida era para que houvesse uma conciliação com o currículo da escola regular que frequentavam. Mas, muitos dos meninos internos, em relação à idade, não apresentavam essa possibilidade pelas repetências e por trabalharem nas ruas.

[...]

8-Solicita-se, outrossim, o [atestado] médico que acompanha o menor para a internação, traga esclarecimentos suficiente [sic] para o seu cuidado na saúde, pedindo-se que não se enviem menores com hérnia, doenças crônicas de ouvido, amígdalas em adiantado estado de inflamação, etc.9-Seria grandemente vantajoso que os menores passassem pelos testes de personalidade e inteligência, medida em boa hora iniciada pela L.B.A..

Evita-se, com essa medida, que um menor conserve anormalidade psíquica que se vão acentuando com a idade, podendo chegar a estado de irrecuperação.Reconhecendo as dificuldades financeiras atuais da L.B.A., sugere-se que ao menos os menores que apresentam distúrbios no comportamento por esses testes passassem.⁸⁷⁵

Identificamos a solicitação de que enviassem o atestado médico com o “menor”, para que fosse feita a internação e que meninos com doenças, não fossem encaminhados para o Patronato. Indicava ainda que os “testes de personalidade e inteligência”, que pareciam terem

⁸⁷³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 212.1, caixa 004, 1961.

⁸⁷⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 212.1, caixa 004, 1961.

⁸⁷⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 212.1, caixa 004, 1961.

tido um início recente, naquele momento, na LBA, fossem realizados. Ao mesmo tempo, destacava a dificuldade financeira em que a Legião passava e solicitava que o referido teste fosse feito, ao menos, nos que apresentavam “distúrbios no comportamento”. No Ofício⁸⁷⁶ de 1961, Dom Odilão listou as diferentes solicitações feitas para transferência de dois meninos, que já tinham atingido a idade limite. Esse ofício foi enviado para Odete Gomes, chefe do Setor de Obras Sociais da LBA, e o padre anunciava:

Encaminho a V. S. os menores PRN e JLS, os quais por motivo de terem completado a idade limite de permanência nesta escola e de serem anormais, conforme comprovam os testes por que passaram, necessitam de um regime pedagógico especial, conforme esclareci no Of. 14/61 dirigido a V. S.

O menor PRN, além dos defeitos apontados pelo teste, tem o costume de furtar, esconder o furto, de modo que é necessário estar sob vigilância especial.⁸⁷⁷

Os “menores” PRN e JLS tinham realizados os referidos “testes” na LBA e já tinham o indicativo de que eram “anormais”, por isso necessitava de um regime “pedagógico” e de “vigilância” especiais. Além desses testes classificarem as supostas dificuldades dos meninos, atrelava um comportamento aos mesmos, assim como era uma “comprovação” da não aceitação do “menor” na instituição, por ser portador desse “defeito”. O PRN roubava e escondia o furto, não vivia com “virtude”.⁸⁷⁸

[...]

O menor JLS aproveitou no ano que aqui esteve, melhorando o comportamento, mas ainda tendo reações de agressividade e não tendo sido possível permanecer na sala de aula, de modo que o aproveitamento escolar foi nulo. O mesmo se diga de outro menor no tocante ao aproveitamento escolar. Acredito que o menor JL ainda possa ser recuperado em escola em que haja formação profissional, tipo Escola Moreira.

Anexo a certidão de idade do menor JL, único documento que do mesmo se encontrava [sic] na escola. De outro, não há documento algum.⁸⁷⁹

O JLS “melhorou o comportamento”, mas não foi o suficiente para continuar na instituição, não estava transformado⁸⁸⁰ e reformulado.⁸⁸¹ “O aproveitamento escolar foi nulo”,

⁸⁷⁶ Ofício Expedido, assinado por Odilão Moura, PSB 221, caixa 004, 1961.

⁸⁷⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 221, caixa 004, 1961. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁸⁷⁸ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal *Folha de Caxias*, 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

⁸⁷⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 221, caixa 004, 1961. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁸⁸⁰ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. Jornal *Folha de Caxias*, 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

⁸⁸¹ Entrevista do Bispo, PSB 072.1, caixa 003, 1956. Esse é o rascunho da entrevista que foi publicada no jornal com o título: HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO.

provavelmente, foi reprovado. Já havia sido indicada a devolução desse “menor” em outros ofícios anteriores e, embora, JL tivesse as mesmas dificuldades que JLS, ele poderia ser “recuperado”, mas não no Patronato e sim, numa escola de formação profissional.

[...]

Certo de que V. S. encaminhará os dois menores para o destino devido, tendo para com os mesmo a caridade necessária, o mesmo cuidado que recebeu aqui na escola dentro dos limites firmados pelo contrato desta com a LBA, aproveito a oportunidade para manifestar os protestos de estima e alta consideração.⁸⁸²

E para finalizar, os meninos estavam sendo devolvidos, mas pedia que tivessem “caridade” e “cuidado” com os mesmos. Diante de diferentes ofícios enviados e do não atendimento das solicitações, Dom Odilão enviou outro ofício⁸⁸³ em que relembra a D. Odete Gomes, chefe do Setor de Obras Sociais, todos os pedidos anteriores:

Solicito, depois de repetidos pedidos, de V. S., a retirada deste estabelecimento dos menores PRN e JLS, pois ambos atingiram, já em 1960, a idade limite de permanência na escola.

A permanência de ambos nesta escola torna-se grandemente prejudicial tanto para eles, quanto para escola.

Para eles, porque ambos necessitam de uma escola especializada em menores anormais, como são, o que se pode comprovar pelos testes por que passaram, e porque a Fazenda S. Bento tem um regime pedagógico para menores de idade inferior. Além do mais, ambos são totalmente inúteis quanto ao aproveitamento escolar.⁸⁸⁴

Mais uma vez, foi feito o pedido para que o PRN e JLS fossem transferidos, por atingir o limite de idade permitido na “escola”, nesse caso, era o Patronato. A justificativa nesse documento era a de que eles necessitavam de “escola especializada em anormais”, o “regime pedagógico” da Fazenda S. Bento era para meninos em idade inferior e por serem “inúteis” em relação ao “aproveitamento escolar”.

Para a escola, porque ambos ainda não se adaptaram [sic] ao regime pedagógico da escola, o que é natural, por serem anormais, e a escola tem todo o seu movimento com menores normais, e também porque trazem péssimo exemplo para os menores, alguns de oito anos, além dos perigos que promiscuidade de idades, principalmente entre adoliscntes [sic] e menores, pode trazer...⁸⁸⁵

Percebemos que a preocupação com o fato de ultrapassar o limite de idade estabelecido estava diretamente ligado à indisciplina no espaço de internamento e, principalmente, na escola

Jornal *Folha de Caxias*, 29-30 abr. 1956., mas essa resposta do bispo não foi publicada, consta apenas no acervo do Patronato.

⁸⁸² Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 221, caixa 004, 1961. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁸³ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

⁸⁸⁴ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.

⁸⁸⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

regular que frequentavam, dentro do território do Patronato. O “exemplo” relatado é o que não deve ser feito. Para a concepção católica, o exemplo a ser seguido é importante. “A Pedagogia do exemplo é preconizada pelo padre, na exigência imanente que se faz da força do exemplo, ou seja, da catequista viver aquilo que ensina. Seu trabalho e sua vida estão diante de observadores perspicazes” (ORLANDO, 2008, p. 194). Por isso, o “menor” não poderia ficar, pois o seu exemplo não serve de modelo e não pode ser seguido. Identificamos também, uma preocupação com a “promiscuidade de idades”, que no recorte a seguir, destacamos:

Justamente essa promiscuidade de menores normais com anormais, de idades diversas, é o que a imprensa vem diàriamente [sic] mostrando existir nessas infelizes instituições públicas que são o SAM e o SIM, e que existia nos depósitos de menores por que os dois em foco passaram antes de virem para a Fazenda S. Bento que lhes deixaram marcas indeléveis na alma.⁸⁸⁶

Nesse primeiro momento no documento, demonstra uma crítica à instituição pública que era o SAM, que enfrentava diversos problemas na sua condução, inclusive pelo próprio Dom Odilão. Atribuía à “promiscuidade” dos “menores” ao que provavelmente, tinham aprendido nessa instituição, por terem sido encaminhados pela mesma.

Desejo ter na Fazenda um regime pedagógico bom, inteligente, sem promiscuidades, orientado, pois só respeitando a essência da pedagogia cristã teremos uma obra assistencial de menores útil. Peço, pois, encarecidamente a V. S., que coopere com a Fazenda S. Bento no sentido de respeitar êsse aspecto, até porque o compromisso da mesma com a LBA cessa quando os menores atingem a 14 anos. Certamente V. S., técnica em assuntos sociais já está compreendendo que estou com muita razão se assim solicitar, não desejando, técnica que é em assuntos sociais, repito, ver a escola transformada em um depósito de menores.⁸⁸⁷

No documento, Dom Odilão afirmava que desejava “na Fazenda um regime pedagógico bom, inteligente, sem promiscuidades, orientado” e para que isso acontecesse, era necessário o respeito à “Essência da Pedagogia Cristã”. Essa essência ao se referir à “promiscuidade”, estava relacionada à ideia de que

...as crianças mal educadas, acostumadas a fazer tudo o que querem, sem medidas, são crianças com incrível facilidade para a impureza, pois, não estando acostumadas a contrariar as outras paixões, não encontrarão forças para contrariar a paixão impura, uma vez que, a tendência sexual é a mais forte da natureza humana. As crianças devem, portanto, ser incitadas a buscar os meios naturais, através do trabalho¹⁰³, do esporte, de um ambiente inocente, das boas companhias¹⁰⁴; e sobrenaturais, através da oração, a frequência dos sacramentos, o amor a Deus e a Nossa Senhora e a estima ao estado de graça como forma de desenvolvimento saudável, longe do que poderia ser considerado uma ameaça ao pudor (ORLANDO, 2008, p.199).

⁸⁸⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

⁸⁸⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

Ainda, apelava para a formação técnica da Assistente Social para que a Fazenda não fosse transformada em “depósito de menores”, ao mesmo tempo em que fazia uma associação dessa imagem de depósito, ao SAM.

A minha solicitação é ainda um ato de caridade, desejando eu o bem para ambos, mas não desejando que por causa de dois fiquem prejudicados. Esclareço, outrossim, que os recebi enganado, não recendo nenhuma nota que mostrasse os seus defeitos psíquicos, vindo a conhecê-los depois da permanência na escola. De há mais de seis meses venho fazendo essa solicitação à LBA, mas não sendo atendido reitero o pedido, limitando a permanência dos menores em face até o dia 10 de março. É que nessa data os launos [sic] deverão estar em aula e se ambos permanecerem na escola, necessitarei de contratar uma pessoa para dêles cuidar, estando os trabalhos dos funcionários distribuído no cuidado dos outros...⁸⁸⁸

Novamente, Dom Odilão salientava que eram “menores” com “defeitos psíquicos” e que se os mesmos estivessem descritos nas suas fichas, os meninos não teriam sido aceitos. Apresentava um outro fator que trazia preocupação pelo o fato de não poderem frequentar a escola regular: no momento em que os demais internos estariam na escola, não teria funcionário para cuidar dos referidos meninos. O padre elencava no documento,⁸⁸⁹ os diferentes ofícios enviados, que requeriam a transferência, além de identificar nominalmente esses “menores”:

[...]

Vou repetir a sequência de pedidos que fiz para a retirada dos dois da escola: junho de 1960, a D^a. Neide Lobato, A. Social da LBA designada para a escola; setembro de 1960, quando iniciou-se o trabalho com testes do ISOPE; 15.11.60, na relação de menores da LBA nesta escola em que se esclareceram as idades; início de dezembro, pedido a D^a Noêmia Gomes, que pediu que os meninos passassem nas festas natalinas na escola, providenciando logo após a retirada; 15/12/60, ofício 27/60 ao Diretor do IMI; 4/1/61, ofício a V. S. comunicando agressão do menor PN; 12/1/61, nova relação das idades dos menores; 20/1/61, of. 6/61, ao Diretor o DMI; em fevereiro de 1961 diversos pedidos a V. S. e a D^a. Noêmia Gomes.

Já vê V. S. que o meu pedido não é absurdo, sendo mesmo necessário e urgente e que tenho esperado o tempo suficiente para uma eficiente e capaz administração ter tomado as devidas providências.⁸⁹⁰

Alguns dos ofícios citados constam no Acervo do Patronato e transcrevemos anteriormente. Outro aspecto importante nesse relato foi que Dom Odilão identificou a data em que o órgão responsável por fazer os testes psíquicos nos “menores” para classificar a “sanidade mental” dos mesmos, iniciou os seus trabalhos em setembro de 1960, e se chamava

⁸⁸⁸ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

⁸⁸⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁰ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961, grifos do autor.

ISOPE.⁸⁹¹ Finalmente, após os ofícios enviados, o Dr. Renato Menezes de Moura, diretor do DMI, enviou uma resposta⁸⁹² a D. Odilão que dizia:

Tomamos conhecimento dos ofos. Ns. 16/61 e 15/61, datados de 8 e 13 do corrente , dirigidos por V. Revma. a esta LBA.

Cumpre-nos informar que medidas a serem tomadas com referência aos menores PRN e JLS, estão sendo providenciadas, pois como bem esclarece V. Revma. trata-se de menores anormais que necessitam de escola de 'regime pedagógico-especializado'. Encaminhá-los à estabelecimentos que não sejam desse padrão, será protelar o problema, agravando o fator psico do mesmo.

Esperando de V. Revma. a cooperação necessária para esta hora difícil que atravessa esta Instituição, autorizamos o retôrno dos menores a esse educandário, onde deverão aguardar a solução normal do caso.⁸⁹³

A resposta acima foi datada do mesmo dia 13 de março de 1961. A LBA respondeu à solicitação anterior e o encaminhamento foi de que os meninos deveriam aguardar na instituição.⁸⁹⁴ Essa resposta não agradou Dom Odilão que, mais uma vez associou a ideia de que o não respeito ao limite de idade do internato transformaria a instituição em Serviço de Assistência ao Menor (SAM), e completava: “Há 8 meses comunica a necessidade de retirada dos meninos, a protelação é injustificada e prejudicial a casa. Não encaminhá-los a um ‘regime pedagógico especializado’ é protelar o problema e agravá-lo”.⁸⁹⁵

No ofício,⁸⁹⁶ o padre relembra o limite de idade estabelecido e afirmava que “Em nenhum contrato bilateral ou combinação pode-se exigir de uma das partes o que não foi combinado. Isto ensina o bom senso e o respeito o [sic] direito”.⁸⁹⁷ Corroborava o pensamento da “anormalidade” dos “menores” e a questão do limite de idade permitido no Patronato, “Justamente por essa ponderação, sobejamente provada pela experiência, é que ache os mesmos não poderem permanecer nesta instituição. Isto qualquer pessoa de juízo normal há de reconhecer”.⁸⁹⁸ Dom Odilão⁸⁹⁹ lembrou ao Dr. Renato Menezes Moura, os aspectos que abordados nos ofícios anteriores, e demonstrava sua irritação com o fato de não ter sido atendida a solicitação que havia sido feita. Relembra ainda, a crise financeira que a LBA passou e que já havia sido solucionada. Então, sugeria que fosse “...pensando no

⁸⁹¹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 220, caixa 004, 1961, grifos do autor.

⁸⁹² Ofício Recebido, assinado pelo Dr. Renato Menezes de Moura (diretor do Departamento de Maternidade e Infância, PSB 222, caixa 004, 1961.

⁸⁹³ Ofício Recebido, assinado pelo Dr. Renato Menezes de Moura (diretor do Departamento de Maternidade e Infância, PSB 222, caixa 004, 1961. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁸⁹⁴ Ofício Recebido, assinado pelo Dr. Renato Menezes de Moura (diretor do Departamento de Maternidade e Infância, PSB 222, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁵ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁸ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

⁸⁹⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

destino dos menores que irão completar quatorze anos, para que ao chegar a idade não encontre uma situação tumultuada e de difícil e protelada solução”. Indicava os “menores” que havia rejeitado a matrícula, por sua origem não ser de escola religiosa, com exceção de um, que vinha de Ilha das Flores, por conhecer a família. Mas, os rejeitados “vieram de Conservatório, escola que nos enviou os piores elementos que passaram por aqui, inadaptáveis, degenerados, de modo que tomei a resolução de não receber de modo algum menores que tenham passado por aquela instituição”.⁹⁰⁰

Apesar do pouco tempo do estabelecimento do espaço de internamento, Dom Odilão já citava o ditado latino “Experientia docet”, que significava “a experiência ensina”, associava alguns “menores”, enviados de determinados estabelecimentos, e restringia o encaminhamento de “menores” de instituições religiosas. Esse processo permitiu que percebêssemos como os meninos eram distribuídos pelas instituições e, simultaneamente, foi possível identificar algumas características desse internamento, que o afastava da proposta de lar e de acolhimento familiar tão propagada. Nessa perspectiva, interessa observar que o Patronato São Bento, dirigido por um tomista, Dom Odilão, defendia que o seu “regime pedagógico é de inteira liberdade, não havendo muros nem cafuas, imitando-se a vida familiar. Nada de disciplina militar”.⁹⁰¹ Da mesma maneira, no ofício em que informava a permanência de alguns meninos no período de férias, discorria assim: “Permanecem os alunos que não tem lar para que possam ter o aconchego de uma escola cristã”.⁹⁰²

Dom Odilão sinalizava que desejava um trabalho “mais pastoral e sacerdotal”. Entretanto, não queria “sacrificar o trabalho de caridade e educação” desenvolvido na instituição.⁹⁰³ No período de 1961 a 1964, trabalhou no Patronato como diretor, mas acumulava a função de secretário. Mas a partir de 1965, passou a atuar apenas como secretário. Provavelmente, pelos motivos apresentados na Carta ao Bispo Dom Manoel Pedro,⁹⁰⁴ foi se afastando aos poucos do trabalho mais intenso na instituição. As fugas do “educandário” eram recorrentes. Localizamos o comunicado⁹⁰⁵ de fuga, escrito à caneta, a assistente social da LBA, Noêmia Gomes, apresentava o nome da mãe e o do respectivo “menor”. Em seguida, pedia a Dom Odilão que informasse os locais onde havia procurado, para que pudessem retomar a pesquisa uma vez que a mãe do referido “menor” estava

⁹⁰⁰ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 223, caixa 004, 1961.

⁹⁰¹ Esclarecimentos sobre a Obra, sem assinatura, PSB 126, caixa 003, [1964]. Atribuímos essa data ao documento porque consta no mesmo que em “65 haverá ainda a renda da entrega de jornais que tornará a Escola independente, podendo dispensar os meninos do Ministério da Justiça”.

⁹⁰² Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 256, caixa 004, 1960.

⁹⁰³ Carta ao bispo, PSB 127.1, caixa 003.

⁹⁰⁴ Carta ao bispo, PSB 127.1, caixa 003.

⁹⁰⁵ Comunicado da LBA, assinado por Noêmia Gomes, PSB 054, caixa 002, s/d.

“desesperada”. A assistente social encerrava o mesmo clamando a proteção divina para a solução do caso.

A dificuldade em se adaptar ao sistema do internato, por parte dos meninos do Patronato, era similar aos do Internato Agrícola apresentado por Conceição (2012), e poderia ser atribuída ao fato de algumas características, que aproximavam o internato da prisão, que competia ao respeito do controle do tempo, do espaço e dos próprios “menores”. No Patronato, apesar de estarem num grande espaço, deveriam obedecer às regras diárias impostas pela instituição, as brincadeiras deveriam ser as que fossem permitidas e no horário determinado. O referido autor afirmou ainda sobre o Internato Agrícola:

A admissão do indivíduo à “cultura do internato” obrigava-o a dispor-se, mesmo que coercitivamente, das brincadeiras da idade imatura e se conformarem com as atividades intensivas de estudo e trabalho, com as regras do internato. [...] Muitos apresentavam certo estranhamento inicial para usar as instalações sanitárias (dificuldades de fazer as necessidades fisiológicas no vaso sanitário) e adaptarem-se as regras do refeitório (como a dificuldade de fazer uso do talher) (CONCEIÇÃO, 2012, p. 73).

Dessa maneira, as fugas do Patronato, assim como do Internato Agrícola eram recorrentes e correspondiam à forma pela qual lidavam com as proibições (CONCEIÇÃO, 2012). No ofício⁹⁰⁶ de maio de 1960, dirigido à Noêmia Gomes, chefe do setor de Obras Sociais da LBA do Rio de Janeiro, Dom Odilão reclamava das fugas e iniciava com uma lembrança sobre o Ofício 9/60.⁹⁰⁷

Pelo Of. 9/60 manifestamos a V. S. a situação delicada em que se encontram nesta escola os menores JTN, DN, TN, LGN, bem como JLS e EFA. Os mesmos fogem diariamente da escola, passando o dia perambulando pelas ruas, gritam durante a noite, manifestando assim sintomas de comportamento anormal. Como tal situação pode ser de consequências funestas para os menores, poderia retirá-los da escola e serem encaminhados para escola especializada em menores de comportamento irregular. Seria necessário um funcionário que ficasse só com eles, e não possui [sic] esta escola tal funcionário.⁹⁰⁸

Mais uma vez o comportamento não adaptável às normas da escola era classificado como anormal, além da alegação de que, por esse motivo, seria necessário um funcionário para aumentar a vigilância. Identificamos duas questões: a classificação desse “menor”, que foi algo que o Código de 1927 propiciou, como já foi abordado por Câmara (2010), e os poucos funcionários que trabalhavam na instituição.

⁹⁰⁶ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199, caixa 004, 1960. Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁹⁰⁷ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199, caixa 004, 1960.

⁹⁰⁸ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão Moura, PSB 199, caixa 004, 1960.

Notamos nos argumentos, a recorrência da vinculação da indisciplina à anormalidade e a insistência para que fosse visto o teste.⁹⁰⁹ Ao lado de alguns nomes, no final da relação entre parênteses, havia a indicação “ver teste”; ao lado dos demais, havia a mesma referência, já sinalizada, e sempre havia a solicitação de que o “menor” fosse recolhido da instituição ou encaminhado para outro espaço. Em 1964, Dom Odilão enviou uma carta ao bispo,⁹¹⁰ em que mencionava a sugestão do sacerdote quanto ao auxílio das irmãs no Patronato, assim como a possibilidade de entrega do Patronato aos cuidados dos beneditinos, mediante a probabilidade de seu retorno à Ordem. Sinalizava, ainda, que o abade Dom Bazílio, responsável por governar a Ordem dos Beneditinos, havia proposto uma condição de mudança da finalidade da obra para mosteiro ou colégio da paróquia.

Além desses fatores, alguns meninos não queriam retornar para a obra de caridade, por isso alguns ofícios,⁹¹¹ como o de 1969, solicitava “que o menor ACM não seja liberado aos finais de semana porque não quer retornar para o colégio”. No balancete de 1961, num dos bilhetes que foi enviado para o bispo Dom Manoel Pedro, havia a afirmação de Dom Odilão para que ficasse o registro que “a igreja faz tudo pela ABM”.⁹¹² Enfim, muitas questões, muitas diferenças, muitas pressões, muitas carências, muitas injustiças, muitas tarefas, muitas fugas, muita “caridade”, muita miséria, muita acentuação da diferença de classe, muita desigualdade social, muitos ensinamentos, pouca proteção, pouco carinho, pouco desejo de mudança, poucas alternativas, pouca escolarização, pouca atenção, pouca escuta, pouca divisão de riquezas, pouca partilha dos saberes....

⁹⁰⁹ Ofício Expedido, assinado por Dom Odilão, PSB 210, caixa 004, 1961.

⁹¹⁰ Carta ao bispo, PSB 127.1, caixa 003.

⁹¹¹ Ofício Recebido, assinado por Joaquim Casemiro de Figueiredo, PSB 315, caixa 004, 1969. . Na transcrição do relato, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes

⁹¹² Observações sobre o balancete, PSB 112.1, caixa 003, [1961]. Diante a afirmação exposta no referido documento: “Pelo que se vê, se tudo correr normalmente, a obra percorrerá o ano de 61 bem equilibrada”.

CONCLUSÃO

Ao realizarmos a pesquisa do Patronato São Bento, fizemos uma comparação entre duas pesquisas recentes, que trataram do tema do “menor”. Destacamos as aproximações, os distanciamentos entre essas investigações e o nosso objeto de estudo. Assim, salientamos algumas características convergentes em relação às pesquisas realizadas por Sônia Câmara (2010) e Maria Zélia Maia de Souza (2013). Respectivamente, os títulos das pesquisas eram “Sob a guarda da República – A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920” (CÂMARA, 2010), “Educar o jovem para ser “útil à si e à sua Pátria”: a assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932)” (SOUZA, 2013) e Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores no município de Duque de Caxias (1950 – 1969). Ao empreendermos tal comparação, estabelecemos um diálogo com a historiografia, os procedimentos e as questões de pesquisa do campo.

O primeiro aspecto de convergência foi a infância, como construção social de um determinado tempo. Assim, desnaturalizamos o lugar que a criança ocupava e concordamos com a existência de diferentes infâncias, implicando projetos políticos diferenciados para cada uma delas. Embora haja um recorte temporal diferente que distanciou os objetos de pesquisa, foi possível perceber algumas permanências. Assim, a educabilidade de uma infância marcada pela pobreza e a assistência com a proteção das crianças através do trabalho, foram outras marcas dessa aproximação das pesquisas.

A associação de educação e trabalho, como conferência de validade às crianças pobres e em situação de abandono, assim como controle social, caracterizaram outro aspecto de ligação das pesquisas: o regime de internato com a dupla função de abrigo e de escola (elementar e profissionalizante), ou seja, em conexão com a política educacional (educação física, ensino primário e profissional, trabalhos manuais), com higiene (inspeção médica) e com assistência social escolar (com funcionamento conectado). Esse aspecto aproximou as pesquisas sobre o Instituto Profissional João Alfredo, de Maria Zélia Maia de Souza e o Patronato São Bento. Na verdade, ao analisar os objetivos das diferentes pesquisas, foi possível perceber ainda que, com as devidas particularidades, a investigação das políticas públicas educacionais, de proteção e de assistência à referida infância, como as condições de vida dos mesmos, foram convergentes também.

Coube, ainda, esclarecermos que a pesquisa de Sônia Câmara⁹¹³ (2010), tratou das representações da infância nos discursos jurídicos da década de 1920, em especial o Código de Menores de 1927, além das concepções que conformaram os parâmetros na construção de políticas públicas de assistência e proteção à infância, na cidade do Rio de Janeiro. Quanto à pesquisa da professora Maria Zélia Maia de Souza⁹¹⁴ (2013), foi investigado o Instituto Profissional João Alfredo para a compreensão de educação e de assistência, através da formação profissional destinada aos meninos considerados desvalidos, nas primeiras décadas do século XX.

Concluimos que ambas as pesquisas contribuíram para a compreensão do Patronato São Bento. Sabemos que as políticas públicas estabelecidas para a assistência e proteção da infância influenciaram por anos a fio, inclusive a década de 1950, período em que temos o início da instituição, além do fato de que o Código de Menores de 1927 foi o único que vigorou até a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1990. Além disso, a pesquisa de Câmara (2010) tratou dos discursos jurídicos da década de 1920, que estavam em consonância com a concepção higienista, outro fator que influenciou por muitos anos, a política de proteção a essa determinada infância.

Quanto à pesquisa de Souza (2013), essa contribuiu com a investigação sobre o patronato, por tratar de uma instituição asilar que apresentava características semelhantes à instituição estudada, além da formação profissional destinada a um determinado grupo de meninos. Essas abordagens permitiram um entendimento melhor do que aconteceu no Patronato porque apesar de não ser a mesma instituição, nem terem o mesmo recorte temporal, apresentaram semelhanças que facilitaram a compreensão da instituição em foco e descortinaram imbricações entre a infância em situação vulnerável (associada ao trabalho e à escolarização) e medidas judiciais. Ainda nesse processo de entrelaçar leituras, a escrita do projeto da Cidade das Meninas, da Sr^a Darcy Vargas, de Rubens Porto (1942), ampliou o olhar acerca da política destinada aos menores, com a implantação desse projeto em terras do Núcleo.

⁹¹³ A pesquisadora se apoiou num corpus documental variado como jornais, álbuns de recortes de jornais, revistas, periódicos especializados, livros, relatórios, teses, boletins, anais de congressos nacionais e internacionais, legislação brasileira e portuguesa, livros de registros institucionais e relatórios de instituições brasileiras e portuguesas (do Porto, Lisboa e Coimbra) (CÂMARA, 2010) no diálogo com os seguintes autores: Chartier, Foucault, Goffman, Alvim, Valadares, Faria Filho e Veiga.

⁹¹⁴ A pesquisa partiu de uma gama documental variada, como as mensagens dos prefeitos do Distrito Federal, os boletins da prefeitura, relatórios da diretoria geral de instrução pública, os relatórios dos diretores do Instituto, os relatórios da legislação específica ao tema em estudo, os jornais, as cartas, os documentos de contratação de serviços, os documentos parlamentares de 1919, as pastas e os dossiês dos alunos do Instituto (SOUZA, 2013) no diálogo com autores como: Elias, Foucault, Rosavalon, Berrio, Veiga, Faria Filho e Vidal.

Na pesquisa realizada por Jayme Pondé (1977) sobre a vida de Levy Miranda, encontramos alguns dados acerca do projeto da Cidade das Meninas, destinado ao amparo de meninas pobres, datado de 1947, embora o projeto existisse desde 1939. O autor apontou a criação do abrigo misto na área rural de Duque de Caxias, denominado de Cidade dos Meninos, transferido posteriormente para a Fundação Abrigo Cristo Redentor, em 1946, através do Decreto-lei nº 9.899, assinado pelo Presidente Dutra, a pedido da Exma Sr^a Darcy Vargas. A Cidade dos Meninos comportava vários institutos: Dom Bosco, Domingos Savio, Nossa Senhora da Paz, Profissional Getúlio Vargas e Margarida Araújo, onde os jovens eram agrupados segundo os critérios de idade e de instrução, sob a égide da orientação do amor ao trabalho. Além dos institutos a Cidade-Jardim, como era chamada a Cidade dos Meninos, oferecia a educação escolar através de duas unidades públicas: o Grupo Escolar Darcy Vargas, datado de 1958, atendendo cerca de 630 alunos; já na segunda metade dos anos de 1970, atendia 840 internos e 400 externos e, o Grupo Escolar Cidade dos Meninos.

Essa instalação de uma instituição anterior, similar ao Patronato — que foi a Cidade dos Meninos no mesmo Núcleo Colonial — separada por glebas diferentes, contribuiu para entendermos, mais uma vez, o uso desse território e as marcas dessa assistência nacional de cunho filantrópico, associada à igreja, destinada para essa determinada infância. Essa proximidade dos terrenos das duas instituições assistenciais e de acolhimento aos “menores” facilitou o intercâmbio de agentes e de condutas, como especificou as relações estabelecidas entre as políticas de cunhos nacional e regional com os interesses locais, com ênfase nos setores religiosos. Ambas as instituições apresentaram o trabalho agrícola como “regenerador” desses menores, em consonância com o que afirmou Souza (2003, p. 49), em que “a região foi apontada como área de abastecimento de produção agrícola para a capital, como tradicionalmente era nos séculos anteriores, lugar de abrigo para menores, que também seriam integrados à produção agrícola”. Esse estudo permitiu o entendimento sobre as peculiaridades perpassadas por diferentes disputas, relacionadas com a função social desse território. A compreensão da prática cotidiana nesses espaços e, em especial, o Patronato, contribuiu para identificarmos as ações de assistência, de “proteção” e de educação destinadas a uma determinada infância, em consonância com as esferas federal, estadual e local.

A antiga Fazenda de São Bento foi o local escolhido para o internamento dos “menores” que, no período estudado, correspondia ao Núcleo Colonial São Bento. As relações estabelecidas com o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), a cessão dos prédios da Fazenda tombados pelo Serviço de Patrimônio Nacional (SPHAN), o ensino agrícola como “regenerador” dessa infância “abandonada”, a presença do

administrador do núcleo na administração da escola regular, a escola que atendia aos filhos dos colonos e os “menores” internos, apresentaram marcas desse projeto ruralista como um viés da instituição do Patronato. Tudo isso permitiu relacionar a história do Patronato com a história do território, as disputas no processo de escolarização dos menores e os seus comprometimentos com os projetos ruralista e urbano-social a partir do momento em que identificamos que a instituição atendeu a uma demanda de “limpeza” da cidade de Duque de Caxias.

O trabalho de catalogação e de organização dos documentos do Acervo do Patronato, feito pela pesquisadora, demonstrou o quanto são frágeis e desvalorizados esses papéis “sujos”, e tão importantes para a pesquisa, mas que por muito pouco não foram para o lixo. Mas, nem todos os acervos da história da educação local tiveram o lugar da preservação. Foram e são muitos os documentos espalhados e ainda para serem inventariados, como o do Patronato na cidade. Por isso, há necessidade da instituição de um Arquivo Público local, que ultrapasse a sua lei de criação que o faz existir apenas no papel. Além disso, cabe salientar que Caxias se tornou “espaço de transbordo populacional da cidade carioca” que “remodelou o desenho da localidade” (SOUZA, 2003, p. 49). Através do trabalho com os jornais, notamos como “esse espaço de transbordo populacional”, associado à proximidade da capital federal que, na época, era o Rio de Janeiro, trouxe inúmeras questões para o município. Uma delas foi o uso do território que serviu a capital nas práticas ilícitas também, como no caso do lenocínio. Outra foi a necessidade de que a cidade de Duque de Caxias precisava se “modernizar”, para então representar uma impressão ordeira e de “progresso”. Para isso, os “menores” que perambulavam pelas ruas foram considerados empecilhos.

O pensar e o agir sobre assistência à infância no início do século era privilégio de uma elite formada por autoridades, intelectuais, pessoas da boa sociedade, incomodadas com uma situação que começava se constituir como um problema que podia fugir do controle, principalmente do Estado (RIZZINI, 1995, p. 297).

Apesar de estarmos em períodos diferentes, percebemos como esse aspecto contribuiu também para que a imprensa, como “formadora da opinião pública”, iniciasse uma grande campanha para “regenerar” essa infância considerada “perdida”. Inicialmente, nas páginas do jornal, era um apelo feito pela Associação Comercial, que tinha esses “ambulantes” como um grande prejuízo para os seus rendimentos. Isso porque além de “atrapalhar” o comércio, inúmeras reportagens foram veiculadas em que “menores” roubavam as casas comerciais. Assim, a solicitação recorrente do jornal era pela construção de um Patronato Agrícola, para

que esses meninos pudessem ser “regenerados” pelo trabalho regularizado, de acordo com o lema da própria instituição de uma “educação no trabalho, para o trabalho e pelo trabalho”.

Como foi apontado pela autora, essas instituições como o Patronato consistiam num espaço apropriado para o atendimento dessa população, em oposição aos asilos considerados “depósitos e prisões de menores”. Os patronatos agrícolas representaram a formação de trabalhadores rurais por iniciativa do governo, embora não houvesse um abandono total das práticas consideradas ultrapassadas. Esse espaço simbolizou uma ruptura na forma de concepção da assistência à essa infância específica, por passar da repressão à educação sob uma “visão recuperativa”. Evidenciamos ainda que tal prática não foi totalmente “absorvida”, e que apenas norteou como um “parâmetro”, as tentativas do Estado na solução do “problema” (RIZZINI, 1995, p. 297).

Principalmente porque já se pensava na utilidade deste sujeito à nação, na forma de mão de obra para a indústria incipiente, para a agricultura sem os braços dos escravos e para a formação de um Estado nacional, forte, unido em torno dos ideais da pátria, com uma população dócil, ciente de seus deveres e de seu lugar (RIZZINI, 1995, p. 297).

Em relação a isso, cabe ainda esclarecer que o trabalho proposto pelo Patronato São Bento era um trabalho que contribuía para que os “menores” fossem “úteis para a coletividade”, pelo entendimento de que essa determinada infância, desde a mais tenra idade, já teria que trabalhar para contribuir com a renda familiar. Esse trabalho assistencial, pautado nesses moldes, representou mais uma das marcas da profunda cisão na assistência, representada por duas categorias independentes: o menor e a criança (RIZZINI, 1995). Salientamos ainda que era um trabalho informal no início (engraxates, vendedores, jornaleiros) e depois, trabalhos ligados ao cultivo da terra, artesanais e de entregadores de jornais (a partir de 1965). Além de conclamar a população, o jornal convocava as autoridades locais para que fizessem algo por essa infância, para que não se perdesse na “senda do crime”.⁹¹⁵ A associação de pobreza e criminalidade foi evidenciada inúmeras vezes nas páginas do jornal, da mesma forma em que havia uma cobrança ao delegado, ao juiz, ao prefeito e aos vereadores sobre as questões referentes aos “menores”, assim como outros assuntos. Nessa convocação de determinadas autoridades para a campanha, lançada pelo jornal, percebemos a permanência do que foi constituído nas primeiras décadas do século XX. Como identificou Rizzini (1995), uma ação marcada pelo controle, pela repressão, pela

⁹¹⁵ COM 17 ANOS JÁ ESTÁ NA SENDA DO CRIME: EM OUTRO LOCAL DO PRESENTE EDIÇÃO UMA NOTÍCIA SOBRE VÁRIOS ASSALTOS PRATICADOS POR MENORES EM NOSSAS CASAS COMERCIAIS. *Jornal A Folha de Caxias*, 11 out. 1953.

dependência de instituições particulares que no nosso caso, foi representada pela Associação Beneficente de Menores (ABM), e pela vinculação às instituições jurídico-policiais.

Ao demonstrarmos a imbricação entre a campanha promovida pelo Jornal e a criação do Patronato, que pretendeu retirar esses menores da cena da cidade, percebemos que ao se referir ao trabalho inicial da ABM foi publicado que “O pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade”.⁹¹⁶ O uso da palavra “alívio” associada à imagem da cidade foi um marco de que essa ação junto aos menores estava atrelada à “limpeza” da cidade. Ficou a sensação também de que, mais do que assistir às crianças, essa atuação da ABM tratou de um assistencialismo que foi ao encontro dos interesses de setores da sociedade caxiense que estavam incomodados com os delitos cometidos pelos “menores” nas ruas da cidade com a indicação de que os mesmos estavam “mais dóceis, mais limpos e mais alegres”.⁹¹⁷ Destacamos ainda que duas das autoridades presentes na primeira reunião de debate sobre o assunto do “menor”, diziam respeito ao delegado e ao juiz de direito, representantes de uma judicialização instaurada pelo Código de Menores de 1927, de acordo com o que Câmara (2010) salientava sobre essa lei. Atrelado a isso, o tratamento dessa infância, tanto pelo Estado como pelos setores privados, manteve “a internação em estabelecimentos fechados” como “fio condutor do atendimento prestado”. Apesar dos inúmeros problemas apresentados pelos grandes internatos do início do século, vários agentes sociais, ao longo do tempo, apresentaram os fracassos desse modelo do ponto de vista do interno, além de um internamento comum a todos os “menores abandonados” (abandonados, delinquentes e pobres) (RIZZINI, 1995, p. 298).

Associado a isso, tivemos a intervenção da igreja no nosso território. Essa foi outra característica que se perpetuou ao longo do tempo, como afirmou Rizzini (1995), que dizia respeito à transformação da atuação de igreja, que passou do atendimento caritativo para o filantrópico, favorecendo a sua permanência na educação desses “menores”. Outra constatação foi a inserção de agentes das sociedades política e civil nas ações da ABM. Assim, as primeiras reuniões de organização da ABM aconteceram no gabinete do prefeito e sem a presença da igreja. Mas, diante do alto índice de “menores abandonados” que vagavam e foram identificados pela polícia, o espaço de internamento apontado foi o mosteiro da antiga Fazenda de São Bento, nas terras do INIC. A partir dessa necessidade, o presidente do INIC indicou a igreja como a entidade que poderia liberar o uso do espaço, uma vez que o bispo

⁹¹⁶ Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 083.3, caixa 003, 1958.

⁹¹⁷ Assistência à Associação Beneficente de Menores, assinado por Dom Odilão Moura (Vigário Cooperador), PSB 84.1, caixa 003, 1957.

Dom Manoel Pedro já havia feito a solicitação dos prédios (mosteiro e igreja) para o estabelecimento de um seminário.

Dessa maneira, a igreja, representada por Dom Odilão, capelão da Cidade dos Meninos, alegou a necessidade de autorização do bispo para o estabelecimento do Patronato, ao invés do seminário. Após essa breve consulta e inúmeras tentativas frustradas da comissão de autoridades, numa ida à Petrópolis, finalmente obtiveram uma resposta positiva de Dom Manoel Pedro. Dom Odilão Moura foi o sacerdote designado para representar a igreja e o responsável pela escrita do Estatuto da ABM. A partir desse momento, a Igreja não compôs apenas a comissão, mas tomou as rédeas do empreendimento ao ter o sacerdote indicado para a função de diretor do Patronato, a ponto do próprio padre afirmar, numa de suas missivas ao bispo, que “a Igreja faz tudo pela ABM”.⁹¹⁸ A partir desse momento, não era mais uma comissão de autoridades que buscava instituir um Patronato Agrícola, mas uma Associação Beneficente de Menores (ABM). A ABM foi criada como uma sociedade civil, isenta de impostos, composta por membros das sociedades civil e política. Essa instituição, desde a sua constituição, embora particular, sempre recebeu verbas das diferentes esferas públicas (municipais, estaduais e federais), característica da prática assistencialista do período.

Nesses primeiros anos de institucionalização e de busca pela sede própria para abrigar os “menores”, diferentes configurações foram desenhadas na prática da instituição. A primeira configuração da ABM correspondeu a um trabalho de rua com o “menor trabalhador”, através do controle associado ao recolhimento dos meninos e ao impedimento dos trabalhos na rua como punição, caso não obedecessem às regras. Tudo isso atrelado às reuniões semanais de formação, às aulas de alfabetização noturnas e à catequese da Igreja Católica. A catequese era destinada àqueles que desejavam, e as aulas noturnas, conforme a possibilidade dos meninos, mas as reuniões semanais eram obrigatórias, de acordo com o relatório.

Essa padronização do trabalho nas ruas exigiu cooperativas, para que os meninos conseguissem suas caixas de engraxate, como também casas credenciadas para a compra do que seria vendido, além da fiscalização por parte dos poucos agentes, como dos próprios meninos, que recebiam orientação da instituição da maneira como deveriam proceder. Mas, todo esse trabalho de “limpeza” da cidade era feito no Centro do primeiro distrito. Para o segundo distrito, onde ficava localizado o Núcleo Colonial São Bento, coube o espaço de internamento que, após inúmeras idas e vindas, foi instalado na antiga Fazenda São Bento

⁹¹⁸ Observações sobre o balancete, PSB 112.1, caixa 003, [1961]. Diante a afirmação exposta no referido documento: “Pelo que se vê, se tudo correr normalmente, a obra percorrerá o ano de 61 bem equilibrada”.

como uma “vitória da sociedade caxiense”.⁹¹⁹ Nesse momento inicial do internamento, Dom Odilão teve uma ranhura com o prefeito que acabara de assumir, Adolpho David, o que ocasionou uma grande dificuldade financeira para a ABM e, conseqüentemente, para o Patronato.

Através da identificação das diferentes configurações assistencialistas da ABM no território, foi possível o entendimento das políticas públicas de educação, de proteção e de assistencialismo, destinadas aos “menores” atendidos. Mas, com o apoio do Juiz Dr. Hélio Albernaz na autorização do trabalho de rua (no início da gestão do novo prefeito, Adolpho David), dos demais políticos na obtenção de verbas e da contribuição de particulares, a instituição conseguiu subsistir. Diante do apelo feito pelo jornal “Olhe as crianças meritíssimo Juiz”⁹²⁰ e paralelo à institucionalização da ABM, o juiz Dr. Hélio Albernaz empreendeu uma campanha contra o lenocínio, que teve uma grande repercussão. O juiz ainda imprimiu diversas ações com a contribuição da ABM, principalmente na atividade com os meninos na rua, que consistiu no trabalho com os “menores de rua” e os encarcerados pela polícia. Cabe um destaque para o fato de que, embora o lenocínio tenha evidenciado o grande número de meninas pobres que eram vitimizadas, o projeto do Patronato não as incluiu. Talvez porque a prostituição era considerada “uma fatalidade da vida social ou um mal necessário”,⁹²¹ segundo o jornal, que trouxe a marca mais evidente do preconceito contra a mulher. Foi possível inferir que, se os denunciados delitos cometidos pelos menores que vagavam pelas ruas da cidade, precisavam ser contidos, os crimes cometidos com a exploração das meninas, esses poderiam ser suportados. Afinal, a campanha contra o lenocínio não teve a mesma adesão que a campanha sobre os meninos. No lenocínio, lucravam os donos de hotéis, comerciantes e políticos influentes na cidade, apesar do anúncio de que a justiça lutava contra a ideia de que a cidade era terra “do vício e do crime”.⁹²²

Embora, a ABM continuasse subsidiando e administrando o Patronato São Bento, a condução do trabalho cotidiano ficou na responsabilidade da igreja, com Dom Odilão. O sacerdote era o administrador do Patronato. O padre administrava o Patronato como a escola regular em alguns momentos, embora essa escola fosse subsidiada pelas esferas públicas. Na década de 1960, apesar da Prefeitura Municipal, através do Prefeito Joaquim Tenório, ter enviado professoras vinculadas ao município, a escola regular oferecida aos “menores

⁹¹⁹ É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun 1955.

⁹²⁰ OLHE AS CRIANÇAS MERITÍSSIMO JUIZ. *Jornal A Folha de Caxias*, 16 maio 1954.

⁹²¹ PROSTITUIÇÃO: “MAL NECESSÁRIO OU FATALIDADE DA VIDA SOCIAL”. *Jornal Folha da Cidade*, 29 E 30 jul. 1956.

⁹²² “CAXIAS ERA A TERRA DO VÍCIO E DO CRIME”. *Jornal Folha da Cidade*, 26-27 ago. 1956.

internos” e às crianças do entorno, era uma escola considerada particular. Paralelamente, as reuniões da ABM continuavam a acontecer. Dom Odilão conduzia o Patronato sob a concepção da pedagogia cristã, que consistia numa pedagogia tradicional. Essa concepção tinha como pilar, a família e a igreja, apoiadas sobre a moral, o trabalho, e a disciplina.

No relacionamento cotidiano com os “menores”, Dom Odilão tentou diversas vezes, devolver alguns deles por não se adequarem às normas da instituição e sob uma alegação de que esses “menores” não se “transformavam” por serem “anormais”. Cabe salientar ainda que, com a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma instituição a qual o a ABM era subvencionada, houve uma permanência do tratamento da categoria “menor”, na esfera policial-judiciária (Ministério da Justiça), segundo (RIZZINI, 1995, p. 298). Identificamos essa atuação do sacerdote na condução do Patronato, até 1969. Nesse final da década de 1960, o sacerdote iniciou um debate com o bispo sobre os possíveis grupos religiosos que poderiam assumir a direção do Patronato, como também fizeram as devidas consultas. Diante das inúmeras negativas das diferentes congregações religiosas, Vilson Macedo assumiu essa direção e, em 1969, definitivamente, Dom Odilão se afastou da instituição sob a alegação de que desejava um trabalho mais pastoral. Assim, a instituição, que teve no seu comando, por dez anos, um padre beneditino, passou a ser dirigida por um vereador.

Identificamos as atuações dos diferentes agentes da sociedade civil como política no Patronato, tais como: as do juiz, Dr. Hélio Albernaz; do padre, Dom Odilão; do bispo, Dom Manoel Pedro; do prefeito, Francisco Corrêa; do delegado, Amil Nei Reichard; do presidente da Câmara, Ery Teixeira; do contador e presidente da Associação Comercial, Mariano Sendra; do diretor da Casa de Saúde, Dr. Jorge Armênio; do tabelião, Dr. Gastão Reis; do vereador, Tenório Cavalcanti; da Inspetora de Ensino, Regina Tesaro; do vereador, Edson Carpes; do presidente do Rotary, Pedro Garcia; do vereador, Vilson Macedo, entre outros. Isso possibilitou detectarmos os projetos político-educacionais que constituíram o do Patronato, assim como as instituições que se relacionaram com a referida instituição.

Em relação aos questionamentos que ainda nos fazemos, elencamos a troca constante de juízes na cidade, com sucessivas promoções que os transferiam para outros locais, outras características dessa proximidade de território e dos agentes entre o Patronato e a Cidade dos Meninos, um aprofundamento sobre o desenho das escolas regulares, instituídas no terreno do Patronato, como a Escola Odilon Braga e a Escola Municipal Patronato São Bento, o relato dos próprios meninos internos sobre o asilamento, o desdobramento do projeto nos anos seguintes, entre outros. Não podemos nos esquecer que tanto a campanha como o próprio

Dom Odilão, referiam-se a “menores abandonados”. Mas, ao longo da permanência da instituição, percebemos a presença da família. Os “menores” internados eram matriculados pelas famílias e alguns passavam os finais de semana com as mesmas, quando não eram recolhidos e encaminhados pelas instituições conveniadas com o Patronato.

Então, concluímos que alguns dos “menores” internos faziam um uso do espaço da cidade que incomodava, embora tivessem famílias. É possível inferir que eles habitavam a cena da cidade em busca da sobrevivência, mas de um modo que não agradava aos comerciantes e que revelava as desigualdades sociais. Internar esses jovens era um meio de tirar de cena, de esconder em outro distrito, a desigualdade e o abandono. A partir do projeto instituído pelo Patronato, os discursos jurídicos, os filantrópicos, os religiosos e os assistencialistas serviram para amenizar e resolver problemas estruturais, causados por uma sociedade capitalista, assim como uma imposição de normas de conduta e de expectativas de adequação desses “desajustados”, às regras de sociabilidade da sociedade capitalista. Para essa infância pobre, o trabalho manual, a escolarização básica, o asilamento, o controle, a coerção, a imposição de religiões e as concepções de mundo que pretendiam amenizar o problema social.

Diante de tudo o que já foi pontuado, o Patronato São Bento surgiu como um espaço de atendimento da demanda urbano-social da cidade de Duque de Caxias, no território do segundo distrito, com características rurais ainda, ou seja, retirou da cena da cidade, os meninos que eram a evidência da desigualdade gerada pela sociedade capitalista, da má sorte da infância pobre no Brasil. O projeto instituído na cidade não apresentou características de uma preocupação rural com àqueles e àquelas “menores”, que eram vítima do que há de mais cruel no sistema capitalista: a marca da desigualdade social. A intenção não foi o cuidado e a proteção da criança, enquanto ser humano, mas sim dos interesses do capital e da tentativa de “limpeza” da cidade, ao enviar para o segundo distrito, o projeto que desde o começo, foi o espaço pensado para a solução do “problema do menor”.

ACERVO

Jornais:

Grupo

Tópico

Folha da Cidade

O Radical

O Municipal

Localização: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira

Jornais:

O Fluminense

Tribuna de Caxias

Luta Democrática

Última Hora

O Dia

O Globo

Jornal do Brasil

Localização: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Acervo Patronato São Bento:

Estatuto da ABM

Ofícios Expedidos

Ofícios Recebidos

Atestados

Livro-caixa

Localização: CEPEMHed

REFERÊNCIAS

- A ABM com Amaral e o governador. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 100, p.1, 2-3 mar. 1956.
- A ABM É O maior movimento de apoio ao menor já encetado em Duque De Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 13, p.6, 16-17 set. 1956.
- A.B.M. acionará prefeitura para receber 2 milhões atrasados. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 5, n. 153, p.1, 25 agos. 1959.
- ABREU, Alzira Alves de [et al.] *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.
- A CAMPANHA do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 68, p. 01, 24 jul. 1955.
- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- A CHUVA e o engraxate. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 4, p. 03, 12 set. 1953.
- A DESPEDIDA do Dr. Ari Fontenelle, *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 109, p. 01, 6-7 maio 1956 .
- A JUSTIÇA apoia a comissão de inquérito que investiga a extensão do lenocínio: ouvido o juiz Dr. Navega Creton, *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias. ano I, n. 11, p. 1, 8 nov. 1953.
- ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro de. *Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.
- ALVARENGA, Marcia Soares de. Movimentos Sociais e educação popular: sentidos sobre a cidadania nos anos 1980. In: DAVID, Fatima Bitencourt; RUFINO, Marcia Montilio; ALVARENGA, Marcia Soares de. *Professoras pensam a Cidade. A Educação Pública em Debate no Município de Duque de Caxias*. RJ: HP Comunicação Editora, 2011. p.116-131.
- ALVES, Gilberto Luiz. Em busca da historicidade das práticas escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 255-266.
- ALVES, Gilberto Luiz. Em busca da historicidade das práticas escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 255-266.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

AMPARO a infância abandonada de Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 60, p. 01, 29 maio 1955.

AMPARO a infância abandonada de Caxias, *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 62, p.4, 12 jun. 1955.

AMPARO aos menores desvalidos. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 71, p.1, 14 ago. 1955.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 171-220.

ARAÚJO, José Carlos. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos e busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 95-124.

AS AUTORIDADES e o lenocínio. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 75, p. 1, 11 set. 1955.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores: balancete do “caixa” relativo ao mês de junho de 1956. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 5, p. 4, 29-30 jul. 1956.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores: balancete do “caixa” relativo ao mês de outubro de 1956. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 22, p. 6, 25-26 nov. 1956.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 20, p.5, 11-12 nov. 1956.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL de Duque de Caxias. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p.7, 22 ago. 1953.

ATROPELADO O menor. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 13, p.2, 15 nov. 1953.

BALANCETE DA Associação Beneficente de Menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 11, p.10, 26-27 ago. 1956.

BALANÇO TRÁGICO de Caxias: 800 crianças desamparadas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n.º 62, p.5, 12 jun. 1955.

BANCOS, banqueiros & bancários - balanço: cofres cheios, lucro magro. *Última Hora*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 1574, p.8, 30 jun 1965.

BARROS, Raquel Souza de. O emaranhado político amaralista e o alastramento da educação rural fluminense (1937-1955). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9, Paraíba, 2012. *Anais...* João Pessoa, Paraíba, 2012.

_____. Frutos de Macabeira, trabalhador rural é? As raízes do aprendizado agrícola de Conceição de Macabú. In: Congresso Brasileiro de História da Educação: “Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil”, 6, Espírito Santo, 2011. *Anais...* Vitória, Espírito Santo, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONATO, Nailda. XAVIER, Libania. Das possibilidades abertas para a pesquisa em história da educação no Rio de Janeiro. In: BONATO, Nailda. XAVIER, Libania (Orgs.). *A História da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013, p. 35-57.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado). Núcleo de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010.

BRAZ, Antônio Augusto; SILVA, Odemir Capistrano. Ruyter Poubel, o inventor da Folha. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 2, n. 3, p. 62-88, dez. 2003.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 151-164.

BURKE, Peter. *A escola de Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CADA MENOR abandonado terá o seu próprio lar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 63, p.1, 19 jun. 1955.

CADA VEZ pior a delegacia de polícia. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 55, p.1, 12 dez. 1954.

CALLADO, Ana Arruda. *Darcy, a outra face de Vargas*. Rio de Janeiro: Batel, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 29, p.3, 28 mar. 1954.

CÂMARA MUNICIPAL pronuncia-se a respeito da imprensa caxiense. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 3, p.1, 5 set 1953.

CÂMARA MUNICIPAL: vereadores em “perigo de vida”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano IV, n. 5, p.2, 29-30 jul. 1956.

CAMARA, Sonia Regina de. *Sob a Guarda da República – A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CÂMARA, Sônia; RANGEL, Jorge. *Os Eternos Errantes da Cidade: a infância minorizada no Distrito Federal da década de 1920*. Rio de Janeiro: DVD, 2010.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPANHA da “Folha de Caxias”. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 13, p.1, 16-17 set. 1956.

“CARNAVAL EM Caxias” . *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano 1, n. 25, p.1, 21 fev 1954 .

CASA DE saúde Santo Antônio. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, ano 23, n. 6695, p.9, 25 abr 1950.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 39-58.

CAXIAS, CIDADE de futuro. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 29, p.3, 28 mar 1954.

CAXIAS ERA a terra do vício e do crime. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 9, p.15, 26-27 ago. 1956.

CAXIAS, ESSA incompreendida. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 7, p.3, 2-3 out. 1953.

CAXIAS SOFRE por causa de meia dúzia – “Tio Albino” elogia classes produtoras de caxias agradecem a “UH”, *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 924, p. 09, 7 ago 1962.

COMBATENDO o lenocínio. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 6, p. 05, 26 set. 1953.

COLUNÃO DA Baixada: Rotary de Magé: 10º aniversário. *O Fluminense*. Niterói, ano 95, n. 21.318, p.7, 25-26 fev 1973.

COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI*. São Paulo: Paulus, 1996.

COM 17 ANOS já está na senda do crime: em outro local do presente edição uma notícia sobre vários assaltos praticados por menores em nossas casas comerciais. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 8, p.2, 11 out. 1953.

COMISSÃO DE inquérito em Caxias para arrasar com o lenocínio e a fala o vereador Waldir Medeiros. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 23, p.4, 6-7 fev. 1954.

COMO FALOU o juiz - a infância abandonada. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 32, p.4, 25 abr. 1954.

COM O governador a diretoria da ABM. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, nº 93, p.1, 15 jan. 1956.

CONCEDIDO “HABEAS Corpus” ao proprietário do hotel Londres. *Folha de Cidade*, Duque de Caxias, ano IV, n. 16, p.1, 7-8 out. 1956.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A Pedagogia de Internar: História do Internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CONTINUARÁ A batalha contra os falsos hotéis de caxias. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 9631, p.11, 30 set 1957.

CONTINUARÁ EM Duque de Caxias o gerente do banco predial. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.5, 5 jan 1962.

CONTRA OS charlatães. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 710, p.13, 21 nov 1961.

CONTRAVENÇÃO-INICIATIVA do vereador de medeiros-a população e a imprensa apoiam a grande medida de saneamento. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 11, p.1, 1 nov. 1953.

COOPERAÇÃO ENTRE a capital e o interior para assistência e proteção à infância. *Jornal de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 997, p.8, 24 jul. 1949.

DAVID DIZ que não se nega pagar à ABM. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 1, n. 118, p.1, 6-7 jul. 1958.

DAVID, Fatima Bitencourt. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHed. In: BONATO, Nailda Marinho da Costa; XAVIER, Libania (Orgs). *A História da Educação no Rio de Janeiro: Identidades locais, Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 69-80.

DEFENDE-SE O comissário de menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 16, p.5, 7-8 out. 1956..

DELEGACIA PARA Caxias. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 29, p.3, 28 mar. 1954.

- DELEGADO REAGE. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 22, p.1, 31 jan. 1954.
- DEPUTADOS EXPLORANDO o lenocínio em Caxias, *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 66, p.1, 10 jul. 1955.
- DESENCAMINHADAS NOS hotéis de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 26, p.1, 23-24 dez. 1956.
- DESPREZANDO DIFICULDADES e deslises: políticos, Duque de Caxias marcha vertiginosamente para a sua supremacia na terra fluminense. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 4, p.1, 12 set. 1953..
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2014.
- DIA 28 O INÍCIO da grande campanha em benefício do menor abandonado. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 106, p.1, 15-16 abr. 1956.
- EM CAXIAS: crianças na senda o crime. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano 1, n. 25, p.3, 21 fev. 1954.
- EM FRANCO ANDAMENTO a campanha do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n.º 83, p.5, 13 nov. 1955.
- EM MARCHA a campanha do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 77, p.1, 25 set. 1955.
- EM SOBRESSALTO dos vendedores ambulantes. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 12, p.1, 15 nov. 1953.
- EM RUÍNAS A delegacia de polícia. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 38, p.1, 13 jun. 1954.
- ENGRAXATES BARULHENTOS. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 3, p.4, 5 set. 1953.
- ENTIDADE RELIGIOSA aplaude a atuação do juiz de direito. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n.7, p.1, 12-13 ago. 1956.
- ESCOLA PARA 550 alunos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3.444, p.3, 28 out, 1952.
- ESCOLHIDO O terreno para a sede do Patronato de Menores. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 102, p.1, 18-19 mar. 1956.

ESTÃO AGINDO os comissários de menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 23, p.5, 2-3 dez. 1956.

EXALTADA A “Folha de Caxias” na câmara municipal. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 59, p.1, 22 maio 1955.

EUFÓRICO DECLARA o juiz: “Não há mais lenocínio em Duque de Caxias” . *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 6, p.7, 5-6 ago. 1956.

É UMA grande vitória da sociedade caxiense. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 64, p.5, 26 jun. 1955.

Facebook Duque de Caxias Que Passou. Projeto sem fins lucrativos, que visa resgatar a história do Município de Duque de Caxias, através de imagens, reportagens, textos e objetos antigos. Disponível em: <https://m.facebook.com/Duque-de-Caxias-Que-Passou-510945285686638/>. Consulta em fev. 2017.

FADEL, Simone. História Ambiental e Baixada Fluminense: Uma aproximação a partir da relação entre engenheiros, meio ambiente e saneamento. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 9, n. 10, p. 07-13, maio de 2010.

FALA O vereador Waldir Medeiros. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 23, p.4, 6–7 fev. 1954.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 47-98.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 133-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano de (Org.). *Pensadores Sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 68-89.

FATOS PRINCIPAIS ocorridos em Caxias no ano de 1956. *Folha da Cidade*. ano 4, n. 27, p. 05, 30-31 dez. 1956.

FERNANDES, Rogério; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Alberto (Orgs.). *Para compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009. Doutorado (História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FICHADO COMO explorador de lenocínio, *Folha de Caxias*, ano 3, n. 101, p. 01, 11-12 mar. 1956.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés (Orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNDADA A casa da criança em Duque de Caxias. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ano XVI, nº 3598, p.5, 11 out 1944.

FUNDADO O clube da justiça. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 25, p.7, 16-17 dez. 1956.

GINÁSIO ANA Maria Gomes terá que apresentar os seus livros. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 39, p.1, 24 e 25 mar. 1957..

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, Civilização e Educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 197-225.

GONZAGA, Marisa e SOUZA, Marlúcia Santos de. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: ano 10, n. 12, 2011, p. 58-70.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Instituições escolares: práticas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 177-192.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Cadernos do Cárcere*, v.2: Os intelectuais. O Princípio Educativo . Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*, v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JUSTIÇA TARDA mas não falha. *Folha de Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 4, 22-23 jul. 1956, p. 01.

GRANDE ENTUSIASMO no início da campanha do menor desamparado. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 3, n. 109, p.1, 6-7 maio 1956.

“HABEAS CORPUS” em favor do gerente do hotel independência. *Folha de Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 7, p.1, 12-13 ago. 1956.

HOJE, O início da campanha em favor do menor desamparado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 108, p.2, 29 e 30 abr. 1956.

HOMENAGEM AO juiz. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 7, p.1, 12-13 ago. 1956.

INAUGURADA A sede provisória da ABM. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 23, p.5, 2-3 dez. 1956.

INAUGURADO O ginásio Ana Maria Gomes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LI, n. 18.007, 2 dez. 1951.

INAUGURA-SE HOJE a sede da ABM. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 22, p.5, 25 e 26 nov. 1956.

INFÂNCIA ABANDONADA. A *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 46, p.3, 29 ago. 1954.

INÍCIO DA grande campanha financeira em benefício do menor. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 103, p.5, 8- 9 abr. 1956.

INÍCIO DE grande campanha financeira para amparo ao menor abandonado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 105, p.1, 8-9 abr. 1956.

INSULTO AS famílias e a decadência moral. A *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 22, p.1, 31 jan. 1954.

JOGO FRANCO nos parques de diversões. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 27, p.1, 30-31 dez. 1956.

JUIZ BEM intencionado. A *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano 2, n. 48, p.3, 03 out. 1954.

JUIZ DE menores. A *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 55, p.1, 12 dez. 1954.

JUNTANDO AÇÕES às palavras: um juiz acabou com o jogo e o justiça tarda mas não falha. *Folha de Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 4, p.1, 22-23 jul. 1956.

LACERDA, Stélio José da Silva. A emancipação do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 2, n. 3, dezembro de 2003.

LBA (EXAURIDA) vai deixar 3 mil crianças sem escola. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 11.710, p.4, 14 jan. 1961.

LBA NOMEIA menor com alto salário. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 12.096, p.5, 22 e 23 abr 1962.

LBA NOMEIA menor com alto salário. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 12.098, p.6, 25 abr 1962.

LBA NOMEIA menor com alto salário. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 32, n. 12.099, p.5, 26 abr 1962.

LBA- NOMEIA-SE menor com alto salário. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 32, n. 12.085, p.5, 9 abr 1962.

LENOCÍNIO EM Caxias. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, ano 28, n. 6645, p.20, 20 nov. 1956.

LENOCÍNIO QUE corrompe e aniquila as nossas famílias: as autoridades devem compreender que somos cem mil habitantes trabalhadores e honestos. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p.1, 1 nov. 1953.

LIMA, Luzia Maria Medeiros de. *O olhar das instituições de previdência sobre a casa e a cidade: promoção, financiamento e avaliação de imóveis*. Natal – RN, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

LUDONÃO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: PRIORI, Mary Del (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129-145.

LUPORINI, Teresa Jussara. Instituições escolares: etnia e educação escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 209-228.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias, desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. Rio de Janeiro: IBGE – Serviços Gráficos, 1958.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAIS UMA casa roubada em pleno centro da cidade. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p.1, 1 nov. 1953.

MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José. (Org.). *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 183-202.

MATTOS, Theóphilo Antônio da Rocha (Org.). *História de uma Nova Igreja – Jubileu de Prata da diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: Renascer, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

_____. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF: 2006.

_____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

_____. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010a.

_____. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario. Revista de estudios rurales*, La Plata, v. 1, n. 1, dic.2000. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151559942000000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan 2012.

MENORES ABANDONADOS roubam casas comerciais em Caxias: meios de evitar a perdição-soltos depois de presos. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 8, p.6, 11 out. 1953.

MENORES ENGRAXATES e vendedores ambulantes sob rigorosa fiscalização. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 2, p.1, 8-9 jul. 1956.

MENORES NO cinema. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 56, p.3, 1 maio 1955.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, Bastidores de histórias – o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997,

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 31-38.

MONARCHA, Carlos. História da Educação Brasileira (Esboço da formação do campo. In: NAGLE Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

MOVIMENTA-SE DUQUE de Caxias em favor do menor abandonado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 112, p.1, 3-4 jun. 1956.

MOVIMENTO PELA permanência do Dr Ari Fontenelle. *Jornal Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 56, p.1, 12 jun. 1955.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.] (Orgs.) *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. XVII - XIV.

NA AVENIDA Duque de Caxias – escuridão e perigo, *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias. ano 1, n. 22, p. 05, 31 jan. 1954.

NAJJAR, Jorge. Educação Patrimonial e Identidade: Algumas questões em debate. In: CARNEIRO, Waldeck (et Al) (Orgs). *Movimentos Instituintes em Educação: políticas e práticas*. Niterói: Intertexto, 2010, p. 141 - 151.

NÃO DEIXARÁ Caxias o Sr Navega Cretton. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 41, p.1, 11 jul. 1954.

NÃO HAVERÁ alterações na escala judiciária. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 17, p.6, 14-15 out. 1956.

NÃO TÊM escolas as crianças de Caxias: a gravidade de um problema sem solução. *Grupo*, Duque de Caxias, ano 1, n. 2, p.5, jun. 1957.

NASCE UMA cidade: memórias do homem que lhe muda a denominação. *Tópico*, Duque de Caxias, ano 1, n. 7-8, p.3, 25 ago. 1958.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 125-150.

NENHUM VENDEDOR ambulante sem autorização da ABM. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias. ano 4, n. 22, p.1, 25-26 nov. 1956.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 165-176.

NOTÍCIAS DA Baixada: nova diretoria. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 713, p.8, 24 nov 1961.

NOVOS PREÇOS nos cinemas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 4, n. 94, p.1, 22 jan. 1956.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José. (Org.). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 35- 48.

OBRA INADIÁVEL: amparar a infância desvalida. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 53, p.1, 21 nov. 1954.

O BANDO utilizou-se de um menor, . *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 59, p.8, 22 maio 1955.

“O EXCESSO de zelo deturpa o sentido moralizador”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 6, p.2, 5-6 ago. 1956.

O JUIZ acusa o ex-delegado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 64, p.1, 26 jun. 1955.

O JUIZ com os menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 7, p.1, 12-13 ago. 1956.

O JUIZ não gostou do gesto da guarda. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 14, p.1, 23-24 set. 1956.

O JUIZ num libelo contundente: duas dezenas de menores foram desencaminhadas nos hotéis de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 26, p.1, 23-24 dez. 1956.

OLHE AS crianças meritíssimo juiz. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 35, p.1, 16 maio 1954.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de Oliveira. *Missão Educacional Alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas de Dillingen para a Baixada Fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti RJ (1937-1956)*. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. .

OLIVEIRA, Ercília Coêlho de. A diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti: Um projeto de igreja. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 4, n. 6, p. 31-48, abr. 2006.

O MEMORIAL da câmara contra o lenocínio. *Folha de Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 3, p.2, 15-16 jul. 1956.

ONDA DE assaltantes. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 37, p.4, maio 1954.

O POVO pede a permanência do juiz!, *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 103, p.1, 25-26 mar. 1956.

O PREFEITO poderia até fechar os hotéis. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 57, p.1, 8 maio 1955..

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Por uma civilização cristã: A coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo (1937-1965)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

OS PASSOS do governador em Duque de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 10, p.1, 30 ago. 1956.

O VÍCIO assalta as ruas. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 42, p. 03, 18 jul. 1954.

PALESTRA DE Alvaro Fernandes em Caxias: petróleo foi o tema. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 479, p.11, 18 dez 1960.

PANTOJA, Silvia. *As raízes do pessedismo fluminense*. A política do interventor (1937-1945). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6578/795.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 jan 2011.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, Mary Del (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 146-175.

PATRIOTISMO E abnegação: o patronato de menores abandonados. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 15, p.1, 29 nov. 1953.

PERIGO – SALVE-SE quem puder. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 20, p.1, 17 jan. 1954.

PERSISTE A jogatina de menores nos parques de diversões. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 35, p.1, 16 maio 1954.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

PLANO DO juiz para evitar a perdição dos menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 2, p.1, 8-9 jul. 1956.

PLINIO SALGADO em Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 68, p.1, 24 jul. 1955.

POLÍCIA PREVENTIVA, *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 19, p.3, 10 jan 1954.

PONDÉ, Jayme. *LevyMiranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca, 1977.

PORTO, Rubens. *Cidade das Meninas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942

POSSE DA diretoria do Patronato de Menores. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 85, p.1, 27 nov. 1955.

POSTO EM liberdade o assaltante: terá servido mais esta lição? . *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 10, p.4, 25 out. 1953,.

POUBEL, Ruyter. A dependência econômica dos jornais do interior. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 1, n. 1, p. 55-57, out/nov/dez 2002.

PREPARA-SE O país para comemorações da semana de Caxias. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano 29, n. 8.621, p.5, 21 ago. 1956.

PRESOS QUE passam fome. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 41, p.1, 11 jul. 1954.

PRIMEIRO PASSO na assistência aos menores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 8, p.1, 19-20 ago. 1956.

PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

PROBLEMAS CAXIENSES: menores amparados. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 107, p.3, 29-30 abr. 1956.

PRODUÇÃO RURAL: a colonização agrícola em são bento. na Baixada Fluminense, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3782, p.11, 31 ago. 1941.

PROIBIDA A entrada de menores nos bares, cinemas e boites de Duque de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 6, p.1, 5 e 6 ago. 1956.

PROSTITUIÇÃO: “MAL necessário ou fatalidade da vida social”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 5, p.1, 29 e 30 jul. 1956.

QUARESMA, Marcia da Silva. As missões culturais no estado do Rio de Janeiro e sua importância para a história da educação fluminense. *Revista UNISAL – Americana/SP*. Americana, São Paulo, 2012.

RANZI, Serlei Maria Fischer. O espaço compartilhado do Ginásio Paranaense e a construção da ideia da escola como “um lugar”. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 193-208.

REALIZADO O primeiro almoço de confraternização da família forense. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 17, p.2, 14-15 out. 1956.

RECRUDESCE A imundície no centro da cidade. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 25, p.3, 21 fev 1954.

REGULARIZANDO O comércio ambulante. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 94, p.6, 22 jan. 1956.

REUNIÃO DE autoridades em benefício do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 83, p.1, 13 nov. 1955.

REUNIÃO PRÓ-INFÂNCIA desvalida. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 65, p.1, 3 jul. 1955.

REUNIU-SE A A. B. M. . *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano 3, n. 87, p.1, 4 dez. 1955.

RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

_____. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 243-298.

RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Os incorrigíveis da cidade: um estudo sobre a distribuição e circulação das infâncias na Capital Federal (décadas de 1900 e 1910). In: LOPES, Sonia; CHAVES, Miriam (Org.). *A História da Educação em Debate: Estudos comparados, profissão docente, infâncias, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p. 15-36.

RIZZINI, Irma; BARROS, Raquel Souza de. Articulações entre a política e a educação no processo de expansão da escolarização primária no interior fluminense (1937-1954). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, v. 13, n. 2 (32), p. 104 - 128, 2013.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Infâncias na história. *Educação em Revista*, Porto Alegre, v. 19, p.187-194, abr. 2010.

SALVE-SE QUEM PUDER! . *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 38, p. 1, 13 jun. 1954.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 60-94.

SANTOS, Júlio César Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz., Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SANTANA, Thiago Coutinho. A trajetória do bairro Jardim Primavera: do sonho elitista à realidade popular. *Revista Geo-paisagem (on line)*, v. 9, n. 18, p.145-165, julho/dezembro, 2010. ISSN: 1677-650X. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Cintra.htm>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SÁ REGO conseguiu cr\$ 900 mil para obras assistenciais no município. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 23, p.1, 2 e 3 dez. 1956.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

_____. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas/SP: Autores associados, 2013a.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

_____. *História do Tempo e Tempo da História*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Etnia e Educação Escolar: um breve balanço sobre o método de ensino no processo de institucionalização das escolas primárias do Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 229-254.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Revista História da Educação*, v. 19, n. 46, p.145-165, maio/ago., 2015. (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe/RS, UFRS). ISSN: 2236-3459. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/46047/0>>. Acesso em: ago.2016.

SEÇÃO: MENORES abandonados, assinado por dom odilão, *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 1, p.4, 1-2 jul. 1956.

SEÇÃO: MENORES abandonados, assinado por dom odilão, *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 2, p.4, 8-9 jul. 1956.

SEÇÃO: MENORES abandonados, assinado por dom odilão, *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 3, p.4, 15-16 jul. 1956.

SEÇÃO: MENORES abandonados, assinado por Dom Odilão, *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 4, p.4, 22-23 jul. 1956.

SEMANA DE sensação na câmara municipal de Caxias. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 1, n. 16, p.1, 6 dez. 1953.

SERÁ NA Fazenda S Bento, o Patronato de Menores abandonados. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 73, p.1, 28 ago. 1955.

SIERRA, Vânia Morales. A Política de Institucionalização de Menores no Estado do Rio de Janeiro e a Trajetória de Crianças com Deficiência nas Instituições da FEEM. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=13618>>. Acesso em: ago. 2016.

SILVA, Helenita Maria Beserra da. A emancipação política do município de Duque de Caxias. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 2, n. 3, p. 28-36, dez. 2003.

SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da Formação do Leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, Vilma Correa Amancio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política*. A trajetória da – primeira dama – Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOARES, Kátia Maria Soares. *Pelos narradores da solidão: marcas do integralismo na memórias sobre a educadora Aurélia de Souza Braga (Belford Roxo, 1930-1945)*. 2016. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016,

SOUTO, Adriana Branco Correia. *Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura*. Monografia. (História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

SOUZA, Maria Zélia de. *Educar o jovem para ser “útil à si e à sua Pátria”*: a assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932). 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade*. História política da cidade de Duque de Caxias. 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 02, n. 3, p.37-53, dez. 2003.

_____. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, ano 04, n. 6, , p. 17-25, abr. 2006.

_____. *Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

TEMOS O dever de socorrer o nosso semelhante, *Folha da Cidade*, ano 4, n. 14, p.1, 23-24 set. 1956.

THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

TRABALHANDO PELO Brasil. *Jornal Folha de Caxias*, ano 3, n. 96, p.1, 27 nov. 1955.

ÚLTIMA PÁ de cal no lenocínio em Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano IV, n. 7, p.1, 12-13 ago. 1956.

ULTRAJE A civilização brasileira. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano 2, nº 75, p.1, 11 set. 1955.

UM APELO ao sr secretário de segurança pública. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 20, p. 02, 17 jan. 1954.

VAI CORRER o livro de ouro da ABM. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 11, 2-3 set. 1956, p. 01.

VAZ, Alexssandra Juliane. *A história do saneamento ambiental na Baixada Fluminense: Lutas e ações*. *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: 2010.

VEREADORES PEDEM providências a juiz contra o lenocínio. *Folha de Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 3,15-16 jul. 1956, p. 01.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 42-60, jul. 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr. Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 59-74.

VISITA DO JUIZ à câmara. *Folha de Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 3,15-16 jul. 1956, p. 02.

VISITA DO JUIZ. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano 4, n. 12, 9-10 set. 1956, p. 01.

VOGEL, Arno. “Do Estado ao Estatuto – Propostas e Vicissitudes da Política de Atendimento da Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo”. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 299-346.

ANEXO A: Núcleo Colonial São Bento

Figura 9 Armazém do Núcleo São Bento



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 10 Carnaval de rua no Parque Fluminense na década de 1950



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 11 Casa do Colono da Estação Fitossanitária



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 12 Curral do Núcleo



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 13 Praça da Gleba sede



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 14 I Cooperativa Entrada Parque Comercial



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 15 Casa de Colono



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

Figura 16 Correio e telégrafo do Núcleo Colonial São Bento



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

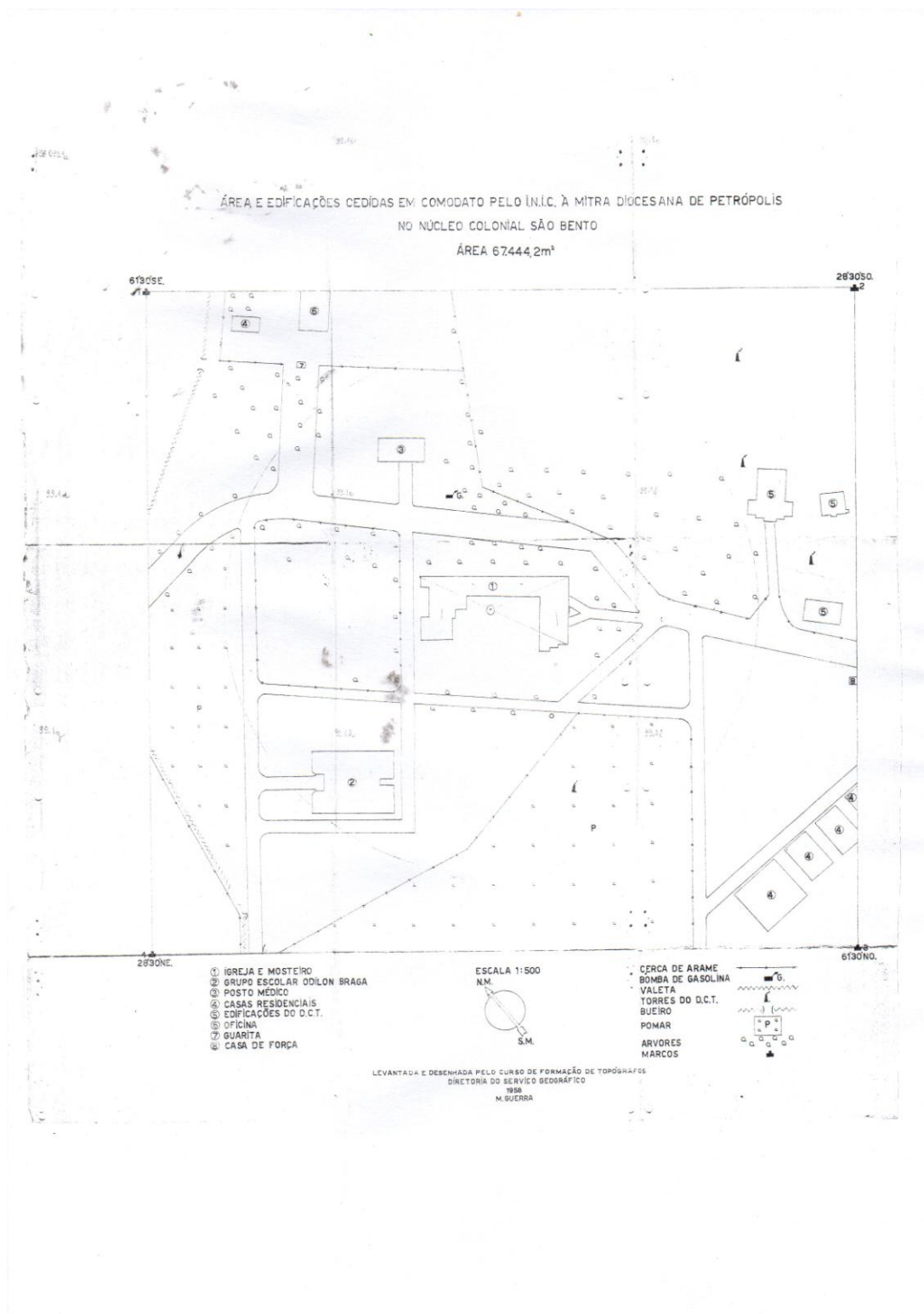
Figura 17 Ocupação do Novo São Bento em 2000



Fonte: Acervo digitalizado do CRPH.

ANEXO B: Acervo do Patronato São Bento

Figura 18 Área e Edificações em comodato pelo INCA à Mitra Diocesana de Petrópolis no Núcleo Colonial São Bento



Fonte: CEPEMHed. Acervo Patronato São Bento. Área e Edificações em comodato pelo INCA à Mitra Diocesana de Petrópolis no Núcleo Colonial São Bento, levantada e desenhada pelo curso de formação de topógrafos – diretoria do serviço geográfico – M. Guerra, PSB 99.1a – 1i, caixa 003, 1958.

Figura 19 A. B. M. - Trabalho de rua

A. B. M. TRABALHO DE RUA Notificação N.º.....

Nome do menor..... Idade.....

Responsável.....

Enderêço.....

Local da apreensão..... Dia.....

Tipo de trabalho.....

a.....

NOTIFICADOR

O responsável pelo menor..... Notificação N.º.....

queira comparecer à Casa São José.....

dia....., às..... horas, para prestar esclarecimentos de acôrdo com a Portaria abaixo:

PORTARIA N.º 53/58

O Doutor Hélio Albernaz Alves, Juiz de Direito e de Menores da Comarca de Duque de Caxias, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando que o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros públicos dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação do menor é indispensável à própria subsistência, ou a de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade do menor". (Cons. Leis Trab., 405, §2): Considerando que há nas ruas de Duque de Caxias grande número de menores trabalhando, sem escola, sem orientação, causando distúrbios e sendo muitas vezes explorados por adultos; Considerando que a Associação Beneficente de Menores está capacitada a prestar assistência médica, escolar e orientação aos menores que necessitem de trabalhar nas ruas;

RESOLVE DETERMINAR:

- 1.º - proibir que menores trabalhem nas ruas de Duque de Caxias, em atividade lucrativa (comércio, engraxates, jornaleiros, doceiros, etc.), sem licença dêste Juizado;
- 2.º - encarregar a Associação Beneficente de Menores de organizar o trabalho de menores nas ruas, de modo que só possam nelas trabalhar menores entre 12 e 18 anos, residentes em Duque de Caxias, devidamente matriculados, uniformizados, assistidos e orientados pela ABM;
- 3.º - encaminharem-se para a ABM todos os menores encontrados trabalhando nas ruas sem a licença, recolhendo-se os objetos com êles encontrados, e serem entregues aos pais ou responsáveis legais;
- 4.º - punir, de acôrdo com a lei, todos os adultos, pais ou responsáveis, que colocarem nas ruas para serviço menores não licenciados, conforme responsabilidade comprovada;
- 5.º - esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se
Duque de Caxias, 31 de Julho de 1958
DR. HÉLIO ALBERNAZ ALVES
JUIZ DE DIREITO E DE MENORES

Fonte: CEPEMHed, Acervo Patronato São Bento, A. B. M. - Trabalho de Rua, assinado pelo Dr. Hélio Albernaz Alves, PSB 079, caixa 003, 1958.

Quadro 14 Associação Beneficente de Menores/Relação dos "menores" internados na
"Fazenda São Bento" no ano de 1961

... da cidade. Nos casos mais sérios contou a A.B.M. com a colaboração do Dr. Jorge Armênio, que com grande solicitude atendeu gratuitamente, todos os menores que a ele foram encaminhados.

4) ASSISTÊNCIA RELIGIOSA. A assistência religiosa aos garôtos católicos foi prestada por um sacerdote e uma catequista. Os protestantes não eram obrigados a assistir as aulas de religião dos católicos, mas muitos o faziam espontaneamente. Foram dadas 110 aulas de religião, fizeram a Primeira Comunhão 65 garôtos e todos fizeram a Páscoa. Antes do trabalho aos Domingos, frequentaram eles a Missa na Matriz de Santo Antonio.

5) INTERNAÇÃO DE MENORES. Tendo o Juiz de Direito conseguido vaga para 30 menores na Fundação Abrigo Cristo Redentor, para essa Instituição forma encaminhados como internos êsses menores. Procurou-se na seleção dos mesmos para a internação seguir o critério de justiça, de modo que os mais necessitados fossem em primeiro lugar amparados. Para tal fêz-se rigorosa sindicância sobre as condições de vida dos menores. Determinou-se outrossim, que eles não viessem para casa, nas férias, pois as condições econômicas das famílias não o permitiam. Não se pode negar o tratamento humano e benéfico que os meninos receberam da AACR.

6) AQUISIÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO. Medida útil para a solução do problema de menores foi a concordância pelo Juiz de Direito de Duque de Caxias, facilitando o trabalho dos menores, permitindo -conforme a Constituição Federal (art.157,IX)- o trabalho de menores de menos de 14 anos e autorizando a aquisição de carteiras de trabalho. Incumbiu o Meritíssimo à A.B.M. de tratar desse trabalho e foram fornecidas, por intermédio da A.B.M., 207 carteiras de menores. Com essa medida, além de ser a família aliviada economicamente, o menor tem o seu trabalho garantido nas fábricas, sendo empregados muitos dos que perambulavam pelas ruas.

7) REGISTRO CIVIL. Incumbiu ainda ao Juiz de Direito à A.B.M. de cuidar do processo de Registro Civil dos menores abandonados e pobres, feito gratuitamente. Durante o ano registrou civilmente a A.B.M. a 129 menores (71 masculinos e 58 femininos).

8) OUTRAS ATIVIDADES. Além dessas atividades enumeradas, a A.B.M. exerceu muitas outras. Aos menores presos por motivos de delito procurou assistir por visitas à prisão. Colaborou com o Juiz de Direito no sentido de se edificar um recolhimento para os menores, junto da delegacia, para que os mesmos não fossem colocados com os adultos na mesma prisão, como até então vinha sendo feito. No programa radiofônico procurou a A.B.M. orientar principalmente aos pais. Combateu outrossim a mendicância infantil, muito desenvolvida em Caxias.

QUADRO ESTATÍSTICO

Êste quadro estatístico, que trata dos menores matriculados na A.B.M. em 1957, que pode interessar as pessoas que se dedicam aos assuntos sociais, resume as atividades da Instituição em 1957. Os dados foram colhidos com critério, ouvindo-se sempre os responsáveis pelos menores.

NÚMERO DE MENORES ASSISTIDOS EM GERAL:		1956	1957
	Sexo masculino	430	404
	Sexo feminino	-	117
	TOTAL	430	521
<u>VIDA PESSOAL:</u>			
	a) Estado de origem:	masc.	fem.
Rio grande do Norte		7	5
Paraíba		23	3
Pernambuco		13	7
Alagoas		7	5
Baía		9	6
Minas Gerais		23	9
Espírito Santo		27	6
Rio de Janeiro		77	26
Distrito Federal		52	9
Outros Estados		28	8
Filhos de Caxias		49	25

	masc.	fem.	4
<u>IDADES:</u>			
10 anos	18	3	PSE
11 anos	19	2	
12 anos	38	6	
13 anos	80	17	
14 anos	61	31	
15 anos	34	4	
16 anos	33	11	
17 anos	18	5	
<u>COR:</u>			
Branco	123	44	
Pretos	160	15	
Mulatos	121	58	
<u>RELIGIÃO:</u>			
Católicos	391	117	
Protestantes	10	-	
Sem religião	3	-	
<u>VIDA ESCOLAR:</u>			
Analfabetos	24	7	
Sem escola	247	32	
<u>VIDA FAMILIAR:</u>			
Orfão de pai e mãe ..	36	20	
Orfão de pai	112	20	
Orfão de mãe	22	2	
Pais separados	54	12	
Não vive c/ os pais ..	64	14	
<u>VIDA PROFISSIONAL:</u>			
Matric. c/ engraxates ..	15		
Matric. c/ vendedores ..	102		
Desempregados	93		
<u>PROFISSÃO QUE DESEJAM TER:</u>			
Mecânico	89		
Motorista	43		
Militar	9		
Outras	34		
<u>RESUMO DOS TRABALHOS DA A.B.M. EM 1957</u>			
Número de internados		30	
Número de engraxates assistidos		66	
Número de vendedores assistidos		40	
Uniformes fornecidos		300	
Número de caixas de engraxates padronizadas		70	
Honores Civilmente Registrados		129	
Cadeiras de Trabalho, abaixo de 14 anos		207	
Frequência do Curso de Alfabetização		50	
Número de reuniões de engraxates		48	
Número de reuniões de vendedores		48	
Duque de Caxias, 1 de março de 1958			
<i>Dom Odilão Moura</i>			
D. Odilão Moura CSB			
Do Conselho Social da A.B.M.			

Fonte: Relatório das Atividades da "Associação Beneficente de Menores" durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura (do Conselho Social da ABM), PSB 83.2/3, caixa 003, 1958.

ANEXO C: Fotos de Jornal

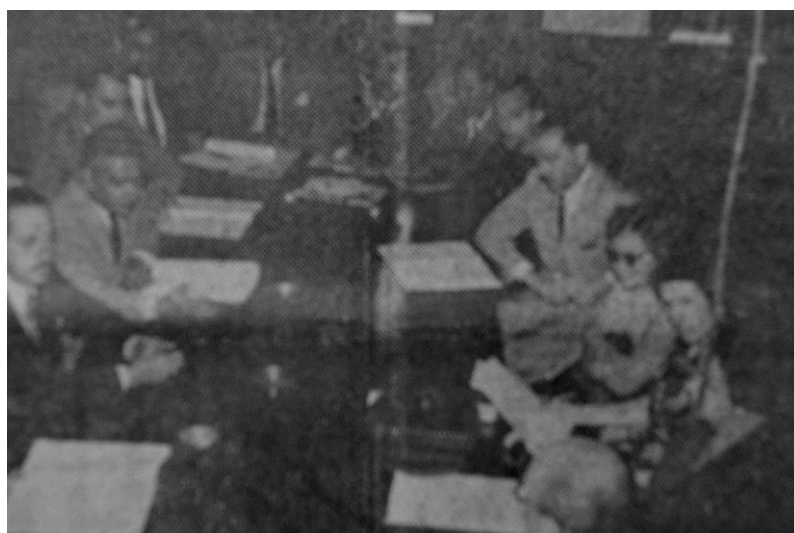
Figura 20 "Indicados os elementos para Diretoria, Conselho Administrativo e Conselho Social



Fonte: Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.

Legenda: "As autoridades reunidas. D. Odilon Moura, vereador Edson Carpes, prefeito Francisco Corrêa, juiz Ari Fontenelle, Srs. Gilson Ferro e Ruyter Poubel".⁹²³

Figura 21 "Trabalhando pelo Brasil"



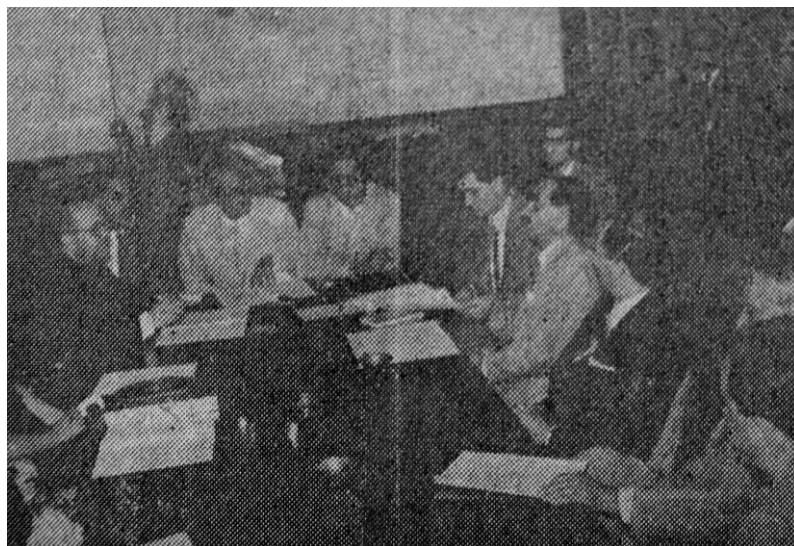
Fonte: Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.

Legenda: "Trabalhando pelo Brasil".⁹²⁴

⁹²³ REUNIÃO DE AUTORIDADES EM BENEFÍCIO DO MENOR. Jornal *Folha de Caxias*, 13 nov. 1955.

⁹²⁴ TRABALHANDO PELO BRASIL. Jornal *Folha de Caxias*, 27 nov. 1955.

Figura 22 "Trabalhando pelo Brasil"



Fonte: Jornal *Folha de Caxias*, ano 1955.
Legenda: "Trabalhando pelo Brasil".⁹²⁵

⁹²⁵ TRABALHANDO PELO BRASIL. Jornal *Folha de Caxias*, 27 nov. 1955.

ANEXO D: Fotos de Dom Odilão Moura

Figura 23 Alguns dos meninos internos no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 24 "Menores" internos no Patronato São Bento uniformizados e na igreja



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 25 "Menores" internos no Patronato São Bento no pátio externo



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 26 "Menores" internos no Patronato São Bento na lateral da igreja



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 27 Casarão (dormitório) do Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 28 "Menores" internos do Patronato São Bento no pátio em formato de U composto pela Igreja e o casarão da antiga Fazenda São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 29 Sala alugada pela ABM denominada Casa São José



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 30 "Menores" internos uniformizados no Patronato São Bento com o Padre Dom Odilão no centro



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 31 Brincadeira dos "menores" internos no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 32 Brincadeira dos "menores" internos no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 33 Inauguração do espaço do Patronato



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 34 Solenidade de Inauguração do espaço do Patronato



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 35 Oficina de cesto de vime do Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 36 Oficina do Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 37 Oficina do Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 38 "Menores" internos vestidos para a Missa no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 39 Um dos "menores" internos vestindo para a Missa no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

Figura 40 Dom Odilão e dois dos "menores" internos no Patronato São Bento



Fonte: Acervo do Arquivo do Mosteiro São Bento. Coleção Dom Odilão Moura OSB [Década de 1950].

APÊNDICE: Quadros sobre a Associação Beneficente de MenoresQuadro 15 Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Presidentes:
procedência e trajetória

Presidentes	Gestão	Profissão	Trajetoária
Francisco Corrêa	1955/1958	Político	Nascido em 1914 e em Duque de Caxias; estudou na antiga escola Dona Antonica; início da carreira política em 1951; prefeito da cidade, eleito pelo povo em 1955 e legislou até 1960 ⁹²⁶ .
Dr. Jorge Armênio	1959/1960 1961/1964	Médico humanitário	Atendimento gratuito às crianças da Escola Mate com angu; médico da LBA e participou da inauguração da casa da Criança (1944); ⁹²⁷ diretor da Casa de Saúde Santo Antônio em 1950; ⁹²⁸ vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia ⁹²⁹ ; intelectual da Academia Duquecaxiense de Letras ⁹³⁰ .
Pedro Garcia dos Reis	1967/1969	Funcionário Público	Presidente do Rotary Club de Duque de Caxias (1969-1970).

Fonte: Documentos da Câmara fornecidos pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e diferentes jornais da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁹²⁶ Dados fornecidos pelo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto.

⁹²⁷ FUNDADA A CASA DA CRIANÇA, EM DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Diário da Noite*, 11 out 1944.

⁹²⁸ CASA DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO. *Jornal Diário Carioca*, 28 abr 1950.

⁹²⁹ CONTRA OS CHARLATÃES. *Jornal Última Hora*, 21 nov 1961.

⁹³⁰ NOTÍCIAS DA BAIXADA: NOVA DIRETORIA. *Jornal Última Hora*, 24 nov 1961.

Quadro 16 Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Vice-presidentes:
 procedência e trajetória

Vice-Presidentes	Gestão	Profissão	Trajecória
Nelson Cintra	1955/1957	Músico, professor e corretor de imóveis.	Paulista; provedor de toda infraestrutura inicial do bairro Jardim Primavera em Duque de Caxias; construiu a estação ferroviária do bairro; um dos precursores do clientelismo na região; concorreu ao cargo de prefeito por duas vezes e não conseguiu se eleger por motivos escusos na apuração das eleições. Promoveu a visita de João Goulart ao bairro (SANTANA, 2010); pediu exoneração em 1957 da função de vice-presidente da ABM.
Jorge Armênio	1957/1958	Médico humanitário	Atendimento gratuito às crianças da Escola Mate com angü; médico da LBA e participou da inauguração da casa da Criança (1944) ⁹³¹ ; diretor da Casa de Saúde Santo Antônio em 1950 ⁹³² ; vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia ⁹³³ ; intelectual da Academia Duquecaxiense de Letras ⁹³⁴ .
Dr Gastão Reis	1959	Cirurgião dentista, oficial do Registro Civil de Duque de Caxias e político	Nasceu em 1889 em Minas Gerais; cirurgião-dentista, formado pela Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro; prefeito interino de Bom Jardim, Rio de Janeiro; deputado estadual; prefeito interino indicado no governo de Amaral Peixoto em 1946; primeiro prefeito de Duque de Caxias eleito por voto popular (1947-1950); proprietário de cartório até 1958; aliado de Nelson Cintra; nomeado inspetor de Estatística Fiscal em 1960 ⁹³⁵ .

Fonte: Documentos da Câmara fornecidos pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e diferentes jornais da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁹³¹ FUNDADA A CASA DA CRIANÇA, EM DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Diário da Noite*, 11 out 1944.

⁹³² CASA DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO. *Jornal Diário Carioca*, 28 abr 1950.

⁹³³ CONTRA OS CHARLATÃES. *Jornal Última Hora*, 21 nov 1961.

⁹³⁴ NOTÍCIAS DA BAIXADA: NOVA DIRETORIA. *Jornal Última Hora*, 24 de nov. de 1961.

⁹³⁵ NOTÍCIAS DA BAIXADA: NOVA DIRETORIA. *Jornal Última Hora*, 24 nov 1961.

Quadro 17 Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Secretários:
 procedência e trajetória

Secretários	Gestão	Profissão	Trajatória
Ruyter Poubel	1955/1958 1959/1961	Administrador	Nasceu no Espírito Santo, filho de pequenos agricultores; mudou-se para Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro; com o falecimento do pai, aos 14 anos, mudou com a família para Duque de Caxias; estudou no Colégio Duque de Caxias (1º grau), no Colégio Cardeal Leme (2º grau), Direito na UFF (3º grau), fez direito administrativo no IBAM e administração pública na FGV; intitulava-se um liberal; fundador do jornal Folha da Cidade; diretor da Associação Comercial por quatro anos; vice-prefeito do Moacyr do Carmo em 1960; secretário de Ação Social, criou o Centro Social Reviver e a FEUDUC; participou da Comissão de Limites; dirigiu o Clube dos Quinhentos; benemérito do Esporte Clube Gramacho; participou do Conselho Editorial da Revista Pilares da História, entre outras atividades ⁹³⁶ .
Dom Odilão Moura	1961/1964 1965/1969	Padre	Filho de militar; nome civil: Telmo Bello Borba Moura; nasceu em Lorena, São Paulo, em 2 de maio de 1918; estudou dois anos da Faculdade de Direito no Distrito Federal, Rio de Janeiro (1935-1937); estudou Filosofia e Teologia da congregação dos Beneditinos do Brasil (1939-1945); traduziu obras de Tomás de Aquino; membro fundador da Academia de Filosofia; escreveu livros; ordenado padre em 1944; capelão do hospital da Marinha (1945-1946), da Cidade dos Meninos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (1948-1962) e da Vila São José; vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (1952-1962); secretário da Catequese e da Pastoral Familiar de Petrópolis; membro do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral e da Comissão de Liturgia da diocese de Petrópolis; membro do Conselho da Fundação Abrigo Cristo Redentor; tesoureiro da CAVEC; presidente da LBA em Duque de Caxias (1961-1964); presidente do Conselho Fiscal de guarda noturno de Duque de Caxias; professor da Universidade Católica de Petrópolis, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Teológica da Congregação Beneditina Brasileira.
Vilson Macedo	1969	Político	Vereador do município de Duque de Caxias na 7ª legislatura (1971-1973), 8ª legislatura (1973-1977) e 10ª legislatura (1983-1988).

Fonte: Documentos da Câmara fornecidos pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto.

⁹³⁶ Dados fornecidos pelo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto.

Quadro 18 Associação Beneficente de Menores/Conselho Administrativo/Tesoureiros:
 procedência e trajetória

Tesoureiros	Gestão	Profissão	Trajetória
Mariano Sendra dos Santos (1º)	1955/1958		Contador.
Jarbas Barriel Sendra (2º)	1955/1958		
José Maia (1º)	1959/1961 1961/1963	Gerente de banco	Gerente do Banco Predial, da agência de Duque de Caxias ⁹³⁷ .
Joaquim Vieira Júnior (2º)	1959/1961	Gerente de banco	Gerente do Banco do Estado do Guanabara ⁹³⁸ .
Dr Hélio Cypriano	1964/1966	Procurador Geral do Município	
Jayme Pereira de Souza	1967/1969	Comerciante	Possuía 10 lojas distribuídas na Baixada Fluminense, Zona Norte e Oeste; fundador da Nossa Drogaria que era Drogaria Nova em 1960; inaugurou uma loja matriz na José de Alvarenga e não parou de crescer em 1979; presidente do Rotary Club de Duque de Caxias (1973-1974).

Fonte: Documentos da Câmara fornecidos pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto.

Quadro 19 Associação Beneficente de Menores/Demais membros do Conselho Administrativo

Membros	Gestão
Natos:	
Presidente da Câmara	1955/1958
Delegado de Polícia	1955/1958
Juiz de Direito	1955/1958
Edson Carpes	1955/1958
José Maia	1955/1958
Francisco Lima	1955/1958
Juiz de Direito e de Menores:	
Dr. Hélio Albernaz Alves	1961
Mariano Sendra dos Santos	1961
Ruyter Poubel	1961
Dr Odemar de Almeida Franco	1961
Alvaro Braga da Silva	1961
Manuel Jacinto Ferreira	
Eri Teixeira Pinto	

Fonte: Acervo Patronato São Bento.

⁹³⁷ CONTINUARÁ EM DUQUE DE CAXIAS O GERENTE DO BANCO PREDIAL. *Jornal Última Hora*, 5 jan 1962.

⁹³⁸ BANCOS, BANQUEIROS & BANCÁRIOS: BALANÇO: COFRES CHEIOS, LUCRO MAGRO. *Jornal Última Hora*, 30 jun 1965.

Quadro 20 Associação Beneficente de Menores/Conselho Social: procedência e trajetória

Conselheiros	Gestão	Profissão	Trajetória
Eri Teixeira Pinto	1955/1958	Farmacêutico e político	Morador do segundo distrito, Campos Elíseos; presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação do Exercício de 1957; vereador do município (1955-1959); presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1956); participou o Rotary Club de Jardim Primavera ⁹³⁹ .
Dr Odemar Franco	1955/1958	Político	Vereador da Câmara Municipal de Duque de Caxias; participou da 1ª legislatura (1947-1951); presidente da Câmara em 1950.
Regina Tescaro Sampaio	1955/1958	Professora	Inspetora de ensino.
Alice Correa	1955/1958		Esposa do prefeito Francisco Corrêa.
José Giupponi	1955/1958	Comerciante	Presidente do Rotary Club de Duque de Caxias (1970-1971).
Dom Odilão Moura	1955/1958	Padre	Filho de militar; nome civil: Telmo Bello Borba Moura; nasceu em Lorena, São Paulo, em 2 de maio de 1918; estudou dois anos da Faculdade de Direito no Distrito Federal, Rio de Janeiro (1935-1937); estudou Filosofia e Teologia da congregação dos Beneditinos do Brasil (1939-1945); traduziu obras de Tomás de Aquino; membro fundador da Academia de Filosofia; escreveu livros; ordenado padre em 1944; capelão do hospital da Marinha (1945-1946), da Cidade dos Meninos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (1948-1962) e da Vila São José; vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (1952-1962); secretário da Catequese e da Pastoral Familiar de Petrópolis; membro do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral e da Comissão de Liturgia da diocese de Petrópolis; membro do Conselho da Fundação Abrigo Cristo Redentor; tesoureiro da CAVEC; presidente da LBA em Duque de Caxias (1961-1964); presidente do Conselho Fiscal de guarda noturno de Duque de Caxias; professor da Universidade Católica de Petrópolis, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Teológica da Congregação Beneditina Brasileira.
Amélia Câmara	1961/1964	Professora	Moradora do bairro Pilar no segundo distrito de Duque de Caxias; Atuou em algumas escolas do município.
Joaquim Vieira Júnior	1961/1964	Gerente de banco	Gerente do Banco do Estado do Guanabara ⁹⁴⁰ .
Edson Carpes	1961/1964	Professor e político	Vereador do município de Duque de Caxias; participou da 2ª legislatura (1951-1955) e 3ª legislatura (1955-1959); morador da Cidade dos Meninos; quando eleito pertencia ao Partido Republicano ⁹⁴¹ .
Eronides José Batista	1961/1964	Comerciante	Vice-presidente da Associação Comercial de Duque de Caxias ⁹⁴² ; presidente da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias (1962) ⁹⁴³ .
Aluízio Leite Garcia	1961/1964		

Fonte: Documentos da Câmara fornecidos pelo Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto.

⁹³⁹ COLUNÃO DA BAIXADA: ROTARY DE MAGÉ: 10º ANIVERSÁRIO. *Jornal O Fluminense*, 25 e 26 fev 1973.

⁹⁴⁰ BANCOS, BANQUEIROS & BANCÁRIOS: BALANÇO: COFRES CHEIOS, LUCRO MAGRO. *Jornal Última Hora*, 30 jun 1965.

⁹⁴¹ Dados fornecidos pelo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto.

⁹⁴² PALESTRA DE ALVARO FERNANDES EM CAXIAS: PETRÓLEO FOI O TEMA. *Jornal Última Hora*, 18 dez 1960.

⁹⁴³ CLASSES PRODUTORAS DE CAXIAS AGRADECEM A “UH”. *Jornal Última Hora*, 7 ago 1962.

Quadro 21 Associação Beneficente de Menores/Diretor do Patronato São Bento: procedência e trajetória

Diretor	Gestão	Profissão	Trajetória
Dom Odilão Moura	1955/1958 1959/1961 1961/1964	Padre	Filho de militar. Nome civil: Telmo Bello Borba Moura. Nasceu em Lorena, São Paulo, em 2 de maio de 1918. Coursou dois anos da Faculdade de Direito no Distrito Federal, Rio de Janeiro (1935-1937). Coursou Filosofia e Teologia da congregação dos Beneditinos do Brasil (1939-1945). Traduziu obras de Tomás de Aquino, foi membro fundador da Academia de Filosofia e escreveu livros. Foi ordenado padre em 3 de dezembro de 1944. Foi capelão do hospital da Marinha (1945-1946), da Cidade dos Meninos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (1948-1962) e da Vila São José. Foi vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (1952-1962). Secretário da Catequese e da Pastoral Familiar de Petrópolis. Foi membro do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral e da Comissão de Liturgia da diocese de Petrópolis. Membro do Conselho da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Tesoureiro da CAVEC que construiu 600 casas em Duque de Caxias. Presidente da LBA em Duque de Caxias (1961-1964). Foi presidente do Conselho Fiscal de guarda noturno de Duque de Caxias. Professor da Universidade Católica de Petrópolis, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Teológica da Congregação Beneditina Brasileira.
Vilson Macedo	1969		Vereador do município de Duque de Caxias na 7ª legislatura (1971-1973), 8ª legislatura (1973-1977) e 10ª legislatura (1983-1988).

Fonte: Currículo de Dom Odilão Moura no Arquivo do Mosteiro do São Bento.

Quadro 22 Associação Beneficente de Menores/Quantidade dos "menores" internados por ano e instituição mantenedora

	1959	1960	1961	1964	1967	1969
LBA:						
Central	25		40			
Estadual	6					
Municipal	5	5				
Gratuito			60			
PMDC						50
TOTAL:	46	90	93			
	53					

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁹⁴⁴

⁹⁴⁴ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento. Esse quadro foi elaborado a partir do acervo do PSB 194, caixa 004, 1960/1961.

Quadro 23 Associação Benéfica de Menores/Relação dos "menores" internados na "Fazenda São Bento" no ano de 1961

QUANTIDADE DE MENORES	RESPONSÁVEL		ENDEREÇO		NASCIMENTO			ESCOLARIDADE			
	Homens	9	DUQUE DE CAXIAS:		Nascidos em:			SÉRIE*	QUANTIDADE DE MENINOS		
	Mulheres	40	Campos Elíseos	1	ANO	QUANTIDADE DE MENORES	IDADE	1ª série A	16		
	Sem referência	8	Centro	12							
			F. N. M.	1	1945	1	16 anos	1ª série B	16		
			Imbariê	2							
			Saracuruna	1	1947	7	15 anos	3ª série	24		
			Andaraí	2	1948	11	14 anos				
			B R	1				REPROVAÇÃO			
			Jardim Botânico	1	1949	20	13 anos				
			Leme	1							
			Rio Comprido	1	1950	10	11 anos			UMA VEZ	8
			Jardim Botânico	1							
			Leme	1		8					
			Nilópolis	1				DUAS VEZES	18		
			Olaria	2							
			Paquetá	2							
			Queimados	1				TRÊS VEZES	16		
			Ramos	1							
			Rio Comprido	1							
			Rocinha	1				QUATRO VEZES	7		
			São Gonçalo	1							
			Senador Camará	1							
			Vigário Geral	1				CINCO VEZES	7		
			Apenas a rua foi informada	11							
			Sem endereço	10							
57		57		57							

*A série de um "menor" foi identificada como nula.

Fonte: CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, 1958.⁹⁴⁵

⁹⁴⁵ CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento, Relação dos Menores Internados na Fazenda S. Bento, assinado por Dom Odilão, PSB 182.1/2, caixa 004, 1960.